

Humanidades

10

A crise
brasileira:
dois séculos de
permanência



Reinventando
as
humanidades



A seguradora de toda a família.

SASSE 
CIA. NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
Seguradora da Caixa Econômica Federal

MATRIZ: Rua Lauro Müller, 116 – 5º, 6º e 7º andares Rio de Janeiro-RJ – Telefone: (021) 275-4022

SUCURSAIS

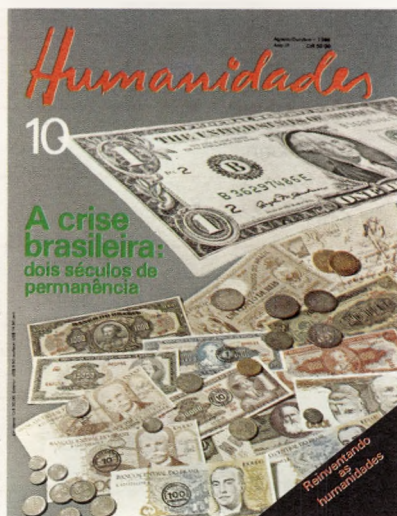
ALAGOAS (AL) Praça dos Palmares, 11º and. salas 1105/1106 Ed. Dalmiro Gouveia – Centro – Maceió – Tel.: (082) 221-3475
AMAZONAS (AM) Av. 7 de Setembro, 815 – 7º and. salas 71/72 Centro – Manaus Tel.: (082) 234-8831
BAHIA (BA) Rua Chile, 23/25 – 7º and. salas 708/710 Ed. Professor Eduardo de Moraes – Bairro da Sé – Salvador Tel.: (071) 241-5144
CEARÁ (CE) Av. do Imperador, 396 Centro – Fortaleza Tel.: (085) 231-9655/226-2260
DISTRITO FEDERAL (DF) S.C.S. Ed. União – 10º and. Brasília-DF Tel.: (061) 223-3075/223-3218/223-3164
ESPÍRITO SANTO (ES) Av. Jerônimo Monteiro, 130 – 1º and. Centro – Vitória – Tel.: (027) 223-6173/223-2539
GOIÁS (GO) Rua Quatro, 515 – 11º andar – salas 1113/1115 Ed. Parthenon Center Centro – Goiânia – Tel.: (082) 223-7306
MARANHÃO (MA) Rua do Sol, 141 – 8º and. Ed. Centro Comercial do São Luís Centro – São Luís – Tel.: (098) 222-3722
MATO GROSSO (MT) Rua Baileta das Neves, 165 Centro – Cuiabá – Tel.: (065) 321-9823
MATO GROSSO DO SUL (MS) Av. Afonso Pena, 1864 Centro Campo Grande – Tel.: (067) 382-5219
MINAS GERAIS (MG) Av. Amazonas, 641 – 10º and. conj. 1001 a 1010 Centro – Belo Horizonte – Tel.: (031) 201-3388/201-3509

PARÁ (PA) Av. Srzedelo Corrêa, 160 Centro – Belém – Tel.: (091) 224-1893
PARAIBA (PB) Rua Santo Elias, 312 Centro – João Pessoa – Tel.: (083) 221-3364
PARANÁ (PR) Rua Marechal Deodoro, 630 – 4º and. conjuntos 401, 402, 403, 405 e 407 Centro – Curitiba – Tel.: (041) 233-2812
PERNAMBUCO (PE) Travessa Marquês de Herval, 167 – 5º and. Salas 601/610 5º Antônio – Recife – Tel.: (081) 224-3139
PIAUÍ (PI) Rua Elzeu Martins, 1284 – 2º and. salas 204 Centro – Teresina – Tel.: (086) 222-3264
RIO GRANDE DO NORTE (RN) Rua João Pessoa, 198 – salas 902, 903 e 904 Edifício Canaú – Centro – Natal
RIO GRANDE DO SUL (RS) Rua dos Andrades, 995 – 6º and. salas 601 e 602 Centro – Porto Alegre – Tel.: (051) 21-3344/21-3671
RIO DE JANEIRO (RJ) Av. Rio Branco, 125 – 4º and. Centro – Rio de Janeiro – Tel.: (021) 224-1414
SÃO PAULO (SP) Av. Paulista, 1912 – 5º e 8º andares Carqueira César – São Paulo – Tel.: (011) 289-7844/7563/7156/7685
SANTA CATARINA (SC) Av. Osmar Cunha, 15 – 4º andar – Bloco C conjuntos 401 e 402 – Florianópolis – Tel.: (048) 22-4233/22-4224
SERGIPE (SE) Av. Rio Branco, 186 – salas 321 e 332 Edifício Orvedo Teixeira – Centro – Aracaju – Tel.: (079) 221-1327

Editorial	A volta às humanidades — Cristovam Buarque (Reitor da UnB)	4
Humanidades	Reinventando as humanidades — Sérgio Paulo Rouanet	5
Economia/Capa	A crise brasileira — dois séculos de permanência — Lauro Campos	17
Homem e Universo	Além do tempo e da mente, a ânsia da eternidade — Ailton Lugarinho de Lima Câmara	33
Meio Ambiente	Ácidos tempos — Carlos Eduardo Senna Figueiredo	41
Planejamento Familiar	<i>Um único filho não é filho</i> — Klaas Woortmann	51
Tóxicos	A toxicomania, paradigma da dependência humana — Richard Bucher	60
Transcultura/Drogas	A “viagem” dos índios — maldição ou bênção? — Alcida Rita Ramos	69
Arquitetura	A velhice da modernidade — Frederico de Holanda	76
Constituinte	Eleições e democracia no Brasil — transição ou transformismo? — David Fleischer	84
	As Constituições brasileiras: informações básicas, contextualizadas — José Luiz Werneck da Silva	93
Música	A triste crônica da música (e do músico) de concerto no Brasil — Ênio Squeff	96
Cidades	Quanto custa uma cidade — Aziz N. Ab'Sáber	100
Ciência	A dupla face das membranas biológicas — Luiz R. Travassos	109
Cultura e Patrimônio	Pela mão de Cecília — viagem ao redor do conceito de história, patrimônio e cultura — Judith Cortesão	116
Universidade	Da neutralidade à universidade orgânica — Jorge Cordon Portillo	124
América Latina e Caribe	La importancia de la fundacion de la colonia del Sacramento en la cuenca del Plata — Marta C. de Sanguinetti	128
UnB e Democracia	O movimento docente na democratização da Universidade de Brasília — Antonio Ibañez Ruiz	134
Perfil	Florestan Fernandes: do acadêmico ao político — Barbara Freitag	138
Painel	Crítica	140
	Sugestões aos editores	149
	In memoriam	150

A volta às humanidades

A edição da revista *Humanidades* agradece o apoio prestado pelo Museu de Valores do Banco Central na produção das fotos e reproduções da matéria de capa.
Foto de capa: Arnold Baumgartner



Com a retomada desta revista, o objetivo-síntese da UnB é o resgate da palavra humanidades não apenas no seu sentido consolidado de cultura clássica. *Humanidades* renasce, embora com todo o respeito ao passado, com um forte compromisso com o presente, e, sobretudo, com o entendimento de que o futuro é a mais importante parte de nossa herança.

Queremos redimir a palavra que perdeu força com o crescimento do egoísmo hedonista que prevaleceu a partir do século XVIII com os filósofos sociais; redimir na palavra os aspectos apolíneos que os românticos marginalizaram através da sobrevalorização dionisíaca dos sentidos; modernamente, redimi-la tanto da visão mecanicista e acrítica dos que ainda vêm com otimismo o consumismo desenfreado, quanto do enfoque negativista dos neomalthusianos que não vêem futuro além da estagnação.

Queremos resgatar no conceito de humanidade o seu significado de aventura. Não apenas aquela de Ulisses, mas a de todos os ulisses que já nasceram e que ainda hão de nascer. A aventura de lembrar e conhecer o passado, de entender e viver o presente e de sonhar e construir um futuro.

Uma humanidade assustada e crítica com o presente, mas confiante e otimista com o futuro; uma humanidade cuja confiança se manifesta pela esperança e pela potencialidade da liberdade de opinião, no dever e no prazer do debate, sob todas as suas formas: desde o eternamente válido método socrático, até às mais modernas construções da lógica matemática através de computadores. Esta será uma revista cuja linha básica é o respeito à humanidade, através da tolerância teórica e do total comprometimento com a qualidade do saber.

Queremos redimir também o humanismo cosmopolita, mas um cosmopolitismo que abranja o conceito de Nação e o respeito aos direitos existenciais de cada ser humano. Dos gregos aprendemos, além do respeito ao saber e à estética do aprendizado, a solidariedade ao homem através da identidade nacional e do respeito à individualidade. E para nós, da *Humanidades*, nossa Grécia é aqui e agora.

Luiz Humberto

Cristovam Buarque
Reitor da UnB

Humanidades

A revista *Humanidades* é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília.

Editora-chefe: Sílvia Távora

Conselho Editorial: Barbara Freitag, Dércio Garcia Munhoz, Douglas Marques de Sá, João da Rocha Hirson, José Carlos Córdova Coutinho e Venício Artur de Lima

Autores: Airton Lugarinho de Lima Camara, Alcida Rita Ramos, Antonio Ibañez Ruiz, Aziz Ab'Sáber, Barbara Freitag, Carlos Eduardo Senna Figueiredo, David Fleischer, Enio Squeff, Frederico de Holanda, Jorge Cordon Portillo, José Luiz Werneck da Silva, Judith Cortesão, Klaas Woortmann, Lauro Campos, Luiz R. Travassos, Marta Canessa de Sanguinetti, Richard Bucher e Sérgio Paulo Rouanet. **Painel:** Aglaeda Facó, Benício Viero Schmidt, Célia Maria Ladeira, Cristovam Buarque, Lúcia Helena, Márcio Goldman, Maria Isabel Mendes de Almeida, Neide Faria, Ovídio de Abreu Filho, Ricardo Joppert e Ricardo Mário Gonçalves.

Edição de texto e revisão geral: Edson Lopes Cardoso

Redator (Painel): Jesualdo Correia

Iconografia (consultores): Luiz Humberto e Douglas Marques de Sá

Projeto gráfico e programação visual: Danilo Barbosa e Fernando Secchin

Arte-final: Nair Costa Barreto.

Ilustradores: Charles Mayer, Fernando Lopes, Fernando Secchin, Jô Oliveira

Promoções, vendas, assinaturas: Alexandre Lima, Elmano Rodrigues Pinheiro, Humberto Mancuso, Lúcio Reiner

Apoio administrativo: Elias Romcy Pereira

Cadastro de assinantes: Gilmar Castelo Branco de Oliveira e Glaucimara de Oliveira

Preços: Cz\$ 50,00 — exemplar avulso. Cz\$ 150,00 — assinatura (quatro números)

Estudantes — desconto de 40%

Endereço: Revista HUMANIDADES — Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário — Asa Norte — Prédio Dois Candangos
Caixa Postal 153001

71.910 — Brasília — DF — Brasil

Telefones: (061) 274-3182, 273-1055 (diretos) e

(061) 274-0022 R. 2110/2101

Telex: (061) 1083 UNBS-BR

Fotocomposição, Fotolitos e Impressão: Escopo Editora

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade dos seus autores, e só podem ser reproduzidos com autorização expressa da Edição.

Editora Universidade de Brasília: Timothy Mullholand (Diretor)

Universidade de Brasília: Cristovam Buarque (Reitor)



Reinventando as humanidades

Humanidades 5

Sérgio Paulo Rouanet

As humanidades são ao mesmo tempo ordem e transgressão. São habitadas por um ideal normativo implícito, por um sonho de harmonia, de equilíbrio e perfeição; mas como essa ordem está permanentemente em contradição com todas as ordens existentes, elas são permanentemente transgressoras. A busca da ordem passa pela transgressão, o que significa que elas só podem realizar-se plenamente na democracia, a mais frágil das construções humanas, e a mais valiosa. Como ensinamento, mas também como jogo, como trabalho do pensamento e trabalho do imaginário, como anamnese, consciência crítica e antecipação utópica, elas são indispensáveis numa sociedade livre, e precisam dela para viver. No Brasil democrático que começamos a construir, chegou o momento de reinventar as humanidades.



No bojo do processo renovador que se iniciou com a volta à democracia e que prosseguirá com a convocação da Constituinte, não têm faltado pronunciamentos sobre uma nova política educacional e cultural. Mas pouco, ou nada, se tem escrito sobre a revalorização em nossos currículos de certas disciplinas, estratégicas para um país que está reaprendendo a pensar, e que por isso mesmo foram sistematicamente reprimidas pelo regime anterior: as humanidades.

Estas reflexões procuram contribuir para esse objetivo. São deliberadamente polêmicas, porque minha intenção é abrir um debate, e não difundir um dogma. A circunstância de que estejam sendo publicadas numa revista chamada *Humanidades*, no momento em que ela entra em um novo ciclo, é uma coincidência simpática, mas não é mais que uma coincidência. São reflexões estritamente pessoais, que não pretendem de nenhum modo exprimir a orientação editorial da revista.

A onda desenvolvimentista: oposição às humanidades

Gostaria de começar por um depoimento pessoal, que talvez seja também o de toda uma geração.

Chegamos à maturidade nos anos 50, em pleno período desenvolvimentista. Começamos a ler livros de economia, que nos ensinaram a manejar com uma certa desenvoltura expressões como "propensão mar-

ginal a consumir” e siglas herméticas como PNB. Os intelectuais que mais admirávamos diziam que precisávamos substituir idéias importadas, como estávamos substituindo automóveis importados: na melhor das hipóteses, essas idéias tinham que passar por um crivo que um dos melhores pensadores da época chamou de “redução sociológica”. Suspeitávamos que o projeto desenvolvimentista brasileiro — projeto era um termo em moda, a partir da terminologia existencialista então em voga — talvez não pudesse ser executado em regime de democracia liberal, mas isso não nos preocupava indevidamente. Democracia era coisa dos *outros* — do gringo, que queria exportar para o Brasil modelos que só eram válidos no exterior, ou da oligarquia, que via no Estado liberal a melhor forma de manter sua dominação de classe. Enfim, víamos na cultura tradicional brasileira a inimiga principal: era uma cultura alienada, colonizada por idéias estrangeiras, dominada por desembargadores que citavam Anatole France e por professores de português que citavam Rui Barbosa. Ela era o símbolo do Brasil que queríamos mudar: um Brasil beletrista, mais preocupado com a crase que com a crise, e cujo nacionalismo se manifestava mais no ódio ao galicismo que na defesa da Petrobrás. Era uma cultura que usava expressões como *data venia*, serôdio, cizânia, enquanto nós esgrimíamos com desembaraço palavras como operacional e alienação. Nessa versão tropical da “querelle des anciens et des modernes” nós representávamos a onda do futuro porque sabíamos que a crise do Brasil era estrutural, vinculada à nossa condição de país subdesenvolvido e dependente, enquanto os outros, os velhos, diziam que a crise do Brasil era de caráter, ou afirmavam que tudo melhoraria no momento em que a juventude soubesse colocar corretamente os pronomes.

Esse Brasil formalista, cartorial, forense, antimoderno, de algum modo estava associado ao conceito de “humanidades”. Elas simbolizavam tudo isso: uma cultura livresca, uma pedagogia de frade, que ensinava gerações incontáveis de estudantes a declinar *rosa, rosae*, a declamar sonetos de Olavo Bilac, ou a estudar filosofia no compêndio do Padre Lionel Franca. Rejeitávamos tudo isso, não porque fôssemos necessariamente incultos (muitos liam o seu Sartre e sabiam o seu Hegel), mas porque uma educação, assim concebida, não podia formar os “recursos humanos” necessários ao nosso processo de desenvolvimento. Precisávamos químicos industriais e engenheiros eletrônicos, e não latinistas — essa era a síntese de nossa oposição às humanidades.

Fim das humanidades e fortalecimento do autoritarismo

Pois bem, um dia ocorreu essa coisa espantosa: um anjo torto ouviu as nossas preces. Sem dúvida, queríamos um governo civil e popular; mas com essa importante diferença, tudo o mais aconteceu conforme imaginávamos. Nossos novos governantes exprimiam nossas idéias e até usavam nossa linguagem: eram a favor do desenvolvimento, falavam grosso com o gringo (apesar do modelo desnacionalizante adotado) e diziam que não podíamos importar mecanicamente idéias não-adaptadas às realidades brasileiras. Foi então que começaram a circular nos ministérios e nas estatais aqueles rapazes com terno de tergal fosforescente e uma *attaché case* preta, com um brilho esquisito nos olhos. Eram os filhos do milagre, e os pais do modelo. Tinham doutorado em Chicago, brandiam estatísticas, e defendiam o governo com equações. Da noite para o dia, o Brasil dos bacharéis transformou-se no Brasil dos tecnocratas. A filosofia e o latim foram suprimidos dos currículos. A história deixou de ser lecionada como disciplina autônoma. O português, reduzido dos gramáticos que desprezávamos, mudou tanto, que até mudou de nome — passou a chamar-se comunicação e expressão. Em compensação, aumentou assustadoramente o número de vagas nas disciplinas certas, as que convêm a um país em desenvolvimento: química, engenharia, eletrônica, informática. Em suma, o país se modernizara. Tudo como queríamos: só que nossos sonhos, realizados, viraram pesadelos. O país não era mais a pátria dos bacharéis, mas tinha se convertido na terra-de-ninguém dos zumbis competentes e dos doutores lobotomizados. O Brasil inteiro fazia vestibular com testes de múltipla escolha, gostava de futebol, jogava na loteria esportiva, torcia por Fittipaldi, e vivia mergulhado, beatificamente, numa ignorância enciclopédica. Antes de 1964, tínhamos grandes massas iletradas, e uma oligarquia pelo menos superficialmente culta; desde então, reinou a grande democracia do analfabetismo universal. Entendamo-nos: havia mais gente com formação superior que em toda a história passada do Brasil. Mas, culturalmente, reinava o analfabetismo. Não se lia literatura. Não se sabia história. Não se conheciam línguas estrangeiras, ou se conhecia o inglês básico, o suficiente para aproveitar bolsas de pós-graduação oferecidas no exterior. O francês tinha se transformado numa língua tão morta como o latim, e do latim sabiam-se estritamente as duas ou

três expressões usadas pelos americanos em livros de economia. Não se usava mais *data venia*, mas usavam-se *prima facie*, *ceteribus paribus*, *ex ante* e *ex post*: tudo como está no manual de Samuelson. Nosso velho inimigo estava definitivamente morto: as humanidades tinham acabado.

Começamos então a descobrir uma coisa estranha: uma causalidade oblíqua, perversa, inesperada, entre o fim das humanidades e o fortalecimento do regime autoritário. Que o regime tinha acabado com as humanidades, era algo de óbvio, que podia ser verificado no *Diário Oficial*; mas que a proposição era reversível, e que a extinção das humanidades beneficiava o regime, foi algo que só descobrimos depois de algum tempo. O que aconteceu foi simplesmente o seguinte: com o fim das humanidades acabou também, em grande parte, o pensamento crítico. O fim da filosofia significou o fim de toda uma prática de reflexão questionadora que bem ou mal tinha se iniciado nos anos 60. O fim da história significou o fim de um estilo de pensamento que vê o presente como fluxo, e portanto como algo de transformável. O fim da literatura significou o empobrecimento do imaginário, que não podia mais fantasiar um futuro situado além do existente. O fim do latim e do francês significou o fim de instrumentos que com todos os defeitos do ensino tradicional comportavam perspectivas de evasão e transcendência: fuga temporal em direção a nosso passado cultural mais remoto, ou fuga espacial em direção a outro universo que não o da cultura anglo-saxônica dominante.

Hoje sabemos, os *détroqués* da grande religião nacional-populista, que havia mais humanidade num cônego dispéptico que escandia hexâmetros da *Eneida*, ou numa antiga aluna de Sion que recitava, num francês trêmulo, trechos da *Phèdre*, ou num velho senil que contava anedotas canalhas ocorridas na Paris de Mistinguette, que em toda a nossa retórica de mocidade. Éramos puros, éramos duros, e éramos bárbaros — mas não no bom sentido. A cultura que queríamos demolir era frívola e ornamental, acadêmica e elitista, eurocêntrica e alienada, mas nela pulsavam memórias e esperanças, que se extinguíram para sempre quando foi arrasada pela tecnocracia triunfante. No Brasil dos anos 70, não havia mais pessoas alienadas; só havia conformistas esquizóides. Todos praticavam, conscienciosamente, a redução sociológica, afastando modelos estrangeiros, ou adaptando-os, com infinitos cuidados higiênicos, à nossa realidade de potência média — por exemplo, essa idéia exótica chamada democracia, ou

essa outra chamada direitos humanos, que o regime aceitava, desde que ajustadas às nossas peculiaridades de país em desenvolvimento.

Goethe disse uma vez que devemos tomar muito cuidado na escolha dos nossos ideais de juventude, porque eles vão acabar se realizando. Somos uma geração mimada pela história: conseguimos tudo o que queríamos, e o que conseguimos nos faz medo. Apesar de tudo, podemos ainda reabilitar-nos se pudermos contribuir, pela reflexão ou pela ação, para uma certa correção de rumos. Por exemplo, podemos lutar para que as humanidades venham a assumir o papel que lhes cabe no sistema brasileiro de ensino.

Contribuir para a formação do homem

Tradicionalmente, as humanidades se confundiam com o estudo do latim e do grego. Dizia-se que um estudante “fazia suas humanidades” quando cursava o segundo ciclo do ensino secundário, numa época em que essas classes eram constituídas sobretudo por aquelas disciplinas.

O termo se emprega hoje num sentido mais amplo, mas a questão está em saber até que ponto ele pode ser estendido sem perder sua especificidade. Por exemplo, não podemos dizer que sua extensão coincide com a do termo “humanista”, no sentido do *quattrocento* italiano. Pois o humanista da Renascença se interessava pelas humanidades, mas também por muitas outras coisas que não poderíamos hoje considerar como humanidades. Seu saber incluía a filosofia greco-latina, mas também a ciência natural e vários talentos práticos. Assim, não se limitava a estudar Plínio, mas fazia coleções de história natural; não se contentava em ler Estrabão, mas fazia estudos geográficos; Tito Lívio e Tucídides não eram apenas textos clássicos, mas modelos para a composição de crônicas contemporâneas; traduzia as comédias de Plauto, mas também as encenava e dirigia; além disso, agia como magistrado, secretário, diplomata, soldado. O humanista podia fazer seu o verso de Terêncio: “Homo sum — nihil humani a me alienum puto”. Mas esse verso não se presta para uma definição atual das humanidades. Teríamos, nesse caso, que incluir as ciências humanas, e mesmo as ciências exatas, na medida em que nenhuma delas é “alheia ao homem”, no sentido de Terêncio. Para terem algum conteúdo real, nas condições

contemporâneas, as humanidades devem ser mais que o simples cultivo do grego e do latim, e menos que uma *summa* enciclopédica dos conhecimentos humanos.

Proponho chamar de “humanidades” as disciplinas que contribuam para a formação (*Bildung*) do homem, independentemente de qualquer finalidade utilitária imediata, isto é, que não tenham necessariamente como objetivo transmitir um saber científico ou uma competência prática, mas estruturar uma personalidade segundo uma certa *paidea*, vale dizer, um ideal civilizatório e uma normatividade inscrita na tradição, ou simplesmente proporcionar um prazer lúdico.

Essa definição é ampla demais para permitir um consenso absoluto sobre as disciplinas que deveriam ser incluídas ou excluídas, mas creio que seria razoável, a partir dela, considerar que pertencem às humanidades disciplinas como línguas e culturas clássicas, seu objeto original; língua e literatura vernácula; principais línguas estrangeiras e respectivas literaturas; história; filosofia; e belas-artes.

Mitos e raízes no mundo greco-latino

Propor no Brasil de hoje que as letras clássicas voltem a figurar no segundo grau parece tão extravagante quanto advogar o retorno aos currículos medievais — o *trivium* (gramática, retórica e dialética) e o *quadrivium* (aritmética, geometria, música e astronomia). E no entanto, ninguém menos que Antonio Gramsci, primeiro secretário-geral do Partido Comunista Italiano, fez a apologia do ensino do grego e do latim. Ninguém aprende essas duas línguas, dizia ele, para trabalhar como garçom ou como intérprete, e sim “para conhecer diretamente a civilização dos dois povos, pressuposto necessário da vida moderna, isto é, para ser si mesmo e conhecer a si mesmo conscientemente”. O latim, como o grego, se apresenta à fantasia como um mito, com um fascínio que nenhuma língua moderna poderá ter. Não se aprende o latim para falá-lo. Através dele, é toda uma civilização que ressurgue, são nossas origens que aparecem. A comparação do latim com o italiano (ou o português) é um constante exercício intelectual, mobilizando todas as nossas faculdades de análise e abstração, para podermos descobrir as semelhanças e as diferenças. O estudo da gramática é um instantâneo fotográfico, ao passo que o estudo da língua, de Ennio a Fedro e os autores cristãos, é um processo diacrô-

nico, que imita o fluxo da história real: o vocabulário de Plauto não é o de Cícero, que por sua vez é diferente do dos autores do Baixo Império. A língua é história, em seu desdobramento no tempo, e contém a história dos homens que a falaram, na sucessão dos séculos. “A educação do jovem é determinada por todo esse complexo orgânico... O estudante mergulha na história, adquire uma intuição historicista do mundo e da vida, que se converte numa segunda natureza, quase numa espontaneidade, porque não foi inculcada pedantemente por uma vontade educativa externa.” Para o bem ou para o mal, pertencemos à cultura do Ocidente, que foi moldada pelo mundo greco-latino. Lendo sobre Ulisses, estamos lendo sobre nós mesmos. A queda de Tróia é também a nossa queda, e aprendemos com o piedoso Enéas a transformar o incêndio de Ilion na fundação de Roma, vencendo todas as adversidades: “*tantae molis era Romanam condere gentem*”. Buscamos em Tito Lívio ensinamentos para nossa vida cívica, e aprendemos com Suetônio a detestar os tiranos. Para nosso horror, descobrimos que Calígula é nosso contemporâneo. Meditamos com proveito a grave sabedoria de *De Amititia*, mas rejeitamos as opções políticas de Cícero. Estamos de algum modo mais próximos da ralé boêmia que cercava Catilina que do arrivista Marcus Tullius, *homo novus* que adula o partido aristocrático. Surpreendemo-nos tomando partido na guerra civil entre Pompeu e César, e quase partilhemos o entusiasmo dos jacobinos pelo tiranicida Brutus, quando assistimos ao colapso das instituições republicanas. Lemos uma carta em que Plínio, o jovem, relata a Trajano haver interrogado, como governador numa província da Ásia Menor, várias pessoas acusadas por uma carta anônima de praticarem o cristianismo. Trajano aprova o comportamento de Plínio, mas recomenda que no futuro não dê mais crédito a cartas anônimas, pois denúncias desse tipo são infames, e incompatíveis com o grau de civilização alcançado pelo Império: estamos no ano II da Era Cristã. Em suma, voltamos a Gramsci. Ninguém aprende latim para falar latim. Aprendemos latim para descobrir nossas raízes, e tomarmos consciência do que somos hoje; para exercitar nossas faculdades de análise e abstração; para conhecermos melhor esse latim moderno que é o português; para encontrarmos na antiguidade romana paralelos com nossa atualidade; e para fugirmos dessa atualidade, recusando, num gesto de desafio político, e não de escapismo, o eterno presente que nos é imposto pela sociedade unidimensional.

Autoritarismo, populismo e diversidade lingüística

Entre as línguas e literaturas modernas, é evidente que a língua portuguesa e a literatura luso-brasileira têm que receber absoluta prioridade. Essa coisa trivial precisa ser dita, porque durante o governo autoritário o português foi sistematicamente humilhado. A redação foi suprimida, e com ela o adestramento necessário na arte de pensar e organizar as idéias, e a própria disciplina mudou de nome, como vimos. Atrás do novo nome — comunicação e expressão — há uma nova ideologia — a de que o importante não é o aprendizado de uma língua padronizada, e sim a capacidade de exprimir-se e comunicar-se, mesmo sem a utilização “correta” dessa língua. Essa reação aparentemente saudável contra a gramatiquice que torturou várias gerações de estudantes brasileiros esconde algo de profundamente problemático: uma polêmica, não contra a rigidez da gramática normativa, mas contra a norma culta em geral, não contra a deformação e esvaziamento do pensamento por uma pedagogia formalista, mas contra o próprio pensamento. O curioso é que nesse ponto como em tantos outros há uma perfeita continuidade entre a tecnocracia militar e o populismo atual. Durante o regime autoritário, o aprendizado da língua como via de acesso à cultura foi desencorajado porque o regime precisava de técnicos, e não de contestadores, e nessa ótica era mais importante paralisar cérebros, treinando-os na lógica binária subjacente aos testes de múltipla escolha (certo ou errado) que habituar os estudantes a concatenar idéias capazes de transcender esse universo dicotômico. Terminado o governo autoritário, os populistas prosseguem a mesma tarefa de sabotar a linguagem e o pensamento. Segundo eles, não temos o direito de impor à criança uma normatividade lingüística de classe, um código de classe, desrespeitando a espontaneidade linguageira da classe baixa. Esse populismo se baseia num historicismo reacionário, e acaba produzindo os mesmos efeitos visados pelo regime anterior: a destruição da linguagem como veículo do pensamento crítico. Pois ele implica manter em seu gueto lingüístico o indivíduo marginalizado, que já vive num gueto sócio-econômico. É óbvio que quem domina o código culto tem uma capacidade infinitamente maior de expressar-se, de compreender seu próprio contexto e contextos alternativos, de relativizar certezas, de compreender o ponto de vista do outro e refutá-lo, de manipular variáveis, de argumentar e contra-argumen-

tar. Ter acesso a esse código é uma condição necessária, embora evidentemente não suficiente, para que o indivíduo possa pensar, agir, participar, como ser humano e como cidadão. Sabemos por sócio-lingüistas como Basil Bernstein que o “código restrito”, falado por pessoas de classe baixa, condiciona estruturas de pensamento também restritas — concretas, autocentradas, incapazes de abstrair, generalizar e descontextualizar. Sem o acesso ao “código elaborado”, semântica e sintaticamente mais complexo, falado por pessoas de classe alta, os indivíduos de classe baixa jamais terão condições cognitivas para pensar de modo totalizante, refletindo sobre os fatores responsáveis pela injustiça e pela desigualdade. Em vez de idealizar o que deveria ser denunciado, os populistas fariam melhor se contribuísssem para que o povo tivesse acesso aos instrumentos de sua auto-emancipação, que não são primordialmente de natureza lingüística, mas *incluem* os de natureza lingüística. Outra razão responsável pelo desaparecimento do “português” como disciplina curricular pode estar ligada à idéia de que no Brasil não se fala mais o português, e sim uma língua própria, que alguns não hesitam em chamar de brasileira. É uma variante especialmente rudimentar do nacionalismo cultural que se difunde entre nós. Como tantas outras versões da tese anticolonialista, que opõe um país estrangeiro, imperialista, a um Brasil harmônico, sem clivagens sociais, sem conflitos de classe (o que explica o grande sucesso dessa tese junto ao pensamento de direita), a corrente “brasileirista” ao mesmo tempo subestima as diferenciações internas dentro do Brasil e exagera as diferenças entre o Brasil e Portugal. Por um lado, com efeito, o estabelecimento de uma norma “brasileira”, distinta da lusitana, poderia ser a mera síntese artificial de uma grande multiplicidade de usos lingüísticos, que correria o risco de ser tão diferente da realidade lingüística do Piauí, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul como dizem que a norma portuguesa é diferente da língua brasileira. Por outro lado, é óbvio para qualquer leigo que as semelhanças sintáticas e lexicais entre o português do Brasil e de Portugal predominam maciçamente sobre as diferenças, sobretudo na língua escrita. Mas essas diferenças existem, apesar de tudo, e não se trata, bem entendido, de subordinar o uso culto português ao lusitano, e sim, a partir do mapeamento dos usos existentes em todos os países lusófonos, de prosseguir os esforços de negociação com Portugal e os países africanos, com vistas a uma padronização internacional flexível, que comporte, como

igualmente legítimas, numerosas variantes. O outro caminho seria o da secessão lingüística. Ela nos ofereceria muito pouco, ou nada: uma simples padronização alternativa, supostamente brasileira, na verdade tão afastada como a anterior dos diferentes particularismos lingüísticos. Perderíamos, em compensação, o benefício de pertencer a uma comunidade multicontinental, que inclui a Europa e as três regiões do terceiro mundo. São sete países soberanos, com mais de 160 milhões de usuários, que têm todo interesse em dispor de uma língua de cultura tão homogênea quanto possível, com um mínimo de dialeção, como veículo de comunicação dentro da comunidade lusófona e de irradiação cultural no restante do mundo. O notável trabalho de unificação ortográfica que vem sendo empreendido por Antonio Houaiss é um passo importantíssimo na direção certa. Uma coisa é indiscutível: optar, hoje em dia, pelo separatismo, seria um gesto ideológico cego, tão retrógrado politicamente como contestar a hegemonia do código culto. Num e noutro caso, trata-se de sabotar a universalidade do português como língua de cultura, e portanto como via de acesso às categorias que permitirão articular uma prática libertadora. O que vale para o estudo da língua, vale para o estudo da literatura. Temos que evitar a tendência anti-histórica que privilegia o presente sobre o passado, e a tendência chauvinista que privilegia a literatura brasileira sobre a portuguesa. Parte-se erroneamente da impressão de que compreenderemos melhor o mundo contemporâneo se consagrarmos maior atenção aos escritores vivos, relegando os clássicos a uma posição secundária. Essa impressão ignora o fato óbvio de que uma obra clássica é tão atual no presente quando na época em que foi escrita. A subliteratura é sempre irrelevante para o presente. Imagine-se o que teria acontecido se um professor de literatura brasileira nos anos 20 tivesse tido a idéia “progressista” de excluir do currículo Machado de Assis, substituindo-o pelo autor mais em moda e mais recente naquele momento: Coelho Neto. Duvido que as infelizes vítimas dessa experiência pedagógica tivessem adquirido melhores instrumentos para entender sua época lendo “O Rei Negro” que lendo “Dom Casmurro”. Advoga-se, por outro lado, senão o fim do estudo da literatura portuguesa, pelo menos sua equiparação às outras literaturas estrangeiras. Pergunto ao excelente crítico literário, que é o principal defensor dessa idéia, qual seria o nível atual da literatura dos Estados Unidos, se os Departamentos de Letras das universidades americanas impuses-

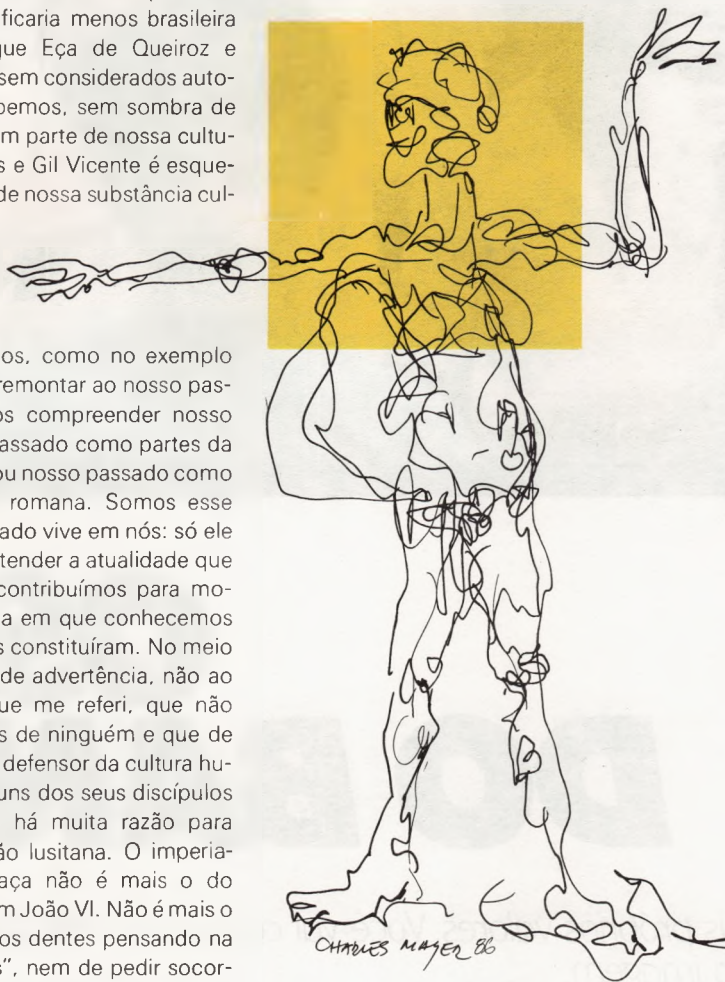
sem o estudo exclusivo, ou preponderante, de autores puramente nacionais, como Faulkner ou Hemingway, ou no máximo de americanos expatriados, como T. S. Eliot, Henry James e Ezra Pound, em detrimento de autores ingleses como Joyce e Lawrence. Seria preciso ser muito persuasivo para convencer essas universidades de que o estudo de Shakespeare deve ter o mesmo peso nos currículos que o de Racine, Calderón ou Gryphius. Com toda razão, elas responderiam que Shakespeare é infinitamente mais relevante para a cultura americana que Racine. Nossa literatura ficaria menos brasileira no momento em que Eça de Queiroz e Fernando Pessoa fossem considerados autores estrangeiros. Sabemos, sem sombra de dúvida, que eles fazem parte de nossa cultura. Esquecer Camões e Gil Vicente é esquecer a parte mais viva de nossa substância cul-

tural. Nestes exemplos, como no exemplo do latim, trata-se de remontar ao nosso passado, para podermos compreender nosso presente: ou nosso passado como partes da história portuguesa, ou nosso passado como herdeiros da cultura romana. Somos esse passado, e esse passado vive em nós: só ele pode ajudar-nos a entender a atualidade que nos modela, e que contribuímos para modelar na exata medida em que conhecemos as influências que nos constituíram. No meio tempo, uma palavra de advertência, não ao brilhante crítico a que me referi, que não precisa receber lições de ninguém e que de resto é um veemente defensor da cultura humanística, mas a alguns dos seus discípulos mais belicosos: não há muita razão para temer a recolonização lusitana. O imperialismo que nos ameaça não é mais o do tempo do Senhor Dom João VI. Não é mais o momento de ranger os dentes pensando na "noite das garrafadas", nem de pedir socorro ao Almirante Cochrane para evitar o revide das Cortes. Nas condições contemporâneas, em que enfrentamos o risco de uma desfiguração da língua por influência de idiomas mais agressivos, nossa identidade cultural será tanto mais forte quanto maior for nosso apego à tradição, e a literatura portuguesa é uma parte indissociável dessa tradição.

O francês e o inglês no estudo das humanidades

Já que estamos falando em tradição, na tradição brasileira as principais línguas

... Mas na perspectiva de de um ensino humanístico, o fazer é menos importante que o saber. A prática das artes pode ser dispensada, mas não sua história.



ensinadas nas escolas foram o francês e o inglês. Como não me atrevo a sugerir o ensino do alemão, do italiano e do espanhol, limito-me a dizer que essa tradição deve ser mantida, o que implica restaurar o francês como disciplina obrigatória. É um sinal dos tempos que seja preciso recordar coisas óbvias, como a importância do francês enquanto idioma oficial de metade da África, ou veículo de uma cultura que apesar dos pesa-

res continua sendo uma das mais influentes do mundo. É tempo de enterrar de vez o lugar comum de que a cultura francesa está em decadência. Podemos distinguir três vagas de influência francesa no Brasil. Na primeira, no final do século 18, ela nos chegava sob a forma das "idéias francesas", as obras dos Enciclopedistas, que tinham cheiro de enxofre e faziam tremer o trono e o altar. Na segunda, que predominou durante mais de um século, ela assumiu a forma de uma colonização cultural indiscriminada, estendendo-se desde a moda à culinária, desde a comédia de *boulevard* ao tratado do direito constitucional. Paris nos ensinava a ver, sentir e pensar. Na terceira, que começou depois de 1945, a influência americana entrou em ascensão, sem que com isso a francesa desaparecesse. Ela fez o que fazem as espécies ameaçadas de extinção: especializou-se. Em vez de ser uma presença difusa atravessando inteiramente nosso cotidiano, ela se concentrou na filosofia e nas ciências humanas. Essa terceira fase conheceu vários ciclos. No pós-guerra, houve o ciclo existencialista, com Sartre e Camus; nos anos sessenta, tivemos o ciclo estruturalista, com Lévi-Strauss, Althusser, Poulantzas, Lacan; e vivemos, atualmente, o ciclo pós-estruturalista, com autores como Foucault e Derrida, Barthes e Deleuze, Castoriadis e Baudrillard. Não há sinais de que essa extraordinária criatividade esteja por se esgotar. A irradiação cultural parisiense não se limita à América Latina, e atinge áreas culturais tradicionalmente imunes à sedução francesa, como os Estados Unidos, até recentemente *chasse gardée* da filosofia analítica, e que hoje está sob a gravitação dos pós-estruturalistas franceses, e a Alemanha, que desde a guerra ignora a cultura de além-Reno, mas que neste momento lê febrilmente os autores franceses, principalmente depois que Jurgen Habermas escreveu em *Le Monde* que nos últimos dez ou vinte anos as principais influências culturais vieram de Paris. Em suma, tudo indica que a oração fúnebre da cultura francesa foi pronunciada cedo demais. É justamente nesse momento que o Brasil resolve abolir o ensino obrigatório do francês. Com isso, ficamos entregues, de mãos atadas, a uma única influência cultural: a anglo-saxônica. A revivescência do ensino do francês teria no mínimo a vantagem de permitir aos nossos estudantes uma escolha entre as duas culturas. É preciso evitar mal-entendidos: não estou cometendo o ridículo de identificar o inglês com a tecnocracia, e o francês com as humanidades. Estou simplesmente partindo do fato empírico de que o francês sempre foi vetor da respectiva cul-



OS VALORES DO BANCO

Refleta sobre seus próprios valores. Você vai concordar: eles sustentam a sua conduta e promovem a sua imagem.

Com a imagem de uma instituição financeira também é assim: ela deriva de seus mais sólidos valores. Valores que são o alicerce de sua atuação na sociedade.

Para o Banco do Brasil, segurança, solidez e garantia são os seus valores fundamentais.

Estes valores, somados, resultam na confiança que o povo brasileiro deposita no Banco do Brasil. E esta credibilidade é que mantém o Banco do Brasil em posição de destaque na preferência de serviços bancários.

É assim que o Banco do Brasil presta seus serviços: identificando seus valores com os valores da sua gente. Por isso, na cidade ou no campo, com grandes



LORES DO BRASIL.

ou pequenos clientes, a sua relação é de mútua confiança.

Foi dessa maneira que o Banco do Brasil assumiu uma liderança natural ante as gerações. Pela contínua reafirmação de seus propósitos e objetivos de banco social. E pela permanente disposição de acompanhar a evolução do País. Daí a cotação tão alta de seu nome e o imenso crédito de que desfruta junto à população.

É que a sociedade brasileira sabe avaliar quem merece o seu crédito e o Banco do Brasil acredita na sociedade brasileira.

Assim, é por causa do Banco do Brasil que seus clientes são fortes. E é por causa de seus clientes que o Banco do Brasil é o mais sólido banco do Brasil.

Você percebeu o valor dos valores do Banco do Brasil?



BANCO DO BRASIL

O País conta com esta força.

tura, o que não parece ser a vocação do inglês. Na fase da hegemonia parisiense, junto com o francês vinham Corneille e Molière, Victor Hugo e Rimbaud; na fase atual de hegemonia americana, não se pode dizer que junto com o inglês venham Donne e Shakespeare, Byron e Joyce. Nossos avós eram patéticos, em sua submissão mental a Paris, mas pelo menos sabiam de cor o diálogo entre o Cid e Don Diego; nossas filhas são igualmente patéticas em sua submissão mental a Washington, com a agravante de que nunca ouviram falar na *Waste Land*. Das duas alienações culturais, a francesa foi de longe a mais civilizadora. Minha proposta é portanto que além de se restaurar o ensino da língua e literatura francesa, seja repensado o ensino do inglês, de modo a fazer do seu aprendizado uma experiência menos mecânica que a que se pode ter num laboratório de línguas, no Instituto Berlitz. Somente assim seria possível resgatar o inglês para o estudo das humanidades. Ele não seria apenas a língua dos redatores da revista *Time*, mas a língua em que Milton escreveu *Paradise Lost*.

Conceber o mundo como história

O estudo da história tinha tradicionalmente fins edificantes. Aprendia-se história para seguir os bons exemplos, os dos varões de Plutarco, nas *Vidas Paralelas*, ou os de Tito Lívio, em suas *Décadas*. Bossuet deu-se ao trabalho de escrever para seu real pupilo, o Delfim de França, um tratado de história universal, com fins pedagógicos. O ensino da história tinha uma função cívica e patriótica. Várias gerações de estudantes aprenderam a admirar nos livros de Albert Malet as virtudes republicanas pregadas por Michelet. Também no Brasil aprendemos a respeitar a *virtù* cívica, em Feijó, ou guerreira, em Caxias. Mas a história, além de edificante, também sabia contar estórias, que estimulavam a imaginação infantil. Ela tinha um enorme componente lúdico: o prazer que sentíamos ouvindo a história de Rômulo e Remo era herdeiro direto do prazer que tínhamos sentido antes, ouvindo outras histórias de crianças abandonadas, como Hansel e Gretel, ou João e Maria. Tudo isso acabou. A história ou não existe mais, ou perdeu sua autonomia, confundida com a geografia, ou tornou-se desinteressante. Há várias maneiras de tornar a história desinteressante. Há a maneira convencional, em que ela se reduzia a uma sucessão de datas, num palco em que gesticulavam reis e generais. O importante era saber em que ano tinha se travado a

batalha de Salamina. Há a maneira da história quantitativa, em que aprendemos qual a taxa de natalidade e mortalidade da Bretanha, na última década do século 18. O importante é conhecer o comportamento histórico dos preços dos gêneros alimentícios. E há a maneira do marxismo vulgar, que foi ensinado no Brasil em manuais curiosamente tolerados pela censura do regime autoritário. Neles, não havia mais pessoas; só havia estruturas. A história da Grécia não mencionava os nomes de Péricles ou Alcibiades: só havia um estranho personagem chamado “modo de produção”, que estava presente em Esparta e Tebas, e produzia sempre os mesmos efeitos. Era uma história sem superestruturas; o importante era saber como se dava a luta de classes na Grécia dos tiranos, em contraste com a Grécia democrática, e não saber o que pensavam os filósofos eleáticos sobre a natureza da matéria. Sem dúvida, tudo isso é mais sério que a história impressionística de Michelet, mas que paixão nesse impressionismo! Reconhecemos a superioridade da história científica, mas que saudades de Albert Malet! Era uma historiografia deliciosamente absurda. Lembro-me de uma gravura do Grand Condé, com sua peruca empoada, e embaixo uma legenda que se referia à “laideur épique”, à feiúra épica do retratado. Impossível encontrar um retrato de Napoleão sem uma legenda derivando cuidadosamente traços de caráter de traços fisionômicos: testa ampla, denotando a vastidão dos pensamentos, olhar de águia, denotando os projetos guerreiros. Um psicologismo inocente impregnava tudo: se apenas Luiz XVI tivesse dado ouvidos a Necker, em vez de se deixar influenciar pela *clique* que rodeava Maria Antonieta! Essa história não formava pesquisadores, mas era um estímulo para o sonho, e portanto para a ação. Talvez nem sequer formasse bons cidadãos, como era sua intenção explícita, mas fazia algo de mais importante: ensinava a conceber o mundo como história. Mais de uma vez, lendo as explicações de Malet sobre “as causas da Revolução francesa”, tive a ilusão de que o autor estava falando sobre o Brasil contemporâneo. Era uma história que treinava o espírito para o hábito do pensamento retrospectivo e prospectivo, como memória e antecipação, recaptura do passado e vivência do presente como história, isto é, um presente plástico, maleável, habitado por um futuro que depende de nós concretizar. Nada mais ideológico que essa história: a ideologia da “bourgeoisie conquérante”, para a qual não havia obstáculos à vontade humana, e que não tinha descoberto ainda o grande abismo entre o “terceiro

estado” e a classe operária. Mas atrás de tudo isso havia um enorme sopro democrático, que compensava todas as ingenuidades. Era uma história épica, cujo herói era o homem. Reencontrei depois a mesma larga inspiração homérica em vários livros de história “adulta”: a história da cultura grega em Burckhardt, a história romana de Gibbon e Mommsen, e a história sangrenta da grande injustiça contra o proletariado, no primeiro volume do *Capital*. Será uma utopia imaginar uma nova história que seja tão científica como a atual, sem abrir mão do que fazia a grandeza da antiga — a capacidade de estimular o pensamento, mas também o imaginário, de fazer-nos sofrer sofrimentos que não são nossos, de viver experiências que não nos pertencem, de evocar o passado, trazendo-o para o presente, de projetar no passado nosso presente, reconhecendo-o como algo de único, e ao mesmo tempo como a repetição de velhos protótipos? Sem uma história assim, que permita realizar o sonho de Walter Benjamin — salvar o passado, no momento em que o reconhecemos como sincrônico com o nosso presente, num instante de perigo — o projeto de restaurar as humanidades seria necessariamente incompleto.

Filosofia – a crítica como razão de ser

Seria um pouco difícil, depois de Merleau-Ponty, fazer um “elogio da filosofia”. Todos sabemos o que está em jogo: nenhuma outra disciplina está tão carregada de história, a história dos erros e acertos com que a humanidade, em sua sabedoria e em sua cegueira, tentou pensar-se e pensar o mundo. Refazer o extenso itinerário ao longo do qual os pré-socráticos especularam sobre a substância do universo e Platão e Aristóteles sobre a natureza do homem e suas instituições; os pensadores medievais tentaram conciliar a verdade humana e a verdade revelada; Bacon e Descartes lançaram as bases do pensamento moderno; Spinoza e Leibnitz criaram os primeiros grandes sistemas idealistas; Kant tirou a filosofia do seu “sono dogmático”, mostrando sob que condições a razão pode atingir a verdade, orientar a ação e fundamentar o juízo estético; Hegel tentou restaurar a unidade dessa razão desmembrada, na mais extraordinária construção especulativa de todos os tempos; Marx, invertendo Hegel, anunciou a decomposição do Espírito Absoluto, substituindo-o pelo homem como ser produtivo concreto, e declarou que não era mais o momento de inter-

pretar o mundo, e sim de transformá-lo; Nietzsche anuncia a morte de Deus, e combate o niilismo em nome de Dionisos; Heidegger tenta destruir a metafísica Ocidental, em busca do Ser exilado; Derrida tenta deconstruir o logocentrismo, em busca da escrita primordial, a *Urschrift*, reprimida pela Voz; o positivismo lógico e seus descendentes, como a filosofia analítica, desmascararam as proposições vazias, metafísicas, inverificáveis, ou tautológicas, numa ascensão necessária e suicida — refazer todo esse caminho é refazer o trajeto da razão humana. A filosofia está assim no centro das humanidades. Impossível ser relativista, reconhecendo, em formas tão variadas, o mesmo impulso de encontrar a verdade; impossível ser dogmático, nesse “festim báquico” de que falava Hegel, nesse campo de batalha, *Kampfplatz* de que falava Kant, em que coexistem tantos convivas e tantos combatentes, todos advogando filosofias absolutamente plausíveis e absolutamente contraditórias entre si. Por isso, o filósofo é crítico, embora não seja cético. Não desespera da verdade, mas recusa todas as certezas, considerando-as provisórias, e sujeitas a serem relativizadas por novos argumentos. É óbvio que uma disciplina que tem a crítica como razão de ser não pode ser estimulada pelos regimes autoritários. A filosofia é a atividade do pensamento enquanto pensamento, a razão em sua negatividade pura, que não pode ser posta a serviço de nenhum projeto de escravização do homem. A razão filosófica é inimiga nata da razão de Estado: não é por acaso que ela foi suprimida dos currículos brasileiros. Agora que ela está a ponto de ser reintroduzida nas escolas e universidades, temos que ficar atentos para não recairmos em antigos erros, ou incidirmos em novos. O ensino tem que ser essencialmente pluralista, sem privilegiar nenhuma doutrina específica, o que não significa, obviamente, a ausência de todo ponto de vista. Se apresentássemos todas as doutrinas como equivalentes, sem paixão, estaríamos formando sofistas, não filósofos. É da essência da filosofia ver a sucessão das doutrinas a partir de uma posição teórica, de um *a priori*, que pode ser tomista, positivista ou marxista. O importante é que esse ponto de vista permita o livre confronto com todas as correntes: ele deve ser um jato luminoso que torne visíveis aspectos que de outro modo não seriam percebidos, e não um refrator que exclua ou deforme aspectos incompatíveis com o ponto de vista adotado. O que havia de errado nos antigos manuais jesuítas não era o fato de serem tomistas, e sim o de serem esquemáticos e simplifica-

dores; o que haveria de errado num manual que expusesse a filosofia segundo a ótica da Academia de Ciências de Moscou não seria o fato de tal manual ser marxista, e sim, pelo contrário, de que, sendo cartilha, seria por definição incompatível com o marxismo, que é trabalho do pensamento, e não dogma.

O papel formador da educação artística

Enfim, entramos no reino da arte: a pintura, a escultura, a arquitetura, a música. A estética idealista alemã atribuía à educação artística um papel formador especialmente importante. Para Schelling, cabia à arte reconciliar consigo mesma a modernidade dilacerada em fragmentos estanques — o Estado, a sociedade, a família —, e unificar o homem dividido em papéis sociais distintos — o cidadão, o burguês, o particular. Schiller é autor de uma série de *Cartas Sobre a Educação Estética do Homem* (1795), nas quais expõe a doutrina da arte como força pedagógica, capaz de mediar entre a sensibilidade e a razão, elevando o homem puramente sensível à esfera da forma e do pensamento, e reconduzindo o homem puramente espiritual ao mundo dos sentidos. Até hoje certas pedagogias de origem alemã (como a antroposofia de Rudolf Steiner, que está na origem da *Waldorf Schule*) conferem à educação artística um valor superior à educação intelectual. As crianças aprendem a tocar flauta e violino, mas poucas deixam a escola com especial entusiasmo pela leitura. Sem voltarmos à filosofia educacional de Platão, que considerava a música fundamental na formação da classe dos guerreiros, nem sequer a práticas pedagógicas mais recentes, que incluíam o ensino obrigatório do canto e do piano, é incontestável que noções de música e de desenho seriam valiosas. Mas na perspectiva de um ensino humanístico, o *fazer* é menos importante que o *saber*. A prática das artes pode ser dispensada, mas não sua história. Um estudo histórico da pintura, de Giotto a Picasso, da arquitetura, de Palladio a van der Rohe, da música, de Palestrina e Schoenberg, e do cinema, dos irmãos Lumière a Bertolucci, seria o coroamento necessário de todas as outras disciplinas humanísticas.

Quatro vantagens a favor das humanidades

Mas por que esse *plaidoyer* a favor das humanidades num país em desenvolvi-

mento como o Brasil, que tem tantas outras prioridades? Que teríamos a ganhar com sua restauração nos currículos escolares e acadêmicos? Vejo pelo menos quatro vantagens.

Em primeiro lugar, o cultivo das humanidades constitui um contrapeso necessário à difusão da cultura tecnocrática entre nós. Bem entendido, isso não significa nenhuma oposição nem à técnica nem à ciência. Supor isso seria caricaturar o humanismo, que ao contrário sempre conviveu brilhantemente com a cultura científica. Leonardo da Vinci é em geral apontado como o paradigma do “homem universal” da Renascença, versado tanto nas artes como nas ciências, mas não é de modo algum um caso único. Um humanista como Leon Battista Alberti (1404-1472) compôs élogos em latim, mas conhecia também vários ofícios manuais, era físico e matemático, e inventou a “câmara obscura”. A Renascença foi a época das humanidades, mas também a de um enorme progresso científico e tecnológico. A proposta de reviver as humanidades no Brasil não pode, sem obscurantismo, implicar qualquer hostilidade às disciplinas científicas. Ela implica, isso sim, uma oposição de princípio ao transbordamento da ciência e da técnica além de sua esfera específica de validade. Em seu sentido integral, a razão é a unidade da razão científica, prática e estética, que Kant teorizou, como momentos autárquicos, em suas três críticas. Não podemos aceitar o *putsch* da parte contra o todo: a razão científica que se impõe como único padrão de racionalidade, submetendo a totalidade da vida a seus imperativos funcionais. Podemos e devemos frear a tendência a pensar tecnicamente problemas que não são técnicos. É incontestável que as humanidades podem contra-arrestar essa tendência, que se reforçou nos últimos anos pela predominância do complexo científico-tecnológico durante o regime autoritário.

Em segundo lugar, o manejo das humanidades torna o espírito infinitamente mais versátil. Entre as várias especialidades exigidas por uma sociedade industrial moderna está a de transcender as outras especialidades, num sobrevoô generalista capaz de estabelecer inter-relações instantâneas entre várias áreas do saber. Num mundo cada vez mais fragmentado pela divisão de trabalho, em que cada um de nós conhece cada vez mais sobre cada vez menos, a figura do generalista competente, que nenhum computador pode substituir, torna-se indispensável para evitar a total atomização da vida. Este é um ponto crucial: a defesa das humanidades, longe de representar uma fuga nostálgica para o passado, acaba se revelan-

do parte de um projeto totalmente moderno e totalmente conciliável com as exigências de um país em desenvolvimento como o Brasil. Não somente não há incompatibilidade entre as humanidades e o desenvolvimento, como um humanismo bem compreendido é um pressuposto necessário do processo de modernização. Uma boa formação humanística prepara muito mais eficientemente para um mercado de trabalho em constante processo de mutação tecnológica que qualquer formação profissionalizante *stricto sensu*. Ouvi certa vez o chefe de pessoal de uma grande empresa brasileira afirmar que não tinha como aproveitar candidatos com esse tipo de formação profissionalizante, mas que podia em poucas semanas transformar um latinista num competente gerente de vendas.

Em terceiro lugar, o cultivo das humanidades pode contribuir para o hábito do pensamento crítico, sem o qual nossa jovem democracia não poderia sustentar-se. Sem dúvida, temos que evitar as simplificações. A história está cheia de exemplos de coexistência pacífica entre uma rica civilização humanística e um regime absolutista — basta lembrar a Florença dos Médici, a França de Luiz XIV e a Áustria de Maria Tereza. Além disso, a extraordinária tradição humanística da Alemanha nada fez para impedir o nazismo, e pelo contrário, tudo indica que as humanidades conviveram sem grandes atritos com o Terceiro Reich. Dachau ficava a poucos quilômetros de Munique, com suas pinacotecas e suas salas de concerto, e Weimar, a cidade de Goethe, não ficava longe de Buchenwald. Alguns dos maiores carascos nazistas, encarregados da “solução final” na Europa do Leste, eram intérpretes sensíveis de Bach, e leitores atentos de Rilke. Mas invocar esses argumentos significa desconhecer a dialética da cultura. Horrorizar-se com a coexistência da cultura com a barbárie é algo que só pode ocorrer a quem tinha, de saída, uma visão idealista da cultura, vista como a esfera dos valores excelsos, que nada tem a ver com as realidades sórdidas da vida. Ora, ninguém pode sustentar essas puerilidades depois de ter lido Marx e Freud: Marx, que mostrou como a cultura se enraíza num contexto de exploração social, e Freud, que mostrou que ela é sofrimento sublimado, e se destina a tornar suportáveis os sacrifícios pulsionais exigidos por uma sociedade injusta. Longe de ser um Parnaso elevando-se acima das nuvens, a cultura está umbilicalmente ligada ao mundo do trabalho e à violência de classe — é o outro lado de uma sociedade regida pelo valor de troca e pelo princípio da utilidade. É por isso

que Benjamin pôde dizer que “todos os bens culturais... têm uma origem sobre a qual não se pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie”. Nesse sentido, não podemos dizer que as humanidades traíram na Alemanha nazista sua vocação essencial, pois desde a origem elas têm com a barbárie uma relação íntima. Ao mesmo tempo, ela se eleva acima das circunstâncias de sua gênese e acena, por sua própria estrutura interna, para um futuro além da barbárie. Adorno disse que escrever poesia depois de Auschwitz é um ato bárbaro, mas acrescentou: deixar de escrever poesia é igualmente bárbaro. Essa é a dialética

da cultura, que não é percebida nem pela estética idealista, que ignora os condicionamentos materiais, nem pelo materialismo vulgar, que confunde a origem da obra de arte com sua validade. A cultura pode aliar-se à barbárie: mas a ausência de cultura é a barbárie. Sua demolição é sempre, necessariamente, um gesto bárbaro, quer se trate de uma horda goda incendiando uma biblioteca romana, quer de um guarda-vermelho chinês quebrando discos de música ocidental. Sem a divisão de trabalho entre produtores manuais e intelectuais e sem a apropriação privada do excedente, não haveria a música de Mozart, mas a música de Mozart nada tem a ver com essas relações sociais. Em seu conteúdo, como promessa de felicidades, ela alude a novas relações sociais, além de todas as servidões contem-



É incontestável que as humanidades podem contra-arrestar essa tendência, que se reforçou nos últimos anos pela predominância do complexo científico-tecnológico durante o regime autoritário.

porâneas. É por isso que se em sua gênese a cultura é fruto de uma injustiça, em seu funcionamento ela *tende* a denunciar a injustiça. Sem dúvida, o amor pelas humanidades não é nenhuma garantia absoluta de comportamento humano, e os exemplos nazistas confirmam esse fato. Mas há outros exemplos, que apontam em outra direção: a queima de livros, a condenação da arte moderna como “degenerada”, a frase de Goebbels de que sentia vontade de sacar o revólver quando ouvia falar em cultura, ilustram o desconforto do poder fascista diante de uma cultura vista como subversiva. Não há melhor prova de que se a cultura pode ocasionalmente dobrar-se ao poder, sucumbindo às velhas afinidades genéticas com a barbárie, o poder sente-se mais à vontade onde não há cultura. Talvez a melhor maneira de resumir esse debate é dizer que não há uma relação *necessária* entre as humanidades e o pensamento progressista, mas há uma relação *probabilística*. Um professor de latim pode denunciar estudantes, e um torturador pode aplicar choques elétricos ouvindo Beethoven, tais fatos são e permanecerão raros. Uma imersão ampla nas humanidades, que não abranja apenas a música e a filosofia, como nos exemplos citados, mas igualmente a filosofia, com tudo o que ela comporta de questionamento e crítica, e a história, com seus inesgotáveis ensinamentos sobre a tirania e a resistência à tirania, cria pelo menos uma *presunção* de que os indivíduos sujeitos a esse processo não serão presas fáceis do autoritarismo. Exercitado pelo confronto incessante com autores antigos e modernos, tendo adquirido o hábito de dialogar com idéias e arbitrar entre posições contraditórias, o pensamento se torna mais apto a desmascarar os sofismas do poder e a resistir às investidas do obscurantismo.

Em quarto lugar, e não menos importante: as humanidades são uma fonte de prazer. Estamos tão habituados a submeter tudo à lei da utilidade, que mal podemos conceber a idéia de uma práxis cultural desinteressada, que não sirva para formar bons cidadãos, bons brasileiros ou bons pais de família. Nosso humanismo, quando existe, é um pouco envergonhado, e quase nos sentimos constrangidos a justificar nosso amor por Ovídio e Fedro dizendo que as *Metamorfoses* são úteis para compreender a dialética e as histórias de animais são úteis para compreender as relações entre os homens. As humanidades servem para tudo isso, mas ainda que não servissem para nada, mereceriam ser cultivadas simplesmente porque nos dão prazer. Esse prazer não é necessa-

riamente sublime. Pode ser áspero e sensual, violento como o gozo de um fauno, acre como o suor dos marinheiros de Ulisses, ou ritmado como o balanço dos seus remos. Sem dúvida, podemos ser melancólicos com o Príncipe da Dinamarca, elegíacos com Hoederlin, iconoclastas com Jarry. Mas podemos recusar todos esses prazeres, e preferir, com Catullo, o prazer mais intenso de amar Lesbia. “*Vivamus, mea Lesbia, atque amemus./rumoresque senum severiorum/omnes unius aestimemus assis./ Soles occidere et redire possunt:/ nobis cum semel occidit brevis lux./ nos est perpetua una dormienda./ Da mi basia mille, deinde centum./ dein mille altera, dein secunda centum./ deinde usque altera mille, deinde centum.*” Vivamos, minha Lesbia, e amemos, pois os resmungos dos velhos rabujentos não valem um só vintém. Os sóis podem pôr-se e nascer de novo. Quando a luz breve se extingue, resta-nos a noite, que dormiremos inteira. Dá-me mil beijos, e depois cem, e depois mais mil, e depois cem novamente, e depois mil mais uma vez. Fechamos os olhos, com Proust, e deixamo-nos guiar pela memória involuntária. Ouvimos o riso das “jeunes filles en fleur”, e os sinos de Martinville. Balbec ressurgiu, imemorial, e toda uma vida, e uma época inteira. O museu imaginário de todos os séculos está à nossa disposição: foi para nós que Rafael e Kandinski pintaram suas telas perfeitas. E supremo prazer: o tempo nos obedece. O fluxo se imobiliza, dócil a nosso capricho. Somos eternos, somos imortais. Goethe teve ainda que implorar para que o instante durasse eternamente: “*Verweile doch, du bist so schön*”. No mundo das humanidades, sujeito unicamente ao princípio do prazer, em que todo desejo é automaticamente real, parar o tempo é uma tarefa simples. Sabemos, graças a Keats, que a beleza será nossa para sempre:

*“A thing of beauty is a joy forever;
Its loveliness increases; it will never
Pass into nothingness.”*

Não voltar ao passado, mas tornar possível o futuro

Resgatar as humanidades, nas condições atuais do Brasil, supõe três rupturas: com a pedagogia tradicional, com a tecnocracia e com o populismo.

Tentei mostrar, na primeira parte deste ensaio, que em nossa pressa de arremessar à lata de lixo da história o beletrismo e o bacharelismo dos nossos pais, jogamos fora muitas coisas valiosas, que não podem ser facilmente substituídas. A cultura tradicional era uma camada de verniz recobrimo uma realidade desumana; hoje a realidade continua desumana, e não temos sequer a proteção desse verniz. O jovem Marx exprimiu claramente esse dilema. “*Die Kritik hat die imaginären Blumen an der Kette zerpfleuekt, nicht damit der Mensch die phantasielose, trostlose Kette trage, sondern damit er die Kette abwerfe.*” A crítica, diz Marx, não arrancou as flores imaginárias que enfeitavam nossos grilhões para que suportássemos esses grilhões sem qualquer consolo e qualquer fantasia, mas para que rompéssemos os grilhões. Ora, o que aconteceu com a demolição da cultura tradicional foi exatamente isso: as flores foram arrancadas, e ficaram os grilhões. Rompê-los é uma tarefa política, e não cultural; mas sem uma ação cultural concomitante, a batalha não poderá ser ganha. Ela supõe a recuperação da cultura popular, ameaçada pela cultura de massas, a democratização e deselitização do ensino, a contenção e reorientação da indústria cultural. E supõe o ensino das humanidades. Mas o resgate das humanidades tem um sentido de renovação, não de restauração. Não se trata de voltar ao passado, mas de tornar possível o futuro. É preciso, para isso, romper com a antiga pedagogia, com os antigos métodos. A velha educação tinha seus méritos, como tentei demonstrar, mas não pode ser idealizada. O latim figurava nos currículos, mas poucos aprendiam latim: em geral, os professores indicavam trechos de César ou Cícero que “caíam na prova”, e os alunos simplesmente decoravam a tradução. A história era muitas vezes um exercício lúgubre, cheio de datas e nomes. A filosofia era ensinada por padres bem-intencionados, que ditavam a aula e escreviam no quadro negro chaves e esquemas, que os alunos copiavam em seus cadernos. A música era ensinada por senhoras bondosas, com um buço medonho e uma voz operística, que exercitavam as crianças numa coisa degradante chamada “canto orfeônico”. É claro que apesar de tudo a velha escola conseguiu produzir pessoas infinitamente mais preparadas que as que emergiram do ensino massificado posterior, mas isso não justifica o anacronismo dos métodos. O fortalecimento das humanidades terá que ser acompanhado por uma habilitação mais cuidadosa dos professores, com base numa pedagogia que enfatize o debate, a pesquisa, a reflexão original, e que

desenvolva a capacidade de usar os conhecimentos adquiridos para compreender melhor a atualidade, e para criticá-la.

Quanto à tecnocracia, vimos como ela ensaiou seus primeiros vôos no Brasil desenvolvimentista dos anos 50, numa época em que aprendíamos nos livros americanos que o ideal era acabar com o antigo *ethos* cultural, de origem católica e ibérica, que privilegiava as humanidades, substituindo-o por outro, mais “calvinista”, que estimulasse valores empresariais e favorecesse as profissões dinâmicas, diretamente ligadas ao processo de desenvolvimento. Uma das primeiras providências do governo autoritário que se seguiu foi assinar um convênio com a USAID, que punha em prática várias dessas idéias. A base doutrinária da nova política foi a “educação como investimento”, destinada a formar “recursos humanos” para o mercado de trabalho. O programa tecnocrático foi brilhantemente bem-sucedido. Ele conseguiu ao mesmo tempo gerar o “capital humano” exigido pelo milagre econômico, e silenciar o pensamento crítico, pelo expurgo das humanidades. Com a volta ao regime democrático, as asas da tecnocracia foram cortadas, mas ela está pronta a levantar vôo, quando as condições se tornarem novamente propícias. Ao contrário do mocho de Minerva, que só alça seu vôo ao cair da noite, ela prefere voar de dia, participando da batalha e cevando-se com os mortos. Mesmo agora ela ainda é suficientemente forte para opor-se ao projeto de reviver as humanidades, alegando que elas são incompatíveis com o desenvolvimento. É verdade: elas são incompatíveis com o *seu* modelo de desenvolvimento, e esse é o melhor argu-

mento a favor das humanidades. Mas não são incompatíveis com um modelo democrático de desenvolvimento, que não supõe tanto a formação de recursos humanos, como de seres humanos, que podem ser engenheiros ou professores de filosofia, mas que num e noutro caso poderão, graças à base humanística que lhes é comum, contribuir para o desenvolvimento da única maneira digna de homens livres – participando, debatendo, construindo e criticando, isto é, exercendo plenamente sua cidadania.

Enfim, a proposta implica uma ruptura com o populismo. Pois para ele, as humanidades constituem um saber alienado, imposto autoritariamente. Em geral, a alta cultura é denunciada como elitista, ao mesmo tempo que se idealiza o saber “espontâneo” do povo, o saber que não se sabe enquanto saber. Ora, nada menos espontâneo que esse saber. Ele é fabricado politicamente pelos aparelhos culturais, e embora contenha elementos de uma cultura popular autêntica, é em geral uma colcha de retalhos composta de fragmentos banalizados da cultura hegemônica: mero senso comum, ou pior ainda, folclore, na acepção de Gramsci. Glorificando esse estilo do pensamento, o populismo está sendo conivente com as forças que pretendem cercar o acesso das classes populares à cultura superior, e portanto compactuando com a mais retrógrada das políticas, a que pretende reservar essa cultura para uma oligarquia sócio-econômica. Em outras palavras, o populismo prossegue, com outros meios, o programa da tecnocracia, como vimos a propósito do ensino da língua. No fundo, o populismo e a tecnocracia são os dois lados da mesma moeda. A tecnocracia se

legitima pelo saber técnico, o populismo por sua identificação com o povo; mas em seu funcionamento concreto, a tecnocracia é um populismo sem povo, e o populismo é uma tecnocracia sem técnica. No frigar dos ovos, o resultado é o mesmo: marginalização cultural das classes baixas, e extinção de sua consciência crítica. A tecnocracia atinge esse resultado “profissionalizando” as classes baixas, e o populismo idealizando sua cultura: nos dois casos, elas são privadas dos meios de pensar criticamente sua realidade. Não, as humanidades não são elitistas. Elitista é a política que as baniu das escolas secundárias, substituindo-as por um ensino vocacional cujo principal objetivo é encaminhar para o mercado de trabalho as crianças de classe baixa, impedindo seu acesso à universidade; elitista é a política que exclui as humanidades das universidades públicas, gratuitas, de boa qualidade de ensino, deslocando-as para as universidades pagas, em geral de péssima qualidade; elitista, finalmente, é a política que a pretexto de não sujeitar a criança a um saber alienado, deixa-a mergulhada numa pseudocultura “espontânea”, que em sua pobreza e indiferenciação bloqueia qualquer reflexão emancipatória, e nesse sentido é a principal aliada da oligarquia. ●

Sérgio Paulo Rouanet nasceu no Rio de Janeiro, em 1934. Diplomata de carreira, ensaísta e tradutor, publicou os livros “Édipo e o anjo – itinerários freudianos in Walter Benjamin”, “Teoria crítica e psicanálise” (1983) e “A razão cativa” (1984).

Resumen

HUMANIDADES

Reinventando las humanidades

Las humanidades son al mismo tiempo orden y transgresión. Son habitadas por un ideal normativo implícito, por un sueño de armonía, de equilibrio y de perfección; pero como ese orden está permanentemente en contradicción con todos los órdenes existentes, están siempre en transgresión. La búsqueda del orden pasa por la transgresión, esto significa que sólo se realizan plenamente en la democracia, la más frágil de las construcciones humanas, y también la más valiosa. Como enseñanza pero también como un juego, como trabajo del pensamiento y trabajo de lo imaginario, como reminiscencia, como conciencia crítica y anticipación utópica, son indispensables en una sociedad libre, y necesitan para vivir. En el Brasil democrático que comenzamos a construir llegó el momento de nuevamente inventar las humanidades.

Abstract

HUMANITIES

Reinventing the humanities

The humanities are, at the same time, order and transgression. They are inhabited by an implicit normative ideal, by a dream of harmony, of balance and of perfection; but since this order is permanently in contradiction with all existing orders, they are permanently transgressors. The search for order passes through transgression which means that they can only be completely fulfilled in a democracy, the most fragile of human constructions, and the most valuable. As instruction and also as play, as the work of thought and the work of the imaginary, as anamnesis, critical conscience and utopian anticipation, they are indispensable in a free society, and they need liberty to live. In a democratic Brazil which we begin to build now, the moment to reinvent the humanities has arrived.

A crise brasileira: dois séculos de permanência

A economia brasileira, ao integrar penosa e parcialmente sua estrutura, incorporou as várias formas de crise que tiveram um período de duzentos anos de gestação na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. A crise completa, em que se debate a economia brasileira, contém estas contradições não superadas que se transformam em obstáculos aparentemente intransponíveis, fechando as saídas antes utilizadas. As políticas econômicas que visam redinamizar o sistema acabam reativando a estrutura defeituosa, ampliando os conflitos e os custos sociais inerentes ao caminho percorrido pelo desenvolvimento. Assim, o *reformismo*, que pretende redinamizar a matriz perversa, conservando-a, e a *superação estrutural*, que encontra no *socialismo* a solução definitiva, acabam se defrontando como propostas opostas.



Das crises de subconsumo e "reflexas" às crises transplantadas: a forma simples e elementar da crise no capitalismo periférico.

Na estrutura produtiva simples, onde ainda exista, solitário, apenas o departamento que produz meios de consumo, as crises só podem se apresentar como contradição ou desajustes entre a capacidade produtiva de meios de consumo e a capacidade de consumo da coletividade. "Para a mercadoria, a primeira barreira, por conseguinte, é o consumo mesmo, a necessidade dela." (Karl Marx, *Grundrise*, Penguin Books, nº 19.)

Na economia primária exportadora, a produção interna de meios de subsistência não tem o poder de desenvolver as forças produtivas internas até o nível em que elas entrem em contradição com as relações de consumo e provoquem uma crise de subconsumo. A contenção da taxa de cresci-

mento das forças produtoras de meios de consumo resulta da apropriação externa de parcela substancial do excedente, da inexistência do departamento produtor de meios de produção, dos obstáculos e limites externos ao emprego de máquinas (Tratado de Methuen, por exemplo), e determinado pela divisão internacional da produção, do trabalho, da exploração e da técnica, então existente.

A contração da renda do setor dinâmico, voltado para o exterior, se refletia no nível de emprego e da produção interna; a ideologia do desenvolvimento, a visão que representa o crescimento da produção como um processo não dialético, sem contradições e limites, afirma que aquelas crises eram reflexas.

Mesmo na economia capitalista cêntrica, a contradição fundamental correspondente a uma estrutura industrial ainda simples, existente no início do século XIX, só podia manifestar-se como crise por insuficiência relativa de consumo. O bloqueio napoleônico, a dinamização dos setores têxteis e as transformações impostas à agropecuária

pelo crescimento industrial produziram, na Grã-Bretanha, as crises de 1810 e de 1816. A ideologia de Malthus mascara e a crítica de Marx revela a anatomia real daquelas depressões.

A única forma de crise possível numa estrutura industrial simples e elementar é a de insuficiência relativa de consumo diante do desenvolvimento da produção de meios de consumo, os únicos que, na estrutura simples e elementar, são produzidos industrialmente. Quando a indústria "se ergue sobre seus próprios pés" e constitui o departamento I, "nas primeiras décadas do século XIX", a produção de máquinas por meio de máquinas traz consigo a possibilidade de crises de desproporção (entre os setores já diferenciados) e de superprodução de meios de produção (superinvestimentos). Essa possibilidade se transforma em realidade, na Grã-Bretanha, a partir da crise de 1847. O crescimento do departamento I, produtor de máquinas, obriga a Grã-Bretanha a exportar as máquinas excedentes, a partir de 1843, ano em que é revogada a limitação legal à exportação de meios de produção. Em 1844, a lei alfandegária Alves Branco cria, no Brasil, os incentivos à importação das máquinas que a Inglaterra foi obrigada a exportar devido à insuficiência do mercado da Ilha para absorver as máquinas produzidas industrialmente.

As crises da economia açucareira, a crise de superprodução de café a partir de 1896¹, as medidas tomadas pelo estado de São Paulo para reduzir a expansão da produção², a queda de preço e o cartel do café evidenciam a insuficiência dos mercados interno e externo para absorverem a produção crescente (crise de 1901). A economia brasileira gerou auge e conheceu crises que foram tidas como "reflexas", mas que, na verdade, se verificaram devido ao aumento interno ou mundial da produção do produto (açúcar, borracha, café, cacau) em relação à capacidade de consumo. Só o ouro não se torna abundante e, por isso, seu ciclo se encerra por exaustão do mineral. Quando a contração da venda e a queda do consumo externo respondem pela depressão, as desvalorizações cambiais podem manter o nível de renda do setor produtor-exportador e a insuficiência relativa do consumo pode ser administrada, dentro de certos limites. Mas, se a contração da renda do setor nacional se deve a um aumento da produção mundial, a insuficiência do consumo em relação à produção nacional se torna permanente e a crise interna destrói definitivamente parte da capacidade produtiva e traça um novo desenho de seu espaço.



A ideologia desenvolvimentista obscurece os conflitos e as contradições decorrentes do aumento de produção e de produtividade para fazer com que a falta de investimento, a baixa produtividade, a insuficiência de poupança, a quantidade excessiva e a má qualidade da população obreira sejam os culpados pela depressão permanente das economias primário-exportadoras. A insuficiência relativa de consumo, a estreiteza e a limitação da demanda total, interna e internacional, que constitui a crise por excelência da estrutura produtiva em que existe, apenas, o departamento que produz meios de consumo, não pode ser determinada pela ideologia tecnicista. Esta forma de crise passa a ser chamada, eufemisticamente, de reflexa, como se ela decorresse da retração cíclica da renda das economias importadoras dos meios de consumo e dos produtos primários.

Só o ponto de vista do todo permite que se perceba que aquelas depressões que marcam a decadência de atividades agrícolas que dinamizaram a economia brasileira por um longo período são crises de insuficiência relativa do consumo: do ponto de vista interno, o nível de produção nacional e os incrementos de produção não têm o poder de provocar senão oscilações cíclicas. Só o ponto de vista da produção mundial, o ponto de vista da totalidade, evidencia que o crescimento total da produção engendra a insuficiência relativa de demanda mundial e impõe a redução permanente da escala da produção nacional. A ideologia desenvolvimentista paralisa o processo de entendimento e de determinação, elimina o ponto de vista do todo e cria a falsa imagem das crises reflexas.

A depressão dos anos 30 teve seus efeitos sobre a economia brasileira amortecidos, porque o governo federal se transformou no grande comprador de café, mantendo elevado o nível de demanda; por outro lado, ao impor-se a redução de importações, o consumo e a demanda internos, insatisfeitos, passaram a se abastecer da produção, que pôde se internalizar de forma parcial e incompleta.

Se as crises de insuficiência relativa de consumo que marcam o crescimento sinuoso do chamado modelo primário-exportador puderam ser representadas, pela ideologia desenvolvimentista, como crises reflexas das oscilações da economia capitalista cêntrica, a partir do crescimento industrial verificado no pós-guerra a crise da economia brasileira será devida à penetração do capital estrangeiro. São as determinações e especificidades daquele capital, suas contra-

dições transplantadas com ele, a particularidade de sua dinamização excludente, de início apoiada nos setores de luxo, que estebelecerão, na economia hospedeira, as formas sucessivas da crise. Ao se desenvolver na economia hospedeira, aquele capital transplantado acresce às contradições que moveram sua desconcentração, em nível mundial, as especificidades do contexto hospedeiro. Na economia brasileira, aquele capital não tinha história e não podia criar as instituições (crédito ao consumo, mercado internacional, sistema de comercialização, etc.) e as agências, as formas e o comportamento de política econômica que tentam administrar sua dinamização contraditória.

O transplante do capital sobreacumulado nas economias cêntricas e a contradição entre mercadoria e dinheiro mundial, que foi conhecida como "escassez de dólares". A ideologia keynesiana do subdesenvolvimento: o movimento de transplante e o nacional-entreguismo da economia hospedeira.

O governo norte-americano, desde a aplicação do *New Deal*, tivera de recorrer à elevação da dívida pública a fim de evitar a elevação da taxa de inflação. Como a dívida pública daquele país atingiu a marca insuperável de 120% do PNB dos Estados Unidos em 1946, o poder do governo de elevar o nível da demanda efetiva esbarrara no seu limite.

A reconversão da economia de guerra em economia de paz iria reativar a estrutura produtiva voltada para a produção de artigos de luxo que entrara em crise em 1929. Para que a dinamização da produção não fizesse desenvolver as contradições que precipita-

ram a crise de 1929, a superacumulação de capital nos setores de produção de artigos de luxo (5.300.000 veículos produzidos em 1929 contra 700.000 em 1943), os Estados Unidos deveriam exportar o "excedente", impedindo que, por exemplo, a relação população/estoque de carros voltasse a ser a de 1929: 110 milhões de pessoas para 27 milhões de carros em circulação.

Keynes, em Bretton Woods, percebeu que o problema do pós-guerra seria o de insuficiência de meios de pagamentos internacionais, escassez de moeda mundial. Sugeriu a criação de uma moeda fictícia internacional, o *bancor*, para irrigar os meios de pagamento. Raul Prebisch, o fundador da Cepal, não se apropriou apenas do modelo macroeconômico em que as variações da renda nacional, do volume de emprego e da produção foram colocadas como variáveis dependentes. Prebisch se apropriou, também, do diagnóstico que Lord Keynes apresentou, em 1941, sobre o estado de subdesenvolvimento das colônias e ex-colônias, e que consta do Tomo XXV da *Collected Works of John Maynard Keynes*.

O diagnóstico falso, inicial, que Keynes apresenta para a crise e a depressão dos anos 30, segundo o qual a insuficiência da demanda efetiva se devia ao baixo coeficiente de investimentos, era insustentável diante da elevada taxa de ociosidade do capital superacumulado. Esse diagnóstico, que se mostrava falso (mas útil) quando aplicado àquele contexto e ao nível de desenvolvimento das contradições e das crises cêntricas, se apresentava como aceitável e coerente nas economias retardatárias, subdesenvolvidas. A deficiência de investimentos era real onde a acumulação de capital incipiente não tinha ainda desenvolvido suas contradições. O diagnóstico correto em relação às economias capitalistas satélites deixa de ser verdadeiro ao ser aceito acriticamente, isto é, sem que sua aceitação explicitasse as contradições, conflitos e crises que os investimentos passarão a engendrar, ao se elevarem na economia hospedeira.



O diagnóstico dos males do capitalismo cêntrico — insuficiência dos investimentos — foi “explicado” por Keynes como resultante do obstáculo oposto à acumulação de capitais produtivos pela taxa de juros elevada; foi o próprio Keynes, no local anteriormente citado, quem modificou o diagnóstico em relação aos países subdesenvolvidos. A deterioração das relações de troca, dos preços de intercâmbio, formou a base do diagnóstico de Keynes, que Prebisch incorporou e a Cepal perfilhou sem declarar sua origem na ideologia cêntrica. Nas economias exportadoras de produtos extrativos e agropecuários, “devido à natureza desses produtos” — sustentava Keynes (*Collected Works of John Maynard Keynes*, Vol. XXV, p. 28, apud Santiago Fernandes, “A Illegitimidade da Dívida Externa do Brasil e do Terceiro Mundo”, pp. 28 e 29) — “ou à relutância de competidores estrangeiros renunciarem à sua parte no comércio, uma grande queda no preço se torna necessária para estimular um significativo aumento na quantidade (de exportações); então o país que estiver forçando seus produtos no comércio internacional sofrerá uma grande redução na renda obtida em relação ao volume das transações anteriores”.

Prebisch introjeta a culpa da “deterioração dos preços de intercâmbio”: ao invés de atribuir o fenômeno, localizado no nível superficial dos preços, às relações imperialistas, onde a dominação via diferenciais entre preços de exportação e de importação seria apenas a parte visível de um multiforme processo de exploração internacional, o ideólogo argentino atribui o “desajuste” ao achatamento salarial que os setores exportadores apresentam como resultado da elevada taxa de fertilidade dos trabalhadores e camponeses, ou seja, da “oferta ilimitada de mão-de-obra”, na expressão de Arthur Lewis. Essa compressão salarial reduz custos e os preços das mercadorias exportadas, fazendo recair a causa da “deterioração” sobre as economias exploradas.

Keynes não queria, tal como Prebisch, superar as contradições e as formas de dominação internacional que manietavam as economias satélites, subdesenvolvidas. A intenção deles era ajudar a soldar um sistema capitalista mundial pós-bélico, diante da ruptura do sistema monetário e creditício internacionais ocorrida quando os Estados Unidos substituíram a Grã-Bretanha como principal economia cêntrica. Diante da inexistência de um sistema financeiro internacional norte-americano, a “escassez de dólares” impediria a expansão do comércio externo e provocaria o rápido endividamento

das economias satélites, pobres e limitados mercados diante dos prognósticos da reconstrução cêntrica. Keynes propõe que os *bancores*, o dinheiro fictício sugerido em Bretton Woods, sejam os meios de pagamentos produzidos gratuitamente pelo centro capitalista e usados, ao máximo, para se apropriarem das matérias-primas, dos produtos primários e agropecuários dos povos dominados pela “nova moeda”.

Prebisch, depois do fracasso daquela proposta, tem a sensibilidade suficiente para perceber que, diante das dificuldades de realização do estreito limite imposto pela “escassez de dólares” às vendas internacionais, as mercadorias cêtricas deveriam ter sua produção transplantada para as economias hospedeiras a fim de fugir àquela contradição (entre mercadoria e dinheiro internacional). Carros, geladeiras, televisores, etc., passariam a ser produzidos nas economias hospedeiras e vendidos nas moedas nacionais dos países hospedeiros do capital transplantado.

A falta de poupança e de capital, o velho diagnóstico reafirmado erroneamente por Keynes, na Teoria Geral, justifica a aliança dos países subdesenvolvidos com os “investimentos estrangeiros complementares”, que ficavam vistos como necessários para romper o círculo vicioso da pobreza e para difundir o nível superior da técnica de que eram detentores, de acordo com os argumentos da escola andina.

Em nome do desenvolvimento nacional, os governos hospedeiros passaram a conceder os estímulos, incentivos e doações ao capital que as empresas multinacionais tinham de transplantar para a periferia, em decorrência do movimento de desconcentração do capital superacumulado no centro do capitalismo mundial.

O primado dos investimentos, a ideologia da técnica e de sua urgência vencem o nacionalismo de Vargas e se objetivam na estrutura produtiva dinamizada e dominada

pelo capital transplantado. Se o inimigo era o capital estrangeiro ao tempo de Getúlio Vargas, que criara a F.N.M., a Siderúrgica Nacional, a Companhia de Alcalis (de 1941 a 1943), a Petrobrás (1954), o novo inimigo passa a ser o “comunismo internacional” e o capital estrangeiro passa a ser o “aliado para o progresso” (V. Miriam Limoeiro Cardoso, “A Ideologia do Desenvolvimento — J.K. J. Q.”).





ger os importadores de máquinas e de insumos estrangeiros; deve ser desvalorizada para proteger os interesses de industriais e de comerciantes brasileiros que produzam mercadorias em condições não competitivas com similares estrangeiros; e, a partir de 1955, tem de ser valorizada do ponto de vista dos lucros a serem remetidos para o exterior. Assim como a contradição entre dois corpos que se atraem e se repelem simultaneamente encontra na elipse a sua solução, conforme lembra Marx, a taxa de câmbio múltipla, valorizada para certos fins e desvalorizada para outros, tenta resolver os conflitos dos grupos burgueses nacionais em relação ao comércio e às finanças internacionais. Cada segmento importante da burguesia tem seus interesses próprios atendidos por uma política cambial que se mostraria prejudicial aos interesses de outro segmento.

Quando, a partir de 1964, voltam a predominar os interesses de um grupo apenas — do capital estrangeiro —, a política cambial expressa unicamente aquele interesse e, por isto, se simplifica. Como na época da dominação dos barões do café a política cambial era simples e a desvalorização da moeda nacional a forma de elevar a renda do setor dominante, a política da minidesvalorização será a única adequada para manter o crescimento do endividamento externo. “A entrada de recursos líquidos do exterior”, exigida como prioridade nacional, seria estancada por uma maxidesvalorização protetora das exportações. Assim, estas passaram a ser protegidas por estímulos, incentivos e doações, conservando-se a política de minidesvalorização até a ruptura do processo de endividamento externo, mediante o corte de novos empréstimos realizados pelos banqueiros estrangeiros amendrontados pelo possível “défaut”.

Em relação à política cambial, a proteção aos interesses do capital multinacional hospedado no Brasil se apresenta, no início

dos anos 50, como uma estratégia nacional, que institui o protecionismo desnacionalizante pela primeira vez na história econômica mundial: enquanto Carey, Lutz, a política Meiji, Bismarck, etc., adotaram políticas cambiais que impedissem a penetração do capital estrangeiro, a Cepal apoiou as medidas favoráveis ao transplante e à penetração do capital estrangeiro, engendrando o protecionismo-entreguista como especificidade real latino-americana.

Enquanto o endividamento externo adotado como estratégia de penetração do capital-dinheiro mundial teve de aguardar a Instrução 63, o Decreto-lei 4.131 e a criação dos novos *bancos*, isto é, a liquidez internacional comandada pelos ricos, os eurodólares, a partir de 1967, o capital produtivo transplantado impôs suas exigências antes de sua entrada incômoda, contraditória e triunfalista, em 1957.

O transplante semi-integrado. A estrutura da dominação técnica na economia hospedeira. O capital de ponta: elevada composição orgânica e crise da taxa de lucro. Os estímulos e incentivos como processo de depreciar a composição do capital e elevar a taxa média do lucro. Produção semi-integrada e consumo defeituoso; a produção de artigos de luxo e a insuficiência relativa de consumo: a crise se externaliza na economia hospedeira.

O processo de integração da estrutura produtiva da economia brasileira, isto é, a constituição do departamento I, produtor de meios de produção que se afirma nos anos 30 e, principalmente, no início da década de 40, sofre uma “retificação” profunda diante da divisão internacional da produção, da técnica, do trabalho e da exploração.³ A divisão internacional da produção, da técnica, da exploração e do trabalho, promovida pelas contradições presentes no pólo cêntrico que determinaram o transplante de capital do centro para a periferia, conserva o departamento I, de produção de máquinas por meio de máquinas, na economia integrada, concentrada, e transplanta os setores do departamento II, que produzem artigos de luxo, duráveis, para as economias hos-



A política cambial, de início protetora dos interesses e vendas dos setores exportadores, sofre mudanças necessárias para proteger o mercado interno para os produtos estrangeiros, criar a “reserva de mercado” e, em seguida, permitir a remessa de lucros do capital transplantado. A taxa de câmbio deve ser desvalorizada para proteger os exportadores brasileiros de produtos primários; deve ser, ao mesmo tempo, valorizada para prote-

pedeiras, periféricas. A ampliação e reposição dos equipamentos e máquinas dependem, necessariamente, de importação. Essa demanda periférica é vital para manter a reprodução no departamento I, cêntrico. É dali que se irradiam as inovações geradas pela indústria de "R and D" (pesquisa e desenvolvimento), as máquinas e equipamentos produzidos com inovações e importados ou transplantados para a periferia que os recebe como resultados da produção, como produto final.

A industrialização transplantada trouxe consigo o mais elevado nível tecnológico mundial, aquele em que o capital constante já mostrou que, ao acumular-se, dispensa o trabalho vivo, reduz relativamente o capital variável. "Assim, entre 1950 e 1960, a indústria de transformação e extrativa mineral aumentou o número de empregados ao ritmo anual de 3%." "A população urbana cresceu na média anual de 5,4%." ("25 Anos de Economia Brasileira", vários autores, Rio, 1965, pp. 124 e 125.)

A ideologia desenvolvimentista vê como positivo e sem contradições o aumento de produtividade do trabalhador empregado. O nível de tecnologia alcançado nas economias cêntricas pelas indústrias transplantadas responde, em primeiro lugar, pela reduzida criação líquida de empregos na economia hospedeira. As indústrias satélites nacionais, que fornecem partes, peças e insumos para as indústrias nucleares estrangeiras, hospedadas, são obrigadas a nivelar sua tecnologia às exigências técnicas determinadas pelo comando das empresas nucleares. Assim se amplia o emprego da tecnologia "labour saving" e se agudiza o processo de expulsão-recontratação de trabalhadores, com saldo diminuto de novos empregos.

Quando a acumulação industrial intensiva conseguir absorver 11% da população economicamente ativa, a tratorização e mecanização agrícolas, resultantes da industrialização, terão reduzido de 70% para 40% a ocupação no campo, tendo como resultado final dos dois setores uma redução de 29% de oportunidades de emprego. É nessa situação terminal e crítica que a robótica e a informática penetrarão na economia semi-integrada, gerando o desemprego terciário, no setor de serviços, e intensificando o processo de substituição de trabalhadores por máquinas na indústria.

O transplante de capital produtivo é portador da contradição inaugural, contemporânea e inerente à sua "participação" como capital de ponta, de composição orgânica elevada, aprofundando a tendência para a queda da taxa de lucro da economia brasilei-

ra. A apropriação de parte do lucro agrícola via compressão relativa de preços dos produtos do campo, a taxa crescente de inflação e, sobretudo, a separação entre a composição orgânica em valor da composição em termos de preço por meio de incentivos, doações, taxa cambial favorecida, taxa de juros negativa, fornecimento de insumos subsidiados pelo governo e o elevado preço de "demanda insatisfeita", aos quais as indústrias hospedeiras vendem suas mercadorias, constituem o arsenal de defesa contra a queda da taxa de lucro que o governo subdesenvolvido aciona para viabilizar a reprodução do hóspede problemático.

Dada a impossibilidade de alterar a composição técnica do capital, a elevada relação capital-trabalhador, a solução que a prática encontrou, e que não foi explicitada por conveniência ideológica, foi a redução do preço, a depreciação do capital constante. A cada dólar de capital constante (produtivo) transplantado, o governo brasileiro doou, de uma forma ou de outra, igual importância. Dessa forma, a composição em preço do capital transplantado passa a corresponder à metade da composição orgânica do mesmo. Assim, o capital que absorve lucro, o capital constante, e o empregado para compor a força de trabalho (V), o variável, são reduzidos, permitindo a elevação da taxa de lucro $S' = \frac{S}{C+V}$. Eleva-se a mais-valia (S) e, ao mesmo tempo, reduz-se o preço de C e o preço de V para os capitalistas

industriais, administrando-se "corretamente" a contradição inicial do capital em acumulação rápida. O aparelho de Estado se diversifica, se "moderniza" e cresce: o que o desenvolveu foi a necessidade de administrar e de amparar o capital problemático.

As doações, os estímulos, os incentivos, os subsídios; a venda de mercadorias por preço elevado, de "mercado reservado"; a redução do salário real via elevação de preços; o perdão das dívidas dos industriais, por meio de desvalorização das prestações prefixadas compõem a dinamização inflacionária. A inflação é a unidade das soluções empregadas no período e a elevação de sua taxa decorre da intensidade crescente das contradições que as políticas inflacionárias procurarão administrar. A ideologia do desenvolvimento procura obscurecer este fato porque ele desmente a tese cepalina de que a industrialização aumentaria a oferta de mercadorias e superaria a inflação, de início dinamizadora das economias hospedeiras. Dinamizadora, segundo aquela ideologia, porque a inflação, a elevação de preços internos, induziria a dinâmica de substituição de importações; dinamizadora, na realidade, porque reduz a unidade de salário real e eleva a taxa média de rentabilidade; gera o lucro monetário, não-operacional, resultado de estímulos e subsídios que se soma ao lucro real acrescido pela redução salarial e pela intensificação do processo de produção.



O desenvolvimento das contradições e sua externalização: a crise de insuficiência relativa de consumo de artigos de luxo. A forma assumida no contexto subdesenvolvido, pela contradição entre a estrutura produtiva voltada para a produção de artigos de luxo e o mercado limitado daqueles produtos. A estrutura produtiva semi-integrada e o consumo defeituoso. Ausência de sistema de crédito ao consumo; impossibilidade de exportação da produção excedente. A remoção de parte da capacidade produtiva transplantada: Austin-Delfim, D.K.W., Sinca.

Enquanto os capitalistas produtivos estrangeiros e nacionais privados e o governo (improdutivo) realizavam dispêndios crescentes a partir de 1957, ao poder de compra acrescido não correspondia produção e venda de mercadorias, pois as indústrias não tinham sido ainda inauguradas. Nessa fase de implantação, a renda monetária disponível (salários, remunerações ao pessoal técnico e à administração e diretoria das indústrias transplantadas e remuneração distribuídas nas obras públicas em infraestrutura, Brasília, etc.) supera o valor das mercadorias produzidas e disponíveis no mercado interno. Se encarecem os artigos de consumo importados, por meio de barreiras cambiais, nesse momento não pode manifestar-se a contradição entre as condições da produção e as do consumo, como crise de insuficiência relativa de consumo.

Otávio Gouveia de Bulhões concorda inocentemente com seu ex-adverso Karl F. Marx a respeito daquela contradição. Acontece que Bulhões monta o cavalo do professor John Hicks e não percebe que este animal fora apropriado, pelo mestre inglês, ao "pobre" filósofo da economia política, o pio-

neiro Marx. Diz Bulhões: "Os livros didáticos... expõem a produção corrente, desmembrada da fase do investimento que deu origem à produção. Desse modo, difícil é o reconhecimento do lucro e precária a sua explicação. Provavelmente, foi essa falha que despertou em Hicks a iniciativa de oferecer, em 1973, mais uma contribuição à análise econômica, ligando a produção corrente de uma empresa à fase inicial de seu investimento", tal como Marx faz no Tomo II de "O Capital". Em nota, Bulhões cita Hicks, em *Capital and Time, a New Austrian Theory*. Há um período inicial de construção, com grandes inputs, "mas nenhum produto: este é seguido por um período de produção no qual o produto se eleva de zero para o nível normal, enquanto o "input" cai para o seu nível normal." "Quando, numa data qualquer, houver, "input" líquido (um excesso do valor do "input" sobre o valor do produto), os fundos terão de ser retirados de fora do processo." (pp. 15, 16 e 17, in O. G. de Bulhões, "Evolução do Capitalismo no Brasil", Bloch, p. 25). Marx é mais claro nas mesmas determinações: em certo momento inicial, os capitalistas lançam dinheiro em circulação (investem, transformam capital dinheiro em capital constante, máquinas, equipamentos, instalações) e não vendem nenhuma mercadoria; logo, não retiram dinheiro de circulação. Quando se inicia a produção, os capitalistas fazem o contrário, retiram mais dinheiro de circulação do que o que nela lançaram. Os capitalistas industriais lançam dinheiro (e criam possibilidades de demanda final) quando pagam C (capital constante) e quando remuneram a força de trabalho (V). Chame-se $D_1 + D_2$ às somas pagas a C e a V . Como a produção é capitalista, o valor das mercadorias produzidas corresponde ao valor C transferido para elas, ao valor V , pago aos trabalhadores assalariados, e ao valor S , a mais-valia, valor não-pago. Logo, ao vender sua produção de mercadorias, o capitalista retira de circulação, em dinheiro, o valor D_1 e o valor D_2 que ele lançou nela, mais o valor de S em dinheiro (D_3) que ele não lançou, pois é o seu lucro líquido, a mais-valia em dinheiro, realizada.

Assim, a produção não cria a demanda correspondente porque na produção é lançada apenas a soma $D_1 + D_2$, e a demanda deverá corresponder a $D_1 + D_2 + D_3$ para que a mercadoria seja vendida exatamente pelo seu valor. A insuficiência de demanda efetiva decorre do caráter capitalista da produção mercantil que não lança D_3 em circulação, não paga o valor correspondente à mais-valia. O que falta à demanda efetiva é, portanto, o valor da massa de mais-valia em



dinheiro. Esse valor não foi lançado em circulação, mas deve ser retirado dela para que o valor $C+V+S$ da mercadoria encontre seu correspondente monetário $D_1+D_2+D_3$. Como S é valor não pago, fica faltando a importância D_3 para igualar o valor da demanda de mercadorias ao valor da oferta global. “De onde vem o dinheiro?”, indaga Marx.

Quando, portanto, as indústrias de luxo transplantadas começam a vender sua produção, a contradição se externaliza: os capitalistas da produção começam a retirar de circulação a soma em dinheiro $D_1+D_2+D_3$ e só lançam um reduzido D_2 , correspondente ao baixo nível salarial (V) e parte do capital constante correspondente ao pagamento de insumos e matérias auxiliares (D_1), porque as máquinas, equipamentos e plantas já estavam pagas ou foram transplantadas, sem elevar a renda nacional disponível no Brasil.

A essa contradição frontal entre as condições da produção transplantada e as condições do consumo hospedeiro a ideologia cepalina denomina, eufemisticamente, “cessação da dinâmica do processo de substituição de importações”. A realidade permanece oculta e latente e as determinações do processo de desenvolvimento das contradições deixam de ser feitas. Também não se esclarece que, à medida em que se integra e completa a estrutura produtiva e aumenta o raio de ação da produção, as crises vão se completando, isto é, deixam de ser simples e elementares, crises de subconsumo, contemporâneas de uma estrutura dotada de um só departamento, o II, para assumirem a forma de crises de superacumulação, que pressupõem a expansão do departamento I ou excessivo transplante de capital produtivo, de crises de desproporção (entre setores e departamentos inter-relacionados), de crise de queda da taxa de lucro, de crise de colapso da eficiência marginal (fictícia) do capital e da dívida pública e, finalmente, de crise da dívida externa, crise do capital financeiro internacional.

Escrever a história econômica do Brasil tem sido mais freqüentemente descrever a história da acumulação de capital do que a história da superacumulação e da destruição do capital, da redução do capital constante e de sua depreciação necessárias para soerguer a taxa de lucro; a história das obras financiadas, antes que a história do passivo, das dívidas externas e interna crescentes; a história da “integração” que obscureceu a desintegração, a semi-integração estrutural resultante da divisão internacional do capital; a história dos feitos e efeitos antes que a história dos defeitos; a história da inclusão que

obscureceu a da exclusão em marcha, e cujos outros nomes são concentração de renda, da riqueza, da propriedade, da terra; a história da unidade que obscurece a diversidade, a história da cooperação que obscurece a da polarização, a oposição das classes, a história do crescimento e da integração da produção que não deixa perceber que as contradições se desenvolvem e as crises se completam juntamente com aquele aspecto “positivo”.

A estrutura semi-integrada, o caráter larvar e incompleto do departamento I, que só vai ser objeto de uma tentativa de integração a partir de 1974, fazem aprofundar a depressão do início dos anos 60. Quando as indústrias transplantadas são inauguradas, a produção automobilística, que se elevava de 30.700 unidades produzidas em 1957 (em 1958, apenas 2.189 carros), se eleva para 191.194 unidades produzidas em 1962. No ano seguinte, a insuficiência de consumo se manifesta, embora não atinja a produção de carros, reduzindo a produção a 174.126 unidades produzidas em 1963.

Na economia hospedeira, violentada pelo transplante de artigos de luxo, o caráter semi-integrado da estrutura produtiva cria o consumo ainda mais defeituoso: o departamento I, larvar, limitado, não gera rendas e demanda suficiente para, somada à criada no departamento II e no setor público, engendrar capacidade de consumo para os artigos de luxo em escala satisfatória. As empresas do governo e os gastos em infra-estrutura e

obras não-produtivas e investimentos em fase de maturação suprimam, em parte, aquela deficiência no início dos anos 60 e continuarão a exercer esse papel, principalmente a partir de 1969. Refiro-me a dispêndios do governo que ampliam a renda monetária disponível para o consumo, sem elevar a capacidade de produção daqueles “bens”, gastos com efeitos keynesianos.

Os membros do Partido Comunista Brasileiro, hipnotizados pela ideologia do crescimento das forças produtivas, não percebem o caráter imperialista e cêntrico das empresas nucleares transplantadas que eles apóiam, nem as contradições do processo de acumulação capitalista periférico. O ISEB é o *locus* dessas confusões que a ideologia do desenvolvimento ajuda a promover com suas indeterminações e dualidades.

As medidas contraditórias de Jânio Quadros, a eliminação dos subsídios às importações de petróleo e derivados, trigo e papel de imprensa, responsáveis pela elevação da taxa inflacionária, e o combate à inflação por meio dos cortes das despesas do governo federal, agravaram as contradições básicas que resultavam do desencontro entre a estrutura de produção transplantada, voltada para a produção de artigos de luxo, e as condições da demanda não revolucionadas pela produção.

O populismo de João Goulart volta para demonstrar, na prática, que a produção capitalista não pode se desenvolver por meio de uma dinâmica que privilegie os setores de





produção de mercadorias para assalariados, isto é, de uma democratização da produção. O Plano Trienal e o populismo aumentam o hiato entre as necessidades elitistas que emergem da produção transplantada e as medidas que compõem a política governamental daquele período.

A produção transplantada na década de 50 criará, usando a força militar e o despotismo político, o consumo elitizado para os artigos de luxo. O arrocho salarial e a concentração da renda, ao invés do distributivismo populista, atendem as necessidades de reprodução ampliada do capital hospedado.

Celso Furtado só vem a perceber as exigências e necessidades da economia brasileira muitos anos depois de deixar o ministério.

Em seu livro acrítico e expositivo da política econômica adotada pelos governos militares depois do golpe de 1964, Celso Furtado se conserva "neutro" e reverente: "As medidas introduzidas a partir de 1964 permitiram restabelecer o equilíbrio do setor público e criaram condições para submeter a inflação a controle. Ademais, armaram o governo para exercer maior iniciativa no processo de formação de capital. Em 1968 o déficit do setor público se reduzira a menos de 1 por cento do PIB, ao mesmo tempo em que a participação dos investimentos do governo nesse mesmo PIB recuperava o nível de 1956-1960. Se se tem em conta que o crédito externo fora amplamente restabelecido e a autoridade do poder central ampliada pela presença muito mais direta dos mili-

tares nos postos-chave da administração civil, infere-se que se haviam reunido condições para um ensaio de reformas estruturais visando a eliminar pontos de estrangulamento responsáveis pela perda de dinamismo do sistema." (Celso Furtado, "Análise do 'Modelo' Brasileiro", Civilização Brasileira, p. 37). O positivista Furtado só tem olhos para o crescimento do capital.

Não apenas a "autoridade do governo" tinha sido restabelecida e esse autoritarismo é aplaudido pelo mestre da Cepal, sem questionar a ilegitimidade do poder militar, como Furtado o considera apto para "eliminar pontos de estrangulamento". A concentração consumista da renda que resulta das medidas despóticas, que são eufemisticamente apelidadas como a solução "a) reorientação do processo de concentração da riqueza e da renda, de forma que o mecanismo promotor dessa concentração atue não-somente no sentido de favorecer a formação de capital fixo, mas também — de forma significativa — no de promover a ampliação do mercado de consumidores de bens duráveis;" "b) Redução do salário real básico... com o fim específico de ampliar a capacidade criadora de emprego da economia."(!)

Assim, Furtado "explica" e justifica as medidas do governo militar e a concentração de renda. Esta, no item *a*, seria necessária para a "formação de capital fixo" e para "promover a ampliação do mercado de consumidores de bens duráveis" e, no item *b*, a elevação da taxa de exploração — o arrocho salarial — é justificado porque seria favorável aos assalariados, pois o lucro adicional "li-

berado" pela expoliação extra teria "o fim específico de ampliar a capacidade criadora de emprego na economia". Ampliar a acumulação de capital constante que geraria novos empregos, como se o fim dos investimentos privados e do consumo de luxo fosse a criação de novos empregos...

Furtado reafirma sua crença no arrocho salarial expresso no livro de 1957⁴ e retifica o erro redistributivista e populista cometido no Plano Trienal, repondo seu tecnicismo desenvolvimentista.

Logo, é o próprio autor do Plano Trienal quem reconhece, a posteriori, "na camba da história" — como diria Delfim Neto — que as medidas populistas, redistributivistas, democratizantes da estrutura da repartição da renda estavam em desacordo e desatendiam as necessidades reais da economia brasileira. A dinâmica que alimenta a estrutura produtiva voltada para a produção de duráveis, de artigos de luxo, transplantada, exige a concentração consumista da renda para ampliar o mercado para aqueles produtos e exclui os assalariados de base e, depois, a classe média do mercado consumidor.

À reativação do processo de acumulação da estrutura transplantada corresponde uma forma autoritária de governo, capaz de impor a exclusão pela força, uma vez esgotado o poder da inflação de "democraticamente" praticar a eliminação do acesso dos trabalhadores de base aos incrementos da riqueza nacional.



Em trabalho insuspeito de viés socialista, Albert Fishlow ("Algumas Reflexões sobre a Política Econômica Brasileira após 1964", p. 25) conclui que "os salários reais foram, portanto, sistematicamente reduzidos entre 1964 e 1967, caindo 20% no caso do salário mínimo e pouco menos para os salários industriais". E mais: "Em consequência disso, a média do salário mínimo real recebido em 1967, a despeito dos elementos adicionais como 13%, subsídios para família, etc., era pelo menos 5% menor que em 1955." Conclui o "brazilinist" Fishlow: "Essa análise sugere que o comprometimento total do novo governo com a necessidade de pôr um fim à virulência da inflação salarial tinha uma base científica duvidosa." (Idem, p. 28).

Repete-se, pois, de forma aprofundada e violenta, por meio de reajustes nominais abaixo da inflação verificada no período anterior e de repressão militar contra os sindicatos, a redução do salário real. O instrumento inflacionário é posto de quarentena, após a inflação ter atingido mais de 90% no ano de 1963 e, em seu lugar, instrumentos diretos, não monetários, de redução salarial passam a ser acionados. Assim, contém-se a taxa de inflação e reduzem-se os salários. A carga tributária acrescida substitui o poder emissor no suprimento de recursos ao governo federal. Gudin, depois de ter afirmado, tal como os autores do Decreto-lei 2.283, de 28 de fevereiro de 1986, que é o reajuste

Não tendo percebido que a contração do início dos anos 60 é o resultado do desajuste entre a produção de artigos de luxo transplantados e a pobreza e limitação do mercado brasileiro para aquelas mercadorias, Fishlow entra numa lamentável discussão, em que mostra desconhecer as determinações do problema no contexto brasileiro. Não quer perceber o ilustre "brazilianist" que a economia capitalista foi dinamizada pelos setores produtores de artigos de luxo, tendência já detectada por Malthus, Sismondi e Marx; que esta dinâmica excludente acaba por produzir, em massa, artigos de luxo e amplia o mercado por meio do crédito ao consumo. "De fato, foram criados novos 'intermediários financeiros' para atender a esta necessidade no Brasil, como aconteceu nos Estados Unidos nos anos 20." (Albert Fishlow, op. et locus cit.)

A redinamização contraditória: o "milagre econômico" e a superacumulação. O endividamento externo, os investimentos diretos, a acumulação na esfera estatal, a acumulação no campo, a acumulação nacional produtiva, a acumulação mercantil: a superacumulação como resultado do crescimento selvagem. A "inteligência do sistema": a elevação dos juros bancários, os estímulos e incentivos à indústria, à agricultura e às exportações como criação de lucros monetários. A eficiência marginal (fictícia) do capital como forma não-operacional de elevação da taxa de lucro. O II PND e a tentativa de manutenção de elevada taxa de acumulação numa economia contraditória: o setor de produção de artigos de luxo e o departamento I, de meios de produção, como sustentáculos do crescimento contraditório. Superacumulação na década de 80: uma necessidade política? A contradição real em expansão: o governo entra na crise.

A acumulação transplantada, dotada de elevada composição técnica do capital, impõe a queda da taxa de lucro que é administrada pelo congelamento ou redução dos salários individuais e pelos estímulos, incentivos, doações e vendas subsidiadas de insumos pelo governo. Aquela contradição faz externalizar os custos dos serviços de pesquisa, armazenagem, transporte, comunicação, formação de pessoal especializado, habitação, saúde, proteção do capital, segurança, etc., que passam a ser serviços públicos, isto é, serviços que o governo doa às empresas privadas. A hipertrofia dos serviços externalizados, que criam as chamadas "economias externas", e a necessidade crescente de estímulos e incentivos para elevar a lucratividade da economia, onde a composição técnica do capital se eleva, alimentam o aumento dos gastos do governo e da dívida pública. Os dispêndios do governo se agigantam empelidos pela necessidade de manter a lucratividade privada e pela necessidade, do ponto de vista do todo, de elevar o nível da demanda efetiva. A crise da dívida pública é a forma que assumirá esta dinamização contraditória quando, no final do processo de acumulação, o governo federal, suas agências, empresas e todo o aparelho de Estado perdem o poder de dinamizar a economia nacional e entram em crise financeira. Vê-se que a expansão contém sua negação e que o crescimento faz desenvolver consigo as contradições que contém. A crise da Previdência Social, que se manifesta no período do general Figueiredo, é o resultado do desenvolvimento dessa dinâmica. Ela mostrará que todos os gastos do governo e de suas agências recaem sobre o valor criado pelo trabalhador coletivo, exaurido em seu poder de fornecer o excedente.

Tal como nos Estados Unidos, a classe média se endivida para consumir os artigos de luxo, os carros, os duráveis e leva a uma concentração de renda, consumista. Nos Estados Unidos, o primeiro carro Ford modelo T custava 900 dólares e, quinze anos depois, cerca de 260 dólares: a tecnologia concentrada nos setores dinâmicos fez baixar o preço dos artigos de luxo que compõem a cesta de consumo das classes superiores e alta de renda em relação aos preços dos produtos tradicionais, de consumo operário. Essa concentração de renda não é captada pelos dados estatísticos, que se limitam à distribuição monetária da renda nacional.

Não pretendendo evidenciar o caráter excludente, contraditório e limitado da dinâmica da economia voltada para a produção de artigos de luxo transplantado, Fishlow afirma que foi o crédito ao consumo que



salarial "que provocava o aumento de preços" (Eugênio Gudin, "Análise de Problemas Brasileiros", 1958-1964, Rio, Agir, 1965, p. 490, apud A. Fishlow, op. cit., p. 27), o "decano" da ortodoxia se penitencia: "A principal causa (da inflação) era o excesso da despesa do governo federal com relação à receita. Também se pode dizer que os salários subiram com os aumentos do custo de vida resultantes dos déficits federais. Com exceção do impulso salarial de 1954, as discrepâncias no ajuste de salários mínimos não eram importantes." (Idem, op. cit., p. 29).

definitivamente ampliara o mercado consumidor hospedeiro no Brasil. O crédito ao consumo, no Brasil, não será limitado apenas pela taxa de juros elevada cronicamente: a essa elevação se somarão a "estratégica", com a finalidade declarada de atrair recursos líquidos do exterior, e a oligopólica, decorrente da concentração do sistema bancário. Assim, o limite de expansão real do crédito ao consumo só poderá ocorrer após o Decreto-lei 2.283, de 28/02/86: a inflação dita zero tornará altamente atrativa as compras a prazo, diante da eliminação da correção monetária.

É preciso, portanto, que o sistema de crédito se generalize a todos os ramos da produção para que se verifique o limite do seu poder de aumentar a capacidade de consumo: do ponto de vista do todo, fica evidente que o crédito ao consumo não tem o poder de elevar a capacidade de consumo da coletividade. Esta se baseia na renda disponível da coletividade, que se torna reduzida na medida em que parte crescente dela se destina ao pagamento de dívidas anteriores,

de produtos alimentares e vestuário, a usarem o crédito ao consumo. A partir desse ponto de saturação, só o aumento do prazo de pagamento e a correspondente redução do valor das prestações mensais podem, marginalmente, fazer ampliar a demanda por parte do consumidor — coletivo — endividado.

A concentração consumista da renda eleva a demanda de artigos de luxo, a lucratividade e a acumulação nesse setor. A acumulação na esfera estatal resultará da centralização tributária.

Mário Henrique Simonsen e Roberto O. Campos parecem invocar o direito aos frutos pendentes para o terreno do vizinho: iniciam seu trabalho tocado a quatro mãos — "A Nova Economia Brasileira" (Rio, José Olympio Editora, 1976, p. 1) — assumindo a paternidade do milagre delfiniano. "Desde 1968, o produto real brasileiro vem cres-



res, dos carnês, bônus e títulos a serem pagos com os salários e vencimentos do mês. Desfaz-se, assim, a ilusão de que o crédito ao consumo aumenta a capacidade de consumo coletivo: de início, os setores de artigos de luxo, que passam a ser vendidos a crédito, se beneficiam relativamente, reduzindo as rendas futuras disponíveis pela coletividade para a compra de outros bens. Essa ilusão se desfaz quando as mercadorias de consumo corrente disputam a renda residual, que sobra dos pagamentos dos crediários, o que leva todos os setores, até os

cendo a taxas que se podiam considerar excepcionais, quer por nossas tradições históricas, quer pelos padrões internacionais: 9,3% em 1968, 9,0% em 1969, 9,5% em 1970, 11,3% em 1971, 10,4% em 1972 e aproximadamente 10% em 1973." (Em 1973 o crescimento foi de 14,0%).

A matriz que produziu o "milagre econômico" nos sete anos que vão de 1967 a 1973, expresso na taxa média de 11,3%, é resumida em poucos pontos:

"a) a especificação do desenvolvimento econômico como objetivo nacional prioritário (ao lado da segurança nacional, esquecem-se os autores de explicitar), num quadro político estável, atento à continuidade de princípios, e que permitem que as decisões econômicas se formassem por critérios técnicos isentos de injunções eleitorais" (leia-se, isento de democracia, o que é aplaudido pelos dois liberais);

"b) uma política habilidosa de redução gradual do ritmo inflacionário, e que procurou conciliar o combate à inflação com a neutralização das distorções por ela causadas (o que é falso em relação ao salário real, reduzido pela inflação e, ainda mais, pelo arrocho direto pós-64) e com a sustentação de altas taxas de crescimento do produto real."

"c) uma notável imaginação reformista que criou as instituições tipicamente brasileiras da correção monetária, (diferenciada de acordo com a classe a que pertencem os devedores), da taxa flexível de câmbio, (porque é a única que se mostra adequada ao endividamento externo crescente, lembre-se de passagem), da fórmula da política salarial (reajuste salarial abaixo da taxa de inflação e manipulação do índice de preços), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (cujo objetivo foi o de reduzir o custo de dispensa, de rotação da mão-de-obra, para aumentar a oferta de trabalho) e do Programa de Integração Social." (M. H. Simonsen e Roberto O. Campos, op. cit., p. 2).

O arrocho salarial, a centralização fiscal, o aumento da carga tributária, o endividamento externo, a entrada de investimentos diretos e a expansão da produção para exportação são os primeiros ingredientes da lógica perversa de crescimento. Os que evocam os louros da paternidade do "milagre" não assumirão a responsabilidade pela crise da dívida externa, pela crise de superacumulação, pela crise da dívida pública e pela crise voltada para a produção de luxo, cuja dinâmica contraditória dele deriva. O arrocho salarial, a redução do consumo dos assalariados, é imprescindível para a obtenção das duas metas do movimento de "ex-

troversão econômica", o eufemismo com que Simonsen e Roberto Campos batizaram o entreguismo. A redução dos custos dos preços dos produtos primários de exportação, de um lado, e, de outro, a concentração consumista dos artigos de luxo, destinados ao mercado interno, são obtidas com a elevação da taxa de exploração que alimenta os investimentos públicos e os privados.

Para os ideólogos do endividamento externo crescente, "os banqueiros internacionais vêm oferecendo ao Brasil, nos últimos anos, créditos abundantes, a taxas relativas de juros cada vez menores e a prazos cada vez mais dilatados. Isso dificilmente ocorreria se o endividamento externo do país pudesse ser considerado excessivo pelos critérios técnicos usuais." (Simonsen e Roberto Campos, idem, p. 19.)

A dívida externa bruta, que em 1964 era de US\$ 2.942 milhões, passa para US\$ 3.916 milhões em 1968 e para US\$ 10.170 em 1972. As reservas se elevam a partir de 1969, quando eram de apenas US\$ 656 milhões, para US\$ 3.953 milhões em 1972. Isto mostra que grande parte do endividamento externo não se des-

tinou a investimentos produtivos, num primeiro momento. Ele foi produzido exageradamente e o aumento da oferta de eurodólares nos transformou em devedores submissos. Parte crescente da entrada de recursos líquidos do exterior se transforma em dinheiro ocioso, fazendo elevar o custo do serviço da dívida, cujos *spreads*, *fees* e juros se elevaram com a dívida crescente. A acumulação de capitais privados e a acumulação de capitais na esfera estatal se reafirmam, a partir de 1974, em sua raiz externa: o déficit na balança comercial passa a ser visto como forma de reduzir as reservas superdimensionadas, a partir de 1972.

Para compor a lógica perversa, fundada na redução do consumo coletivo interno, a taxa interna de juros foi elevada em relação à taxa internacional.

À acumulação de capitais produtivos privados nacionais se superpõem a acumulação na esfera estatal, a acumulação de capitais estrangeiros produtivos, de comércio e a acumulação bancária interna e externa. Parte da acumulação selvagem não é contabilizável nas contas nacionais: terras se transformam em capital e passam a participar de parte da massa de lucros.

Reproduzindo as necessidades de crescimento excludente do capital mundial (principalmente na década de 20), as taxas anuais de crescimento na indústria de transformação se mostravam relativamente elevadas nos setores que produzem bens de consumo duráveis (1955-62, 23,9%; 1962-67, 4,1%; 1967-73, 23,6%; 1973-80, 9,3%), em comparação com as de bens de consumo não duráveis (1955-62, 6,6%; 1962-67, 0,0%; 1967-73, 9,4%; 1973-80, 4,4%). (José Serra "Os elos e mudanças estruturais na economia brasileira pós-guerra", in Revista de Economia Política, vol. 2, nº 3.) A estrutura excludente, voltada para o luxo, produz as diferenças entre os dois ramos industriais e a deformação na estrutura da produção agrícola, cada vez mais voltada para a soja, para a cana, para a laranja, para o velho café, produtos de luxo e de exportação, em detrimento dos produtos voltados para o consumo coletivo. Mais na indústria do que na agricultura, o crescimento econômico se revela contraditório: a indústria de luxo esbarra nos limites da concentração de renda suportável pelos trabalhadores de base e nos limites do mercado externo.

No Brasil, a recuperação do desajuste entre a capacidade produtiva transplantada de artigos de luxo e a capacidade de consumo se deu, na primeira etapa, via concentração consumista. Os investimentos públi-



cos, as empresas estatais, a captação de recursos externos por parte das estatais, os investimentos de larga maturação iniciados em 1974 e interrompidos ou redimensionados a partir de 1976, e a exportação de parte substancial dos artigos de luxo agropecuários e pesqueiros (soja, café, laranja, castanha de caju, camarão, lagosta, carne) elevaram a renda disponível para o consumo, de um lado, e reduziram a disponibilidade interna de artigos de luxo aos residuais, os que não foram exportados, de outro.

Assim, a contradição que moveu a economia voltada para a produção de artigos de luxo só se manifestará como crise daquela dinâmica quando a indústria automobilística vier a reduzir o volume de produção em quase 50% e o mercado interno só puder absorver 520.000 unidades, no ano de 1981. Até lá, a dinâmica da produção de artigos de luxo foi amparada pelos gastos do governo, pela concentração consumista, pelo crédito ao consumo e contribuiu para a superacumulação em marcha.

Os déficits na balança comercial atestam que não se verificou, a partir de 1971, drenagem de riqueza líquida para o exterior, a não ser por determinação de preços de intercâmbio, como o devido às altas de preço de petróleo em 1973 e 1979. Entre 1971 e 1981, a balança comercial foi deficitária, o que indica apropriação líquida de riqueza real externa, exceto nos anos de 1973 (superávit de apenas 7 milhões de dólares), de 1977 (97 milhões de dólares) e em 1981 (1.213 milhões de dólares). Só o ano de 1974 apresentou um déficit de 4.690 milhões de dólares na balança comercial brasileira, tendência deficitária que foi revertida quando os Estados Unidos passaram a elevar o seu déficit, estimulado pela valorização do dólar, déficit que atingiu 121 bilhões de dólares e

150 bilhões de dólares nos dois últimos anos, respectivamente.

A crise de desproporção e sua administração, a chamada crise do petróleo.

Em 1973 uma crise de desproporção importante ronda a economia brasileira. Ao contrário do que pensam os mecanicistas da Cepal encarregados de fazerem a reforma dos reformistas marxianos, levando a interpretação de Marx para a direita hegeliana, a constituição do departamento I corrigiria uma tendência para a crise agravada pela estrutura semi-integrada, permitindo que parte do valor das mercadorias de luxo produzidas no departamento II se realizem no I. O fluxo de investimentos "lançaria dinheiro em circulação sem lançar mercadorias", sem retirar dinheiro dela, até se iniciar a produção.

Em 1973, uma crise de desproporção ronda a economia brasileira, mas não se trata dos investimentos catalogados no II PND. A megalomania e a dissipação, os "investimentos" totalmente dissipadores começam a ampliar-se necessariamente no período J.K. e, quando estancam, reduzem a demanda efetiva, o volume de emprego, a renda nacional e, em certas circunstâncias, a taxa de inflação.

A crise de desproporção de que se trata é a verificada pelo desajuste entre o crescimento da frota de carros, de ônibus e caminhões e a utilização do petróleo para fins industriais em relação à produção interna de petróleo e derivados. Cada elevação externa do preço do petróleo evidencia aquela desproporção e se manifesta como elevação do

custo de uso da frota, aumento do custo de energia fóssil, elevação do preço de importações e déficit na balança comercial. A elevação do custo de uso do carro constitui um componente reduzido, mas não desprezível, da crise de produção de artigos de luxo que ocorrerá em 1981.

Ao comemorar vinte anos do início do endividamento externo com a intenção declarada de substituir importações (Instrução 113 da Sumoc, de 1955), Simonsen adota o argumento cepalino e repete: "O problema principal que temos de enfrentar é o de equacionar os problemas da balança de pagamentos no período de transição, pois, para substituir importação, é preciso, numa primeira fase, importar mais." A eterna transição levava a economia brasileira a encontrar-se numa "primeira fase" de endividamento externo crescente, em 1974. (Simonsen, M. H. "Economia Brasileira: Retrospecto de 1974 e Perspectivas para 1975", conferência pronunciada na C.N.I., apud Paulo Davidoff Cruz, "A Dívida Externa", p. 39.)

A promessa cepalina de que a deterioração dos preços de intercâmbio será superada com a industrialização não se verifica. A pauta de exportação brasileira continua arcaica, predominando os produtos extrativos, minerais e agropecuários; a elevação do preço do petróleo em 1973 vai mostrar o agravamento da perda de poder de compra de nossas exportações. A elevação dos juros e *spreads* internacionais desmente, novamente, a ideologia da Cepal.

A manutenção de uma taxa de crescimento do PIB entre 1968 e 1974, com o pico em 1973 de 14,0%, sofre uma inflexão a partir de 1975 (5,6%). Mas a taxa média anual de crescimento do PIB entre 1974 e 1979 foi ainda bastante elevada: 6,9%.

Foram, sem dúvida, os grandes investimentos públicos o principal instrumento de manutenção da taxa de acumulação, sustentados pelo retorno da inflação. Esta se soma, agora, aos mecanismos repressivos de arrocho salarial inaugurados em 1964 e que começam a fraquejar, no início do processo de abertura política, "lenta, gradual e segura", nos termos do general Geisel.

Se, de um lado, os investimentos públicos improdutivos, superdimensionados, evidenciam a utilização crescente de mecanismos keynesianos que vão preparar a crise da dívida interna, por outro lado a lógica perversa funciona com eficiência. O aspecto dessa lógica que passa a ser importante para compreender-se a ação anticíclica desenvolvida a partir de 1974 é o referente à elevação da taxa de juros interna, com o objetivo declarado de manter um diferencial capaz de



induzir os empresários e empresas estatais a se endividarem no exterior. O processo de acumulação, que consegue conciliar as forças recessivas, isto é, a elevação da composição orgânica do capital que leva à queda da taxa de lucro e à manutenção de uma taxa de investimento superior a 22.5% entre 1971 e 1980, chegando a 26.6% em 1976 (Luiz C. Bresser Pereira, "Auge e Declínio dos Anos 70", p. 117), se apóia na lógica perversa da dívida externa e na política keynesiana do governo Geisel.

Com a elevação da taxa de juros interna, transformada em pivô do endividamento crescente externo (Instrução 63 e Decreto-lei nº 4.131), uma parte importante da taxa de lucro — o lucro bancário — se elevava artificial e oficialmente. A elevação da taxa de lucro interna ultrapassou o nível necessário para atrair recursos líquidos do exterior. Por isso, as reservas se elevaram a quase 4 bilhões de dólares, já em 1972. Ao invés de reduzir a taxa interna de juros, o que deprimiria indesejavelmente a taxa monetária de lucro, as autoridades monetárias passaram a criar custos financeiros artificiais, a exigir depósitos prévios, a elevar o prazo mínimo dos empréstimos externos.

Assim, conservando a taxa de juros num nível superior ao necessário para captar recursos externos, o governo cria as justificativas para instilar lucro não-operacional no sistema por meio de estímulos e incentivos à indústria, à agropecuária e às exportações, que se viram sufocadas pela elevação do custo financeiro. Se o problema da economia fosse de insuficiência de investimentos produtivos, a redução da taxa de juros seria a medida aconselhada por todos os manuais de macroeconomia e não sua elevação.

Sobreacumulação de capital e crise da dívida pública: o governo dinamizador entra em crise.

Quando, na economia cêntrica, a "sobreacumulação verificada na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos após a guerra mundial fez cair a eficiência marginal do capital abaixo do nível em que a taxa de juros poderia se encontrar", a economia keynesiana, na falta de lucro real, gerado pelo trabalho produtivo, em volume suficiente para se traduzir numa taxa de lucro média elevada, passa a engendrar lucro não-operacional. O lucro não-operacional é transferido pelo governo ao capital privado e se denomina eficiência marginal (fictícia) do capital. Assim, a sobre-

acumulação de capital só se mantém, lá e cá, mediante um sistema de estímulos, doações e incentivos que o governo insere na economia, mantendo o "quase-auge" além das possibilidades próprias do sistema.

A criação de eficiência marginal (fictícia) do capital, lucro não-operacional, se soma à massa de mais-valia que o sobretrabalho e o arrocho salarial garantem.

A situação do Caixa do Tesouro, equilibrada até final de 1973, vai tornar-se cada vez mais deficitária; os gastos improdutivos do governo, o repasse de recursos à esfera das empresas estatais, os subsídios e incentivos (eficiência marginal fictícia do capital) e a compra de moedas fortes provocam a mudança de forma da crise de superacumulação em crise da dívida pública.

A entrada de capitais do exterior obriga o Banco Central a recorrer a emissões, ainda quando a situação do Caixa do Tesouro era superavitária. A dívida externa e os gastos do governo passam a pressionar a taxa de inflação.

O caráter ineficiente, improdutivo, superdimensionado (Wholly Wasteful) dos investimentos keynesianos se evidencia na queda da relação incremental produto/capital. O produto obtido com o investimento de uma unidade de capital é cada vez menor: a relação cai de 0,47 em 1971, e de 0,50 em 1973, para 0,16 em 1976; 0,26 em 1977. (L. C. Bresser Pereira, op. cit. loc. cit.).

Apesar dos estímulos, incentivos e doações crescentes que são apropriados como lucro não-operacional pelo capital industrial sustentando a taxa de lucro e impedindo seu colapso, ela declina à medida que avançam os anos 70. Em 1973, 1974 e 1975 ela é de 18,3; 21,4 e 20,8, para cair para 18,0; 14,3 e 10,7 em 1977, 1978 e 1979 (Fonte: Estudos Econômicos — IPE-USP, vol. 11, nº 3, 1981. Bonelli, Guimarães, in Taxa de lucro de setores industriais no Brasil, 1973-1979, *apud* L. C. Bresser Pereira, Revista de Economia Política — "Auge e Declínio dos Anos 70", vol. 3, nº 2, abril/junho — 1983, p. 117.).

Ao contrário do que afirma João Manuel Cardoso de Mello, a crise que expressa as contradições entre a produção de artigos de luxo (duráveis) e a capacidade de consumo resultante dos investimentos, a "crise de realização dinâmica", não se manifesta em 1974, mas em 1963. Ela é administrada, "muda de forma, mas não é superada", para usar a expressão correta de Marx; a superacumulação e a queda da taxa de lucro conseqüentes são as formas da crise da economia brasileira no estágio de desenvolvi-



mento e de diversificação da estrutura produtiva resultante dos investimentos realizados durante o milagre econômico e sustentados pelos gastos do governo e pela dívida externa. A dívida externa se torna cada vez mais dívida pública externa na medida em que os investimentos públicos passam a comandar o processo de acumulação de capital.

O colapso do milagre econômico só penetrou no discurso do governo e só foi reconhecido oficialmente por João B. Figueiredo em seu discurso na ONU. A ideologia de que o Brasil era uma ilha de prosperidade



com o legislativo, com o “mercado”, com os estados da União, com os sindicatos, com a CNBB, com os órgãos de classe, etc.. A abertura como estratégia política desconcentradora, de divisão de responsabilidades pelo mau desempenho da economia, é a confissão de que a legitimação do poder não poderia ser feita por um novo “milagre”.

Os mecanismos repressores perderam sua efetividade e a redução salarial reencontrou o seu principal instrumento de execução na inflação crescente. Já em 1974 o Índice Geral de Preços se eleva a 34,6%, contra 15,5% do ano anterior. A marca de 46,2% é alcançada no ano de 1976, a de 77,2% em 1979 e, no ano seguinte, conheceu os três dígitos, com 110,3%. Quando o governo retira, seguindo os conselhos do FMI, os subsídios à agricultura e eleva os custos industriais mediante a maxidesvalorização de 1979, a inflação sobe para patamar mais alto. O governo, ao subsidiar os produtos agrícolas, reduzia o custo de produção da força de trabalho; reduzia, assim, os salários industriais urbanos. Ao retirar os subsídios, eleva-se o custo de produção da força de trabalho: a repressão dos salários passa a fazer-se mediante elevação do preço dos produtos alimentares, dos bens de consumo operário, que perderam os subsídios.

A taxa de inflação no Brasil passa a sustentar o déficit de Caixa do Tesouro provocado pelos subsídios, estímulos e doações necessários para procurar manter a eficiência marginal (fictícia) do capital, as obras públicas keynesianas, o crescimento do departamento III, de produtos bélicos, usinas nucleares, de tanques, carros de combate, e ferrovias do aço inacabadas, de hidroelétricas fantásticas. As finanças públicas keynesianas, ainda larvares ao tempo de Getúlio Vargas e da destruição do café excedente, se afirmam em Brasília e em várias metas improdutivas, imobilizadoras de forças produtivas, dinamizam e sustentam contraditória e precariamente a economia. Ao fazê-lo, ampliam o departamento III, produtor de não-mercadorias, mas não podem integrá-lo: sua integração só é possível no centro do capitalismo mundial, nos Estados Unidos, onde se situam os setores bélicos, espaciais de ponta. Esse departamento III assumiu o papel de dinamizador principal da economia cêntrica após o colapso, em 1929, dos setores até então dinâmicos, produtores de duráveis, de artigos de luxo.

No Brasil, o dispêndio do governo tem de crescer para sustentar a taxa de lucro (incentivos, subsídios) e tentar manter o nível de demanda efetiva, mas esbarra na dívida pública e em seu serviço elevado. Nos Estados

Unidos, os gastos do governo dispararam a partir de 1939⁶ mas a taxa de inflação não se elevou demasiado: a deflação, que perdurou durante 10 anos, é invertida e a taxa de inflação se eleva a cerca de 8% ao ano no final da guerra. Mas a dívida pública cresce no lugar da inflação: ela atinge a 119,9% do PNB dos Estados Unidos em 1946. A dívida pública crescente é a forma que assume a elevação da taxa de inflação, cresce aquela no lugar desta, para enxugar a base monetária alagada pelo déficit econômico do governo federal.

A taxa de juros elevada e a correção monetária impedem, no Brasil, que a dívida pública se amplie, exercendo aquele papel de contrapólo da moeda estatal, de “controlador” da taxa de inflação. O serviço da dívida passa a absorver, no final do processo de dinamização, um montante aproximado ao da receita ordinária da União, segundo os cálculos do prof. Dércio Munhoz.

A crise da dinâmica keynesiana se verifica quando o governo perde sua capacidade de dinamizar a economia mediante a expansão do departamento III, produtor de não-mercadorias; o governo, reabsorvedor de trabalhadores desempregados pela produção na era keynesiana, passa a dispensar funcionários públicos e a reduzir a demanda efetiva que ele tinha por missão amplificar.

Assim, o departamento III, produtor de não-meios-de-consumo e de não-meios-de-produção, o dinamizador da economia cêntrica após 1933, compõe a estrutura produtiva, completa-a. A crise que envolveu os departamentos I, II e III, e, portanto, o governo, que passou para o centro da atividade econômica para soerguê-la, é uma crise completa, internamente.

A escassez de dólares, o problema que se antepôs às vendas das mercadorias cênticas no pós-guerra e que só na dívida externa dos países satélites ou nos direitos especiais de saque encontram as formas de aumentar a liquidez internacional, foi resolvida contraditoriamente com o surgimento dos eurodólares. A escassez de dólares deixa de ser um obstáculo ao comércio internacional e os países satélites passam a aumentar suas importações por meio da dívida externa em euro e em petrodólares. Essa dinâmica externa, que fez elevar a demanda efetiva mundial de mercadorias cênticas, é limitada pela taxa de juros, os *spreads*, os *fees*, de um lado, e, finalmente, pelo próprio montante da dívida mundial, vizinha de 1 trilhão de dólares, em 1982. Nesse ano, a liquidez internacional — a oferta de dinheiro líquido por parte do sistema financeiro mundial — se esgotou. É a hora dos “jumbos”, dos atrasados,

rodeada pela maré alta da crise mundial prevaleceu na fala despótica. Mas, certos da inevitabilidade da crise econômica, do fim do auge que dera a legitimidade política ao governo militar, o governo Geisel adota a estratégia da abertura. Esta foi a fórmula que o general Golbery arquitetara para manter o poder político no processo de desmoralização e de ruptura que o colapso econômico infringiria ao governo planejador, centralizador e investidor, responsável, portanto, pelo fracasso econômico. A divisão de responsabilidades do fracasso do poder executivo

dos “empréstimos-ponte”, de ameaças de *défaut*: a dinâmica externa entra em crise.

A crise se completa externamente. Os Estados Unidos passam a sobrevalorizar o dólar a fim de, por meio do desequilíbrio de sua balança comercial, irrigar o mundo devedor ressequido pela falta de liquidez que parara de jorrar dos centros produtores de eurodólares.

As crises que vieram mudando de forma ao longo dos 30 anos de acumulação rápida, selvagem, mas que não foram superadas, se encontram presentes na economia brasileira de hoje. Elas repetem, em ritmo acelerado, com determinações próprias, as crises que ocorreram de 1810 até o presente, na economia cêntrica. Os reformistas e desenvolvimentistas pretendem acumular e investir numa economia que é vítima

de sobreacumulação; pretendem redinamizar uma estrutura de produção de duráveis que só pode apoiar-se na concentração consumista da renda, exaurida por 20 anos de arrocho salarial quase permanentemente crescente; a crise da dinâmica keynesiana esbarrou no serviço da dívida pública especialmente elevado no Brasil e impede que a “dissipação completa”⁵ e necessária venha redinamizar o departamento III e, a reboque, induzir o crescimento nos departamentos I e II; a dívida externa deixou de dinamizar contraditoriamente a expansão interna.

Diante das contradições desenvolvidas juntamente com o capital hospedado, a crise das economias-satélites reproduz e completa o processo de formação, de crescimento das crises capitalistas. As forças produtivas contidas, transformadas em for-

ças destrutivas, não podem continuar se expandindo no quadro internacionalizado do modo de produção capitalista. A superação da crise só pode ser feita pela negação do conteúdo negativo, anti-social e destrutivo que sustentou o crescimento contraditório. Qualquer conserto e toda redinamização reativarão conteúdo negativo e as relações de exclusão que o capital possui.●

Lauro Campos é catedrático de economia política e professor titular da Universidade de Brasília. Publicou, entre outros trabalhos, “A crise da ideologia keynesiana”, “Mecanismo de sustentação do crescimento” e “Uma crise e vários diagnósticos – o caos brasileiro”. Seus ensaios e artigos, reunidos em cerca de trezentas páginas, se encontram no prelo da Editora Universidade de Brasília

Resumen

ECONOMIA/CAPA

La crisis brasileña – dos siglos de permanencia

Al integrar penosa y parcialmente la economía brasileña, su estructura, incorporó las diferentes formas de crisis que tuvieron un período de gestación de doscientos años en la Gran Bretaña y en los Estados Unidos. La crisis completa, en la que se debate la economía brasileña, contiene estas contradicciones que no han sido superadas, transformándose en obstáculos aparentemente intransponibles, cerrando las salidas que se utilizaron anteriormente. Las políticas económicas que visan dinamizar repetidamente el sistema acaban reactivando la estructura defectuosa, ampliando los conflictos y los costos sociales inherentes al camino recorrido por el desenvolvimiento. Así el *reformismo* que pretende, una vez más, concentrar la matriz perversa, preservándola y la *superación estructural*, que encuentra en el socialismo la solución definitiva, terminan confrontándose como propuestas opuestas.

Abstract

ECONOMICS – COVER ARTICLE

The Brazilian crisis – two centuries of permanence

The Brazilian economy, upon integrating its structure only partially and with difficulty, incorporated the various forms of crisis which have remained for a period of two hundred years of administration in Great Britain and the United States. The whole crisis, in which one debates about the Brazilian economy, contains these contradictions, still not overcome, which turn into apparently insurmountable obstacles, closing the ways out of crisis which were formerly used. The economic policies which tried to re-dynamize the system resulted in reactivating the defective structure, thus broadening the conflicts and the social costs inherent to the path already taken by development. Consequently, *reformism* which intends to re-dynamize the perverse matrix by preserving it, and *structural old-fashionedness*, which finds in *socialism* the definitive solution, finally confront each other as opposing propositions.

Notas bibliográficas

- Os estoques acumulados atingiram, em 1905, 11 milhões de sacas de café. (Caio Prado Júnior, “História Econômica do Brasil”, p. 228, Editora Brasiliense, 31.ª edição).
- Imposto sobre novas plantações instituído em São Paulo, em 1902.
- O departamento II, de produção de meios de consumo, domina a estrutura produtiva em 1907, quando “todas as empresas com 1.000 contos de capital estavam no setor de bens de consumo, em particular nos setores de fiação e tecelagem”. Os dados do recenseamento de 1920 mostram a estrutura produtora dominada pelos setores de produção de meios de consumo: têxtil, 27,0%; produtos alimentares, 2,9%; roupas e calçados, 8,2%; bebidas, 4,7%; fumo, 3,6% (total deste grupo: 85,4%). Mecânica, 0,1%; material de transporte, 1,3%; metalurgia, 3,4%; minerais não-metálicos, 2,7% (total deste grupo: 19,6%). In Sérgio Silva, “Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil”, Editora Alfa-Omega, SP, 1976, pp. 113 e 114).
- Escreve o corifeu da escola cepalina em “Perspectivas do Desenvolvimento Econômico” (ISEB, 1958, p. 57): “Não podendo proteger-se com tarifas, o Nordeste terá de tirar vantagens de sua mão-de-obra abundante” – *tirar vantagens* significa, no texto, explorar a força de trabalho mediante redução do “salário monetário” ao lado da re-

dução do salário real corroído pela inflação... “Esse problema é de solução tão mais difícil quanto o Nordeste é uma região de terras escassas e deformadas pela monocultura”. (Escassas porque oligopolizadas, concentradas em mãos de poucos proprietários). “Todavia, é nesse problema que está a chave do desenvolvimento e da industrialização.” Será que a dialética subiu à cabeça do positivista e neutralista andino? Certamente não. “Por mais que se construam estradas e açudes, pouco se fará para atrair capitais para a região enquanto os salários monetários forem tão elevados quanto os do sul do país.” A “solução” é reduzir os salários de seus conterráneos, um dos mais baixos do mundo.

- “Penso ser politicamente incompatível com a democracia capitalista que o governo eleve seu dispêndio na escala necessária para fazer a grande experiência que demonstraria minha tese (pleno emprego), exceto em condições de guerra. Se os Estados Unidos levarem a sério sua missão de defesa da civilização e se insensibilizarem com a grande dissipação decorrente da preparação de guerra, conhecerão sua força.” (J. M. Keynes, em artigo publicado na New Republic, 1940).
- As compras federais de bens e serviços passaram de \$ 4.935 milhões em 1936 para \$ 6.015 milhões em 1940, alcançando \$ 16.882 milhões em 1941 (America’s Greatest Depression – 1929-1941, Lester V. Chandler, Harper and Row, Publishers, p. 131).



"Para encontrar o caminho que o afaste do desespero, o Homem moderno deve alargar o coração como alargou o espírito. Deve aprender a transcender a si próprio e, ao fazê-lo, adquirir a liberdade do Universo."

Bertrand Russell

Além do tempo e da mente, a ânsia da eternidade

Airton Lugarinho de Lima Câmara

Diante de toda a fama que Albert Einstein (1879-1955) amalehou enquanto viveu, cartas e visitantes não paravam de chegar até ele. Um dia, sua secretária, encoberta por uma avalanche de cartas que pediam uma explicação simples para a Teoria da Relatividade, procurou socorro nas palavras de Einstein: “Como devo definir-lhes a Relatividade?”

Diga-lhes que quando um homem se senta ao lado de uma moça bonita, durante uma hora, tem a impressão de que se passou apenas um minuto. Deixe-o sentar-se sobre um fogão quente durante um minuto somente e esse minuto lhe parecerá mais comprido do que uma hora — isto é a Relatividade!

Através desta forma humorística, podemos ter uma visão bastante pragmática de que a “sensação” do fluir do tempo não é algo absoluto, mas alguma coisa intrinsecamente ligada a um observador. Todos nós já vivemos essa experiência. Quando assistimos a uma aula, ou lemos um artigo, que não é capaz de “prender” nosso interesse, a aula ou o artigo nos parece interminável. Isso ocorre por que temos diversos modos de “perceber” o tempo, ou melhor, temos diversos modos de “perceber” o fluir do tempo. Os homens não têm acesso ao tempo, como entidade física. O que nós podemos medir, ou sentir, é o fluxo do tempo. Para isso usamos diversos subterfúgios. Tentamos ordenar os eventos para que possamos ter uma idéia histórica. A ordem é imanente ao pensamento cosmológico.

O Caos, a desordem, está presente em quase todas as narrativas cosmológicas. É da necessidade da transmutação do Caos em ordem que surgiu a necessidade da criação das divindades. Somos, então, remetidos à Grécia Clássica, onde, com clareza, essa necessidade é mostrada através dos versos de Hesíodo, expondo a estrutura do pensamento mitológico grego. No discurso de Hesíodo vemos que do Caos surge Gaia, o primeiro ser sólido, que desencadeia o processo da Criação.¹ A partir de Gaia, vão surgindo todas as criaturas mágicas, capazes

de se reproduzir sozinhas. Até que surge Eros, o Amor Universal. A partir de então não será mais possível a reprodução sem um parceiro. Vemos aí uma evolução. Havia uma época onde existia apenas o Caos, depois, através de uma ordenação localizada, surge Gaia, que é capaz de reproduzir-se sozinha; depois surge Eros e a era da reprodução assexuada termina, para dar lugar aos seres dotados de sexo. Este é um breve resumo da própria evolução dos seres vivos. Notemos que existe uma ação que ocorre após uma outra preestabelecida. Isto é uma ordenação temporal. E esta ordenação temporal somente pode surgir uma vez que existam as criaturas para sofrerem a ação do fluir do tempo. Surge uma velha pergunta, ainda sem resposta: o tempo está ligado à consciência? Será que o tempo é fruto do intelecto?

Estas questões remetem a uma outra, que se resume na seguinte dúvida: será que quando um carvalho cai, em uma floresta desabitada, faz barulho?

Tudo isso é para exercitar a mente no sentido de perceber que a presença de um observador pode ser a resposta para quase tudo que ocorre na natureza. É claro que a chance de um dia podermos responder a alguma dessas questões é muito pequena. Mas já sabemos o suficiente para compreender que uma gama extraordinariamente grande de acontecimentos *depende* da presença, da qualidade e do comportamento de um observador.

Uma das maiores contribuições de Albert Einstein, para o processo de compreensão de todos esses fenômenos, repousa na introdução do observador no próprio acontecimento. Ele nos ensinou que a visão de tempo e de espaço absolutos, que Isaac Newton (1642-1727) nos havia legado, não era compatível com a realidade, seja a realidade o que for. Newton, no escólio da Definição VIII do *Principia*, fala sobre o tempo e o espaço, absolutos:

O tempo absoluto, verdadeiro e matemático flui sempre igual por si mesmo e por sua natureza, sem relação com qualquer coisa externa (...)

O espaço absoluto, por sua natureza, sem nenhuma relação com algo externo, permanece sempre semelhante e imóvel (...).

FIGURA I

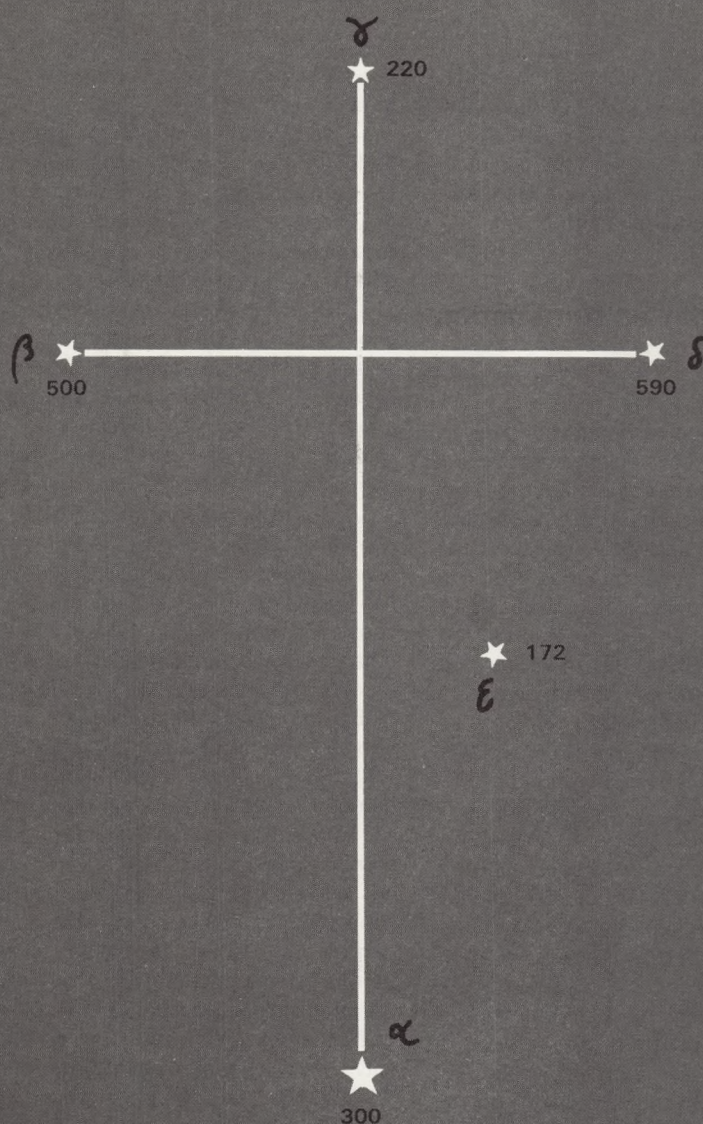
Esquema da Constelação Austral do Cruzeiro do Sul, onde aparecem as distâncias de cada uma das principais estrelas à Terra, expressas em anos-luz.

A nova visão de um espaço e de um tempo relativos é que foi a grande revolução do século XX. Além de modificar a nossa maneira de “ver” o tempo e o espaço, Einstein promoveu o “casamento” mais importante da Física moderna unindo o tempo e o espaço, nascendo desta união magistral o conceito de espaço-tempo.

Uma visão astronômica

Depois de procurar comida e um parceiro sexual, a ação mais antiga dos homens é olhar para o céu estrelado. Ele sempre foi uma visão fantástica que assombra o homem desde que um lampejo de intelecto surgiu em seus olhos. O que seria aquilo que brilha e aparece periodicamente junto aos riscos da escuridão? Aos mistérios da noite se somavam os perigos da escuridão. Talvez seja uma reminiscência desta soma, o medo do escuro que trazemos, até hoje. Ele traz a insegurança e o temor dos predadores e da grandiosidade opressiva de uma noite estrelada.

Quando olhamos para o céu, vemos as estrelas brilhando, lado a lado, em nossa abóbada celeste — mas será que esta visão é correta? Não, não é nada correta. O que vemos no céu é a convivência de diversas fases de tempo. São camadas temporais que se apresentam a nós como sendo “transparentes”, por uma deficiência de percepção da visão humana. *Não* percebemos, na realidade, as três dimensões de espaço. Nós percebemos duas dimensões e a terceira é simulada pelo afastamento que existe entre nossos olhos. É a chamada paralaxe, a responsável pela ilusão de terceira dimensão que percebemos. Os campos de visão dos olhos são ligeiramente diferentes e a soma (a interposição) destes dois campos é a responsável pela sensação de profundidade que temos. Quando olhamos para pontos muito distantes, anulamos o efeito da paralaxe e, com isso, anulamos a percepção da terceira dimensão. O efeito de observar o céu e acharmos que as estrelas estão todas em um



mesmo plano, facilitou à humanidade, criar e manter por séculos uma visão geocêntrica que era, de fato, uma visão confortável e antropocêntrica.

Esta deficiência de percepção criou a noção de constelação. As estrelas de uma constelação parecem estar próximas umas das outras, mas *temos* que ter em mente que isso é apenas uma ilusão. As constelações, do ponto de vista do real, não têm nenhum ponto de contato. As figuras que aparecem no céu são frutos da imaginação humana. O esquema da figura 1 mostra as cinco estrelas mais brilhantes da constelação do Cruzeiro do Sul, com as distâncias em anos-luz² que existem entre cada uma delas e a Terra. Assim, verifica-se que o conceito de estrelas reunidas em constelações não tem nenhuma consistência.

Uma decorrência direta deste fato é que a luz que está saindo de cada uma delas

leva tempos diferentes para chegar até nossos olhos ou câmaras fotográficas. Com isso, ao fotografarmos o céu, estamos “aprisionando” flagrantes de tempo diversos.

Retornemos ao esquema parcial da constelação do Cruzeiro do Sul. Podemos observar que a estrela mais distante está a 590 anos-luz de distância, e a mais próxima se encontra a apenas 172 anos-luz. O que concluímos é que uma fotografia desta região do céu aprisiona imagens defasadas de 418 anos! A luz que saiu da estrela mais distante leva 590 anos para chegar à nossa câmara, e a mais próxima nos envia sua imagem de 172 anos atrás. Isto evidencia que qualquer informação que possamos tirar da luz de δ Crucis³, é muito mais antiga do que as informações tiradas da luz de ϵ Crucis.

Esse é um problema crucial da Astronomia. Como a estrela mais próxima da Terra

é a α Centauri, que está a 4,3 anos-luz, a informação mais recente que temos da galáxia está defasada de 4 anos e 4 meses do presente intrínseco da estrela. Se aquela estrela fosse destruída agora, levaríamos 4 anos e 4 meses para receber a “notícia”.

Quando observamos regiões mais profundas do Universo, esse problema se agrava muito. Uma nebulosa bastante conhecida, chamada Caranguejo, que se localiza na constelação boreal do Touro, é o que restou da explosão de uma estrela⁴. Os chineses registraram esta explosão no ano de 1054 de nossa era. A nebulosa está a cerca de 5.000 anos-luz de distância. Quando os chineses avistaram a explosão, ela já estava com a idade de 5.000 anos! Hoje, ao observá-la, estamos sendo sensibilizados por uma imagem de quase 7.000 anos. Na época em que a estrela explodiu. Os hamitas estavam deixando o deserto do Saara e, unindo-se aos semitas, deram origem aos egípcios.

E este evento não é o mais drástico, pois quando observamos as galáxias que habitam o Universo, tudo fica mais grave. A galáxia Andrômeda, assim chamada por estar na constelação boreal de Andrômeda, é visível à vista desarmada. A distância entre a Terra e Andrômeda é da ordem de 2.300.000 anos-luz. Ao observá-la hoje, recebemos uma energia luminosa que saiu de lá antes mesmo do *homo sapiens* andar pela Terra! Esta luz, que hoje chega à Terra, iniciou sua viagem quando os *australopithecus* povoavam nosso planeta.

E o que podemos dizer sobre o espaço profundo? Quando fotografamos Quasars⁵ a 18 bilhões de anos-luz, estamos observando imagens contemporâneas do próprio nascimento do Universo!

A configuração do céu, para um astrônomo, é bastante peculiar. Talvez ele seja o único cientista a ter um problema desta natureza. O objeto de estudo da Astronomia está não-somente distante no espaço, mas também no tempo. O céu, é, de certa forma, uma máquina de observar o passado. O astrônomo só tem acesso a notícias antigas — é como se ele somente lesse jornais velhos! E tem que construir uma imagem aproximada do mundo com esses dados.

Um pouco da eternidade

Sempre estamos às voltas com a eternidade, mas qual seria o sentido dessa palavra?

Uma das preocupações mais antigas da humanidade é manipular o eterno. Em

todos os discursos cosmológicos, as divindades são eternas e, como somos sempre feitos à imagem e semelhança dos deuses, podemos pegar uma “carona” na eternidade dos deuses.

Esta é, obviamente, uma preocupação dos mortais. Em uma obra conhecida e clássica da literatura inglesa — *As Viagens de Gulliver* —, seu autor, Jonathan Swift, faz com que Gulliver encontre um estranho povo chamado *luggnagguianos*. Entre eles nascem seres mais estranhos que seus próprios nomes, os *struldbugs*. Estes pobres indivíduos são imortais. De imediato, a inveja de Gulliver se faz sentir, até que um conhecimento mais profundo se estabelece e ele sente um grande alívio de ser mortal. Os *struldbugs* não morrem mas envelhecem. A eternidade se torna um fardo quase insuportável para quem a possui. As mazelas da velhice são muito maiores do que a tranquilidade da morte.

A literatura retrata as ansiedades humanas. Um outro inglês compôs um personagem eterno, que detinha também a eterna juventude. Este autor foi Oscar Wilde e seu romance, *O retrato de Dorian Gray*, tem um fim trágico, com a retomada dos anos passados, ao ser destruída a imagem mágica de Dorian, aprisionada em um belo quadro a óleo.

Mais tarde, com o avanço do conhecimento, a eternidade foi mudando de lugar. Ainda resta um deus eterno e criador que habita um mundo imutável e infinito. A infinitude é a irmã gêmea da eternidade. São dois pontos a serem conquistados.

Os homens passaram a acreditar que habitavam um Universo infinito e eterno, assim se “aconhegavam” para diminuir a frustração de sua própria mortalidade.

A literatura infantil também retrata as interações do homem com a eternidade. O já folclórico final dos contos de fadas: “...e eles viveram felizes para sempre”, aparentemente poderia representar uma fonte de ansiedade para as crianças, induzindo-as a acharem que a mortalidade é deletéria. Segundo o psiquiatra norte-americano Bruno Bettelheim, as crianças não concluem, deste final clássico, que a felicidade está na eternidade. Elas, detentoras de uma grande sabedoria que perdem ao se tornarem adultas, compreendem que o real significado da expressão é a construção de um relacionamento satisfatório com uma outra pessoa. É essa a eternidade que devemos buscar. E, neste ponto, somos remetidas até a obra de Vinícius de Moraes:

(...) E assim, quando mais tarde me procure Quem sabe a morte, angústia de quem vive Quem sabe a solidão, fim de quem ama Eu possa me dizer do amor (que tive) Que não seja imortal, posto que é chama Mas que seja infinito enquanto dure.

Um jogo com as dimensões do mundo

Já vimos que os homens podem enxergar duas dimensões objetivamente e uma terceira através de um subterfúgio da evolução. Quando adquirimos a possibilidade de nossos olhos migrarem para a frente da face, avançamos um gigantesco passo evolutivo. Foi esse o advento da percepção da terceira dimensão nos primatas que vieram dar origem ao *homo sapiens*. Os outros animais que têm visão lateral *não* podem perceber o mundo com três dimensões.

Com o grande advento de nosso cérebro, a mente ganhou mais um pouco de percepção do número de dimensões que realmente existem. É claro que não sabemos o número correto de dimensões que existem. Isto equivale a dizer que não sabemos quantas dimensões tem o universo. Os matemáticos podem construir espaços com *n*-dimensões e imaginar como seriam as figuras matemáticas nestes espaços. Somente imaginar, pois nossas mentes são *proibidas* de ver as formas dessas figuras em espaços que não o tridimensional. É claro que os objetos têm formas próprias — até mesmo nossos corpos as têm — em espaços diferentes do de três dimensões, nós é que não podemos percebê-las em toda sua plenitude. Ora, se nós sabemos que o mundo é quadridimensional e que só percebemos três delas, se conclui que não temos acesso à forma real dos corpos que nos cercam! Não sabemos nem como são nossos amigos ou filhos. Isto porque eles têm quatro dimensões e só vemos três.

Em um exercício idealizado, vamos imaginar como seria uma pessoa vista em quatro dimensões. Se repentinamente passássemos a ver em quatro dimensões, o choque que isto provocaria seria, talvez, forte demais para a nossa saúde mental. As pessoas que conhecemos assumiriam formas bastante estranhas. Uma pessoa vista quadridimensionalmente tem a forma de uma grande fila indiana. A fila seria estreita no início e iria alargando, conforme o indivíduo fosse crescendo, envelhecendo. Ao realizar esse experimento idealizado, teríamos acesso a toda a história do indivíduo, veríamos

seu passado e a “primeira” pessoa da fila seria o presente.

Para dar um exemplo mais claro, podemos imaginar um ponto no espaço. Se fizéssemos o ponto se locomover, este geraria uma reta. Esta reta seria a visão quadridimensional do ponto, isto é, uma coleção de pontos, com idades diferentes.

É fácil perceber os transtornos que ocorreriam para quem, repentinamente, passasse a perceber em quatro dimensões objetivamente. Os simples objetos do nosso dia-a-dia se tornariam totalmente irreconhecíveis. Um maço de cigarros ficaria parecido com uma pilha de maços de cigarros.

Somente nos resta aceitar que o mundo *não* é como o vemos. Os homens têm acesso a uma “caricatura” do mundo. Nós não sabemos como é o mundo, apenas como nós *vemos* o mundo. Isto nos leva a uma conclusão fundamental: as visões de mundo são subjetivas, posto que a visão global do Universo é feita com parte nos sentidos e parte na mente.

Se nossa finalidade é divagar, podemos ir um pouco mais longe neste processo. Não temos nenhuma certeza de que o mundo é quadridimensional. Essa visão é a que nós temos hoje. Não podemos ter certeza sobre o número real de dimensões que existem no universo. Nossas mentes conseguiram ganhar um pouco mais de terreno, dentro da realidade, adquirindo a possibilidade de nos permitir um acesso — mesmo que subjetivo — a mais uma dimensão do mundo.

Vamos imaginar que exista, em algum lugar da galáxia, seres que são capazes de perceber, objetivamente, quatro dimensões. Se estes seres que estamos imaginando podem ver em quatro dimensões, sua mente também teria um “ganho” no número real de dimensões, fazendo com que tivessem uma percepção subjetiva de uma quinta dimensão, que seria o tempo.

Nossa divagação caminha mais adiante. Vamos supor que o mundo tenha seis dimensões reais, nenhuma a mais. Se existisse algum ser que fosse capaz de perceber seis dimensões, objetivamente, sua mente não teria como adquirir a percepção subjetiva de mais uma dimensão, a qual chamaria de tempo. Consequência disto: para este ser, o tempo não existiria. Retornamos ao início de tudo. Estaríamos diante de um ser eterno. Este é um exercício grandioso, pois seria um ente para quem o tempo não existiria, não sofreria o fluxo temporal. Seria um ser imortal, do nosso ponto de vista. Seria um ser com completo acesso à história, posto que veria o passado de todos. Estaríamos diante de um indivíduo onisciente e onipresente

(poderia estar em mais de um lugar ao mesmo tempo, sempre do nosso ponto de vista). A visão que os homens teriam deste ser, seria a de uma... divindade!

Por essa ótica, a divindade muda completamente sua forma. Vemos que seria possível existir algum ser que se apresentaria diante de nossas limitações como um verdadeiro deus. A deificação é apenas uma questão de possuir informações. E isto é congruente com a visão de poder que temos hoje.

O filósofo francês Gaston Bachelard (1884-1962) afirmou que "o conhecimento científico é sempre a reforma de uma ilusão." Nesta afirmação entendemos que não se pode pressupor o conhecimento terminal, as informações totais acerca do mundo-à-volta está nas mãos dos deuses.

A ciência é um processo dinâmico de conhecermos o universo, associado, evidentemente, ao processo cognitivo filosófico. Uma diferença básica entre o conhecimento científico e o conhecimento filosófico reside na forma pela qual se adquire um ou outro. O conhecimento científico é o processo pelo qual interiorizamos o mundo, e o conhecimento filosófico é aquele pelo qual exteriorizamos o mundo. A diferença básica está no método, posto que o objetivo é o mesmo — aproximar o homem da realidade universal.

Retornando ao mundo quadrimensional, podemos especular mais um pouco. Vimos que a percepção do tempo pode ser interpretada como um ganho da mente tridimensional no mundo quadrimensional, mas é preciso que se rentenham informações para que o processo possa se estabelecer. E aí entra um poder ainda misterioso que possuímos — a memória. Quando olhamos para um filho e nos lembramos de como era ao nascer, estamos tendo, subjetivamente, uma visão quadrimensional. É a mente humana simulando a realidade.

É chegada a hora da grande fecundação

A Astronomia é um grande exercício para a mente humana. Pensar e significar o universo é uma tarefa árdua a que nos propomos diariamente. Muitos conhecimentos que temos sobre a natureza e "funcionamento" da realidade física vieram através da Astronomia ou de preocupações astronômicas. Albert Einstein, certamente, não fugiu deste fato. Suas preocupações cosmológicas levaram-no a criações fantásticas, verdadeiras

maratonas intelectuais que culminaram com suas Teorias da Relatividade, tanto a Especial como a Geral. A Relatividade Geral, ao discursar sobre as grandes concentrações de matéria mudou, por inteiro, a visão que tínhamos do universo.

A primeira mudança sobre a maneira newtoniana de vermos o mundo sobreveio de uma fecundação. Não que Einstein tenha sido o primeiro a pensar na relatividade do tempo e do espaço. Muitos anos antes, um pensador e advogado alemão, Gottfried Leibniz (1646-1716), afirmara: "para mim, espaço, da mesma forma que tempo, são entidades puramente relativas".

A idéia estava no ar, o mérito de Einstein foi ousar realizar o casamento entre o espaço e o tempo, nascendo o espaço-tempo. Esta entidade é quadrimensional e detém, em si, características de um e de outro. Foi um exercício de pensar o mundo que revelou a Einstein que se pensássemos quadrimensionalmente teríamos uma visão-de-mundo mais aproximada do real. A forma de entendermos a gravitação estava irremediavelmente modificada.

Não havia mais lugar para o conceito de ação à distância apregoado por Newton, séculos antes. A gravitação passava a ser um processo puramente geométrico. Essa foi a grande conquista da Relatividade. Agora temos o mundo comandado pela geometria. É a forma comandando, no lugar da ação à distância. A matéria, através de sua densidade, torna-se a grande responsável pela gravitação. Os corpos distorcem o espaço-tempo à sua volta de acordo com seu próprio poder, ou seja, de acordo com sua densidade. As grandes concentrações de matéria assumem seu poder de interferir no fluxo do tempo.

O Sol, através de sua densidade, é responsável pela ordenação do sistema solar. Os planetas giram em torno dele não porque o Sol os atrai, mas sim porque a geometria imposta pelo Sol faz com que assim seja. Esta mudança é radical e importante.

Nas vizinhanças de um Buraco Negro⁶ ocorrem fatos verdadeiramente fantásticos. Se entrarmos nele, a grande imaginação de Lewis Carrol ou melhor, Charles L. Dodgson (1832-1898), faria sua Alice pensar que nunca havia visitado o País das Maravilhas. Essa associação não é original. Na obra *A Civilização Cósmica*, Carl Sagan (1934-), astrônomo norte-americano, afirma:

Os buracos negros talvez sejam as entradas para o País das Maravilhas. Mas o que encontraremos lá, Alices ou Coelho Brancos?

Pelo fato do espaço-tempo ficar "enovelado" em torno do objeto colapsado, temos que a flecha do tempo fica sem orientação. Não se pode ter uma idéia lógica de ordenação temporal dentro de um Buraco Negro. É claro que entrar em um desses objetos é mais do que pura ficção, é um devaneio quase insano. Como estamos nos permitindo toda a forma de exercício mental, vamos entrar em um Buraco Negro. Lá dentro, o tempo, curvado a extremos, não flui; lá é, portanto, a "residência" da eternidade. Como as dimensões de espaço e de tempo estão criticamente encurvadas, ao sairmos de um objeto desses, podemos fazê-lo em qualquer lugar do espaço e em qualquer época. Por exemplo, podemos nos encontrar nas cercanias do próprio Buraco Negro, pouco antes de termos entrado, e aí teremos a surpresa de encontrarmos... nós mesmos!

As mudanças vistas pela relatividade especial

Já vimos como as grandes concentrações de matéria podem afetar o fluir do tempo. A Relatividade Geral ensina que as grandes densidades atrasam o fluxo temporal. Agora, vamos ver que não somente as grandes densidades são capazes de fazê-lo.

Einstein utilizou sua matemática para chegar a equações idênticas às que dois outros grandes físicos haviam chegado, anos antes, por processos empíricos. Eram George Francis Fitzgerald (1851-1901), físico irlandês, e Hendrik Antoon Lorentz (1853-1928), um físico holandês.

Esses dois cientistas haviam proposto que o movimento em altas velocidades afeta o comprimento dos corpos. Inicialmente se supôs que somente os corpos dotados de carga elétrica sofriam esta contração, posteriormente a proposição foi generalizada para todos os corpos. O que a Relatividade Restrita fez foi deduzir matematicamente essas equações. Einstein chegou por ca-

minhos totalmente diferentes à mesma forma matemática de Lorentz e Fitzgerald. Hoje sabemos que não somente o comprimento é afetado pela velocidade, mas também o são a massa e o tempo.

Temos o seguinte grupo de equações, a saber:

$$L' = L \sqrt{1 - \frac{v^2}{c^2}}$$

$$m' = \frac{m}{\sqrt{1 - \frac{v^2}{c^2}}}$$

$$\Delta t' = \frac{\Delta t}{\sqrt{1 - \frac{v^2}{c^2}}}$$

onde:

L' é o comprimento do corpo em movimento;

L é o comprimento do corpo em repouso;

m' é a massa do corpo em movimento;

m é a massa do corpo em repouso;

$\Delta t'$ é o intervalo de tempo decorrido para o corpo em movimento;

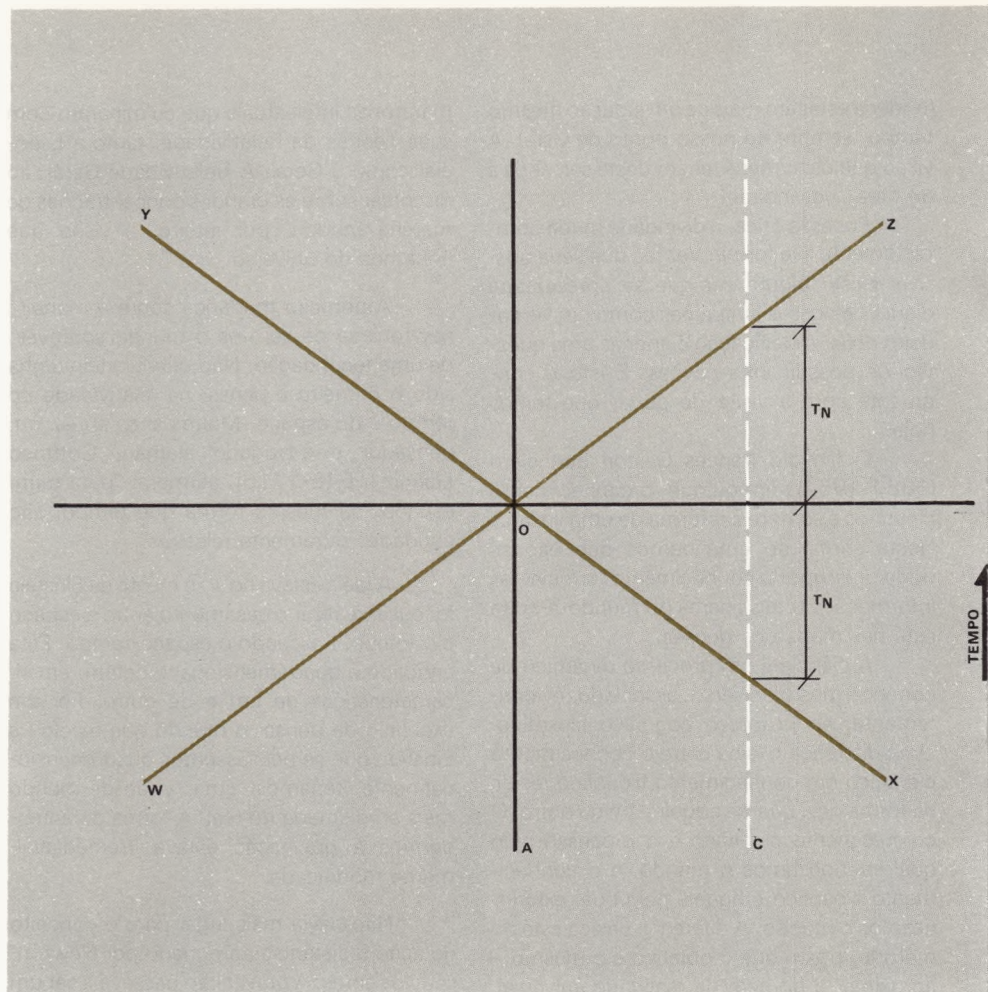
Δt é o intervalo de tempo decorrido para o corpo em repouso e

c é a velocidade da luz no vácuo.

Uma rápida análise neste grupo de equações nos mostra que quando $c \gg v$, temos que $\frac{v^2}{c^2} \gg \frac{v^2}{c^2}$ o que implica que o radicando é igual à unidade e ficamos, então, diante das transformações de Newton-Galileu, isto é, o comprimento do corpo em movimento é igual ao comprimento do corpo em repouso. O mesmo valendo para a massa e para o intervalo de tempo. Quando $v \rightarrow c$, o radicando tende a zero, fazendo com que m' e $\Delta t'$ se tornem infinitos e L se anule. O que evidencia a velocidade da luz, como um limite para nosso universo "lento". Se $v > c$, então o radicando é negativo, o que nos remete à álgebra dos complexos, retirando da compreensão física os significados dos valores encontrados. A compreensão deste fenômeno é que gerou o famoso "paradoxo dos gêmeos" descrito por Einstein.

Imaginemos um foguete que possa viajar com velocidade muito próxima à da luz e que esteja tripulado. O passageiro tem um irmão gêmeo que fica na Terra. Como o fluxo do tempo, para o astronauta, é diferente (mais lento), o irmão que ficou na Terra terá a sensação da passagem de vários anos, enquanto algumas horas passam a bordo da espaçonave. Ao fim da viagem teremos irmãos gêmeos com idades diferentes!

A atribuição de valores numéricos a



estas equações é um exercício fácil de ser feito e bastante interessante de se realizar.

Um diagrama quadridimensional

A figura 11 representa um diagrama que foi idealizado pelo matemático alemão de origem russa, Hermann Minkowski (1864-1909). Ex-professor de Einstein, Minkowski teve um relevante papel na interpretação geométrica da Relatividade Especial. Foi ele quem revelou que aquela teoria trazia como corolário o fato de o tempo ser uma quarta dimensão do mundo e que não deveria receber um tratamento matemático diferenciado, como vinha sendo feito até então. Sua obra "Tempo e Espaço" muito influenciou Einstein para a realização suprema, nove anos depois, da Relatividade Geral, onde a gravitação é explicada pela geometrização do espaço-tempo.

Vamos considerar um ponto A que está em repouso, em relação a um sistema inercial. Como já vimos anteriormente, po-

demos representar um ponto em repouso como uma reta, que é a "sucessão de instantes" daquele ponto (é a visão quadridimensional do ponto). Esta reta representa a "história" de A . O ponto O da reta representa o *agora*; os pontos abaixo de O representam estados anteriores de A e os pontos acima de O representam os estados posteriores de A . Desta forma, temos que a reta de A funciona como se fosse um eixo temporal. Uma reta perpendicular à reta de A representa o conjunto de eventos (pontos) que são simultâneos a A , em O — seria o "presente" de A .

Como a luz se move com velocidade uniforme, no vácuo, podemos representar seu trajeto como retas, que fazem ângulos de 45° com os eixos ortogonais. Na figura temos dois raios de luz que atingem, simultaneamente, A vindos de direções opostas. Os raios são WO e XO . De uma mesma maneira, podemos ver que OZ e OY são as posições "futuras" dos raios WO e XO , que agora são emitidos em direções opostas, a partir de O . Como não temos nada mais veloz do que a luz, todo e qualquer ponto que coincida com A terá sua história representada dentro dos setores WOX e YOZ . Como não podemos

FIGURA II

O Diagrama de Minkowski.
Uma representação
bidimensional do mundo
quadrimensional.

admitir a existência de influências causais com velocidades maiores do que a da luz, podemos concluir que qualquer evento com repercussões causais sobre *A*, em *O*, estará no setor *WOX*, e qualquer evento sobre o qual *A*, em *O*, repercuta causalmente estará localizado no setor *YOZ*.

Isto posto, verificamos que *C* está parcialmente dentro dos setores citados. Daí concluímos que os acontecimentos de *C*, que tenham ocorrido há menos que t_1 segundos atrás, *não* podem influenciar *A* em *O*, e nenhum evento em *O* pode influenciar *C*, *antes* de passados t_1 segundos.

Agora podemos definir as partes do diagrama: o setor *WOX* é o passado de *A*, e o setor *YOZ* será seu futuro. E os setores *YOW* e *ZOX*? Estes serão os conjuntos de eventos topologicamente simultâneos a *A*, e os chamaremos de “presente topológico” de *A*. Como não podemos desenhar em 4 dimensões, temos que ter em mente que os setores desenhados são, na realidade, cones.

Com a ajuda desse diagrama podemos representar um evento com todas suas causas e com suas repercussões. Sendo assim, temos uma poderosa maneira de entender os acontecimentos de uma forma muito mais reveladora do que as representações tridimensionais tradicionais.

Dimensão enigmática do universo

O diagrama apresentado sugere a existência de um conjunto de pontos que podem entrar em nosso cone de futuro ou não. Apesar de ter uma certa aura de destino, o diagrama não alija o livre arbítrio dos indivíduos. Tudo dependerá de nosso comportamento espaço-temporal. É o nosso conjunto de ações que determina se um dado ponto vai entrar no futuro ou não. O presente topológico seria um depósito de possibili-

dades que estão à disposição de todos os seres. É um grande conjunto de possibilidades, mas é, ainda assim, um conjunto *finito* de possibilidades. Assim, verificamos que fica mais fácil fazermos profecias. Pode ser que seja somente uma questão de sermos bons observadores.

Foi possível verificar que não temos uma idéia precisa sobre o que seja o tempo. Temos algumas maneiras de vê-lo, mas ainda estamos distantes do dia em que será possível uma perfeita compreensão do que seja essa misteriosa e enigmática dimensão do universo.

O que podemos tirar de ensinamento sobre tudo que foi discutido é que somos livres para pensar e devemos fazê-lo. O exercício do pensamento é, certamente, a mais livre de todas as ações humanas. Não há força ou imposição que possa calar a mente humana. Muitas vezes cala a língua, mas lá dentro, no fundo da alma, os calados sabiam que... “*eppur si muove*”.⁷

Todas as vezes que falamos sobre o tempo surge, imanente, a noção de destino. O determinismo do futuro humano é uma preocupação e até mesmo serviu de base para discursos filosóficos e religiosos ao longo da história humana. Será que existe um destino a reger a ação dos homens? Se assim fosse, ninguém poderia ter um pensamento livre, posto que ele também seria determinado. O certo é que existem fatos predeterminados e estes fatos vêm do céu. Vamos recorrer ao mestre Bachelard, n’*O novo espírito científico*:

Se quiséssemos retrair a história do Determinismo, seria preciso retomar toda a História da Astronomia. É da profundidade dos céus que se delineia o Objetivo puro que corresponde a um visual puro. É sobre o movimento regular dos astros que se regra o Destino. Se alguma coisa é fatal em nossa vida, é porque primeiro uma estrela nos domina e nos arrasta. Há, portanto, uma Filosofia do céu estrelado. Ela ensina ao homem a lei física nos seus caracteres de objetividade e de determinismo absoluto (...) o Determinismo desceu do Céu sobre a Terra.

É fato que vivemos em um mundo onde acontecimentos são preestabelecidos. Mas existe algo — criatura do universo — que pode contrariar todas as regras. É a vida. A vida inteligente, mais ainda, é a grande contestadora da regularização do universo. Nós, seres inteligentes, temos o imenso poder de mudar o andamento do acontecer. Nós, seres inteligentes, temos o poder de mudar os fatos, através do conhecimento e da ação organizada. Nós somos, também, criadores, posto que criamos os deuses à nossa imagem e semelhança... ●

Airton Lugarinho de Lima Câmara é astrônomo e nasceu no Rio, em 1950. Trabalha atualmente no Planetário de Brasília, depois de seis anos no Planetário do Rio de Janeiro. Suas áreas de interesse são cosmologia, final da evolução estelar e astronomia do sistema solar. Publicou em março de 1985 o livro *Introdução à astronomia do sistema solar*.

Notas

1 — A rigor, os gregos não eram adeptos da Criação, pois para eles o Universo teria surgido de uma ordenação do Caos, que seria sua matéria-prima. Para os criacionistas, o mundo surgiu a partir da *vontade* de um Criador, que teria *criado* a matéria a partir de onde teria organizado o Universo.

2 — Um ano-luz é o comprimento percorrido pela luz em um ano e equivale a $9,46 \times 10^{12}$ quilômetros ou 9 trilhões e 460 bilhões de quilômetros.

3 — As estrelas recebem nomes formados por uma letra do alfabeto grego (que indica sua ordem de brilho, na constelação), seguida do nome da constelação no genitivo latino. Assim α Crucis e β Crucis são, respectivamente, a primeira e a segunda estrelas mais brilhantes no Cruzeiro do Sul.

4 — As estrelas em seu processo de existência vão fabricando todos os elementos que existem na natureza. Quando a síntese do ferro se estabelece, isto é, quando as condições de temperatura e pressão são suficientes para tal, a densidade do núcleo estelar é muito grande. Somando-se o fato de que a síntese do ferro necessita de uma temperatura muito alta, a estrela entra em uma fase de desequilíbrio. A consequência desse fato é a instabilidade interna, fazendo com que a força de dentro para fora vença a gravidade — que é de fora para dentro. A esse fato segue-se uma violenta explosão que é chamada de Supernova, e a matéria da estrela forma a nebulosa que avistamos.

5 — Quasars são objetos que se encontram no limiar do universo observável e supõe-se que sejam núcleos de galáxias em formação.

6 — As estrelas que têm massa muito grande, ao chegarem ao fim de suas vidas, explodem (veja a nota número 4). Pelo processo de Super-

nova, 90% da matéria da estrela são ejetadas para o espaço. O núcleo estelar, muito denso, sofre o processo de colapso gravitacional, criando estas estranhas criaturas que habitam as galáxias. O espaço e o tempo ao redor do objeto colapsado é

totalmente deformado, criando uma “bolha” ao redor do objeto, de onde nada pode sair. Até mesmo a luz não é capaz de sair de dentro de um desses objetos, daí o seu nome.

7 – Esta frase é atribuída a Galileu. Ele a

teria pronunciado após a leitura da carta onde negava que a Terra girava ao redor do Sol. Negativa esta escrita e imposta pela “Santa” Inquisição, em nome de seu próprio deus. Seu significado: “E, no entanto, ela se move”.

Resumen

HOMBRE Y UNIVERSO

Más allá del tiempo y de la mente, el ansia de la eternidad

Una de las mayores contribuciones de Albert Einstein reposa en la introducción del observador en el propio acontecer. El nos enseñó que la visión de tiempo y de espacio absolutos, que Isaac Newton nos había legado, no era compatible con la realidad, fuera esta cualquier realidad. La nueva visión de un espacio y de un tiempo relativos fué la gran revolución del siglo XX. Además de modificar nuestra manera de “ver” el tiempo y el espacio, Einstein promovió el “casamiento” más importante de la física moderna, uniendo el tiempo y el espacio, naciendo de esta unión magistral, el concepto de espacio-tiempo.

Abstract

MAN AND THE UNIVERSE

Beyond time and the mind – the anxiety for eternity

One of the greatest contributions of Albert Einstein rests on his introduction of the observer into the event itself. He taught us that the view of absolute time and space, our legacy from Isaac Newton, was not compatible with reality, no matter what reality might be. The new view of relative space and time represented the great revolution of the Twentieth century. Besides changing our way of “seeing” time and space, Einstein promoted the most important “marriage” of modern physics, uniting time and space, being born from this ingenious union, the concept of space-time.

Referências bibliográficas

- 1 BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico* 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- 2 BRONOWSKI, J. *A escalada do homem* 2. ed. São Paulo, M. Fontes: Brasília, Ed. UnB, 1983.
- 3 HERMANN, Joachin. *Atlas de Astronomia*. Madrid, Alianza Ed., 1983.
- 4 LEAKEY, Richard E. *Origens* 2. ed. São Paulo, Melhoramentos: Brasília, Ed. UnB, 1981.
- 5 NEWTON, Isaac. *Princípios Matemáticos*, 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- 6 SAGAN, Carl. *A civilização cósmica*, Rio de Janeiro, Artenova, 1976.
- 7 SIMÕES Jr., José Geraldo (org.) *O pensamento vivo de Einstein*, São Paulo, Martin Claret, 1984.

Bibliografia indicada

- 1 BERNSTEIN, Jeremy. *As idéias de Einstein*, São Paulo, Ed. Cultrix: São Paulo, ed. USP.
- 2 DONATO, Hernani. *História do calendário*, São Paulo, Melhoramentos.
- 3 EINSTEIN, Albert. *Como vejo o mundo*. Rio de Janeiro, N. Fronteira.
- 4 GAMON, George. *Um, dois, três... Infinito*. Rio de Janeiro, Zahar.
- 5 GRIBBIN, John. *Tempo – o profundo mistério do universo*. Rio de Janeiro, F. Alves.
- 6 LACEY, A. *Linguagem do espaço e do tempo*. São Paulo, Perspectiva.
- 7 NICOLSON, Iain. *Gravidade, buracos negros e o universo*. Rio de Janeiro, F. Alves.
- 8 RUSSELL, Bertrand. *ABC da Relatividade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- 9 SILK, Joseph. *O Big-Bang*. Brasília, Ed. UnB.

Ácidos tempos

Carlos E. de Senna Figueiredo

Meio ambiente 41

A sociedade industrial conspurca o planeta. Hoje, as nações industrializadas empestam a terra e as águas com resíduos radioativos, turvam os céus com enxofre, liquidam espécies. A racionalidade "moderna" impõe e difunde ecossistemas especializados, exige o monocultivo. A selva é substituída pela plantação ou pela atividade pecuária. O bosque se transforma num obstáculo e é exterminado. Instala-se, assim, o princípio da desertificação, o ecocídio. A emergência dos partidos verdes, mundo afora, é a resposta política aos graves sintomas da atualidade.



Uma das mazelas do mundo moderno é o lixo radioativo. Invisível, insípido e inodoro, até hoje ninguém sabe o que fazer com ele. Nos Estados Unidos, há lixo atômico bastante para exterminar toda a população americana e, dentro de 15 anos, haverá no mundo um volume de dejetos radioativos suficiente para liquidar a totalidade dos seres vivos. Essa ameaça chega como surpresa amarga; há trinta anos, os homens de ciência e os meios de comunicação destacavam as virtudes da força nuclear e anunciavam maravilhas: energia eficiente e limpa, força elétrica tão pouco custosa que seria mais caro medirla do que gerá-la, e anteviam carros, navios e aeronaves movidos a poder dos átomos.

Em livro recentemente publicado, Barlett e Steele¹ comentam que a produção de energia nuclear nasceu sob o impulso de uma simples suposição — a de que os elementos combustíveis usados nas entranhas dos reatores seriam reprocessados e convertidos em combustível novo; o líquido letal resultante do reprocessamento seria transformado em sólidos e sepultado perpetuamente em depósitos subterrâneos, fora do alcance de todos. No entanto, somente três usinas reprocessadoras em escala comercial foram construídas nos Estados Unidos; uma nunca operou, outra permanece inacabada, e a terceira, localizada em Nova Iorque, fechou em 1972, deixando a herança de 572 mil galões de lixo tóxico e a fatura de um bilhão de dólares para custear as atividades de limpeza. Todos os demais projetos de reprocessamento foram cancelados por Carter. Hoje, embora Reagan queira reabrir uma unidade na Carolina do Sul, a idéia de reprocessamento em escala comercial tem os dias contados na América.

Segundo os autores citados, a maior parte do lixo atômico (90 por cento) é produzida por empresas concessionárias de energia elétrica e por indústrias privadas. Recentemente, graças ao acesso a documentos secretos do governo norte-americano, dois jornalistas ganhadores do prêmio Pulitzer mostraram que o lixo atômico tem crescido sem nenhum controle; o governo federal só registra o que é despejado em depósitos licenciados, e não a quantidade produzida, nem o que é vertido ilegalmente. Descobriram também que já se extraviou lixo atômico na Flórida, Maryland, Nova Iorque e Pensilvânia. Teoricamente, afirmam, o lixo atômico é o resíduo mais severamente controlado. Porém, o controle é dividido entre tantas agências — Nuclear Regulatory Commission, departamento de transporte, de defesa, do ambiente — e órgãos estaduais

que, na prática, termina fragmentado e inconsistente... quando existe.

E quando algo anda mal, tão enredada é a malha institucional de controle que nenhuma agência pode ser responsabilizada pelo sucedido. Para ilustrar, citam o desaparecimento de 72 mil metros cúbicos de lixo atômico, ilegalmente despejado em território americano em 1982. Muitos americanos devem ter morrido sem saber que eram vítimas desses despejos ilegais; outro exemplo assustador é o seguinte: em 1974, a Comissão de Energia Atômica (AEC) enterrou resíduos de plutônio em Maxey Flats, no Kentucky (o plutônio é altamente nocivo: 30 gramas desse elemento podem matar 20 mil pessoas). Na ocasião, a AEC garantiu que o depósito de Kentucky não se deslocaria mais do que um centímetro em 12 mil anos. Contudo, em menos de dez anos o depósito já deslizou dezenas de metros.

Em Three Mile Island, o desastre de 1979 evidenciou que 80 por cento dos crachás de proteção contra radiações (dosímetros pessoais), usados pelos operadores da Usina, não funcionavam.

As alternativas (consideradas há mais de vinte anos) de enterrar o lixo na Antártida, ou arremessá-lo ao espaço, podem trazer complicações ainda mais funestas. Os fatos parecem sugerir a perspectiva macabra de que o lixo atômico é um dos cavaleiros do apocalipse.

A devastação das chuvas ácidas

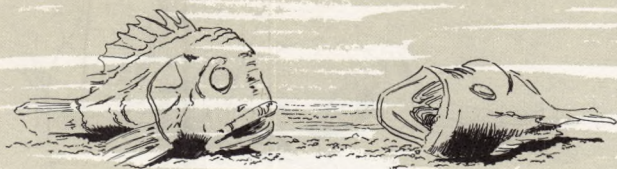
As chuvas ácidas são outro sintoma do envenenamento do mundo, e hoje servem de prato de substância de lides políticas. Em 1983, o governo da Alemanha Ocidental determinou medidas para coibir as emissões de anidrido sulfuroso (dióxido de enxofre), ao tempo em que a Comunidade Econômica Européia elaborava diretrizes igualmente severas. Aos poucos, logra-se um consenso político acerca dos danos causados ao ambiente pelas emissões de dióxido de enxofre, embora ainda não se tenha obtido um consenso entre os homens de ciência: por exemplo, de um lado, a National Science

Foundation americana advertia, em 1983, que há forte relação entre essas emissões e danos ao ambiente; de outro, a Royal Society inglesa comentava que a questão é ainda controversa. A ciência britânica não se dignava concluir sobre a extensão dos danos, suas causas e os tipos de controle a serem implantados. Um dos problemas, argumentava, é que há três tipos de emissão sob investigação: anidrido sulfuroso, óxidos de nitrogênio e ozônio; todos são nocivos, talvez per si, talvez devido à ação conjunta. Como o dióxido de enxofre é produzido basicamente pelas centrais eletrotérmicas a carvão, e os outros dois tipos principalmente pela exaustão de veículos a explosão, as medidas corretivas terão de atingir essas duas fontes poluentes.

Não se sabe exatamente como as emissões de anidrido sulfuroso se transformam em ácido sulfúrico. Há quem sustente que as altas camadas de ozônio da atmosfera governam a reação; outros consideram que o ácido pode se formar de muitas maneiras, independentemente da quantidade atual de ozônio. Há maior consenso sobre o papel de fatores meteorológicos: os ventos estabelecem a cadeia que liga o poluidor (por exemplo, Inglaterra e Meio Oeste americano) ao poluído (no exemplo, Escandinávia e Canadá).

Qual é, afinal, o dano causado pelas chuvas ácidas? Alguns cientistas chegam a opinar que fazem bem às plantas pois tendem a liquidar doenças como a ferrugem (*brown rust*)! Mas, o Dr. Battarbee, do University College, provou há dois anos o desaparecimento de minúsculas criaturas lacustres na Escócia, devido à acidulação das águas. Os peixes morrem quando as águas se tornam ácidas; algumas espécies deixam de se reproduzir quando o pH do meio beira 6. Abaixo do pH4, poucos peixes sobrevivem. Os efeitos sobre as plantas são mais complexos: não é tanto o ácido propriamente que conta, mas o seu efeito sobre o solo. Em solos ricos em cálcio, as plantas sofrem pouco, em solos ricos em nutrientes, as plantas tampouco sofrem muito com a acidulação. Mas em solos pobres (florestas), o efeito das chuvas ácidas é devastador; em





solos ricos em alumínio, como é o caso de tantos altos de serra em Minas, o perigo é extremo: o alumínio liberado pelos depósitos ácidos pode envenenar as células das plantas.

Em setembro de 1984, teve lugar em Edimburgh a primeira conferência internacional sobre as chuvas ácidas. Estiveram presentes mais de 300 delegados, provenientes de diversos países e instituições. O evento realçou o perigo desses depósitos sobre os solos mais sensíveis, denunciou que mais de 80 por cento do enxofre na atmosfera do Canadá se origina nos Estados Unidos, e permitiu ao representante norueguês expressar pesar a respeito do estado dos lagos do seu país e, implicitamente, acusar o país hóspede como o principal responsável.

Nos Estados Unidos, Reagan prefere multiplicar comitês de estudo sobre os efeitos da chuva ácida a implementar políticas efetivas de controle. Há dois anos, William Ruckelshaus, chefe da Agência de Proteção Ambiental, propôs um programa de corte das emissões de anidrido sulfuroso em território americano; a proposta de Ruckelshaus foi rejeitada pela Casa Branca, que optou pelo incremento das investigações acerca do assunto. Todavia, dois representantes de Reagan e do governo canadense, Lewis e Davis, designados para preparar uma recomendação conjunta sobre o enxofre gerado no Meio Oeste e carregado por ventos através da fronteira, já não contestaram os efeitos nocivos dessas emissões; os especialistas se ocuparam em avaliar medidas para atenuar esse impacto e apresentar o orçamento correspondente, em torno de um bilhão de dólares. Lá, 24 milhões de toneladas de enxofre são lançadas ao ar todo ano. A Academia de Ciências concluiu, num dos seus primeiros relatórios sobre o problema, que essa quantidade deve ser reduzida à metade, se os americanos quiserem proteger os ecossistemas mais delicados.

Desaparecimento das florestas

O desmatamento indiscriminado nas regiões tropicais é outra faceta dessa plêiade de males. A destruição das florestas que pro-

liferam nos trópicos já causa graves problemas em inúmeros países; pesquisa realizada em 1985 pelo Instituto de Recursos Mundiais e o PNUD concluiu que 27 milhões de acres de florestas desaparecem anualmente, tombados por hordas de consumidores de lenha e agricultores. As áreas desmatadas, segundo a pesquisa, poderão chegar a 556 milhões de acres no final do século, deixando esses consumidores sem lenha e os agricultores sem terras férteis.

Quarenta por cento das florestas tropicais do mundo já foram liquidadas e, dentro de duas ou três décadas, as florestas terão desaparecido de muitas regiões. Em 56 países o problema é agudo.

Em artigo publicado na Revista Brasileira de Tecnologia, Amílcar Baiardi² cita um estudo recente de Fearnside, sobre Rondônia, que apresenta estimativas de área desmatada. Fearnside estima o corte de 11 milhões a 26 milhões de ha./ano e, mediante uma conservadora projeção linear, prognostica o total desaparecimento da floresta no ano 2040. A vegetação de porte desaparecerá em 1991, se o crescimento for exponencial.

De acordo com Baiardi, ao tempo em que se expande a produção madeireira em toras na Amazônia, aumenta sua participação no total produzido no Brasil. Essa tendência assinala a maior utilização industrial de madeira não-conífera, em substituição à extraída nos estados do Sul e Sudeste, onde as iniciativas de reflorestamento não conseguem sequer acompanhar a demanda. Esse movimento de substituição termina agredindo as espécies nativas originárias das florestas densas do Norte do País. Estudos mencionados pelo autor indicam o crescimento do número de empresas instaladas na Amazônia, dedicadas à produção de laminados e compensados à base de matéria-prima local. Da mesma forma, a produção de carvão vegetal proveniente de florestas nativas da Amazônia apresenta crescimento acentuado, tendo duplicado entre 1970 e 1979 (a produção total do país cresceu 48 por cento no período).

A exportação de madeira através dos portos da Região Amazônica, ao longo do

período 1971/80, apresenta um comportamento semelhante ao observado para a produção de madeira em toras na região. Durante o auge da produção madeireira (1971 a 1973), as exportações mais do que duplicaram. A partir de 1976, observa-se novo surto, tendo, em 1978, a quantidade total de madeira e seus subprodutos exportados pela região duplicado em relação a 1975.

Trabalhando com uma hipótese de crescimento geométrico do desmatamento, Baiardi prevê o desaparecimento da floresta densa da Amazônia nos primeiros anos do século XXI, inclusive as áreas consideradas como de reservas biológicas, florestais e parques nacionais. O deserto amazônico será o *gran finale* de um concerto de pressões: crescimento demográfico desordenado, Carajás, expulsão da pequena produção familiar na agricultura para as áreas fronteiriças e o conseqüente *shift cultivation*, Tucuruí, grandes projetos agropecuários em áreas de mata, reaquecimento da economia mundial, etc.

No caso da Amazônia peruana, o autor informa que a destruição, só pela agricultura migratória, deverá atingir, até 1999, cerca de 24 milhões de hectares, ou seja, 37 por cento do total da área coberta por florestas densas no país. E, cá entre os nossos pagos, como vencer o desalento ao ver, somadas a esses prognósticos inquietantes, notícias sobre o relatório da auditoria instalada pelo ministro da Agricultura para apurar denúncias de corrupção no IBDF, com a conclusão de que o presidente da autarquia é responsável por "prática de atos de gestão contrários aos interesses do órgão" (*JB*, 8/11/85):

- liberação de recursos para projetos de reflorestamento de eucalipto no oeste da Bahia, apesar de laudos provando que ali não dá eucalipto;

- favorecimento à empresa da qual é acionista controlador;

- favorecimento à empresa Manasa, que foi dispensada ilegalmente de repor os incentivos fiscais que recebeu do IBDF, sob a alegação da ocorrência de um incêndio numa área do Paraná.

Segundo a 8.^a inspetoria de controle externo do Tribunal de Contas, a União sofreu um desfalque superior a Cz\$ 1 bilhão, por falhas e distorções na aplicação e fiscalização dos incentivos fiscais do Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset). As irregularidades estão no âmbito do IBDF, Embratur e Sudepe. No caso do IBDF, os "ministros do TCU escandalizaram-se ao saber que 50 por cento de todos os projetos de criação de florestas ou reflorestamento fiscalizados pelo IBDF são antieconômicos, segundo o rela-



tório da inspeção. Além disso, foram cancelados projetos de seis empresas no valor de Cz\$ 8 milhões, quantia que nunca foi devolvida”.

Enfim, morrem as matas, à mercê do extrativismo sem critérios e da corrupção. Ainda levamos a mesma missão civilizatória à selva.

A expansão ameaçadora dos biocidas

A grande difusão do uso de agrotóxicos na agricultura brasileira, nos últimos quinze anos, veio provocar uma nova série de ameaças. Segundo *Agroanalysis* (setembro de 1985), as vendas mundiais de pesticidas, em 1983, atingiram o valor de 12,8 bilhões de dólares. Os Estados Unidos explicaram 33 por cento das vendas, seguidos da Europa Ocidental (24 por cento) e do Japão (11 por cento). O Brasil ocupou o quinto lugar, com 5,5 por cento do valor das vendas.

A expansão da demanda por biocidas no país, de acordo com a mesma fonte, nos últimos três lustros, resultou de uma política oficial de incentivo; essa política, expressa nos PND's, foi revigorada em 1975 com o lançamento do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, quando o governo federal investiu mais de 200 milhões de dólares na implantação e desenvolvimento das indústrias. Além desse estímulo governamental, menciona a prática de um número excessivo de aplicações pelos agricultores, como resultado da desinformação sobre o uso correto dos insumos químicos, a deficiência do aparato institucional de controle dos produtos, de proteção do meio ambiente e dos consumidores, quanto aos seus efeitos tóxicos, e a monocultura predominante entre as lavouras de exportação (o cultivo de uma única cultura prejudica o desenvolvimento dos inimigos naturais das pragas). Lamentavelmente, o país ainda carece de meios para que a segurança do agricultor e a do consumidor alcancem níveis satisfatórios.

À exceção de São Paulo e Paraná, onde a fiscalização pode ser considerada razoável, ela inexistente ou é muito deficiente no

resto do país, especialmente nos estados centrais, onde a agricultura vem crescendo com rapidez. Daí, prossegue a revista, os acidentes toxicológicos provocados pelos agrotóxicos estarem assumindo aspectos críticos no Brasil, desde o início dos anos 70. Na região de Campinas, um levantamento do número de trabalhadores rurais e seus familiares intoxicados (trabalho da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas) evidenciou resultados alarmantes: em 1983, dos 1.107 trabalhadores examinados, 133 tiveram intoxicações agudas, pelo menos uma vez. No primeiro semestre de 1983, as análises de amostras de sangue coletadas revelaram que 19 por cento dos trabalhadores apresentavam sinais de intoxicação.

Os prejuízos causados pelo mau uso dos agrotóxicos não se circunscrevem aos numerosos casos de intoxicação. Ao contrário, estendem-se ao encarecimento dos alimentos e matérias-primas produzidas e à diminuição da produtividade dos recursos humanos. Esse uso indevido onera a União, ao demandar verbas públicas para o atendimento de trabalhadores e familiares afetados, e contamina os mananciais hídricos. Ao fim do processo, terminamos nos valendo de comida envenenada.

Harmonia e celebração da vida

As comunidades nativas se integram em harmonia ao mundo natural. A carta de um chefe indígena, de uma tribo norte-americana, a um presidente dos Estados Unidos, deixa bem clara essa realidade (ver box). Essas comunidades não visam pilhar ou conquistar a natureza para o usufruto imediato dos homens; ao contrário, buscam um estado de sincronia com os processos naturais, de coerência com o mundo, de celebração da vida, de verdadeiro saber.

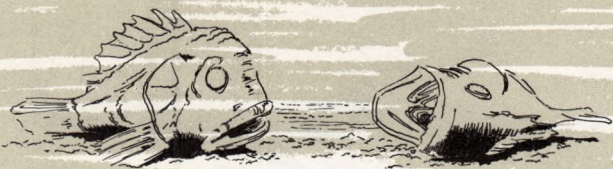
Veja-se a prática agrícola entre os índios. Como bem explica Stéfano Varese⁴, a característica mais natural e positiva de um sistema de cultivo de roça, tal como é praticado pelas comunidades nativas da selva,

consiste na sua capacidade de manter as peculiaridades do ecossistema natural preexistente. O sistema de cultivo nativo evita alterar o ambiente; ele procura a integração da gleba cultivada ao contexto em que está imersa, visa imitar o panorama, ao invés de refazê-lo. Uma chácara ou campo de cultivo tribal mimetiza-se com a selva, imita a mata envolvente, através da generalização das espécies cultivadas. Por esse motivo, numa chácara indígena encontram-se muitos tipos de plantas alimentícias, ao lado de outras destinadas a fins diversos, numa desordem aparente, e em números relativamente limitados por cada espécie.

Pés de mandioca, milho, feijão, tabaco, etc. se entremesclam sem racionalidade visível. O bosque tropical natural é um ecossistema generalizado, é uma ampla variedade de espécies em proliferação equilibrada. Num ecossistema especializado, por outro lado, umas poucas espécies se acham concentradas em elevados números de indivíduos; um caso extremo é a tundra andina, que se caracteriza por uma comunidade muito uniforme, e de poucas espécies.

A maioria das recentes utilizações humanas dos habitats naturais consiste em trocar ecossistemas generalizados por ecossistemas especializados (sabe-se que só a partir de certo tipo de desenvolvimento econômico surge a necessidade de estabelecer cultivos intensivos ou monocultivos). No modo de produção doméstico, típico dos grupos nativos da selva, não faz sentido a implantação de ecossistemas especializados.

Hoje, comenta Varese, 36 milhões de km² da superfície mundial estão cobertos de bosque tropical e neles vivem cerca de 200 milhões de pessoas, praticantes de um tipo de agricultura de roça com as mesmas características gerais. A eficiência desse sistema de cultivo se fundamenta numa utilização do habitat sem grandes modificações da diversidade vegetal, mas através da preservação da sua composição natural, com a substituição de uma seleção de plantas de interesse humano. Em essência, trata-se de introduzir plantas válidas para o homem nos nichos das comunidades bióticas preexistentes. Essa atividade provoca, sem dúvida,



uma alteração do ecossistema original, mas isso se dá por substituições sistemáticas que reproduzem o padrão original.

Esse tipo basicamente mimético de agricultura e de utilização dos recursos naturais veio se aperfeiçoando graças a uma aplicação racional de conhecimentos e experiências, isto é, a uma ciência, no sentido exato da palavra; não decorreu de meras circunstâncias casuais. Hoje, investigações antropológicas esclarecem tais aspectos e mostram como a racionalidade dos cultivos de roça indígenas corresponde a um refinado conhecimento do meio ambiente, seus recursos vegetais e animais, os ciclos biológicos e sazonais, o clima, o solo. Stéfano cita o caso dos campos, habitantes da selva central peruana, que classificam mais de 70 variedades de ikenki, planta que para a botânica acadêmica é uma só. Berlin, etnobotânico da Universidade de Berkeley, em uma expedição de poucos dias, recolheu entre os aguarunas do alto Marañon 40 variedades de mandioca comestível. Nas Filipinas, o antropólogo H. Conklin constatou que numa área inferior a um hectare, cultivada pelos hanunoo, existiam 40 tipos diferentes de plantas alimentícias, e o mesmo grupo praticava uma classificação das plantas muito mais refinada do que a empregada pela botânica sistemática.

A afirmação de que a agricultura de roça praticada pelos grupos tribais é uma imitação do bosque original implica que os conhecimentos ecológicos indígenas incluem um controle completo dos ciclos da selva.

Entre os nativos, há pleno conhecimento desse paradoxo do bosque tropical úmido: uma camada muito delgada de solo fértil, sempre ameaçada pela erosão, mas capaz de sustentar uma abundante vida vegetal e animal através de ciclos muito rápidos de transformação de matéria e energia. Os nativos sabem que para evitar o esgotamento do solo é indispensável manter esse ciclo por meio de práticas que a sociedade nacional define como primitivas e contra-producentes. Quais são essas práticas indígenas? Varese as resume:

a) o tamanho da parcela cultivada deve ser reduzido, e estar rodeado pelo bos-

que, a fim de que a temperatura da roça se mantenha relativamente baixa e retarde o processo bioquímico da proliferação de bactérias e desaparecimento dos fungos, o que leva à mineralização dos solos. Logra-se uma temperatura relativamente baixa na parcela, graças à presença de árvores que, dentro do cultivo, favorecem a produção de sombras e retardam a erosão.

b) o corte e a queimada das árvores não têm por fim unicamente a limpeza do terreno; servem principalmente para devolver ao chão os nutrientes armazenados na vegetação.

c) a regeneração produzida na parcela cultivada mediante o processo de sucessão secundária é auxiliada pela prática de não limpar o campo; não se leva da roça senão as partes comestíveis das plantas.

d) na área cultivada se reproduz o mesmo tipo de "arquitetura" do bosque original: abundância de sombra, presença dos tocos das árvores tombadas (cujas raízes retardam a erosão), acumulação de materiais em decomposição sobre o solo.

e) presença de uma ampla variedade de plantas cultivadas, com diferentes períodos de crescimento e diferentes requisitos de nutrientes do solo.

Um especialista resumiu essas características principais da seguinte maneira: o cultivo indígena de roça é um sistema em que "o bosque natural é transformado em bosque de colheita".

O tipo de relação ecológica, assim esboçado por Varese, permitiu que as comunidades nativas da selva peruana vivessem e prosperassem através dos séculos, perfeitamente adaptadas a um ambiente extremamente delicado e difícil. A partir da invasão européia, esse equilíbrio se deteriorou, embora as etnias que sobreviveram à colonização tenham reajustado as suas vidas nesses termos.

Certamente, ressalta Stéfano, uma relação ecológica como a descrita é coerente com um modo de produção doméstico; por exemplo, é necessária uma densidade demográfica relativamente baixa que permita a rotação e o descanso dos campos de cultivo (um modelo matemático demonstra que até 1.500 pessoas podem subsistir, indefinidamente, de maneira estável, num mesmo

espaço de bosque tropical, praticando uma agricultura de roça no modo de produção doméstico). Nas Américas, a Colômbia, mercantil-extrativista, e a República, mercantil-agrícola, não souberam incorporar esse conhecimento na sua relação com o bosque tropical. Vieram implantar uma relação de pilhagem. Por exemplo, a exportação de peles e de animais vivos da selva peruana montou a três milhões de dólares no período 1964/68. Não se conhece o volume contrabandeado via Brasil e Colômbia.

A racionalidade "moderna" impõe e difunde ecossistemas especializados, exige o monocultivo. A selva é substituída pela plantação ou pela atividade pecuária. O bosque se transforma num obstáculo e é exterminado. Instala-se, assim, o princípio da desertificação, o ecocídio. A ocupação pós-européia da Amazônia é um desastre ecológico que termina por condenar a população não indígena a uma existência desolada e sem esperanças, a par com o etnocídio praticado nas fronteiras da civilização. A idéia do bosque tropical como o lugar de selvagens, símbolo da contracultura, negação da vida civilizada, está presente na cultura nacional e condiciona a nossa visão. Não percebemos que a maior riqueza da Amazônia, riqueza permanente e renovável, é a selva. Essa é a riqueza a ser explorada para sempre. Porém, o extrativismo indiscriminado esgotará esses recursos — potencialmente infinitos — em poucos anos e nos legará infertilidade e miséria.

Uma canção cerimonial dos navajos⁵ celebra os sons do mundo natural, exalta as vozes que embelezam a terra:

*"Voz acima,
voz do trovão,
fala da escuridão
das nuvens.
Voz abaixo,
voz dos grilos,
fala do verdor
das plantas.
Que a terra possa
ser bela."*



Céus e terra, trovão e insetos, os navajos integram o mundo em harmonia. Transam uma adoração sutil da beleza. Em outras circunstâncias, cantam:

*"Nós, os navajos,
estamos sempre aprendendo,
esse é o nosso caminho,
é a nossa eterna transformação,
como a semente.
Nós somos sementes,
e nós nos plantamos."*

E nós, povos civilizados, seremos, algum dia, capazes de aprender?

Política florestal

O que Stéfano Varese propõe, nos trabalhos citados anteriormente, não é a simples volta à condição de bom selvagem, a tribalização da população amazonense. Varese objetiva a preservação da mata, a conservação do bosque na qualidade de riqueza nacional permanente.

Boa ilustração de que esse enfoque do antropólogo não é mero devaneio rousseauiano é a política florestal de alguns países industrializados. Por exemplo, a das nações escandinavas: a contribuição da floresta para a economia sueca monta a 2,2 por cento do

PIB. Somada aos produtos das indústrias florestais, a madeira garante cerca de 30 por cento das divisas obtidas na exportação. Na Suécia, as florestas ganharam importância econômica já no século XV, em resposta à demanda de carvão para as fundições. Em 1647, o temor à escassez de madeira, provocada pelo corte excessivo, levou-os a adotar as primeiras normas gerais para a exploração florestal. Certa *deregulation* ocorreu nos albores do século XIX, sob o impulso de correntes liberais, dando lugar, mais tarde, à nova legislação destinada a proteger as matas. Em 1903, ditavam leis orientadas à regeneração dos bosques abatidos. Final-

Vida e sobrevivência

Em 1854, o presidente dos Estados Unidos fez a uma tribo indígena a proposta de comprar grande parte de suas terras, oferecendo, em troca, a concessão de uma outra área "reserva".

Em resposta à proposta presidencial, o chefe Seattle demonstrou sabedoria profunda: "Como é que se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Essa idéia nos parece estranha. Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como é possível comprá-los?

Cada pedaço desta terra é sagrado para meu povo. Cada ramo brilhante de um pinheiro, cada punhado de areia das praias, a penumbra na floresta densa, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados na memória e experiência de meu povo. A seiva que percorre o corpo das árvores carrega consigo as lembranças do homem vermelho.

Os mortos do homem branco esquecem sua terra de origem quando vão caminhar entre as estrelas. Nossos mortos jamais esquecem esta bela terra, pois ela é

a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o cervo, o cavalo, a grande águia são nossos irmãos. Os picos rochosos, os sulcos úmidos nas campinas, o calor do corpo do potro, e o homem — todos pertencem à mesma família.

Portanto, quando o Grande Chefe em Washington manda dizer que deseja comprar nossa terra, pede muito de nós. O Grande Chefe diz que reservará um lugar onde possamos viver satisfeitos. Ele será nosso pai e nós seremos seus filhos. Portanto, nós vamos considerar sua oferta de comprar nossa terra. Mas isso não será fácil. Esta terra é sagrada para nós.

Essa água brilhante que escorre nos riachos e rios não é apenas água, mas o sangue de nossos antepassados. Se lhe vendermos a terra, vocês devem lembrar-se de que ela é sagrada, e devem ensinar às suas crianças que ela é sagrada e que cada reflexo nas águas límpidas dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida do meu povo. O murmúrio das águas é a voz de meus ancestrais.

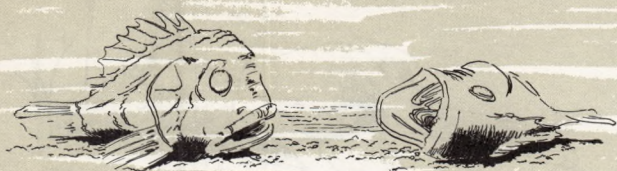
Os rios são nossos irmãos, saciam nossa sede. Os rios carregam nossas canoas e alimentam nossas crianças. Se lhe vendermos nossa terra, vocês devem lembrar e ensinar a seus filhos que os rios são

nossos irmãos, e seus também. E, portanto, vocês devem dar aos rios a bondade que dedicariam a qualquer irmão.

Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção de terra, para ele, tem o mesmo significado que qualquer outra, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo de que necessita. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga, e quando ele a conquista, prossegue seu caminho. Deixa para trás os túmulos de seus antepassados e não se incomoda. Rapta da terra aquilo que seria de seus filhos e não se importa. A sepultura de seu pai e os direitos de seus filhos são esquecidos. Trata sua mãe, a terra, e seu irmão, o céu, como coisas que possam ser compradas, saqueadas, vendidas como carneiros ou enfeites coloridos. Seu apetite devorará a terra, deixando somente um deserto.

Eu não sei, nossos costumes são diferentes dos seus. A visão de suas cidades fere os olhos do homem vermelho. Talvez seja porque o homem vermelho é um selvagem e não compreenda.

Não há um lugar quieto nas cidades do homem branco. Nenhum lugar onde se possa ouvir o desabrochar de folhas na primavera ou o bater das asas de um inseto. Mas talvez seja porque eu sou um selvagem e não compreenda. O ruído parece somente insultar os ouvidos. E o que resta da vida



mente, em 1948, consolidou-se um Ato que reúne, de forma coerente, diversas diretrizes para a exploração racional da floresta⁶.

No caso da Dinamarca, embora a floresta tenha menor peso em comparação à de outros países escandinavos, a área total coberta por matas alcança 473 mil hectares, cerca de 11 por cento da superfície do país. A essa cobertura vegetal corresponde a taxa de 0,1 ha./habitante. Dessa área global, 86 por cento é reflorestada. No período 1955/65, o corte médio anual foi de 1,8 milhão de metros cúbicos, ou seja, 4,5 metros cúbicos por habitante. A produção tende a crescer, mantendo o ritmo histórico de expansão do

bosque: dos 250 mil hectares existentes em 1770, os dinamarqueses contam hoje com 473 mil hectares de floresta. Lograram crescimento uniforme, salvo durante as guerras napoleônicas, quando a alta dos preços da madeira e dos grãos provocou um recuo dos bosques em favor das áreas de cultivo. A legislação florestal moderna data de 1935, vindo coroar atos que se sucederam a partir do século XVIII.

Na Noruega, 24 por cento da área do país (7 milhões de hectares) são cobertos de matas (1,6 hectares por habitante). Desse total, 90 por cento são áreas produtivas (os

10 por cento restantes, devido à altitude, não se prestam ao aproveitamento florestal).

“Llanura infinita y pánico”

Em nossas latitudes, segundo Varese, as sociedades nativas têm muito a ensinar para o estabelecimento de uma melhor relação ecológica e social para a região da selva. Restará abordar um aspecto essencial do problema: o da real vocação da selva e, conseqüentemente, o da verdadeira capacidade receptiva dessa região. Todo ambiente natural, comenta, tem uma vocação principal e

se um homem não pode ouvir o choro solitário de uma ave ou o debate dos sapos ao redor de uma lagoa, à noite? Eu sou um homem vermelho e não compreendo. O índio prefere o suave murmúrio do vento encrespando a face do lago, e o próprio vento, limpo por uma chuva diurna ou perfumado pelos pinheiros.

O ar é precioso para o homem vermelho, pois todas as coisas compartilham do mesmo sopro — o animal, a árvore, o homem, todos compartilham o mesmo sopro. Parece que o homem branco não sente o ar que respira. Como um homem agonizante há vários dias, é insensível ao mau cheiro. Mas se vendermos nossa terra ao homem branco, ele deve lembrar que o ar é precioso para nós, que o ar compartilha seu espírito com toda a vida que mantém. O vento que deu a nosso avô seu primeiro inspirar também recebe seu último suspiro. Se lhe vendermos nossa terra, vocês devem mantê-la intacta e sagrada, como um lugar onde até mesmo o homem branco possa ir saborear o vento açucarado pelas flores dos prados.

Portanto, vamos meditar sobre sua oferta de comprar nossa terra. Se decidirmos aceitar, imporei uma condição: o homem branco deve tratar os animais desta terra como seus irmãos.

Sou um selvagem e não compreendo qualquer outra forma de agir. Vi um milhar

de búfalos apodrecendo na planície abandonados pelo homem branco que os alvejou de um trem ao passar. Eu sou um selvagem e não compreendo como é que o fumegante cavalo de ferro pode ser mais importante que o búfalo, que sacrificamos somente para permanecer vivos.

O que é o homem sem animais? Se todos os animais se fossem, o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais, breve acontece com o homem. Há uma ligação em tudo.

Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com as vidas de nosso povo. Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas, que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra acontecerá aos filhos da terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspiendo em si mesmos.

Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo.

O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida: ele é simplesmente um de seus filhos. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.

Mesmo o homem branco, cujo Deus caminha e fala com ele de amigo para amigo, não pode estar isento do destino comum. É possível que sejamos irmãos, apesar de tudo. Veremos. De uma coisa estamos certos — e o homem branco poderá vir a descobrir um dia: nosso Deus é o mesmo Deus. Vocês podem pensar que O possuem, como desejamos possuir nossa terra: mas não é possível. Ele é o Deus do homem, e Sua compaixão é igual para o homem vermelho e para o homem branco. A terra lhe é preciosa e feri-la é desprezar seus criados. Os brancos também passarão: talvez mais cedo que todas as outras tribos. Contaminem suas camas, e uma noite serão sufocados pelos próprios dejetos.

Mas quando da sua desapareição, vocês brilharão intensamente, iluminados pela força do Deus que os trouxe a esta terra e por alguma razão especial lhe deu o domínio sobre a terra e sobre o homem vermelho. Esse destino é um mistério para nós, pois não compreendemos que todos os búfalos sejam exterminados, os cavalos bravios sejam todos domados, os recantos secretos da floresta densa impregnados do cheiro de muitos homens, e a visão dos morros obstruídos por fios que falam. Onde está o arvoredor? Desapareceu. Onde está a água? Desapareceu. É o final da vida e o início da sobrevivência”.



um limite de utilização; superado esse umbral de uso, o ecossistema se deteriora, muitas vezes de maneira irreversível. A Amazônia tem sido cobiçada como área de extração indiscriminada e espaço potencialmente agrícola. Percebe-se a selva — o inferno verde — como futura zona de agricultura e pecuária massivas e permanentes. Não se leva em conta que, sem a mata, o solo amazônico deixa de ser fecundo e vira “*llanura infinita y pánica*”, sob mortalha de argila.

Ao avaliar a potencialidade agropecuária da selva e sua capacidade de receber camponeses migrantes, pode-se observar como é ilusório investir essa expectativa sócio-econômica na Amazônia. Stéfano montou modelos de simulação com base em diversos levantamentos de recursos naturais feitos nas regiões de selva alta e baixa do Peru dos anos setenta. Esses estudos de prospecção guiavam-se por critérios de potencialidade dos solos. Partindo da hipótese de que, para fins agropecuários contínuos, são necessárias algumas condições mínimas de qualidade dos solos, os estudos de simulação nortearam-se segundo as seguintes premissas:

a) os censos citados cobrem 18 por cento das terras das regiões das selvas alta e baixa no Peru;

b) para fins de simulação, considera-se válido estender os valores detectados de qualidade dos solos ao resto da selva;

c) todas as áreas selvagens, que possuem solos de boa qualidade para uso agropecuário, necessitam conexões mercantis mediante transporte terrestre, fluvial ou aéreo. Nesse último caso, os produtos a serem cultivados devem oferecer rentabilidade suficiente para suportar os encargos de transporte;

d) os limites da propriedade e o sistema de tenência da terra reproduzem — grosso modo — o modelo proposto pela lei de reforma agrária para o resto do país.

O método adotado resumia-se a somar os valores revelados nos censos, projetá-los para a totalidade da selva (76,4 milhões de hectares) e dividi-los, segundo o tipo de solo, por um número médio de hectares por família. Dessa contabilidade, con-

cluía-se que a capacidade de suporte demográfico da selva, em termos de atividade agropecuária, é dramaticamente baixa. Em situação de utilização ótima, essa região pode absorver pouco mais de dois milhões de pessoas dedicadas à exploração agropecuária. Face aos milhões de excedente populacional do Peru, tornava-se irresponsável destinar as matas à absorção do contingente de camponeses desocupados e ao papel de válvula de escape do avanço agropecuário. E não se deve esquecer que essa região já abrigava, na época, quase dois milhões de habitantes e que essa gente não desaproveitava os solos mais férteis (os censos realistas já apontavam a densidade de 400 almas por km² de terras agrícolas).

Em outras palavras, a população da selva distribuía-se por manchas, ao longo dos principais trechos de chão fértil, nos recantos onde a oferta de recursos naturais e meios de comunicação lhe garantia a sobrevivência. A tabela 1 ilustra os resultados do modelo.

Tabela 1 — RESULTADOS DO MODELO DE SIMULAÇÃO DO GRAU DE RECEPTIVIDADE DEMOGRÁFICA DA AMAZÔNIA PERUANA (situação de 1974)

Tipo Solo	Uso	Área	%	Hectare/família	Mil famílias	Mil pessoas
		(milhões hectare)				
I	Agricultura Intensiva	2,3	3	20	115	575
II	Agricultura Permanente	9,9	13	40	248	1.240
III	Pecuária	19,1	25	200	96	480
IV	Florestal	14,5	19	—	—	—
V	Nenhum	30,4	40	—	—	—
TOTAL		76,2	100		459	2.295

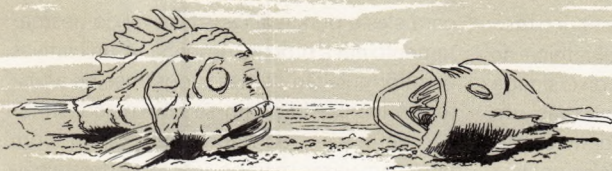
Qual era, então, a vocação do ecossistema da selva peruana vislumbrada pelo antropólogo? Caberiam alternativas mais complexas do que a das economias tribais, modos de produção domésticos ou comunais que preservassem o equilíbrio e a produtividade daquele sistema? A resposta não podia ser buscada somente no plano das relações ecológicas; antes, trazia de roldão considerações sobre toda a rede de organizações sociais e econômicas da região. Caberia, portanto, repensar as características essenciais da estrutura social e econômica da selva

amazônica. Em primeiro lugar, o próprio caráter do ecossistema evidencia que a vocação da selva é integral, ou seja, para continuar produtiva, a mata deve permanecer como está, não pode se converter em algo distinto, precisa ser aproveitada tal como é, com a mínima mudança da sua composição original.

Para se transformar em “bosque de colheita”, há que preservar o formidável processo de fotossíntese, contínuo e inesgotável, gerador de riqueza duradoura: o bosque tropical úmido⁷. Havia na selva peruana um volume de madeiras que permitiria ao país, através de uma política racional de exploração florestal, prover 25 por cento da demanda anual mundial de madeiras e derivados. Contudo, o uso irracional e depredador desse recurso, como era levado a cabo na época, conduzia a região a um desastre ecológico sem remédios. A decisão de racionalizar o aproveitamento dos bosques, de tal forma que continuassem constituindo um recurso renovável, era de ordem política. Na

ausência de uma clara política florestal coerente com esse enfoque, a mata estará esgotada em poucos anos, o país contará com um leque mais débil de recursos, mercê do extrativismo de curta visão.

A vocação integral da selva exige organizações sociais que satisfaçam os requisitos de um modo de produção doméstico ou comunal. Inicialmente, é necessário idealizar unidades de trabalho e moradia que mantenham com o espaço circundante relações viáveis quanto ao número de pessoas e amplitude geográfica; essa “tribo” pode che-



gar a agrupar 20 mil pessoas, mas crescem os problemas de mobilidade dos trabalhadores, da moradia ao campo, na medida em que aumenta essa quantidade de habitantes. A segunda condição é a ausência de uma estrutura privatista sobre os recursos e as terras. A comunidade exerce o domínio da mata, sem risco de desvirtuamento desse projeto ou de alienação dos recursos. Na época do regime militar de Velasco, o sistema nacional de propriedade social parecia vir de encontro a esses condicionantes. As outras duas condições — um estilo tecnológico apropriado e uma racionalização do mercado — residiam nas possibilidades de harmonização entre os níveis de planejamento internos das organizações de propriedade social e o planejamento regional e central.

O respeito pela vocação integral do bosque tropical e o aproveitamento coerente da mata levam a um considerável aumento da capacidade de recepção humana da selva. Empresa desse feito, que aproveite racionalmente o bosque amazônico, elabore pelo menos de maneira primária os produtos — *in situ* —, organize seu transporte, garanta uma produção agropecuária suficiente para seu auto-abastecimento, instale unidades auxiliares de transformação primária, e mova todo esse mecanismo por meio de tecnologia adequada e forte inversão de recursos humanos, é a instituição capaz de absorver uma quantidade maior de população do que qualquer outra exploração agropecuária tradicional. Dessa forma, o que Varese sugere é a reinvenção da vida social da Amazônia, projeto de viabilidade física calculada, embora não desimpedido de obstáculos políticos, como se comenta a seguir.

A obsessão da segurança nacional

Uma das dificuldades reside na idéia obsessiva da segurança nacional, idéia dominante durante a república do país andino, e que consiste na ocupação física do território por meio de unidades militares, e de deslocamento de grupos de colonos na direção

das áreas fronteiriças. Esse horror ao vazio é, entretanto, resultado de uma concepção errônea da região da selva; essas áreas supostamente vazias são, na verdade, ocupadas por dois tipos de habitantes locais: populações nativas e povoadores ribeirinhos, dedicados à extração de produtos da mata e à pequena agricultura. Em alguns casos, pode-se tratar de débeis fronteiras econômicas dependentes dos centros urbanos da selva baixa (madeireiros, caçadores, castanheiros, seringueiros, etc.) e em outros de vigorosas fronteiras demográficas. Varese exemplifica: a região do alto Marañon, limítrofe com o Equador, foi considerada ao longo das décadas de 40 e 50 como de “peruanidade fraca”, isto é, vulnerável quanto à segurança nacional. As medidas tomadas para pôr fim a esse flanco aberto desembocaram num programa de colonização levado a cabo conjuntamente pelo exército e pelo setor agrário, respectivamente encarregados da construção vial e da programação agropecuária. O modelo seguido, similar ao iniciado na Transamazônica brasileira, consistia na construção de uma estrada de penetração e no assentamento espontâneo ou programado de população camponesa migrante em lotes familiares ao longo da via. Populações andinas e costeiras migraram para a região do alto Marañon, atraídas pela abertura de novas terras de potencial supostamente agrícola. Na época, vigorava a falsa equação: reforma agrária é igual a colonização da selva. Matava-se dois coelhos de uma penada ao deslocar excedentes camponeses para fora das áreas de conflito (Cajamarca, Jaen, Piura), mas ignorava-se um fato inquestionável: em toda a zona de colonização presumivelmente livre viviam, há séculos, mais de vinte mil membros das comunidades nativas aguaruna e huambiza. Os resultados imediatos dessa política não tardaram: uma série de confrontos entre os invasores e as comunidades locais transformaram a região num foco de tensões e enfrentamentos de elevado custo social e econômico. Um balanço dessa experiência indica um saldo negativo: a colonização foi desastrosa e engendrou uma zona altamente conflitiva no mapa social peruano. Ali se enredam incompatibilidades

culturais, divergências de interesses grupais, ressentimentos dos que se vêem invadidos, desilusão dos invasores exilados em terras alheias.

Para Stéfano, essas minorias étnicas, perfeitamente adaptadas ao seu meio, quase totalmente autárquicas quanto aos circuitos econômicos internos, e inteiramente organizadas socialmente, podem muito bem se articular, como grupos organizados, na vida nacional. A suposição da política colonizadora era a de que se devia “civilizar” regiões pouco habitadas ou habitadas por populações incapazes; acreditava-se na existência de uma espécie de terceiro mundo interno, destinado ao papel de colônia da metrópole-capital. A República repetia os feitos históricos de Roma na Gália e nas selvas bárbaras dos germanos. Stéfano percebia que a estratégia mais eficaz e rápida para consolidar uma zona fronteiriça, como a do alto Marañon, além de integrá-la ao resto da economia do país, era através de ações orientadas às populações nativas locais. A criação local de focos de justiça, o apoio e respaldo às organizações comunais e federativas das populações nativas eram caminhos que assinalava para garantir a soberania nacional naquelas zonas. Era essa a via mais curta e efetiva de “peruanização”, o caminho menos custoso e com maiores probabilidades de êxito social e político dada a total adaptação das comunidades nativas ao ambiente.

Vale para as populações nativas e ribeirinhas das zonas fronteiriças o que ensina o ditado popular: pátria é onde melhor se está. Neste sentido, tornava-se urgente implementar políticas especialmente favoráveis e de apoio para as minorias étnicas localizadas em áreas limítrofes de possível vulnerabilidade. Obviamente, dá-se pouco valor à nacionalidade se o abuso, a injustiça e a exploração são fatos cotidianos. Os chilenos, lembra Stéfano, dão especial cuidado e proteção às suas populações de fronteira, principalmente quando se trata de minorias étnicas.

Veio-lhe à lembrança, por contraste, o que lhe contou um nativo do Putumayo quando descrevia como se tornara impossível para a sua comunidade seguir realizando

do a festa ritual de maturação do fruto do piljuayo, porque um missionário, com a ajuda de dignas autoridades locais, havia proibido o ritual em nome de venerandos argumentos teológicos. Aos nativos do Putumayo não restava outro remédio senão cruzar o rio e mudar para a Colômbia, encontrar amigos e parentes, e lá comemorar a recordação do tempo original, quando divindades menos autoritárias e mais bonachonas compartilhavam com os homens a celebração dos alimentos.

Varese se insurgia contra a destribalização das populações nativas pois sabia que isso era o meio caminho para a formação de gente submissa, destinada ao trabalho de semi-escravidão dos sistemas de "enganche". Uma minoria étnica, explicou, pode muito bem ser sujeito do desenvolvimento sem deixar de ser culturalmente ela mesma, sem necessidade de perder a sua identidade étnica. Na idéia de "aculturação" está embutido o etnocídio. A comunidade nativa, enquanto parte de uma organização sócio-econômica maior — o grupo étnico — deve ser tratada como unidade político-administrativa e de produção; a estruturação de várias comunidades nativas em unidades federativas maiores, de alcance regional, e em con-

federações nacionais poderá constituir o modelo básico de uma política multiétnica de tipo autogestionário, na qual a diversidade cultural não seria um obstáculo, mas um ingrediente a mais para a criatividade coletiva. A interação econômica, social e política dessa rede federativa com redes paralelas formadas pelas unidades de produção silvo-industrial das populações ribeirinhas, organizadas, por sua vez, em níveis federativos e confederativos, poderá constituir o arcabouço da organização sócio-política da selva. Esse, o sonho de Stéfano.

Hoje, o mundo desenvolvido começa a inquietar-se com o desmatamento (o etnocídio não o assombra e culpa muito). À ameaça do fim das florestas chamam de "a outra crise de energia", em lembrança ao choque do petróleo de 1973. Agora, as Nações Unidas, através da FAO, o Banco Mundial, e importantes agências de assistência técnica bilateral, tais como as dos Estados Unidos, Suécia, Holanda e Alemanha, promovem amplos programas de reflorestamento. Ao longo dos últimos dez anos, 750 milhões de dólares foram destinados por essas instituições a programas de replantio de matas. Todavia, a efetividade desses programas ainda está posta em questão, pois

para eles a principal causa visível do desmatamento era a procura de lenha. As iniciativas de reformulação desses programas de assistência técnica baseiam-se hoje na constatação de que a expansão da agricultura é um fator cem vezes mais poderoso na destruição das matas do que o corte para provisão de lenha⁸.

Enfim, leu-se sem entender, no Gênesis: "eis que vos tendo dado todas as ervas que dão semente e se acham na superfície de toda a terra, e todas as árvores em que há frutos que dão semente: isso vos será para mantimento". ●

Carlos Eduardo de Senna Figueiredo, engenheiro e escritor, trabalhou com Stafford Beer, no Chile, na implantação de um sistema autogestionário de controle empresarial; no Peru, com Oscar Varsavsky, na construção de modelos matemáticos para projetos nacionais. Atualmente é Chefe de Departamento em Furnas Centrais Elétricas e Consultor do Conselho para Assuntos de Energia — COASE.

Publicou trabalhos técnicos no exterior e, dentre suas publicações no Brasil, destacam-se os livros (Edições Antares, Rio):

- Mário Pedrosa, Retratos do Exílio
- Encontros na América do Sol
- Deus e o Diabo no Dia do Golpe — uma rapsódia socialista.

Resumen

MEDIO AMBIENTE

Tiempos ácidos

La sociedad industrial ensucia el planeta. Hoy, las naciones industrializadas empestan la tierra y las aguas con residuos radiactivos, enturbian los cielos con azufre, liquidan las especies. La racionalidad "moderna" impone y difunde ecosistemas especializados, exige el monocultivo. La selva es substituída por plantaciones o por actividades pecuárias. El bosque se transforma en un obstáculo y se le extermina. Se instala así el principio de desertificación, el ecocídio. El surgimiento de los partidos verdes, alrededor del mundo, ha sido la respuesta política a los graves síntomas de la actualidad.

Abstract

ENVIRONMENT

Acid times

Industrial society defiles the planet. Today the industrial nations contaminate the earth and the waters with radioactive residues, darken the skies with sulphur and liquidate animal species. The modern rationality imposes and publicizes specialized ecosystems and demands single crop agriculture. The jungle is substituted by crop — or cattle — raising. The forest becomes an obstacle and is exterminated. Thus, the principle of desertification is implanted: ecocide. The appearance of "green" parties throughout the world is the political answer to the grave symptoms of the present time.

Referências bibliográficas.

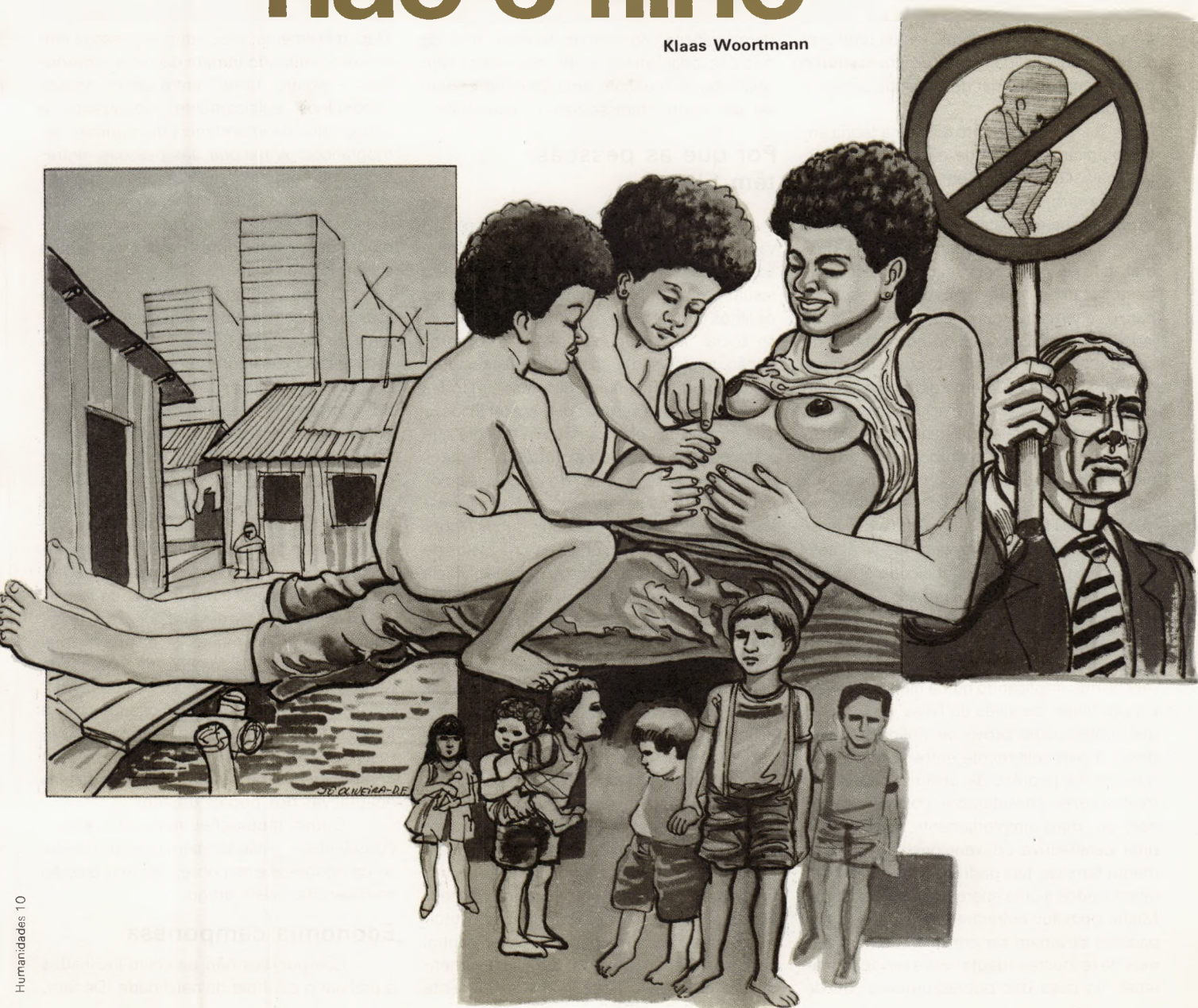
1. Barlett, L. e Steele, J. B. *Forevermore: nuclear waste in America*. USA, W. W. Norton, 1985.
2. Baiardi, A. Desmatamento: o caso da Amazônia brasileira. In: *Revista Brasileira de Tecnologia*, vol. 14, nº 2. Brasília, 1983.
3. Nações Unidas. *Programa para o meio ambiente*.
4. Varese, S. *Las minorías étnicas y la comunidad nacional*. Peru, Ediciones del Centro, 1974.

5. Witherspoon, G. *Language and art in the Navajo universe*. USA, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1977.
6. Svendsrud, A. *Readings in forest economics*. Oslo, Universitetsforlaget, 1969.
7. Vayda, A. *Environment and cultural behaviour: ecological studies in cultural anthropology*. USA, The Natural History Press, 1969.
8. Foley, G. *Woodfuel, deforestation and three growing in the developing world*. UK, Energy Policy, 1985.

A noção de planejamento familiar se traduz com grande frequência na idéia de controle do número de filhos. No entanto, a limitação da natalidade não é a única forma de planejamento familiar.

“Um único filho não é filho”

Klaas Woortmann



Demógrafos e cientistas sociais em geral sabem que nos chamados países subdesenvolvidos as famílias tendem a ser grandes e que as técnicas de controle da natalidade são raramente usadas. Tais padrões demográficos e culturais (uma vez que envolvem um sistema de valores) são freqüentemente considerados como evidência de uma falta de planejamento familiar e de uma presumida irracionalidade, por contradizerem o planejamento racional de sistemas sociais e econômicos.

Se há algum ponto sólido na teoria antropológica, é o de que não há valores irracionais. Qualquer sistema social e cultural tem sua própria lógica e não há razão para acreditar que um sistema camponês tenha a mesma lógica de um sistema urbano-industrial, ou que os valores da classe média urbana façam sentido para camponeses ou para os chamados marginais urbanos. De um lado, valores fazem sentido no contexto do sistema social e cultural no qual emergem; de outro, valores não emergem por geração espontânea, mas estão relacionados com os aspectos estruturais da sociedade, com a posição situacional de grupos e subgrupos dentro da sociedade e com os requisitos adaptativos de tais grupos. Admitindo-se que no Brasil a fertilidade seja alta e que existam valores que a legitimizam, faz-se necessário investigar sobre o significado e função das taxas de natalidade. É preciso perguntar, em primeiro lugar, o que significam os filhos.

Outra suposição é a de que em países como o nosso há um complexo cultural de machismo, implicando numa nítida preferência por filhos, ao invés de filhas, e em grandes proles como prova de virilidade. Além disso, e particularmente entre pobres urbanos, certos padrões de união conjugal são muitas vezes considerados como patológicos, ou, mais simploriamente, imorais. De uma perspectiva convencional de planejamento familiar, tais padrões seriam também relacionados a uma aparente irracionalidade. Minha opinião, entretanto, é a de que tais padrões deveriam ser considerados em termos de respostas adaptativas à privação material, no caso dos pobres urbanos, ou de

processos adaptativos-ecológicos, no caso dos camponeses.

Este artigo tem por objeto certas relações entre padrões familiares, redes de parentesco e concepções sobre filhos entre camponeses da Região Amazônica e do Nordeste, e entre marginais urbanos de Salvador, na Bahia. Não é um estudo de padrões demográficos, no sentido técnico, mas de padrões adaptativos e de ideologias. Não obstante, as situações aqui descritas podem ser de algum interesse para o demógrafo.

Por que as pessoas têm filhos?

Uma questão geral que pode ser levantada é: por que, afinal de contas, as pessoas têm filhos? Os filhos são, obviamente, o resultado natural do intercurso sexual. Mas os filhos também são o resultado do intercurso social. A reprodução sexual e a reprodução social são fatos inter-relacionados, ainda que analiticamente distintos. Em todas as sociedades as pessoas querem ter filhos, o que, por razões óbvias, não é o mesmo que dizer que as pessoas em todos os lugares têm filhos. Mas geralmente a questão é colocada em termos de números: por que as pessoas querem muitos filhos ou poucos filhos? Em sociedades tradicionais não há meios de controlar nascimentos com a mesma eficácia que nas modernas. No mínimo, há menos possibilidades de controlar a gravidez, que se torna uma quase inevitável consequência do instinto sexual. Nas sociedades urbanas modernas isso não mais é verdadeiro; aqui as técnicas de controle da natalidade atingiram a um alto grau de sofisticação e qualquer casal pode decidir se quer ou não ter filhos. O fato relevante é que nessas sociedades as pessoas continuam a querer tê-los, ainda que em menor número. Os determinantes biológicos foram minimizados numa grande extensão, mas ter filhos é ainda um valor, intimamente relacionado com o próprio conceito de família — não-somente uma instituição central, mas também um valor central nas sociedades ocidentais. Significativamente, um casal sem filhos não é exatamente

considerado família — os filhos são necessários para transformar uma relação conjugal numa família.

Num sentido geral pode-se dizer que as pessoas têm filhos porque eles são necessários para perpetuar a sociedade ou grupos sociais específicos. Isso é verdade, naturalmente, e constitui um nível de explanação. Mas, dificilmente, é isso que as pessoas têm em mente quando tomam decisões reprodutivas — exceto, talvez, entre certos grupos minoritários politicamente organizados e conscientes da importância de números demográficos. A maioria das pessoas, entretanto, tais como as da classe média, não tem em mente quaisquer motivações racionais nesses momentos emocionais, inclusive demógrafos e planejadores de família. Seriam elas irracionais?

O que, exatamente, está por trás da avaliação positiva de ter filhos (independentemente de quantos)? Ter filhos pode bem estar relacionado com certos padrões simbólico — psicológicos: pode estar relacionado, como em muitas culturas, com um conceito de continuidade, inclusive do indivíduo. Num certo sentido, seria uma rejeição da idéia da morte. Uma continuidade a longo prazo seria assegurada através de ciclos curtos: ancestrais — adultos vivos — futuros adultos. Naturalmente, não haveria ancestrais, se não houvesse novas gerações. Se alguém não tem filhos, não pode tornar-se um ancestral — terminaria, por assim dizer. Por outro lado, em muitas, se não na maioria das sociedades, as famílias dependem da produção de filhos, como foi notado acima, e são ideologicamente relacionadas com a integração do indivíduo na sociedade. Ademais, os laços entre pais e filhos são um componente importante das estratégias adaptativas dos pobres urbanos.

Outras motivações mais concretas — conscientes — estão também presentes entre os camponeses e os pobres urbanos e serão consideradas neste artigo.

Economia camponesa

Camponeses não parecem inclinados a praticar o controle da natalidade. De fato,



famílias grandes (ou famílias que seriam consideradas grandes pelos padrões da classe média urbana) parecem ser funcionais numa economia camponesa. Tanto parceiros quanto camponeses de fronteira independentes, no Nordeste e na Região Amazônica, preferem grandes famílias — de cinco a seis filhos como número mínimo ideal.

Tanto no Nordeste como no estado de Minas Gerais, onde a parceria ainda é um importante tipo de relação de trabalho, o parceiro é selecionado pelo proprietário de acordo com certos critérios de maximização, dos quais um é o tamanho e composição da família do parceiro. É muito significativo que, na área rural da Bahia e de Minas Gerais, a seleção dependa do número de enxadas que há na família, isto é, do número de indivíduos em idade produtiva — que começa por volta dos dez anos. As famílias relativamente grandes são consideradas como vantajosas tanto para o proprietário como para o parceiro. Entre camponeses de fronteira, as famílias grandes também são preferidas e recursos anticoncepcionais, bem como outras formas de planejamento, tais como o aborto, são muito pouco frequentes. Mas significa isso uma falta de racionalidade, de planejamento familiar?

Na verdade esses camponeses planejam suas famílias, mas segundo linhas diferentes e de um modo consistente com a lógica de seu próprio sistema sócio-econômico.

Numa economia camponesa, a unidade produtiva e a fonte de trabalho é o grupo doméstico. O controle e a manipulação dos fatores de produção têm lugar dentro da família (pois na situação aqui considerada o grupo doméstico é normalmente constituído por uma família elementar). Por outro lado, um grupo doméstico pode ser considerado como um sistema de papéis operando segundo um modelo de papéis sexuais culturalmente definidos. Na verdade, o grupo doméstico é considerado como tal pelos próprios camponeses. Como uma unidade econômica com um sistema definido de papéis, produz tanto serviços domésticos quanto bens econômicos. Evidentemente, o desem-

penho de tais papéis depende da composição de seu pessoal, e os camponeses são bem conscientes de que não-somente o tamanho, mas também a distribuição do pessoal por sexo e idade são variáveis importantes e de que existe uma composição ótima. As dimensões exatas desse ótimo, ou melhor, sua definição, depende todavia da percepção individual.

A produção de bens (tanto para consumo quanto para mercado) e a de serviços são independentes e igualmente importantes. De fato, a produção de bens seria impossível sem o fornecimento dos serviços chamados domésticos. Ambos os lados da economia do grupo doméstico estão intimamente ligados e o equilíbrio mútuo depende da força de trabalho disponível. Por outro lado, entre os camponeses de fronteira, onde a oferta de terra é elástica, a área sob cultivo depende igualmente da disponibilidade de trabalho, isto é, tanto do tamanho quanto da composição da família.

Entre tais camponeses, as dimensões da empresa agrícola seguem o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, o mesmo ocorrendo, conseqüentemente, com a renda familiar (seja em dinheiro ou em produto). Um importante fator concernente ao problema da organização familiar é o de que neste tipo de economia os insumos são representados quase que exclusivamente por trabalho. Conseqüentemente, o produto segue a curva da dinâmica da família. Tal processo já foi analisado antes por vários autores, seguindo o estudo de Chayanov.

Deve-se observar, entretanto, que entre esses camponeses o produto econômico atinge o ponto mais alto quando todos os filhos, ou uma grande parte deles, alcançam o início da idade adulta e/ou o final da adolescência, mas ainda não se casaram. Os camponeses, naturalmente, são conscientes disso, bem como do fato de que esse é um momento crucial para seus projetos de mobilidade social. Tais projetos são muitas vezes definidos, não em termos de se tornar um camponês rico, um próspero fazendeiro, mas de migrar para a cidade e lá se estabelecer como comerciante. Tais projetos são

parte de uma ideologia comercial muito difundida, oposta ao trabalho manual, observada em muitas partes do Brasil¹. Um importante componente da estratégia de mobilidade do camponês consiste em perceber o momento crucial no ciclo de desenvolvimento da empresa familiar e dele tirar vantagem, para sua acumulação primitiva. O processo da cisão do grupo doméstico, normalmente através do casamento dos filhos, traz um gradual encolhimento da área cultivada e, conseqüentemente, declínio na renda original do grupo doméstico. Além disso, o mesmo processo tem uma outra conseqüência do ponto de vista da comunidade como um todo: a cisão do grupo doméstico através do casamento resulta na multiplicação das unidades produtivas, pela constituição de novos grupos domésticos. O ciclo de desenvolvimento resulta assim num crescimento vegetativo da comunidade e da fronteira, sendo as unidades agrícolas reproduzidas, por assim dizer, por cissiparidade.

O tamanho da família é portanto uma variável crucial e, compreensivelmente, os camponeses não praticam o controle da natalidade. De fato, tanto o tamanho quanto a composição são partes de sua estratégia de maximização. Ter grandes famílias não é irracional, mas sim econômico. Quando se fala de planejamento familiar, o que geralmente vem à mente é o uso de anticoncepcionais ou qualquer outra forma de restringir o tamanho da família. Segue-se daí, muitas vezes, que grupos que não utilizam tais práticas, ou que se opõem a elas, são considerados como carentes do próprio princípio de planejamento. Mas há muitos modos de planejamento familiar e a abordagem quantitativa do controle da natalidade nem sempre é a mais racional.

Pode ser verdadeiro que famílias com um grande número de filhos pequenos tenham mais consumidores do que produtores. Obviamente, as famílias camponesas aqui consideradas, nos primeiros estágios de seu ciclo de desenvolvimento, não podem contar com o trabalho dos filhos. Mas deve-se considerar também que, se os filhos pequenos são mais consumidores do que pro-

dutores, o consumo é muito modesto — de fato, inclui praticamente apenas alimento, que é produzido pelo próprio grupo doméstico e requer pouco ou nenhum gasto monetário. Ademais, uma certa economia de escala está presente na prática usual de reaproveitamento de certos bens de consumo. Por outro lado, as famílias não são unidades isoladas, mas operam dentro de uma rede de parentesco ou de uma organização de comunidade (cujos limites muitas vezes coincidem). Na verdade, as famílias são os próprios nós dessas redes. Durante seus primeiros estágios, as famílias individuais são amparadas pela rede de parentesco como um sistema de reciprocidade, troca e solidariedade. Mais especificamente, há um sistema de redistribuição de recursos, principalmente de trabalho. As necessidades de força de trabalho de cada unidade são satisfeitas, pelo sistema comunal de troca de trabalho, naqueles estágios do ciclo produtivo que demandam maiores insumos. Por outro lado, a rede de parentesco é instrumental também no apoio ao grupo doméstico em organização interna (serviços domésticos), liberando trabalho para o desempenho de atividades externas. Assim, a integração da família e/ou do grupo doméstico na rede de parentesco e/ou de comunidade minimiza o peso dos filhos pequenos.

Em seus estágios finais, como foi mencionado anteriormente, há um declínio na renda do grupo doméstico. Mas aqui ainda o processo é compensado pela operação da rede de parentesco, pois a unidade doméstica paterna é agora amparada por todos os filhos, que dividem entre si o peso dos pais idosos. Quanto maior for a descendência de um casal, maior será o apoio que terá na velhice, e menores as obrigações que recairão sobre cada um dos grupos domésticos filiais. Há assim uma lógica constituída dentro do sistema. Por outro lado, grandes redes (que dependem de altas taxas de natalidade através das várias gerações) significam apoio em qualquer estágio de desenvolvimento e em qualquer momento da crise, pois haverá muitos irmãos, primos e afins.

Compadrio recíproco

Em suma, uma alta fertilidade é adaptativa. Mas os camponeses não querem apenas famílias grandes. Eles visam também a um equilíbrio entre a descendência masculina e feminina — isto é, uma composição ótima da força do trabalho doméstico. É bem verdade que, ao menos em algumas famílias, atribui-se mais valor à descendência masculina que a feminina. Tanto entre os camponeses de fronteira quanto entre os parceiros do Nordeste, *um filho é uma enxada e meia; uma filha é meia enxada*. Contudo, nenhum camponês quer uma família sem filhas, pois tal família encontraria certas dificuldades ligadas à definição dos papéis sexuais. Um grupo doméstico é uma organização baseada numa divisão de trabalho específica e o sexo é o critério central, definindo-se certas tarefas como masculinas e outras como femininas. Sem uma divisão do trabalho, o grupo doméstico camponês não pode sobreviver. Assim, no contexto desse esquema cultural, desde que é impossível predeterminar o sexo de um filho, a descendência é manipulada de acordo com certos códigos culturais, dentro do sistema geral de troca recíproca. Em outras palavras, uma família com um excedente de meninas troca com outra, com um excedente de meninos. Para que tal troca se efetue, é fundamental estabelecer um padrão de compadrio, que chamarei de *compadrio recíproco*: um homem *A* se torna padrinho de um ou mais filhos de *B*, e *B*, por sua vez, se torna padrinho de um ou mais filhos de *A*. Compadres são concebidos como irmãos rituais (sendo as relações sexuais entre um compadre e uma comadre considerados incestuosas) e os padrinhos como pais substitutos. Eles são *como se fossem os pais verdadeiros* e essa construção ideológica legitimiza a troca. Estritamente falando, o padrinho é o pai substituto apenas de seu afilhado. Mas aqui opera uma manipulação ideológica adaptativa do modelo cultural. De um modo lógico-formal, argumentam que se *A* é pai de *B*, e se *C* é irmão de *B*, então *A* é também pai de *C*. *C* pode ser o filho excedente em uma família, a ser

trocado por seu equivalente invertido em uma outra família, ainda que o marido-pai desta última não seja o padrinho da criança excedente na primeira. O argumento silogístico descrito acima resolve o problema pela manipulação do modelo, ajustando-o a necessidades específicas. Cria-se assim uma ficção adaptativa, podendo o modelo ser considerado como uma matriz que permite várias transformações. Desse modo, torna-se possível atingir a um equilíbrio da força de trabalho do grupo doméstico, sem contradizer os princípios da ideologia da família. Embora família e grupo doméstico possam ter os mesmos limites, são conceitos culturais distintos, e a manipulação de um em termos do outro requer um compromisso ideológico.

Uma estratégia secundária consiste em simplesmente dar a criança excedente a uma família urbana, ainda no contexto do compadrio. Enquanto a primeira tende a reforçar o parentesco e/ou a comunidade local, a segunda está associada com os laços verticais de patronagem, e ambas são instrumentais para a adaptação camponesa ao ambiente ecológico e social.

Pobres urbanos

Admite-se com freqüência que os estratos urbanos — as chamadas populações marginais — não são inclinadas ao controle da natalidade, associando-se o grande número de filhos aos valores do machismo, virilidade, etc. A instabilidade marital entre esses grupos é considerada como promiscuidade, imoralidade e irresponsabilidade e se supõe que isso, bem como outros aspectos dos padrões de união, conduz a altas taxas de fertilidade. A monogamia estrita, como popularmente se acredita no Brasil, resultaria em menos filhos, bem como numa certa proporção de mulheres sem qualquer descendência — a tia solteirona de muitas anedotas. Seria talvez melhor considerar os motivos dos próprios pobres para tais padrões de união.

Meus dados sobre os pobres urbanos são o resultado de trabalho de campo² em



uma das maiores invasões de Salvador, na Bahia. A população da invasão conhecida como Alagados cresceu consideravelmente nas últimas décadas, em parte devido à migração rural-urbana (sob a forma de migração por etapas) e em parte devido à remoção de famílias pobres de outras áreas da cidade, em seguida a projetos de urbanização. De cerca de 8 mil e 800 pessoas em 1960, a população de Alagados cresceu para cerca de 90 mil em 1974. A maior parte dos habitantes é extremamente pobre: em 1974, 34 por cento de todas as famílias de Alagados tinham uma renda familiar total de menos de um salário mínimo; 27 por cento tinham de um a dois salários mínimos; 15 por cento tinham de dois a três salários mínimos; e somente 23 por cento faziam mais de três salários mínimos por mês. A situação não é discrepante do Nordeste em geral, onde 36 por cento do total da força de trabalho urbana ganham 80 por cento menos que o salário mínimo regional³. De outro lado, aí, tanto quanto no país como um todo, a instabilidade ocupacional cresceu consideravelmente, em particular para aqueles com mais de 35 anos de idade (Cf. *Opinião*, 6-5-74). Em minha amostra, 44,29 por cento de 151 adultos do sexo masculino eram desempregados ou estavam em seu emprego presente há menos de um ano. Como era de se esperar, a maioria (70 por cento) era de trabalhadores manuais não especializados.

A pobreza e a instabilidade ocupacional, associadas a certos fatores históricos — séculos de privação de *status* e severas limitações com relação à posição dos homens nas unidades familiares sob a escravidão, evoluindo para uma situação de pobreza livre e marginalidade sócio-econômica — bem como a certos fatores culturais — a transferência de padrões de parentesco específicos da África Ocidental, tais como poliginia, e



uma reorganização baseada na linha feminina nos grupos de culto afro-baianos — resultaram na marginalização dos homens da família e das organizações de parentesco e numa legitimação cultural (centralidade cultural) de uma matricentralidade estrutural na família. Resultaram também na instabilidade conjugal, na forma chamada por alguns de poliginia em série.

Os padrões de união se caracterizam por um pronto início da vida sexual (por volta dos 16 anos de idade para as mulheres); uma alta proporção de uniões maritais consensuais (58 por cento de 111 mulheres); uma certa rejeição do matrimônio formal pelas mulheres, como parte de uma atitude generalizada de independência para com os homens (um padrão observado por outros⁴ entre as mulheres associadas aos cultos afro-baianos, onde a independência e a autoridade femininas são muito acentuadas); e uma instabilidade relativamente alta dos laços conjugais.

As alternativas de união sexual são: matrimônio formal, união consuetudinária,

relação extramarital (relação sem compromisso), arranjos poligínicos e uniões múltiplas simultâneas sem co-residência. Destas, os arranjos poligínicos são relativamente raros, pois somente um homem de recursos pode mantê-los. Todavia, a poliginia é um valor; neste contexto cultural é um símbolo de *status* e frequentemente encontrado entre aqueles que estão ligados intimamente a organizações religiosas afro-baianas. Ainda que raros de fato, esses arranjos refletem uma ideologia de organização familiar envolvendo um forte componente de matrifocalidade.

A mulher na cabeça da família

A análise dos padrões de família entre os pobres urbanos toma por foco a mulher e por uma boa razão: aqui é a mulher quem toma decisões, pois ela é a personalidade central tanto da família quanto da organização de parentesco.

O sistema cultural dominante, expresso formalmente no Código Civil, define o homem como cabeça da família e da relação conjugal (cabeça do casal). Além disso, o sistema dominante não discrimina conceitualmente entre família e grupo doméstico, pressupondo que, sendo cabeça da família (como corolário de sua masculinidade), o homem também o seja do grupo doméstico e se espera que preencha o papel de provedor. Entre os pobres, porém, a realidade é outra. Distingue-se claramente família de grupo doméstico. Segue-se que um homem pode ser cabeça do último, mas não necessariamente da primeira. Será cabeça do grupo doméstico, se desempenhar adequadamente o papel de *ganhar o pão* — sendo que aqui o fato mais importante é o de que é a mulher quem define o que é adequado. Mas isso raramente acontece, por razões ligadas à operação do mercado de trabalho.

De qualquer modo, ele não será cabeça da família, pois neste contexto cultural família é um conceito centrado na mulher. De fato, dada a instabilidade dos laços conjugais e a acentuada rotação de maridos e companheiros, os homens freqüentemente não têm família alguma. Correlatamente, neste sistema inexistente o princípio da *patria potestas*. Ao se desfazerem os laços conjugais, termina a responsabilidade do homem para com a mulher e também, o que é mais importante, para com os filhos, inclusive seus próprios, sendo ela transferida ao companheiro seguinte. Tampouco existe a noção de ilegitimidade, pois a unidade relevante não é a família elementar, mas a unidade mãe-filhos. Correspondentemente, também, a autoridade dentro da família está concentrada na mulher. Por outro lado, a matrifocalidade ao nível da família se projeta na rede mais ampla de parentesco, caracterizada por uma tendência matrilinear e pelo papel preponderante das mulheres como articuladores do parentesco.

Todas as mulheres, de maneira bem definida, acreditavam que era necessário ter filhos embora não em números indefinidos. Todas elas tinham idéia sobre o número ideal de filhos — por volta de 4 ou 5. Mas esse número se refere à descendência sobrevivente, e está claro em suas mentes que um número maior de nascimentos é necessário para assegurar a sobrevivência desses quatro ou cinco. A mortalidade infantil é parte de sua perspectiva existencial. Como elas dizem, *as crianças têm inclinação para morrer*. Consequentemente, *um único filho não é filho*. Na realidade, entretanto, a média para as mulheres que tinham alcançado a meia idade era a sobrevivência de cinco a seis filhos. As mulheres sem filhos se sentem definitivamente em desvantagem.

De maneira bem diferente dos camponeses (e das famílias da classe média mais tradicionalistas), entre os pobres as filhas são preferidas aos filhos. Isso tem a ver, naturalmente, com o problema mais geral do significado dos filhos.

Num ambiente urbano, os grupos domésticos não são unidades de produção no

mesmo sentido que entre os camponeses. Não seria de se esperar que entre os pobres urbanos os filhos tenham um significado idêntico àquele entre camponeses. Na verdade, eles não são considerados força de trabalho necessária para o *output* da família. Parcialmente por essa razão também, os filhos deixam de ter valor mais alto que as filhas.

Já me referi à posição periférica dos homens na estrutura da família. Essa marginalidade traz com ela uma indiferença dos homens no que se refere ao sexo de sua descendência; para a maioria dos homens isso simplesmente não interessa, pois ela não será, de qualquer modo, sua família. Por outro lado, a centralidade das mulheres na família, bem como em todo o sistema de parentesco, traz uma nítida preferência por filhas, do ponto de vista delas. A marginalidade masculina também resulta no fato dos homens não se interessarem pelo tamanho da família.

Quase todas as mulheres entrevistadas concordaram que seria bom que elas pudessem de algum modo cessar de ter filhos após um certo número de partos bem-sucedidos. Mas poucas realmente recorreram a anticoncepcionais. Nenhuma mulher fez uso de anticoncepcionais modernos, parcialmente por associá-los a médicos e hospitais, estes últimos concebidos como um lugar para morrer, mais do que um lugar onde se obtém cura. Além disso, estão conscientes de que os modernos anticoncepcionais são caros.

Somente uma minoria de mulheres fazia uso do que se poderia chamar de *anticoncepcionais de folk*. Mas a maioria delas somente assim faziam quando sentiam que por alguma razão sua saúde poderia ser prejudicada pela gravidez ou parto. Em geral, as mulheres sentiam que contradizer o curso da natureza era indesejável. Só se poderia parar de ter filhos quando chega o momento natural, isto é, a menopausa. É interessante observar que tanto o uso de anticoncepcionais (os de *folk*), quanto as razões dadas contra o controle da natalidade estão ligadas a considerações de saúde — para algumas,

ter muitos filhos pode ser perigoso para a saúde; por outro lado, supõe-se que a interferência nas funções orgânicas traz certamente perigosas conseqüências. Mais interessante, ainda, é o fato de que as mulheres que recorriam a anticoncepcionais, faziam-no para poderem continuar a ter relações sexuais — a inatividade sexual antes da menopausa é considerada prejudicial. Assim, de fato, não há contradição entre as duas atitudes.

Entre aquelas mulheres que usavam anticoncepcionais de *folk*, quase todas utilizavam certas ervas e seu uso estava associado a contextos rituais mágico-religiosos. Idealmente, ninguém recorreria a elas antes de recorrer a um adivinho. A própria idéia de que não se poderia parar artificialmente de ter filhos pode estar associada ao simbolismo da menopausa. É fato bem conhecido entre os iniciados nos cultos afro-baianos que uma mulher pode atingir o *status* de grande-sacerdotisa somente depois de ter passado pela menopausa. Este princípio pode ser interpretado de várias maneiras, mas há razão para acreditar que a menopausa é simbolicamente oposta à menstruação. Enquanto a última é associada à poluição e à impureza, a primeira se associa à pureza, e é fácil compreender que uma grande-sacerdotisa tem de manter um estado de pureza. A menopausa significa o fim do estágio reprodutivo de uma mulher, mas também o fim do estágio poluído do sangue menstrual; acredita-se também que com a menopausa o *fogo do sexo* se extingue. Num certo sentido, e dentro de um contexto simbólico, evitar a reprodução ou o intercursos sexual (ou ambos), antes de alcançar o estágio biológico-simbólico da menopausa, seria uma subversão da ordem correta dos eventos. E tal subversão poderia resultar em aflições de saúde.

Assim, o controle de natalidade é bastante raro entre os pobres urbanos, mas não por causa de ignorância. Aqui também deve-se considerar onde fica a racionalidade no que concerne ao tamanho da família, aos padrões de união e preferências sexuais.



Solidariedade filial

O que os filhos significam para seus pais — particularmente para a mãe, que é quem toma decisões e é a cabeça central na estrutura da família? As crianças são vistas como recursos, mesmo se é difícil criá-las; mais especificamente, são como um investimento a longo prazo. Três eram os motivos, ou razões, apresentados pelos informantes para ter filhos: (a) Para a maioria das mulheres, os filhos são um seguro para a velhice; é preciso de ter filhos se se quer receber cuidados no fim da vida. Muito freqüentemente as mulheres diziam que se deve ter filhos porque é a *vontade de Deus*. Mas é também a *vontade de Deus* que os filhos tomem conta de seus pais idosos — na verdade, o princípio da solidariedade filial é o mais forte laço neste sistema de parentesco. Mais claramente, ter filhos é parte da estratégia do ajustamento social — uma expressão comum no Brasil urbano é que os filhos de uma pessoa são o seu INPS. (b) Os filhos são vistos como importantes porque é através deles que se constrói uma rede de relações diádicas, baseadas nos princípios culturais do compadrio. Na mente dos informantes está muito claro que tal rede é uma estratégia adaptativa crucial, particularmente o compadrio vertical, com seu conteúdo de patronagem. Se é difícil criar filhos, o custo é parcialmente dividido com o padrinho da criança, com quem, além disso, se pode contar em momentos de crise. (c) É através de seus filhos que as mulheres asseguram sua autonomia para com os homens, quando alcançam a meia-idade. As primeiras duas razões são comuns em todo o Brasil e valem tanto para as mulheres quanto para os homens. Mas a segunda precisa de uma especificação: a relação forte é entre a mãe e os filhos, e é a mãe que é amparada por estes, mais do que o pai. Se o pai abandona a mãe, ou é abandonado por ela, não tem direito a qualquer apoio dos filhos. Se ele vive com ela, é através dela que obtém tal apoio. Esta especificação conduz à terceira razão: o apoio recebido de seus filhos por uma mulher reforça a independência dela, particular-

mente se se considera que a meia-idade é um estágio de instabilidade para os homens, como consequência das leis do mercado de trabalho. Assim, a dependência com respeito aos filhos se torna a base da independência para com os companheiros.

Mas não é somente o laço mãe-filho que é importante. Incluído nele, o laço mãe-filha, neste sistema de tendência feminina, é a relação crucial. Por essa razão, a maioria das mulheres mostrou uma acentuada preferência por filhas, ao invés de filhos.

Os arranjos poliginicos, bem como as uniões extramaritais do homem, não são avaliados em qualquer sentido negativo. Não somente são permitidos, em termos de ideologia local, mas de fato são bem-vistos pelas mulheres. De um lado, o tipo de ciúme de classe média está ausente entre as mulheres de classe baixa (embora de nenhum modo entre os homens). Por outro lado, as mulheres acreditam que, se um homem distribui suas energias sexuais entre várias mulheres, cada uma delas reduzirá suas probabilidades de gravidez. Como disse uma mulher, enquanto seu marido está com qualquer uma de suas duas outras esposas, ela tira *férias de cama*.

Por outro lado, é muito difundida a crença entre a classe média de que os padrões de união imorais ou promíscuos dos pobres são responsáveis pelo grande número de filhos entre eles. Uma comparação entre as mulheres que tinham somente uma união e aquelas que tiveram várias não apóia, entretanto, tal crença. De fato, não há nenhuma correlação entre o número de filhos nascidos e o número de uniões.

A chamada promiscuidade — isto é, a mudança de companheiros pelas mulheres (porque é usualmente a mulher que se desfaz de seu companheiro, e não o contrário) — deve ser entendida como parte do processo adaptativo das mulheres, tendo-se sempre em mente que aqui a unidade relevante é a díade mãe-filhos. A situação ocupacional dos homens é caracterizada pela instabilidade, de maneira mais significativa que a das mulheres. Por outro lado, é uma instabilidade dentro de um nível de pobreza, o que signi-

fica que durante os períodos de emprego há pouca ou nenhuma chance de poupança para enfrentar os períodos de desemprego. Assim, a vida ocupacional de um homem pode ser representada por uma curva com subidas e descidas — uma curva multimodal, por assim dizer, com limites máximo e mínimo mais ou menos definidos.

O principal interesse de uma mulher, até o estágio em que poderá contar com os filhos criados, é manter um equilíbrio do grupo doméstico, em termos financeiros, de modo a garantir uma renda mínima para a família (díade materna). Duas estratégias são empregadas para tal propósito, além da procura por um *homem de substância*. Uma delas consiste em espalhar os custos da manutenção da família entre vários homens. Num contexto de pobreza generalizada, um homem encontraria dificuldades em manter uma família, mas três ou quatro podem dividir o custo. Assim, o padrão de união que chamei de uniões simultâneas sem co-residência é uma estratégia maximizadora, mais do que promiscuidade. Tais arranjos poliândricos podem ser considerados como um técnica de ser mantida sem perder a independência. Como disse uma mulher, *elas me mantêm, mas não mandam em mim*. Podem ser considerados também como uma técnica adaptativa maximizadora desenvolvida para um meio de recursos escassos. A segunda técnica consiste numa poliandria serial, ligada ao conceito de família centrado na mulher. O deslocamento de companheiros significa que o laço conjugal se faz instável de modo a preservar a estabilidade da união mãe-filhos.

À primeira vista, pode parecer que a deserção seja a causa da instabilidade conjugal, pois subitamente a mulher enfrenta a situação de ter de manter seus filhos sozinha. Na verdade, na maioria das vezes, é o oposto que ocorre: é a mulher que se livra de um companheiro sem emprego ou, de outro modo, não-econômico, a fim de eliminar um *peso morto*. De outro modo, ela teria de recorrer aos recursos de sua rede de parentesco para amparar um homem estranho a esta (deve-se observar que as redes de

parentesco são articuladas por mulheres e de forte tendência matrilinear). A alternância entre família nuclear e díade materna não significa promiscuidade ou patologia social, mas uma estratégia para manter a família numa situação de equilíbrio. Trocar de companheiros é uma estratégia para sempre ter um homem contribuinte no grupo doméstico, e as mulheres são muito calculistas a esse respeito. Pela rotação de companheiros reais elas sempre dispõem de uma abstrata alta produtividade, de um modo análogo à maximização de uma abstrata força de trabalho pela mudança de trabalhadores concretos. Se uma mulher encontra um *homem de substância*, ela inverte sua estratégia: deixa-o *cantar de galo* e cultiva a estabilidade. Na realidade isso não significa dois comportamentos diferentes, mas um mesmo cálculo, ou equivalentes invertidos de uma mesma fórmula para calcular o equilíbrio da família. A vida ocupacional de um homem pode ser imaginada com uma curva que sobe e desce. Quando o homem começa a descer, a mulher o expulsa e procura um outro provedor que esteja num estágio de subida. Desse modo ela guarda a linha da família matricentrada num gráfico horizontal imaginário e num nível constante. Observando os padrões conjugais do ponto de vista dos próprios atores femininos, não há instabilidade familiar, mas sim rotação conjugal, sendo a última uma condição para o equilíbrio da família.

Assim, a organização da família do pobre urbano não é um problema, como se considera freqüentemente, mas uma solução. As técnicas de controle da natalidade podem estar ausentes, mas está presente um princípio de planejamento familiar, tanto na classe baixa urbana quanto entre os camponeses.

Reprodução sexual e social

A limitação da natalidade não é a única forma de planejamento familiar. Outras racionalidades existem em função de contextos sociais específicos. Por outro lado, famí-

lias existem e operam inseridas num sistema de relações de parentesco. Não deixa de ser interessante observar que a ideologia da limitação da natalidade emergiu num contexto urbano-industrial onde a família elementar de classe média se encontra relativamente isolada de redes de parentesco mais amplas que provenham formas alternativas de planejamento da família, e num contexto de acentuada mobilidade social e espacial.

A noção de planejamento familiar se traduz com grande freqüência na idéia de controle do número de filhos, idéia esta que organiza discursos políticos. Tais discursos são predominantemente de duas ordens: político-demográfica e feminista. Na primeira temos, de forma implícita ou explícita, uma relação entre demografia e desenvolvimento, ou entre demografia e estabilidade social, e a noção de planejamento não vai muito além de uma dimensão quantitativa. No segundo caso enfatiza-se o direito de a mulher controlar seu corpo, inclusive como condição de conquistar sua cidadania plena.

No entanto, demografia e família são realidades diversas. A primeira refere-se à população; a segunda a uma realidade subjetiva, carregada de valores. Por outro lado, a organização da família — dimensão que vai além do número de filhos — só ganha significado quando relacionada à lógica de reprodução social de grupos sociais específicos, e não de uma população abstratamente pensada.

A reprodução social camponesa centra-se na família, e não se pode aplicar mecanicamente uma “ideologia demográfica” a grupos camponeses sem conhecer a lógica de reprodução desses grupos, mesmo porque existem diferenças entre camponeses em situação de fronteira, como o grupo focalizado neste artigo, e outros, onde a terra, mais escassa, é patrimônio familiar. Nestes últimos, como mostram os estudos de F. Woortmann^{5, 6}, observa-se, através de algumas gerações, um decréscimo no número de filhos, correlatamente à redefinição de padrões de herança e de preservação do patrimônio. Em alguns casos estudados, a diminuição do número de filhos criou proble-

mas para a operação da unidade de produção, ao mesmo tempo em que favoreceu a preservação do patrimônio. Numa situação como noutra, não basta pensar a família quantitativamente; é preciso entender seus múltiplos significados — um problema, também, para se pensar a reforma agrária.

Mulheres das camadas pobres urbanas, e também mulheres camponesas, com freqüência crescente, desejam menos filhos — o que não significa poucos filhos, segundo uma ótica de classe média urbana. Mas isto não esgota a questão de como a família é planejada nessas camadas. É preciso considerar, primeiro, o que é família nesses contextos; como ela opera na construção de estratégias de reprodução social⁷; como ela se articula com os mercados⁸; qual o significado da criança⁹. Se não realizarmos um esforço no sentido dessa compreensão, o “planejamento familiar” poderá resultar em políticas ingênuas. Poderá resultar na idéia de redistribuir a renda da família — menos filhos = maior renda *per capita* no interior da família —, ao invés da renda da sociedade. Pensar a reprodução sexual sem pensar a reprodução social não resolve problemas. Os estudos antropológicos da família revelam que cada grupo social planeja a família a seu modo, e não podemos ignorar as lógicas diferenciais desse planejamento. ●

Klaas Woortmann, 52, graduou-se em História pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia (Universidade do Brasil — hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro). Doutorado em Antropologia pela Universidade de Harvard (Cambridge, EUA) em 1975. Durante quatro anos foi professor da Universidade Federal da Bahia e antropólogo do INEP (MEC). Desde 1973 é professor de antropologia da UnB. Suas linhas de pesquisa têm se concentrado no estudo da família e do parentesco, seja no plano teórico, seja com referência à sociedade brasileira. Atualmente, como pesquisador bolsista do CNPq, ocupa-se com a construção de uma teoria da camponêsidade, centrada na análise das categorias terra, trabalho e família.



Resumen

PLANIFICACIÓN FAMILIAR

Un único hijo no es hijo

La noción de la planificación familiar se traduce frecuentemente en la idea del control de número de hijos. Entretanto, la limitación de la natalidad no es la única forma de planificación familiar. Otros motivos existen en la función de contextos sociales específicos. La organización de la familia – dimensión que va más allá del número de hijos – sólo gana en significado cuando es relacionada a la lógica de la reproducción social de grupos sociales específicos, y no de una población pensada abstractamente. No se puede pensar en la reproducción sexual sin pensar en la reproducción social.

Abstract

FAMILY PLANNING

The single child is not a child

The concept of family planning is very frequently translated into the idea of controlling the number of children. Nevertheless, birth limitation is not the only form of family planning. Other rationales exist according to specific social contexts. The organization of the family, a dimension that goes beyond the number of children, only gains significance when related to the logic of social reproduction of specific social groups, and not of a population considered in the abstract. One cannot conceive of sexual reproduction without thinking of social reproduction.

Referências bibliográficas

- 1 HARRIS, M. *Town and country in Brazil*. New York, Columbia University Press, 1956.
- 2 GEBAP/ASSEC: *Alagados – estudos sócio-econômicos*. Salvador, mimeo, 1974.
- 3 GOODMAN, D. E. *The brazilian economic 'miracle' and urban labor markets: a regional perspective*. University of London, mimeo, s.d.
- 4 LANDES, R. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- 5 FENSTERSEIFER WOORTMANN, E. *Parentesco e reprodução cam-*

ponesa. In: *Ciências sociais Hoje* – 1985. São Paulo, Cortez Editora/ANPOCS, 1985.

- 6 _____. *Família, patrimônio e matrimônio*. Comunicação apresentada ao grupo de trabalho "Família e sociedade". XVIII Reunião Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, out. de 1985.
- 7 FAUSTO NETO, A.M.Q. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- 8 WOORTMANN, K. *A família trabalhadora*. in: *Ciências Sociais Hoje* – 1984. São Paulo, Cortez Editora/ANPOCS, 1984.
- 9 RODRIGUES, M. E. *Suor amargo*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Depto. de Ciências Sociais/Pós-graduação em Antropologia, 1981.

60 Tóxicos

A TOXICOMANIA

Paradigma
da
dependência
humana

Richard Bucher

Dizer que nascemos sob o signo do Zodíaco, significa reconhecer que nascemos dependentes: a dependência é o nosso destino, e as nossas vicissitudes, a luta que travamos com ela. Luta inevitável, mas de antemão perdida, pois nunca se dissolverá o laço de dependência para que surja a autonomia plena. Não obstante, a tentação existe, tentação de fazer-como-se uma vida independente fosse possível, desvinculada dos constrangimentos de todas as espécies que limitam a dominância sobre as coisas e os outros, que limitam o nosso ser e o nosso gozo.

Viver significa depender. Depender do reino da natureza e das suas hierarquias peremptórias, ou, ainda, das estruturas humanas, em suas mais variadas configurações simbólicas, às quais a criança aprende a submeter-se.

O toxicômano é o sujeito que, por excelência, se revolta contra as contingências que, existencialmente, vêm a limitar a expansão humana; revolta-se, pois, contra a sujeição aos outros, à sociedade, à cultura que a condição de sujeito nos impõe. Contudo, o ideal de auto-suficiência, do livre dispor de si mesmo, não deixa de ser um engodo cintilante, mesmo para o toxicômano: a ânsia de onipotência, de atingir ao todo, ao gozo total, àquela totalidade sem falta que imaginariamente nos seduz, nos chama, nos interpela sem trégua, só na morte se cumpre.

Como no mito bíblico, o ideal da não-dependência inclui a morte e leva a ela; a tentação de comer a maçã “para ser como Deus”, isto é, para ser tudo, sem mais depender de nada, traz a morte em sua bagagem. De fato, a vida no paraíso era completa, perfeita, não faltava nada — a não ser aquela pequena interdição de desfrutar do fruto... Interdição que continha em germe a incitação, incontável, de se revoltar e de transgredir, para fugir do tédio do “quase-tudo”, da dependência obediente que implicava em vida (eterna, se diz, ou seja, num controle do tempo operado pelo Outro) e em felicidade sem falta, isto é, sem conhecimento, sem saber...

O desejo de saber, pois, de “saber mais”, de “se conhecer” e de “conhecer o outro”, miragem no deserto do paraíso, aparece aí, nos primórdios da história do homem. O mito bíblico, pode-se dizer, *inclui a droga*, a “promessa de mais”, em sua cosmovisão: o consumo da maçã, protótipo do produto, da “droga” que tenta o homem, promete levar a mais, ao todo, à não-dependência suprema, mas revela, de chofer, uma dependência mais cruel, aquela do “não-tudo”, do *limite* da auto-suficiência e da plena disposição de si.

Nesta visão da antropogênese, Adão e Eva, movidos pela *hybris* originária, sacodem o jogo da dependência, tão mínima que seja, para atingir um “mais saber” e um “mais gozar” que prometem independência e imortalidade. A desilusão e a queda foram grandes como se sabe: querendo-se tudo, o não-ter-tudo manifesta-se com peso maior ainda, a mortalidade fica mais funesta, martelando

o seu ritmo, certo e implacável, em cada golpe do destino. Não há na vida humana nem saber total nem gozo absoluto, mas interdições pesadas em ambos e submissão ao tempo, cujas injunções sofremos, ritmadas até à escansão final — aquela que não se pode adiar, mas que se deixa antecipar, num gesto lúdico que desafia o inexorável pela precipitação voluntária, às vezes fatal. Para falar com Ingold⁷, a dimensão humana “situa-se na incapacidade de controlar o tempo: quando muito, podemos ritmá-lo”, seja tão-somente à maneira de Sísifo, subindo e descendo a ladeira do gozo e da perda...

Voltaremos ao aspecto lúdico e mortífero da “farmaco-dependência”. Antes, no entanto, cabe esmiuçar a idéia da dependência como característica humana, para, em seguida, analisar a noção específica de dependência de drogas.

Medida e desmedida da dependência humana

Não há dúvidas que existem pois “dependências fisiológicas”, marcando a interação do ser humano com o seu ambiente, seja este físico, biológico ou social. Se numa abordagem naturalista aquelas são “evidentes”, esta “evidência” é daquelas repletas de problemas. Em particular, ela não impede que o homem faça tentativas para negá-las ou superá-las, em concordância com os seus ideais e ambições; mais ou menos ilusórios, estes o afastam mais ou menos da ordem natural das “evidências óbvias” e dos seus percursos programados — o que, com frequência, vale ao atrevido o epíteto de “desviante”.

No entanto, o que mais nos interessa aqui é a dependência do homem de seu semelhante. Pelas múltiplas fases do processo de identificação, a criança adquire consistência, perfil personalizado e socialização, integrando-se aos poucos na convivência com os outros. Por este *processo básico de humanização*, a criança sai da mera dependência biológica e de sua programação instintiva, ingressando na ordem humana, com as suas especificidades cognitivas, simbólicas e imaginárias, mas também com todas aquelas desmedidas e aberrações que aí apontam como potenciais.

Neste sentido, no homem “uma determinada medida de dependência é um estado psicológico geral e normal”⁸; nós todos estamos dependentes das coisas das quais “gostamos”, das quais “precisamos” para viver, nas dimensões mais variadas da nossa vida, trabalho, lazer e afetividade; estamos dependentes, pois, de coisas, de valores e pessoas, ou seja, de “objetos” externos, internalizados e assimilados de forma variável. O problema todo reside na precisão da “determinada medida” desta dependência, noção que se refere a algo de quantitativo, mas cuja definição, além de alta complexidade, é de alta delicadeza. Discutir a “medida certa” da dependência do homem em geral, de uma pessoa em particular (p. ex. no contato clínico), implica em noções de valores e sentidos; inclui, portanto, conotações normativas, inevitavelmente, mesmo quando não se tem consciência disto, ou quando nós nos defendemos contra qualquer “ideologização”. Mas esta sempre está implícita: toda discussão da dependência humana toca às questões fundamentais da delimitação normal/patológica, ajuste/desajuste, equilíbrio/desequilíbrio... Toca, afinal, à ética das relações interpessoais, da vida com outrem...

Mesmo ligada a elementos quantitativos, a mensuração desta dependência não resolve o problema, vez que não escapa a categorizações. Assim, utilizando escalas psicométricas, podemos definir o grau de “neuroticismo” de um indivíduo; a dependência afetiva “em desmedida” aí é signo de imaturidade, logo classificada como anormal, desviante ou patológica e, de qualquer for-

ma, indesejável – mas tais procedimentos incluem sempre valorizações, enquanto premissas e hipóteses de trabalho (e de elaboração de instrumentos) nunca isentas de postulados éticos, senão moralistas.

A questão da *medida* da dependência nos remete à *hybris* acima mencionada, ao caráter pois de *desmedida*, inculcado pela Bíblia e retomado pelos tratados tradicionais de filosofia moral. A desmedida das ânsias e desejos humanos pode, pela sua busca descontrolada, sem dúvida aumentar a dependência, transformá-la em algo de patológico – e o leque das variações psicopatológicas se oferece, convidando-nos a compará-las com diversos graus e formas de dependência; porém, estas variações são sujeitas a apreciações culturais, são marcadas pelos usos e costumes da população a qual se insere. Este relativismo cultural impede mensurações exatas, apesar, novamente, do caráter indeniavelmente quantitativo destes graus.

Intimamente ligadas às características culturais, aos valores existenciais vigentes numa população, as diversas configurações de dependência e as suas significações deixam-se então compreender (e talvez apreender) “por dentro”, mas nunca “por fora”, apesar de todos os ideais de objetivação, de mensuração e de cientificismo... O deslize moralista, aliás, sempre está à espreita para infiltrar-se nas concepções científicas as mais “sérias” e “objetivas”, como bem demonstra, por exemplo, a história da psiquiatria.

Por outro lado, a ausência de dependência poderá também tornar-se desmedida, ressaltando a auto-suficiência da pessoa, fortalecendo o seu narcisismo, incentivando o seu autismo... “Desmedida” pois pode haver dos dois lados, figurando os dois excessos que podem acometer o laço social: por um lado, a pessoa dependendo demasiadamente dos outros, incapaz de posicionar-se com um mínimo de autonomia, e, por outro, aquele que não consegue vincular-se com outrem, enclausurado que está em sua exaltação egóica.

Duas figuras humanas, podemos concluir, duas maneiras imaginárias de resolver a questão da economia narcísica e, por conseguinte, da dependência: o primeiro, pelo que Freud chamou de escolha de apoio (ou “anaclítica”), remete-se totalmente ao outro, transformando-o em grande Outro e esperando dele que preencha as suas faltas e insuficiências libidinais; o segundo, relacionando-se com os outros à base de escolhas narcísicas, constituindo-se a si mesmo como modelo, como grande Outro ávido de anexar os outros, à procura de confirmação da própria onipotência.

De que forma que for, esta onipotência nunca será assegurada, tampouco que seu abastecimento narcísico. A dependência, enquanto estigma da “condição humana”, não se deixa solucionar pelo mero recurso ao amor próprio, seja este exaltado em si ou procurado no outro. Vivenciar e tentar resolver a questão da dependência pelo prisma do narcisismo, pela exclusiva fantasmática da relação com o outro, enquanto relação de dominância e sujeição, leva o sujeito a um impasse que o mito de Narciso nos exemplifica; revela, no caso do toxicômano notadamente, a fragilidade dos alicerces da sua personalidade e a precariedade dos meios imaginários encenados para sobrepujar-se ao outro e para assegurar-se da posse de si mesmo pelo outro.

Eis que corremos o risco de uma definição circular da dependência humana, ao redor das suas desmedidas. Para determinar melhor o alcance que *nos* interessa aqui, bem como para situá-lo antropológica e psicopatologicamente, nada melhor do que referir-nos à clínica. Mencionamos a questão do “neuroticismo”. De fato, é comum notar que um grande número das pessoas que procuram psicoterapia sofre de “dependências” diver-

sas, provocando angústia, insegurança, depressão, inibição e outros mal-estares difusos, além de sintomas mais precisos. Reconhecemos nelas a categoria de pessoas que designamos precisamente como “neuróticos”, em oposição aos “psicóticos” (que “não dependem”, radicalmente ou de maneira muito menos acentuada) e aos chamados “normais”.

Estes últimos, será que resolveram seus problemas de dependência, encontrando aquele “equilíbrio instável” que lhe permite oscilar entre extremos considerados toleráveis, isto é, consagrados pela sociedade? Porém, se uma tal oscilação existe (e não faz ela parte da “normalidade?”), a delimitação entre normal e neurótico não pode ser fixa e imutável.

Especificidades da toxicomania

Uma segregação social, aliás, continua a aplicar-se à delimitação duvidosa entre normal e patológico. Como se oscilação e flexibilidade fossem sinônimos, inevitavelmente, de inconstância, instabilidade e desequilíbrio, e como se os desviantes do padrão fossem todos marginais...

Uma equação deixa-se estabelecer: sofrimento neurótico = queixa de desamor = incapacidade de limitar-se = conduta infantil = dependência (infantil). Deveras, a *criança* é dependente “demasiadamente”, visto sua prematuração radical, sua impotência inicial total, a duração da amamentação, a demora do aprendizado... A dependência da pequena criança transforma a relação com os pais em um modelo privilegiado da dependência; desde então, a angústia de separação nos persegue, institui os nossos pesadelos, aterroriza a nossa vulnerabilidade e insiste pela consciência, humilhante, de precisarmos do outro.

A dependência, da mãe em primeiro lugar, da família e dos outros em seguida, o neurótico a protela: ao invés de adotar medidas apropriadas, de equacionar-se a *sua* medida, permitindo-lhe a *sua* autonomia (relativa), ele persiste na dependência da sua infância e a *repete*, com aquela “compulsão de repetição” que marca a vida do neurótico, senão de sua família.

Não há novidade nisto: a dependência (familiar) que caracteriza o neurótico faz parte de sua definição corriqueira. Tentou-se, aliás, reduzir a diversidade de todas as dependências do homem àquela de sua mãe, entidade fabulosa e mistificada que encantou as nossas vivências primevas. A resposta neurótica seria assim uma dentre outras possíveis, naquele “florescimento de papéis múltiplos sobre um tronco único”, como ressalta poeticamente A. Memmi¹².

Contudo, cabe precisar o *tipo de vínculo* que aí se constitui a partir da figura materna, bem como o seu *objeto*, para que diferenças clínicas mais acuradas se cristalizem. De fato, e Memmi o lembra com pertinência, em toda “equação de dependência” é preciso distinguir, além do sujeito dependente, aquele do qual se depende (o “outorgante”), e o objeto de dependência, outorgado pelo segundo.

No caso do neurótico, depende-se do amor do outro, aquele outorgado pela mãe, pelos pais, pela família e que sempre é pouco – mas que o homem “normal” logra encontrar em seus “objetos substitutivos”. E no caso do *toxicômano*? Em que a sua dependência se distingue da dependência “comum” (ou neurótica), qual é o seu objeto outorgante, qual o objeto outorgado? Questões sem dúvida cruciais se se quer entender algo do toxicômano, da sua vivência, do seu ser-no-mundo específico, mesmo deixando de lado o problema de uma eventual “estrutura toxicomaniaca”.

Falar de sua *especificidade*, no entanto, já representa uma *tese* que se trata de sustentar. Ela deixa subentender que a sua vivência e

a sua dependência sejam – talvez fundamentalmente – *diferentes* daquelas do neurótico: o toxicômano não se deixa reduzir ao neurótico, o seu pedido não é (mais?) de amor – ou ainda, ele, pelo menos num primeiro tempo, não pede mais nada: ele *faz*, ele *age* e, sendo o seu próprio outorgante, se outorga a si mesmo o objeto que cobiça... Objeto de prazer, de gozo mais do que de amor interpessoal, o que confere à sua relação com este um traço sem dúvida *perverso*. Este deve coexistir, lado a lado, com o traço *psicótico* da desmedida radical, autista e ilimitada, daquele gozo que procura e que vive, seja tão-somente por momentos.

Como entender as características do toxicômano, com os seus elementos perversos e psicóticos (mas sem dúvida também neuróticos, quando a angústia e o sofrimento da falta o submergem)? A noção de *farmacodependência* hoje em dia é consagrada; porém, cabe analisá-la para entender o seu alcance.

A noção foi introduzida em 1969 pelos peritos da OMS, visão estritamente médica (p. ex., fala-se só em medicamentos), embora revisada e ampliada em 1975. De fato, o risco de “medicalizar” a questão da dependência do toxicômano marca a história da sua evolução. Não podemos concordar, pois, com um autor como Oughourlian¹⁶, em cuja opinião o termo novo (“farmacodependência”) proposto pela OMS “substitui um termo científico ao termo pejorativo de “toxicomania”, abrindo talvez a via para a compreensão do problema.” Em nosso entender, o novo termo não é nem mais nem menos científico que aquele de toxicomania, além da compreensão do fenômeno não poder ser alcançada apenas por vias “científicas”...

Para que isto se torne possível, cabe, em primeiro lugar, incluir o seu aspecto humano e social. A toxicomania corresponde a uma equação entre três termos, a saber, a personalidade, o produto e o momento sócio-cultural. Não será suficiente, pois, ater-se somente ao produto e aos seus efeitos de dependência; estes não se reduzem a efeitos fisiológicos, mas têm para o consumidor também uma relevância somatognósica. É preciso portanto incluir a análise da sua vida fantasmática, de sua memória e sensualidade,

do seu sofrimento, da mudança abrupta de um estado de consciência para outro... É preciso referir-se à autodestruição, inerente à busca desenfreada e “mórbida” da antalgia gozadora, bem como às motivações, abertas ou secretas, à procura ativa e voluntária do estado de dependência, ao aspecto lúdico, ao desafio, à transgressão da lei... É necessário entender o impacto social das drogas, tanto da presença das drogas na sociedade, com determinados rituais (dos adolescentes, por exemplo,) quanto da influência da estruturação social sobre o consumo de drogas pelos jovens... (v. Bucher,¹).

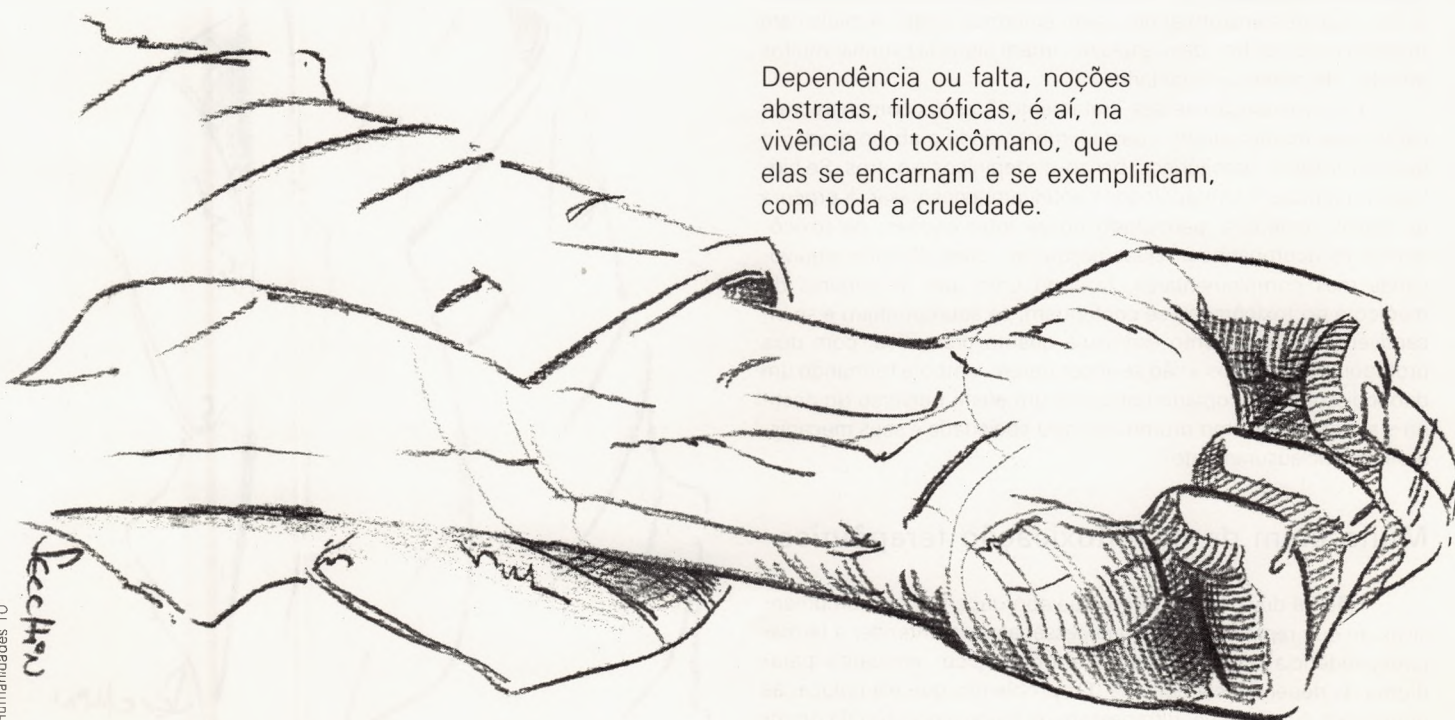
Deste feito, é interessante assinalar que etimologicamente, a noção de *pharmakos* não se restringe a designar o medicamento: designa também “aquele que serve de remédio”, o feiticeiro, curandeiro, mágico ou envenenador; por extensão, recebeu o significado de “bode expiatório” – característica freqüente do toxicômano, há de convir, ressaltado na sociedade moderna por um autor como Szasz¹⁹. Portanto, de benfeitor medicamentoso, o *pharmakos* pode transformar-se em expiador da comunidade. Histórica do aprendiz-feiticeiro, ou metáfora da punição desmedida...?

Novos tratamentos, novas dependências

Na história da concepção e do tratamento da farmacodependência, tais paradoxos foram a regra. Pode-se até dizer que, como num diálogo de surdos, estratégias médicas e toxicômanos se incentivaram mutuamente, produzindo não a cura nem a melhora, mas a escalada contínua do consumo de drogas e de dependências cada vez mais dramáticas – escalada com conotações morais também, cada um dos protagonistas colocando-se como vítima do outro. Neste sentido, o toxicômano é filho de seu tempo. Cada época tem os farmacodependentes (mas também os bodes expiatórios) que merece, isto é, que secreta.

Como por um efeito de derrisão, a história da toxicomania desde o século passado se enriquece em função da proposta de novos tratamentos: o toxicômano, ao invés de desintoxicar-se,

Dependência ou falta, noções abstratas, filosóficas, é aí, na vivência do toxicômano, que elas se encarnam e se exemplificam, com toda a crueldade.



obedecendo às mais diversas injunções terapêuticas, descobre vantagens insuspeitadas nas novas substâncias propostas e nutre-se delas para alimentar a dependência que se tratava de curar.

Vejam os. No final do século passado, os *opiômanos*, numerosos sobretudo no Oriente, começaram a ser tratados pela *morfina*, batizada rapidamente de "ópium de Jesus", trazido pelos missionários... A dependência da morfina, pior que aquela do ópium porque menos integrada socialmente, também se desenvolveu no Ocidente com celeridade. Em 1892, Guimbail constata: "Doença artificial, criada inteiramente pela evolução da ciência colocada ao serviço da imaginação, a morfomania aos poucos invade todas as camadas sociais."⁶

A morfomania começa então a ser tratada recorrendo-se à cocaína, isolada da coca em 1859 a Viena. Não se passa muito tempo e se desenvolve a "morfino-cocainomania"... Com seus trabalhos sobre cocaína, Freud, aliás, de alguma forma contribuiu para esta evolução — colaborador e vítima, ele também, do poder médico...². Mas é a introdução da *heroína* que muda radicalmente o quadro. Isolada em 1898 por Dreser, o cientista a apresenta como "uma substância isenta de propriedades de adição, de manipulação muito fácil e, além de tudo, a única capaz de curar rapidamente os morfômanos". Sabemos o que o "tratamento heróico da morfomania" produziu: milhões de heroínômanos no mundo inteiro, bilhões de "narco-dólares" lucrados — a campanha publicitária da Sociedade Bayer lançada em 1898 rendeu acima de toda expectativa!

Mas a história da cegueira médica e das dependências iatrogênicas não pára aí. Em 1938, pesquisadores da Alemanha nazista lançam um sucedâneo sintético da heroína, a *metadona*, imediatamente aplicado para "tratar" os heroínômanos. De fato, mais um equívoco, pois não é a toxicomania que aí é tratada: conforme as melhores tradições que confundem moralidade pública com tratamento psiquiátrico, a metadona bem elimina a delinquência social, mas reforça a farmacodependência, só que agora sob perfeito controle. Se toda sociedade secreta pois os seus marginais, ela descubra também meios, mais ou menos engenhosos, para controlá-los, seja até transformando-os em enfermos legais. A pílula para toxicômanos e outros desviantes da ordem ainda faz sonhar muitos adeptos de sistemas totalitários...

Com a evolução desses "tratamentos", as toxicomanias cresceram e se multiplicaram — basta lembrar ainda o abuso moderno de *psicotrópico*, barbitúricos, benzo-diazepínicos e outros. Se biólogos, químicos e farmacólogos continuam a pesquisar, à procura de novos remédios, permitindo novas intervenções, os toxicômanos os acompanham. Duas pesquisas, duas procuras equivocadas mas complementares, fazendo com que os saberes do médico e do toxicômano se confundam, se sobreponham e se incentivem. Situação tanto esdrúxula quanto dramática, com dois protagonistas fadados a não se encontrarem, embora formando um duo indissolúvel, acoplado como por um efeito perverso do destino — sadomasoquismo promovido pela sociedade e seus mecanismos de enclausuramento?

Muito além da desintoxicação terapêutica

Não há dúvidas, portanto, que abordagens mais compreensivas do que repressivas sejam necessárias para entender a farmacodependência em seu alcance antropológico, enquanto paradigma da dependência humana. Os problemas que ela coloca, as dimensões que envolve, ultrapassam de longe a questão da desin-

A ânsia de onipotência de atingir ao todo, ao gozo total, àquela totalidade sem falta que imaginariamente nos seduz, nos chama, nos interpela sem trégua, só na morte se cumpre.



toxicação terapêutica. Esta representa um passo alcançável sem muito custo, mas que não “toca”, não “muda” o drogado. Ela passa distante da sua dimensão psíquica, da sua experiência específica: a intervenção ao nível apenas do produto reforça o círculo vicioso entre *pharmakos*, agente outorgante e sujeito dependente.

A investigação do produto com certeza produz um saber, mas não lança luzes sobre aquela zona escura do saber que, na vivência do toxicômano, é luminosa pelo “oceano de delícias” que propicia. Analisando o “veneno maravilha” da droga, é possível reduzi-lo em pó ou em fórmulas, mas este pó (branco, no caso da heroína) não é só um produto químico; ele é, tanto quanto um produto, um objeto *imaginário* que permite embranquecer, pela violência do seu *flash*, as sombras do não-saber, do não-dito que se amontoam entre os seres. Repletas de retumbâncias inconscientes, estas sombras limitam a plena disposição de si, incluem um não-ser doloroso que o produto fugazmente permite fugir.

Porém, esta fuga não é só imaginária, como no faz-de-contas da fantasia neurótica. O “êxtase” experimenta-se no corpo, em sensações sensuais cujo gozo altera os estados comuns de consciência. Na fase de “lua de mel” com o produto, pouco importa que este gozo se ligue com a morte: ele é *real* e apaga as lem-

branças do passado, da falta, da dependência do outro. Por momentos, por horas o drogado é independente, curte a não-sujeição em um paraíso efêmero. Se a falta reaparece — e com quanto sofrimento ela não volta a martelar —, a ilusão do gozo perene se deixa reproduzir, recorrendo à droga de novo, mergulhando nela a fundo...

Mais eis a independência triunfante desmascarada, a dependência revelada, o jogo rítmico com gozo e morte relançado: ritmo de gozo e de falta se alternam de modo alucinante. A dependência pois não é apenas sofrida, ela é “um fenômeno tanto ativo quanto passivo”, ela é “encenação do desejo”,¹⁴ desejo totalitário sem dúvida, mas que segue as pulsações do jogo entre a acalmia da plenitude e a falta da privação.

Falta orgânica e somática, certo, mas que atinge, que representa o *todo* da vida do homem. A revolta contra ela é possível, o toxicômano a orquestra com furor; porém, vem a falta a faltar e é o triunfo da morte — saída melhor do que viver (e dizer) a falta presente na vida? Onde há vida há dependência, dissemos acima; dependência ou falta, noções abstratas, filosóficas, é aí, na vivência do toxicômano, que elas se encarnam e se exemplificam, com toda a crueldade da “impossibilidade final do desejo ou da vontade”.⁷

Prevenção, tratamento e pesquisa

Desde os primórdios de sua história, o homem conheceu e usou substâncias entorpecentes, permitindo-lhe, pelo menos momentaneamente, transcender os seus limites e escapar a sua condição de humilde transeunte, marcado pela transitoriedade de sua existência e sofrendo as múltiplas adversidades da “mãe-natureza”... Porém, se determinadas drogas permitem ao homem fugir à angústia que acompanha a sua existência, elas propiciam também certas experiências religiosas e místicas, como demonstra a história das religiões até nossos dias. Em terceiro lugar, vinculam-se com a procura de prazer, inseparável dos sentidos que o homem inscreve em sua vida, mas que, nos tempos modernos, adquiriu uma prevalência perigosa: no consumo hodierno de drogas, a procura do prazer tornou-se uma finalidade em si, desvinculada de um contexto sócio-cultural estruturante e sem referência a uma intencionalidade ou a projetos, individuais ou sociais.

A dimensão do trabalho, da conquista e da transformação do mundo pelo engajamento social e profissional torna-se, destarte, tão diminuta quanto aquela do amor, uma vez que o dependente de drogas curte um prazer solitário ou mesmo autista, dispensando a presença de outros, erotizados ou não. O dependente de drogas, de fato, entrega-se a um culto solipsista que, como toda religião, tem os seus mitos e ritos, mas sem poder integrador e sem valores éticos e sociais construtivos.

Uma característica particular da toxicomania moderna reside em sua vinculação com todo um amplo movimento de



contestação social. No início ligada ao movimento *hippie* e a sua denúncia radical do modelo burguês e dos seus valores materialistas, esta contestação, no entanto, desintegrou-se rapidamente, trazendo em sua esteira destrutividade e marginalização crescentes — evolução que não elimina a pertinência dos questionamentos dos valores da nossa civilização, da sua desintegração, da sua corrida louca de volta à barbárie. Ademais, tampouco é adequada a resposta repressiva e punitiva que lhes reserva a nossa sociedade, a começar pelas “forças de ordem” — das quais participam, como se sabe, não somente os policiais, mas também muitos médicos, psicólogos e educadores...

A contestação social desses jovens, começa pela contestação da família e dos seus valores tradicionais. De fato, o fenômeno da toxicomania recobre uma patologia social e familiar latente — pela qual não cabe incriminar a família ou os pais, simples detentores de uma função e de um poder cujo alcance os ultrapassa. O que os jovens

revoltados denunciam é o condicionamento operado pela instituição familiar e escolar, ou pelos agentes profissionalizantes; recusam-se ao adestramento que a família, quer queira quer não, exerce e transmite, num procedimento insidioso, do qual tanto os pais quanto os jovens são as vítimas.

Sintoma da nossa crise de civilização...? De qualquer modo, a toxicomania, com os problemas sociais e psicológicos que a engendram, representa um desafio que interpela as autoridades e responsáveis de todos os setores da vida humana. Para poder compreendê-la em sua verdadeira dimensão, cabe ter em

Pela sua complexidade, pelas múltiplas interações que lhe conferem aquele valor paradigmático, a farmacodependência não se deixa, portanto, reduzir à questão biológica da intoxicação orgânica, seja esta transmitida pelas *endorfinas*. Descobertos em 1975 como etapa mais recente da investigação biofarmacológica, as endorfinas e os receptores neuro-elétricos suscitaram novas esperanças de poder “tratar definitivamente” a farmacodependência, mediante a clonidina – mas, mais uma vez, o toxicômano vive o seu drama pessoal, a *sua* dependência da droga, a mil milhas dessas pesquisas: os *seus* receptores são outros, são aqueles do gozo, da antalgia como quietude físico-mental, da transgressão, da procura daquele estado paradisíaco sem limites e sem falta...

As pesquisas de laboratório nos permitem, portanto, entender o funcionamento do sistema nervoso, as suas reações à presença de psicotrópicos, mas não deixam entender a pessoa do toxicômano, sujeito singular com um histórico também singular. Razão pela qual a comparação com o animal de laboratório será sempre falha: o rato poderá ser um rato drogado, poderá até auto-administrar a droga com frenesi, mas nunca será um rato toxicômano, revoltado ou lúdico. Somente o toxicômano se embriaga com sua dose, desafiando e brincando consigo e com os outros,

com seu corpo, com o gozo e com a morte, por razões próprias que só a sua histórica pode contar. Se é que lhe resta tempo para contá-la...

A farmacodependência em teoria

Outros parâmetros são necessários para compreender o toxicômano, no contexto global da problemática da dependência humana em geral, do momento sócio-cultural da *nostra* sociedade em particular. Teorias particulares ou parciais, aliás, a respeito da farmacodependência não faltam. Pelos trabalhos de Jellinek¹⁰ e outros, propondo uma concepção fisiopatológica do alcoolismo, o modelo de explicação pela perversão moral, comum no século 19, foi definitivamente substituído pelo modelo médico. Contudo, sua aplicação no conjunto das toxicomanias suscitou numerosas discussões. Assim Jaffe⁹ afirma a impossibilidade de uma definição farmacológica da dependência: ela não se deixa reduzir à característica de um psicotrópico, uma vez que não é qualquer pessoa que, sob administração de opiáceos, se torna dependente.

Winick²⁰, em uma publicação recente da *Nida* americana,

mente que ela corresponde a uma equação entre três termos: a personalidade, o momento sócio-cultural e o “produto”, a droga. Somente quando estes três termos se conjugam de maneira desfavorável, é que se chega à dependência acentuada de drogas. Enfocar apenas um destes fatores, que *juntos* “fazem” a toxicomania, leva a visões distorcidas e unilaterais do grave problema. Os diferentes modelos preventivos e de atendimento a toxicômanos, aliás, são tributários de tais visões unilaterais: sobrevalorizando determinados aspectos em detrimento de outros, complementares, não se chega àquele atendimento integrado, àquela atitude preventiva aberta que a complexidade do fenômeno requer.

Existem, no Brasil, poucos centros especializados no combate às drogas. Os que funcionam, em geral são insuficientes em recursos humanos e/ou materiais, ou operam com leigos trabalhando com boa vontade, mas freqüentemente sem os conhecimentos que cabe adquirir por meio de formação profissional especializada. Contudo, os problemas levantados pelo consumo indevido de drogas exigem e merecem um tratamento com embasamento científico, tanto clínico quanto antropológico e pedagógico. Eis as razões que justificam a criação de um centro que trate desse conjunto de problemas com cientificidade, pertinência e ética: o consumo de drogas e os seus efeitos perniciosos exigem e merecem uma resposta social à altura de sua complexidade, mas também da dignidade humana daqueles que se tornaram dependentes.

A Universidade de Brasília criou um “Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimento a Toxicômanos”, o *Cordato*. Vinculado ao Departamento de Psicologia, o centro funciona segundo os princípios do voluntariado, da gratuidade, do anonimato e da neutralidade religiosa. Inaugurado em abril de 1986, o *Cordato*, constituído por uma equipe multidisciplinar, desenvolve atividades nas três frentes de prevenção, tratamento e pesquisa, podendo futuramente estender-se para unidades de internação, de comunidade terapêutica, de hospital-dia e/ou de centros de pós-tratamento. Informações a seu respeito podem ser obtidas no local:

CLN 205 – Bloco D – Sobreloja 07
70.843 Brasília – DF
Tel.: (061) 272-4555

que confronta teorias diversas sobre a farmacodependência, sustenta uma teoria sociológica, baseada na idéia dos papéis sociais; em situações de tensão ou de privação (*role strain, role privation*), que impedem a realização dos papéis sociais, o recurso a drogas instituiria, quando facilitado, um estado de dependência.

No mesmo volume, Greaves⁵ apresenta uma “teoria existencial”, baseada nos trabalhos de Maslow e Rogers. A idéia principal aqui defendida é aquela da incapacidade de outorgar-se gratificações sensoriais; neste estado, a pessoa torna-se facilmente dependente de drogas, uma vez que estas a levam de maneira indireta a um modo de ser-no-mundo relativamente gratificado.

Smith¹⁸ propõe uma teoria geral mais complexa da dependência, baseada na percepção subjetiva das vantagens e riscos das drogas. Esta percepção seria função da interação entre droga, desenvolvimento da personalidade e influência do meio social. Não é mais aqui a idéia da “gratificação” que predomina, mas aquela do reforço da crença nos efeitos, sob o impacto das três variáveis consideradas; os objetivos da pessoa (e sua aderência a eles) seriam reforçados segundo determinados dinamismos e mecanismos comuns a todos os psicotrópicos, capazes de propiciar vantagens decisivas (segurança, autovalorização, contato social...).

Um outro autor, Stanton Peele¹⁷, propõe, na mesma obra, uma outra teoria de interação que ele chama de “teoria sócio-psico-farmacológica da dependência”. Esta se aproxima muito da concepção defendida por Olievenstein^{13, 14} e representa de fato a mais complexa (e a mais antropológica) de todas as teorias discutidas na obra citada. Segundo Peele, uma reação de dependência se desenvolve a partir do “efeito-tipo” de um psicotrópico, mas se modifica em função de reações individuais. Além disto, o ambiente e o contexto sócio-cultural influenciam a maneira pela qual o usuário vive este “encontro” com a droga, isto é, como ele se apropria dos seus efeitos.

Paradigma da dependência humana

Portanto, a questão da farmacodependência está sendo discutida, hoje em dia, sob os mais diversos ângulos, mesmo teoricamente. Das teorias formuladas, algumas, é óbvio, são mais parciais (ou mais enfiadas pelas premissas iniciais) do que outras. O que nos parece fora de dúvida é que somente teorias que levem em conta as múltiplas facetas da interação terão alguma veracidade. Apenas neste caso será possível chegar-se a uma forma de “tratamento” à altura do problema de antropologia clínica, colocado por esta dependência. As diversas abordagens científicas desvendam muitos mistérios, mas não aqueles da mística, do êxtase, do gozo e da morte no qual implicam; revelam os substratos biológicos da falta (somática), mas não atingem os subterfúgios imaginários que, inconscientemente, o homem empreita para subtrair-se à privação e para alcançar o “todo ideal”.



Acorrentados entre
desejo e falta, dependentes.
Não há droga capaz de
substituir-se a esta verdade
nem à consciência cruel que
dela nós temos — eis o
drama do toxicômano,
paradigma da dependência
humana.

A máxima do toxicômano: “tudo, e já!” entranha-se em sua vivência psíquica, como canto de sereia à qual sucumbiu e que o possui. Eis a dependência psíquica e/ou física: de possuidor (do gozo, do todo), transforma-se em possuído, acorrentado ao seu corpo que, corpo humano, é submetido às leis de contingência, dos limites, do não-tudo. O objeto outorgado, a droga, lhe faz oscilar entre onipotência e impotência e o impede, enquanto depende dele, de assegurar-se da sua potência, faltosa, certo, mas humanamente possível.

E, novamente, este “humanamente possível”, como acima a “medida certa”, não é da alçada da ciência, que nada poderá dizer a seu respeito; ele implica em valores, em posições éticas mais do que lógicas ou “exatas”, porque tocam à questão da verdade mais do que do saber, do sentido (da vida, do gozo...) mais do que da causalidade...

O saber contido nos mitos é mais pertinente, mais abrangente então do que o saber objetivo. Citamos já o mito bíblico da Gênese, as figuras de Narciso, de Sísifo; podemos concluir lembrando a figura titânica de Prometeu, acorrentado ao seu rochedo em castigo pela sua desmedida — que consistia em quê? Trazer o fogo do céu aos homens, isto é, lhes transmitir o “flash divino”, a onipotência, o gozo total...?

Autores românticos como Byron e Victor Hugo exaltaram a figura de Prometeu como “imagem do gênio incompreendido”, que trouxe aos humanos a inspiração, o conhecimento, a consciência — e qual o toxicômano que não se acha, em seus momentos, um gênio incompreendido, dispondo de mais razão, de mais saber, porque tem acesso a um gozo maior? Como Prometeu, o toxicômano se revolta e protesta, pela sua ação, contra o “estado das coisas da vida”, instaurado na Terra (na sociedade) pela vontade dos deuses e outras autoridades... Mas a sua revolta contra a falta, contra a dependência é vã: ambicionando ser supremo, divino e, portanto, sem dependências, é que descobrimos as nossas correntes, os pesos das interações que psiquismo, corpo e vida social exigem, permitem e impõem. Dependências tríplices pois que, quando repudiadas, se apagam em ondulações que, por momentos, escondem a imagem da verdade; mas aquelas logo voltam a insistir, intensificadas, desdobradas, revelando o nosso estado: acorrentados entre desejo e falta, dependentes. Não há droga capaz de substituir-se a esta verdade nem à consciência cruel que dela nós temos — eis o drama do toxicômano, paradigma da dependência humana. ●

Richard Bucher é psicanalista e professor
do Depto. de Psicologia da Universidade de Brasília.

Referências bibliográficas

- 1 Bucher, R.E. (1986). O Consumo de Drogas: Evoluções e Respostas Recentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. (Brasília) 02/2; no prelo.
- 2 Eyguesier, P. (1983). *Comment Freud devint drogman*. Paris: Navarin Editeur.
- 3 Freud, S. (1914). Zur Einführung des Narzissmus. *Gesammelte Werke Bd. X* (Para introduzir o Narcisismo. *Edição Standard Brasileira*. Vol. XIV; Rio de Janeiro: Imago Editores).
- 4 Freud, S. (1937). Endliche und Unendliche Analyse. *Gesammelte Werke Bd. XVI* (Análise Terminável e Interminável. *Edição Standard Brasileira*. Vol. XXIII; Rio de Janeiro: Imago Editores).
- 5 Greaves, G. B. (1980). An existencial theory of drug dependence. Em Lettieri & al., pp. 263-274.
- 6 Guimbail, H. (1892). *Les Morphinomanes*. Paris: Masson Editeur.
- 7 Ingold, R. (1982). O Estado de Dependência. Em: Olievenstein, C. (org.): *A Vida do Toxicômano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores; pp. 51-73, 1983.
- 8 Irwin, S. (1971). Drugs of Abuse: an introduction do their actions and potential hazards. *Journal of Psychodelic Drugs*, 3/2, 5-15.
- 9 Jaffe, J. H. (1970). Drug Addiction and Drug Abuse. Em: Goodman, L. S. & Gilman, A. (eds.): *The pharmacological basis of therapeutics*. New York: Mac Millan, 237-275.
- 10 Jellinek, E. M. (1960). *The Disease Concept of Alcoholism*. Highland Park, New Jersey.
- 11 Lettieri, D. J., Sayers, M., Wallenstein, P. (Eds.) (1980). *Theories on Drugs Abuse. Selected contemporary perspectives*. Washington: Nida Research Monograph Series nº 30.
- 12 Memmi, A. (1979). *La Dépendance*. Paris: Gallimard.
- 13 Olievenstein, C. (1970). *A Droga*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- 14 Olievenstein, C. (1982). *A Vida do Toxicômano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- 15 Olievenstein, C. (1983). *Destino do Toxicômano*. São Paulo: Almed, 1985.
- 16 Oughourlian, J. M. (1978). *La Personne du Toxicomane. Psycho-Sociologie des Toxicomanies actuelles dans la jeunesse occidentale*. Toulouse: Privat Editeur.
- 17 Peele, S. (1980). Addiction to an experience. A social-psychological-pharmacological theory of addiction. Em: Lettieri & al., pp. 142-146.
- 18 Smith, G. M. (1980). Perceived effects of substance use. A general theory. Em: Lettieri & al., pp. 50-58.
- 19 Szasz, T. (1974). *Ceremonial Chemistry*. New York: Garden City.
- 20 Winick, Ch. (1980). A theory of drug dependence based on role, access to, and attitudes towards drugs. Em: Lettieri & al., pp. 225-235.

Resumen

TOXICOS

La toxicomanía, paradigma de la dependencia humana

Decir que nacemos bajo el signo del Zodíaco, significa reconocer que nacemos dependientes: la dependencia es nuestro destino, y nuestras vicisitudes, la lucha que travamos con ella. Una lucha inevitable, pero que está perdida de antemano, pues nunca se disolverá el lazo de dependencia para que surja la plena autonomía. No obstante, la tentación existe, la tentación de hacer como si una vida independiente fuera posible, desvinculada de los constreñimientos de diferentes clases que limitan el dominio sobre las cosas y los otros, que limitan nuestro ser y nuestro placer.

Abstract

DRUGS

Drug addiction, model of human dependence

To say that we are born under a certain sign of the zodiac means that we are born dependent: dependence is our destiny, is our vicissitudes, is the struggle that we undertake against such dependence. An inevitable struggle, but unsuccessful even before it is begun, because never will the bond of dependence be dissolved so that we can achieve complete autonomy. Nevertheless, a temptation exists, the temptation to make believe that an independent life is possible, untrammelled by the constraints of all sorts, which control our dominance over things and other people, who limit our being and our pleasure.



a VIAGEM dos índios

maldição ou bênção?

Numa noite de março de 1973, depois de prolongados rituais xamanísticos numa aldeia Sanumá, com o alucinógeno *sakona* prodigamente aspirado por vários pajés, estes foram inesperadamente atacados por espíritos inimigos. A comunidade esteve em perigo durante horas. O ataque veio em línguas de fogo avançando sobre os pajés. Em frenético desespero, toda a sua perícia esotérica foi posta em defesa própria e da aldeia, enquanto as mulheres se atiravam sobre eles sacudindo galhos molhados na ânsia de aliviar sua agonia. Nessa batalha mágica entre pajés e espíritos, ganharam os primeiros. Mas nem sempre é assim. Contra a morte quem perde são os pajés, apesar de sua sabedoria, de seus espíritos auxiliares e dos alucinógenos que lhes abrem o caminho ao sobrenatural.

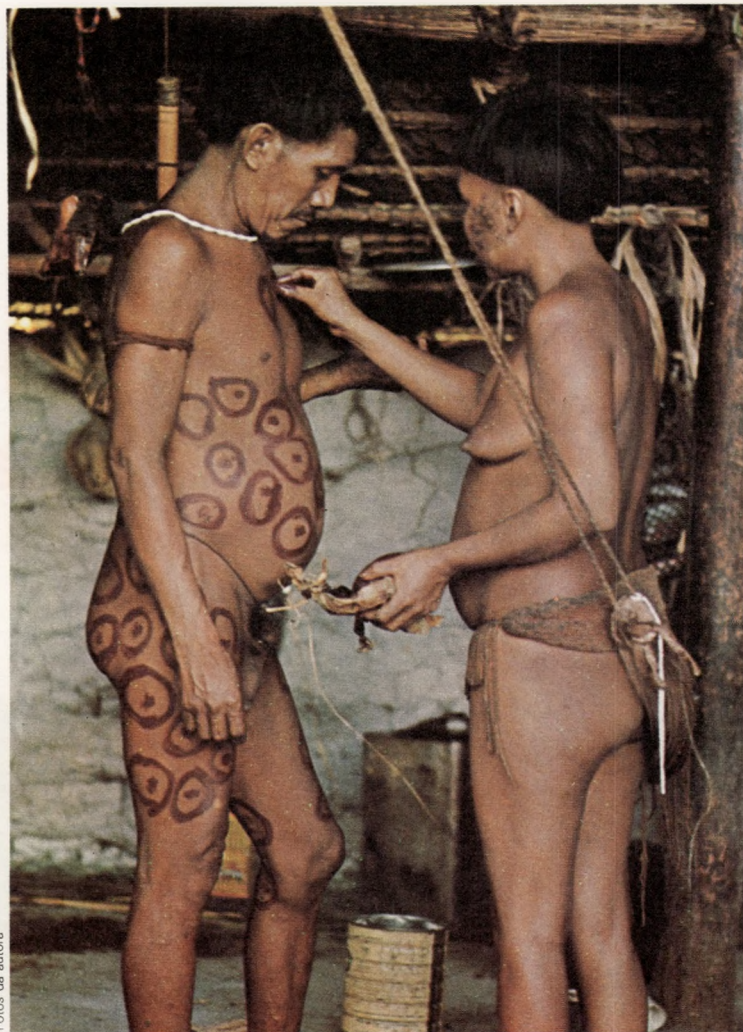
Pesadelo para nós, sonho para muitos índios, é como podemos expressar metaforicamente o que as drogas representam em mundos tão diferentes. Enquanto entre nós o tráfico e uso de drogas são um pesadelo para os guardiães do *status quo*, entre muitos dos índios brasileiros as drogas representam o sonho de sociedades em ressonância com o mundo extranatural. Uma encara as drogas como um mal a ser erradicado, outra as adota como um bem, um veículo privilegiado de expressão de sensibilidade e sabedoria.

Não importa quão iluminado um jovem universitário possa sentir-se sob a ação da maconha, o fato é que suas sensações não têm o reconhecimento nem a tolerância de seu povo. É uma experiência declarada ilegal, ilegítima, daninha para ele e para a sociedade inteira, condutora de distúrbios que podem levá-lo à cadeia ou ao hospício. Não existe entre nós nenhum contexto, fora de certas áreas restritas a hospitais, em que o uso de drogas seja apropriado e legalmente aceito. Pelo sonho, muitas vezes dourado, que a droga induz, uma pessoa paga caro, não só em termos financeiros — pois, quanto mais proibido, mais proibitivo o custo — mas ainda em termos da ansiedade gerada pelo alto risco da punição.

O antropólogo, que nunca perde a oportunidade de cantar os louvores da diversidade cultural, de se declarar um relativista inveterado, tomando cada expressão cultural em seus próprios termos, por mais calejado que esteja com os contrastes humanos, ainda assim se surpreende ante a imensa distância que vai do sonho ao pesadelo, da bênção que são certas drogas em sociedades indígenas à maldição que essas mesmas, ou outras, representam para nós (o “nós” aqui entendido como o superego nacional, da autoridade constituída, familiar, estatal ou eclesiástica). Para nós, um problema nacional, ou, mais ainda, internacional; para eles, uma das melhores coisas que a cultura inventou.

A experiência antropológica de contrastes e comparações leva-nos a concluir que alucinógenos em si não são bons nem maus. O que os torna um bem ou um mal são os valores construídos sobre a sua utilização. O mesmo fumo que é usado pelos índios Canela em suas práticas rituais pode ser tragado por qualquer um de nós. No entanto, para os índios, admite-se que ele seja parte de seus costumes e tradições, o que é aceitável, embora mal tolerado; mas para os brancos é sumariamente proibido por lei. Cabe, porém, uma ressalva. Refiro-me exclusivamente a plantas psicotrópicas e não a substâncias produzidas por meios químicos

Mulher Yanomami decora o corpo do marido xamã, preparando-o para o ritual xamanístico de inalação de alucinógeno.



Fotos da autora

em laboratórios, pois estas não fazem parte do acervo indígena.

A ligação entre o humano e o extra-humano

Coca, ayahuasca (*Banisteriopsis Caa-pi*), yopo ou paricá (do gênero *Virola*), maconha, ou o prosaico tabaco, são algumas das substâncias que compõem o conjunto de plantas psicotrópicas utilizadas por várias sociedades indígenas, dentro e fora do Brasil. Com exceção do tabaco, todas as demais têm seu uso restrito a contextos rituais. “O uso ritual de plantas psicotrópicas entre grupos indígenas do continente sul-americano”, dizem Browman e Schwarz, “está relacionado ao papel do xamã, enquanto mediador entre o mundo observável e o mundo culturalmente construído dos espíritos.”¹ O tabaco é exceção porque pode ser utilizado também fora de situações rituais, podendo ser fumado, mascado ou sugado. Mas, no seu papel ritual, ele “é a substância mediadora entre o

mundo atual e o mundo espiritual: abre ou fecha as portas entre os dois mundos.”² Quanto às outras plantas, exige-se sempre que sejam tomadas em ocasiões especiais e por pessoas específicas. Essas ocasiões são rituais e as pessoas os seus oficiantes ou aprendizes de oficiantes. Em praticamente todas as sociedades indígenas, as crianças são excluídas; em outras, as mulheres também; já em várias outras, as práticas rituais com uso de drogas podem ser tanto masculinas como femininas.

As drogas, para os povos indígenas, são assunto sério e não podem ser tratadas levemente. Elas representam, virtualmente, um elemento de ligação entre o mundo humano e o extra-humano ou sobrenatural. É através das drogas que os homens se aproximam dos espíritos, do saber esotérico, da compreensão do cosmos. Como diz Norman Whitten Jr., sobre os Canelos de fala quíchua da Amazônia equatoriana, “os xamãs empregam ayahuasca, o cipó da vida... que lhes permite viajar entre o mundo dos humanos e o dos espíritos. Crê-se que a ayahuasca induz

uma realidade semelhante aos sonhos, a qual medeia entre o domínio humano... e o domínio dos espíritos... Os costumes e conhecimentos antigos são transmitidos através da dinâmica conhecimento-visão, embutida num processo contínuo de aprendizagem.”³

Ou seja, os psicotrópicos indígenas estão aí a serviço da sociedade. Ao xamã, ou

ataques mágicos ou cataclismas naturais, na propiciação de boas caçadas, na iniciação de novos especialistas do sobrenatural. Para que o universo se mantenha em equilíbrio, essa cadeia de múltiplos elos deve ser mantida em sua inteireza e fluidez. Os alucinógenos são, em suma, a liga que une a corrente da vida — natureza, sociedade, cosmos.

algumas distinções e que estas se tornam ainda maiores quando comparamos os Sanumá com os Yanomami, falantes de uma das quatro línguas Yanomami do vale do rio Catrimami, o subgrupo mais meridional em Roraima. Também estes são usuários de drogas, mas têm sua maneira própria de sistematizar o conhecimento e aplicação das mesmas.

As plantas alucinógenas são reservadas exclusivamente para homens adultos, pois somente os homens podem ser xamãs. Por conseguinte, minha experiência limitou-se a participar como observadora dos rituais xamânicos, em posição semelhante à das mulheres e crianças Sanumá. Não me foi dada, portanto, a oportunidade de sentir os efeitos dessas drogas. Pude constatar, porém, que os iniciados na arte e ciência do xamanismo não perdem o contato e o sentido de estarem no mundo que os cerca, pois, frequentemente, interrompem seus cânticos para repreender uma criança, ou fazer algum comentário de caráter, vamos dizer, “secular” ou cotidiano.

Os psicotrópicos não são as únicas plantas mágicas dos Sanumá. Existem outras, por eles chamadas *alawali*, às quais são atribuídas propriedades especiais: umas protegem contra mau-olhado, outras ajudam as crianças a crescer, outras ainda servem para aquilo que poderíamos chamar de “poções de amor” e várias outras que são usadas em ataques mágicos contra desafetos, provocando esterilidade em mulheres, ou instabilidade na saúde física e mental das pessoas atingidas. Contra esses males atuam os xamãs, especialistas em tratar doenças e lidar com o sobrenatural. Na bagagem de conhecimento esotérico de um xamã está o uso de plantas alucinógenas, não só para desfazer os efeitos de *alawali*, mas também para exercer outras atividades mágicas, todas elas dirigidas ao bem-estar da sua comunidade, nem que isso implique em ataques a pessoas de outras aldeias.

De modo a contextualizar melhor o papel das drogas entre os Sanumá do Auaris, é necessário dizer alguma coisa sobre a sua teoria das doenças e da morte, eventos que estão inextricavelmente ligados não só à natureza, como também à sociedade dos homens e à ordem dos espíritos.

Drogas, espíritos e homens

Não é exagero dizer que para os Sanumá a morte é uma construção humana, no sentido de que, virtualmente, ninguém morre de causas “naturais”. Embora reconheçam plenamente a letalidade do veneno

Menino Yanomami sopra alucinógeno nas narinas de seu pai xamã



pajé, não é permitida a extravagância de uma “viagem” individual, introspectiva. Ele deve sair da sua individualidade para se projetar no coletivo, a serviço de seu povo. Xamã e droga são considerados bens sociais, não no sentido de mercadoria, mas em termos da contribuição que dão ao bem-estar da comunidade. As drogas, antes de tudo, são bens coletivos e não individuais; são elementos de coesão e não de contradição e conflito; são legítimas e seu uso encorajado, dentro dos limites específicos que a sociedade traça em torno delas.

Da natureza as culturas humanas selecionam certos animais e plantas, transformando-os em entidades especiais capazes de lançar os homens ao mundo sobrenatural, cujos mistérios, eles também criados por essas culturas, são desvendados por meio desses mesmos animais e plantas, já agora transfigurados em espíritos e alucinógenos. Postos a serviço dos homens, esses alucinógenos e esses espíritos são peças fundamentais nas curas de doenças e outros infortúnios, na proteção das comunidades contra

Os Yanomami e sua magia

Para retratar mais de perto o que representam as drogas numa sociedade indígena, apresento minha experiência vivida entre os índios Sanumá, subgrupo da grande família lingüística Yanomami que vive na região de fronteira entre o Brasil e a Venezuela, em plena mata amazônica, na área montanhosa do Maciço das Guianas, tão bela quanto misteriosa, desde o pico da Neblina às águas do rio Uraricoera.

Ao todo, os Yanomami contam com cerca de 20.000 pessoas, das quais talvez umas 2.000 são Sanumá. O habitat destes últimos é a parte mais setentrional do território Yanomami, nas serras Parimas e Pacaraima. O uso de psicotrópicos parece ser comum a toda a família lingüística. Mas, para evitar uma falsa impressão de total uniformidade Yanomami, é necessário enfatizar as diferenças que existem entre os vários subgrupos. Refiro-me, pois, especificamente aos Sanumá do vale do rio Auaris, sabendo que entre os Sanumá do lado venezuelano há

de uma cobra como, por exemplo, a jararaca, e que quando alguém cai de uma árvore de 25 metros pode quebrar o pescoço e morrer, o que importa não é o processo mecânico que levou à morte, mas a intencionalidade que provocou o acidente. É porque alguém fez algum tipo de magia contra a vítima que a cobra mordeu, ou o pé escorregou do tronco da árvore. É porque alguém soprou *alawali* que uma pessoa definha até morrer. Este fenômeno, em suas linhas gerais, não é exclusivo dos Sanumá. Ele foi magistralmente relatado por Evans-Pritchard, a propósito da bruxaria como causa de infortúnios entre os Azande do Sudão africano⁴. Entre os Azande, como entre os Sanumá, a relação de causalidade é que importa: ela une doença e morte à ação ou intenção humana. Em centenas de casos de mortes coletados durante o levantamento genealógico que fiz entre os Sanumá, foram registradas apenas duas ou três ocorrências de mortes que poderíamos chamar de "naturais"; eram pessoas muito idosas, que, segundo fui informada, morreram de velhice. Todas as demais, inclusive mortes no parto, foram atribuídas a magia ou a outras causas humanamente provocadas.

Existem, pelo menos, duas outras causas de doenças, além do efeito de plantas *alawali* e de outras fórmulas mágicas. Uma delas é o ataque de espíritos que se aproveitam da fraqueza ou da vulnerabilidade momentânea das pessoas. Há uma variedade de espíritos — *sai de* —, cada um com uma propensão definida: uns atacam crianças, outros atacam adolescentes, outros atacam de maneira mais generalizada. Contra esses espíritos o melhor remédio é tomar medidas preventivas, como, por exemplo, fechar as aberturas das casas à noite, para barrar sua entrada. É raro, porém, que os ataques de *sai de* levem, sozinhos, à morte de alguém.

Uma terceira fonte de doenças e aflições e, possivelmente, de morte, é o ataque de espíritos de animais comestíveis que foram ingeridos indevidamente por pessoas que estavam em estado ritual, devendo observar tabu alimentar com relação àquela espécie animal. Esses ataques são tratados pelos xamãs com o auxílio de plantas alucinógenas.

A morte pode ser igualmente provocada por assassinatos que podem ocorrer de duas maneiras: uma, com armas — flechas, machados, terçados, etc. —, a outra, matando-se certos animais que são as representações concretas de indivíduos vivos. Para cada Sanumá que nasce, nasce também, ao mesmo tempo e em lugar distante do seu território, um determinado animal (geralmen-

te, um tipo de gavião para homens e um certo mamífero para as mulheres). O destino desse duo humano-animal torna-se único: o que acontecer a um, acontecerá ao outro. Se um caçador, sem querer ou de propósito, matar esse animal, o seu correspondente humano morrerá também. Os xamãs fazem o diagnóstico dessa morte, mas são impotentes para evitá-la. Esses dois tipos de assassinato podem ser vingados com ataques armados ou mágicos.

Xamã Yanomami, de posse de espíritos auxiliares, em pleno ritual de cura.



É nos casos de doenças diretamente provocadas pelo ser humano, isto é, por magia e por quebra de tabus alimentares, que os Sanumá usam drogas com maior intensidade ao realizarem as curas xamanísticas. As drogas representam um recurso fundamental nas curas porque é através delas que o xamã consegue convocar, dentre os seus inúmeros espíritos auxiliares, aqueles que têm as condições apropriadas à erradicação do mal. Num artigo elegante e elucidativo, Kenneth Taylor descreve a trajetória desses espíritos — *hekula* —, desde o momento em que se desincorporam de sua forma, geralmente animal, até chegarem ao estado da imortalidade e indestrutibilidade, quando ganham o poder de efetuar curas através do desempenho dos xamãs, no peito de quem se alojam durante as sessões xa-

mânicas⁵. Dormindo durante o dia em sua grande moradia no seio de certas montanhas, os *hekula* só são persuadidos a se deslocar para o peito do xamã pela atração do cheiro do psicotrópico que este inala, acompanhado do cântico que identifica cada *hekula*. As drogas chamadas pelos Sanumá de *sakona* (*Virola calophylloidea*) e *palalo* (*Anadathera peregrina*), sendo chamariz para os *hekula*, atuam como elemento de ligação importantíssimo nas operações de cura. Há

que notar que, durante a noite, o xamã não necessita delas, pois os *hekula*, entidades notívagas, vêm espontaneamente ao peito dos xamãs, pela simples chamada de seus cânticos. Mas, como a doença não escolhe hora do dia para se manifestar, é muito comum o xamanismo diurno, portanto, com o uso de alucinógeno.

Esse uso entre os Sanumá do Auaris está, como já disse, restrito aos xamãs e seus aprendizes. É bem verdade que uns poucos homens tomam a droga sem serem xamãs e, por isso mesmo, não têm condições de controlar o seu efeito. Simplesmente entram em um estado de torpor, sem canalizá-lo para qualquer atividade. Limitam-se a ficar sentados ou deitados em distante letargia, alheios ao que se passa em redor. Esses homens que, por uma série de razões sociais



Com cânticos e compassos, o xamã Yanomami convoca seus espíritos auxiliares



conjunto deles. Quando se trata apenas de atender a um doente cujo problema foi facilmente diagnosticado pelo xamã, este desempenha o ritual sozinho. Mas há outras ocasiões, por exemplo quando chegam visitantes de outras comunidades trazendo doses já prontas de *sakona*, em que vários xamãs se reúnem no espaço aberto da aldeia, aspiram a droga e cada um chama, numa seqüência de cânticos, vários de seus *hekula*. O ar se enche de altas vozes masculinas em múltiplas trilhas sonoras, do compasso sincopado de muitas batidas de pé, umas rápidas, outras lentas, no ritmo corporal que acompanha cada cântico e que representa alguma característica do *hekula* do momento. Mulheres e crianças observam ou ignoram, prosseguindo com seus afazeres normalmente. Se nessas ocasiões houver doentes, todos os xamãs se debruçam sobre eles, trazendo os *hekula* que se prestam às curas específicas. Mas essas sessões também têm o caráter de confraternização de homens com homens e de homens com espíritos (talvez até de espíritos com espíritos). Elas podem durar uma tarde ou um dia inteiro, com os xamãs sustentando suas vozes e ritmos quase sem interrupções, e sem pausas para alimentação, tomando reforços espaçados de *sakona*. À noite, passado o efeito do alucinógeno, exaustos, os xamãs finalmente vão para suas redes, para acordar antes do clarear do dia, como sempre acontece na rotina da vida Sanumá.

Como se faz um xamã

Alguns jovens, ante as agruras do treinamento em xamanismo, chegam a recuar e protelar seu aprendizado. É necessário fazer uma prolongada abstinência alimentar e sexual para se alcançar o resultado desejável. São treinados pelo pai ou por um homem experiente e maduro, meses a fio, tomando o alucinógeno e aprendendo os cânticos xamanísticos. O tutor passa, então, alguns dos seus *hekula* para o peito do aprendiz, com muito tato e cuidado, e, ao longo de sua vida, o novo xamã vai adquirindo novos *hekula* por sua conta. O número de espíritos assistentes de um único xamã pode chegar a mais de trezentos.

Uma das fases mais difíceis do aprendizado é o domínio das reações provocadas pela droga. É necessário canalizá-las na direção correta, que é a comunicação com os espíritos, a capacidade consciente de poder chamá-los a atuar para os fins por ele desejados. Uns poucos rapazes nunca conseguem esse feito, sucumbindo totalmente ao efeito da droga, incapazes de qualquer concentra-

e psicológicas, nunca conseguiram fazer um aprendizado de xamanismo satisfatório, tomam a droga apenas nesses contextos rituais como se eles mesmos estivessem no lugar de xamãs. Como, entre os Sanumá, ser homem é quase sinônimo de ser xamã, pelo menos, a inalação do alucinógeno leva essas pessoas ao ponto mais próximo do xamanismo.

Portanto, para todos os efeitos, o uso de drogas está limitado à esfera xamânica. Mas o xamanismo não se restringe a curas. Ele pode ser acionado para a defesa da comunidade contra ataques de espíritos enviados por inimigos, para atacar magicamente outras comunidades, para propiciar uma boa

caçada, para treinar novos xamãs, ou apenas para manter em boa forma as habilidades dos xamãs experimentados, desenvolvendo neles cada vez mais a sua capacidade de acumular conhecimento esotérico.

São poucas as noites Sanumá em que não acordamos ao som dos cânticos de algum xamã que, apenas com os recursos de sua voz, é capaz de impressionantes malabarismos sonoros, entrecortados por melodias simples ou rebuscadas que ficam gravadas na nossa mente e evocam a lembrança de um mundo partilhado por homens e espíritos em cumplicidade mágica.

As sessões xamanísticas podem ser realizadas por um xamã solitário ou por um

ção nos cânticos e compassos do repertório xamânico. A carreira de um xamã depende, pois, em grande medida, da sua capacidade de se sobrepôr às sensações físicas e psicológicas causadas pelos alucinógenos.

A idade da iniciação xamanística varia de família a família. Alguns jovens começam a mostrar sintomas de inquietação, têm ataques estranhos, vagueiam pelos caminhos em altos brados, tornam-se esquivos em certos momentos, inexplicavelmente. É o prenúncio da necessidade de iniciação, diagnosticado por um xamã. Pode acontecer por volta dos 12 ou 13 anos. Outros, já bem depois da puberdade e mesmo do casamento, é que decidem, sem qualquer sinal prévio aparente, tornar-se aprendizes de xamã.

Para alguns, o caminho do xamanismo abre portas para o prestígio político. É principalmente quando colocam os seus talentos xamânticos a serviço da resolução de crises sociais de sua comunidade, chamando seus *hekula* e mandando-os verificar eventos importantes ocorridos à distância. Mas é também pela demonstração da autoridade que emana de um conhecimento profundo e dedicação à causa que abraçam, isto é, o bem-estar de seus companheiros, que um xamã adquire posição de destaque entre seus pares, podendo chegar à posição de líder da aldeia.

Como em qualquer outro lugar, há bons e maus profissionais. Uns xamãs são extremamente talentosos e sempre procurados para curas, outros não chegam a convencer e praticam seu xamanismo mais para seu próprio deleite e treinamento, por falta de uma clientela maior.

Mundos ameaçados

Como os Sanumá, dezenas de povos indígenas do Brasil construíram mundos mágicos com plantas alucinógenas, tecendo uma teia de relações tal que dá sentido ao universo como um todo. As inquietudes pessoais, os desgastes sociais, as preocupações coletivas, encontram alívio nessas práticas elaboradas ao longo de incontáveis gerações, através da dedicação de seus xamãs e do partilhar de crenças comuns que se reproduzem, mas nunca de forma idêntica. Cada xamã traz a sua contribuição pessoal à interpretação e reinterpretção constantes do cosmos e seus habitantes, sempre através de um nexo inteligível a todos, compreensível tanto em seus aspectos reconfortantes, quanto nos inquietantes e até cruéis.

Mas, encravadas em um estado nacional com outras leis e outros projetos, as sociedades indígenas sofrem, provavelmente,

te, as piores provações de sua longa história. Esse todo complexo e integrador, que é o xamanismo e sua utilização de psicotrópicos em sociedades como a dos Sanumá, cai num torvelinho de ignorância, desrespeito e repressão quando entram em cena forças externas com poder até de polícia, como são os missionários, agentes governamentais e outras personagens do contato interétnico. No caso específico dos Sanumá, a reação dos missionários – protestantes – foi a de tentar erradicar o hábito da inalação de *sakona*, como uma forma de neutralizar as práticas de xamanismo. Não compreendendo e não querendo compreender as razões intelectuais, emocionais e sociais dos Sanumá, por que os Sanumá mantêm essas práticas, os missionários insistem em que a droga é suja, o xamanismo é coisa do diabo e que tudo isso deve ser substituído pela assepsia do culto batista.

Em outros contextos brasileiros, o uso de drogas tem custado aos índios até mesmo prisões, como no caso de um homem Tene-tehara que nos anos 70 foi preso e torturado no Maranhão, sob o pretexto de ter usado maconha. Pela prática de suas tradições legítimas os nossos índios pagam o preço da incompreensão, sofrendo agressões que, afinal, mal entendem. Como poderão aceitar que um elemento integrador e benéfico como o uso de suas drogas possa tornar-se fonte de punição? Que sentido faz o mundo quando as crenças mais arraigadas passam de sublimes a criminosas por decisão de estranhos?

Na colisão de orientações tão conflitantes quanto as que brancos e índios têm sobre drogas, as maiores vítimas são os índios que, forçados a transformar em maldição o que tinham por bênção, assistem perplexos ao bombardeio que sofrem suas crenças e esteios emocionais que sempre fizeram parte de suas vidas e forjaram suas personalidades individuais e coletivas.

Assim como é uma violência social tentar transformar o índio à imagem do branco, queira ele ou não, também é uma violência espiritual aplicar os mesmos pesos e medidas a experiências tão distintas como são o mundo mágico dos índios e o que é por quase todos nós considerado o submundo criminoso dos brancos. Se fizermos o esforço de um olhar desarmado para essas expressões culturais que são as drogas entre os povos indígenas, talvez possamos vislumbrar uma outra maneira de se ser humano e, quem sabe, voltaremos outra vez a nós mesmos um pouco mais sábios. Como disse o poeta Hugo von Hoffmannsthal, o caminho mais curto até nós é a volta ao mundo⁶. ●

ALCIDA RITA RAMOS nasceu em Lisboa, estudou na antiga Faculdade Fluminense de Filosofia e no Museu Nacional, obteve grau de Mestre em 1965 e de Doutor em 1972 pela Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, e é atualmente Professora Titular no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Sua experiência no campo do indigenismo inclui extensa pesquisa de campo com os índios Yanomami de Roraima e longo engajamento com a defesa dos direitos das populações indígenas. É autora de vários artigos em revistas e coletâneas nacionais e estrangeiras e dos livros *Hierarquia e simbiose-relações intertribais no Brasil*, publicado em 1980, e *Sociedades indígenas*, editado pela Ática, em 1986, na série "Princípios".

Resumen

TRANSCULTURA/DROGAS

El "viaje de los indios – maldición o bendición?

En una noche de marzo de 1973, después de prolongados rituales chamanísticos, en una aldea Sanumá, con el alucinante *sakona* pródigamente aspirado por varios pajés, éstos fueron inesperadamente atacados por espíritus enemigos. La comunidad estuvo en peligro durante horas. El ataque llegó en lenguas de fuego avanzando sobre los pajés. En frenético desespero, toda su pericia esotérica fué colocada en su propia defensa y en la de la aldea, mientras que las mujeres se lanzaban sobre ellos sacudiendo gajos mojados, con el ansia de aliviar su agonía. En esta mágica batalla entre los pajés y los espíritus, ganaron los primeros. Pero no siempre es así. Contra la muerte, quienes pierden son los pajés, a pesar de su sabiduría, de los espíritus auxiliares y de los alucinógenos que les abren el camino a lo sobrenatural.

Abstract

TRANSCULTURE/DRUGS

Tripping by the Indians – a curse or a blessing?

One night in March 1973, after prolonged shamanistic rites in a Sanuma village, with the hallucinogenic substance "sakona" prodigally inhaled by the various shamans, these men were unexpectedly attacked by enemy spirits. The community was in danger for hours. The attack came in the form of tongues of fire advancing over and against the shamans. In frantic desperation, all their esoteric expertise was called up to defend themselves and the village, while the women threw themselves upon the shamans simultaneously shaking wet branches over them in the anxiety to alleviate their agony. In the magic battle between the shamans and the spirits, the former won out. But the battle does not always come out favorably. Against death, it is the shamans who lose, in spite of their wisdom, of their auxiliary spirits and of the hallucinogens which open to them the path of the supernatural.

Referências bibliográficas

- 1 David L. Browman e Ronald A. Schwarz/(orgs.), *Spirits, Shamans, and Stars. Perspectives from South America*. Haia: Mouton, 1979, p. 11. Ver também Gerardo Reichel-Dolmatoff, *Amazonian Cosmos: The Sexual and Religious Symbolism of the Tukano Indians*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971; do mesmo autor, "The Cultural Context of an Aboriginal Hallucinogen: Banisteriopsis Caapi" In Peter Furst (org.), *Flesh of the Gods: The Ritual Use of Hallucinogens*. Nova Iorque; Praeger, 1974; *The Shaman and the Jaguar: A Study of Narcotic Drugs among the Indians of Colombia*. Filadelfia: Temple University Press, 1975. De Michael Harner (org.), *Hallucinogens and Shamanism*. Oxford: Oxford University Press, 1973. De V. P. Coelho (org.), *Os Alucinógenos e o Mundo Simbólico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- 2 Eduardo Viveiros de Castro, "A Fabricação do Corpo na Sociedade Xinguana" *Boletim do Museu Nacional*, Nº 32, 1979, p. 46.
- 3 Norman Whitten E., Jr., *Amazonian Ecuador: An Ethnic Interface in Ecological, Social, and Ideological Perspective*. IWGIA Document 34. Copenhagen, 1978, p. 29.
- 4 E. E. Evans-Pritchard, *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 (o capítulo II foi anteriormente traduzido e publicado como texto de aula "Antropologia 3" Editora Universidade de Brasília).
- 5 Kenneth I. Taylor, "Body and Spirit among the Sanumá (Yanoama) of North Brazil" In Browman e Schwarz (orgs.), op. cit., pp. 201-21.
- 6 Josef Bleicher, *Contemporary Hermeneutics*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1980, p. 16.

A velhice da modernidade

Frederico de Holanda



Uma grande insatisfação ronda a prática da organização espacial das nossas cidades e das nossas edificações, em outras palavras, do urbanismo e da arquitetura que produzimos. Se não por parte de todas as categorias e classes sociais, ou da totalidade dos profissionais que atuam na área, por parte significativa e crescente de uns e de outros. Está no ar a sensação de que chegamos ao fim de um ciclo, mas não vemos ainda com clareza quais elementos poderão ou deverão caracterizar o novo ciclo que se inicia. É necessário refletirmos sobre o ciclo que acabamos de percorrer, identificando suas razões históricas, assim como apontando quais de suas características deverão ser deixadas para trás, como condição para que possamos criar algo de realmente novo no espaço de nossas cidades.



Um novo ciclo de uma prática humana, qualquer que seja, começa com uma certa efervescência discursiva. Práticas emergentes, para que se afirmem, precisam de ideólogos que tragam ao nível do consciente, para questioná-los, princípios subjacentes à nossa ação, implícitos, mas nem por isso menos reais. A obra de Tony Garnier (*Une cité industrielle*, 1901) é tida como o marco inicial do que Choay chamou de “urbanismo progressista”, abrindo a efervescência discursiva que teria seu ápice na “Carta de Atenas”, essencialmente elaborada em 1932, mas publicada com redação final de Le Corbusier apenas em 1943, e considerada como a bíblia de gerações de arquitetos desde então. Entretanto, é comum recuar

um pouco mais: tanto Choay como Benevolo¹ localizam nos “socialistas utópicos” do início do século XIX, Owen, Fourier, Considerant e outros, as origens da maneira moderna de conceber o espaço das cidades. Mas esse recuo ainda não é suficiente. Foucault e Sprunt², por exemplo, mostraram que um novo código já estava sendo efetivamente produzido em edificações institucionais desde o século XVIII, como prisões e hospitais. Entretanto, para tomar uma expressão cara ao próprio Foucault, a arqueologia de nosso conhecimento arquitetural precisa cavar ainda mais fundo. Podemos, na realidade, afirmar que certas características fundamentais do espaço tido como especificamente moderno foram resgatadas de cer-

tas formações sociais produzidas desde há séculos, em diferentes pontos do globo. Mas, afinal, que dimensões fundamentais são essas que o urbanismo moderno resgatou de urbanismos milenares? Vou procurar responder a essa pergunta apoiando-me em breve referência histórica pela qual possamos entender os traços fundamentais das transformações urbanas desde a cidade “tradicional” do século XVIII, até a cidade “espetacular”³, que se materializa às mil maravilhas na Brasília do século XX.

Como ficou dito acima, os primeiros ensaios de transformação morfológica se materializaram em novas propostas para prisões e hospitais. A partir do século XVIII, categorias sociais antes absorvidas dentro da própria comunidade (doentes, loucos, ou simplesmente desocupados), passaram a ser objeto de uma política que visava confiná-los e isolá-los. Começava o que Foucault chamou da era do “grande confinamento”⁴. Mais do que isso, tal confinamento teria de considerar a classificação necessária de diferentes tipos de doentes, loucos ou marginais, e isolá-los em compartimentos estanques no interior das novas edificações especializadas. A forma dessas edificações, tipicamente constituídas por um espaço central e por uma série de alas num plano cruciforme, tornava a supervisão central de todos os internos extremamente facilitada⁵.

A obsessão pela classificação e pelo controle se desdobra nas propostas dos chamados “socialistas utópicos”. Não apenas o tamanho dos assentamentos humanos deveria ser rigidamente controlado: o estabelecimento modelo de Owen teria entre 500 e 2.000 pessoas, a “Harmonia” de Fourier 1.600, o “falanstério” de Considerant 2.000, e assim por diante. Sempre pequenas comunidades auto-suficientes quanto a suas necessidades básicas, isoladas entre si por grandes descontinuidades físicas, onde cada atividade correspondia a um espaço rigidamente predeterminado. Considerant

chega a propor, no centro de seu conjunto ideal, a “torre da ordem”, a partir da qual tudo se gerencia: “a torre da ordem é o centro de direção e de movimento das operações industriais do bairro; ordena as manobras com suas bandeiras, seus sinais, seus espelhos e suas buzinas, como um general de exército situado sobre uma alta colina”⁶. Exagera-se o caráter “utópico” desses senhores, pois, afinal, muitas de suas idéias efetivamente se implantaram nas cidades que se transformavam: dos conjuntos habitacionais ingleses de meados do século passado, aos “parques prolelfários” do período Vargas no Brasil, a idéia da pequena comunidade fisicamente isolada do seu entorno e policialmente controlada vingou, para a infelicidade subjugada de seus internos.

Mas não só: Castex et al.⁷, discutindo a paulatina transformação do tecido das cidades européias desde a haussmanização de Paris até a *Unité d'habitation* de Le Corbusier, transformação que, de mais a mais, atingiu cidades ao redor do mundo, mostram como, um a um, os atributos da cidade tradicional vão sendo subvertidos: os quarteirões, antes abrigando as mais diversas atividades, vão se especializando, passando muitas vezes a coincidir com um único grande edifício institucional; os espaços abertos de uso coletivo não mais estão continuamente definidos pelos quarteirões que para eles se voltam, mas tendem a ser espaços residuais por entre blocos que com eles não mantêm necessariamente relação direta de permeabilidade; os *lugares urbanos* desaparecem como referência primeira da paisagem, não mais os *vazios* constituem o objeto legível (o beco, a rua, o largo, a praça, o parque), mas o edifício isolado, o “bloco”; a cidade, consistentemente, passa a ser um conjunto de zonas ou setores indiferenciados fisicamente e identificáveis apenas por suas denominações abstratas; as práticas sociais abandonam o espaço externo, que se esteriliza, e tendem a se localizar no interior das edifi-

cações: a rua vira mero corredor viário e o antigo corredor das edificações se transforma na caricatura da antiga rua, seja nos *shoppings*, seja na *Unité d'habitation* de Le Corbusier.

Descontinuidade física, espaços hierarquizados, desertificação dos espaços abertos de uso coletivo, eliminação de transições diretas entre interior e exterior das edificações, rigorosa categorização de usos, esses atributos não são estranhos a formações espaciais de outros tempos e outras latitudes, cujo conhecimento as modernas Etnografia e História têm colocado ao nosso alcance. Na América (a cultura Maya), na África (as culturas Talense e Zulu), na Europa (o feudalismo francês), só para citar alguns exemplos, encontramos formações sociais que também construíram o que podemos chamar a “morfologia da separação e da correspondência”, ou seja, morfologias que se caracterizam, por um lado, por fortes *descontinuidades físicas*, e, por outro, por claras *correspondências* entre determinadas práticas ou agentes sociais e determinados lugares, rigorosamente destinados, sem qualquer ambigüidade, para abrigá-los. O interessante é que, nos mesmos continentes, e nas mesmas épocas, houve sociedades que não o fizeram. Por que a escolha por um ou outro caminho? O que levou a modernidade, por seu lado, a optar pelo resgate de determinados atributos espaciais e não de outros?⁸



Lógica espacial do poder e lógica social do espaço

Hillier⁹ sugeriu que a organização do espaço constitui o “paradoxo do capitalismo”: por um lado, condições de produção exigem a concentração de trabalhadores em grandes unidades econômicas; por outro lado, essa própria concentração de produtores diretos, nunca dantes testemunhada, coloca em risco a estabilidade mesma do sistema. De fato, não é gratuitamente que os sonhos de reforma social desde os primórdios do século XIX passem tão acintosamente pelo marco espacial. As cidades européias tinham se transformado, ao longo das primeiras décadas do século passado, em verdadeiras praças de guerra¹⁰. Evidentemente, não foi simplesmente a habitação filantrópica inglesa, construída num marco espacial radicalmente distinto, que liquidou a sublevação. Não há entretanto como negar, como observa Hobsbawm, que o novo espaço é muito menos adequado ao seu controle direto por parte do habitante, à sua fuga de perseguições policiais, à insurreição enfim¹¹.

Essas afirmações podem arrepiar muitos espíritos historicistas. Mas o que se quer ressaltar é que há implicações sociais na morfologia dos assentamentos humanos que transcendem o seu marco histórico. Também, que há certos atributos espaciais que



são ciclicamente resgatados (como o foram pela modernidade), desde que se coloquem condições sociais para tanto. E, finalmente, que estas condições sociais referidas não se encontram biunivocamente ligadas a determinados modos de produção: o modo de produção feudal, por exemplo, se desenvolveu na França e na Itália em condições sociais significativamente distintas (e, coerentemente, em marcos espaciais diversos), assim como uma mesma estrutura social, extremamente verticalizada e hierarquizada, tanto serviu ao Japão feudal, como serve hoje ao capitalismo avançado daquele país¹². Não há aqui nenhuma nova metafísica: há apenas o reconhecimento da existência concreta daquilo que Hillier chamou de “leis do espaço para a sociedade”¹³, ou seja, das relações intrínsecas entre determinadas configurações morfológicas e determinados sistemas de encontros interpessoais, que findam por desembocar, em última instância, em configurações de poder. A importância histórica conferida à reorganização do marco espacial das cidades ocidentais, a partir do início do século XIX, ilustra a importância desse mesmo marco para a produção e reprodução de relações sociais. Em outras palavras, para a implantação e consolidação de um determinado sistema de poder.

Pensando o espaço/ pensando o social

As idéias sobre a organização espacial

de nossas cidades constituem necessariamente especificações, em relação a um campo determinado de práticas, de idéias mais gerais sobre a sociedade. Isto se dá consciente ou inconscientemente, pouco importa. O que importa é que aquelas idéias que se afirmam como orientadoras de uma prática a longo termo, afirmam-se porque correspondem a forças hegemônicas no marco social maior, e não simplesmente a forças das categorias profissionais a que se delega a tarefa de gerar ou implantar tais idéias.

Ainda que sumariamente, gostaria de me referir às “pontes” mais importantes que podemos estabelecer entre ideologia urbanística e ideologia social contemporâneas. Comentarei três vertentes, duas “substantivas” e uma “processual”, ou seja, duas que dizem respeito às características do próprio objeto produzido — no caso o espaço urbano —, e uma que diz respeito ao seu processo de produção e gestão. Primeiro, a que constitui o mito da “era da máquina”; segundo, a que apela para a *naturalização* do ser social, alçando para o primeiro plano de importância as características físico-ambientais do habitat humano; terceiro, finalmente, a que defende a entrega das tarefas urbanísticas a delegados especialmente ungidos de *competência* para tanto.

O mito da era de máquina, como muito bem mostrou Subirats¹⁴, penetrou fundo na natureza das vanguardas do século XX: havia a “fé em um progresso indefinido fundado no desenvolvimento cumulativo e linear da indústria, da tecnologia e dos conhecimentos científicos”. A crença no progresso tecnológico como valor em si mesmo converteu a máquina num valor cultural fundamental, a ponto de Le Corbusier escrever: “a casa é um utensílio; domínio de pura técnica”¹⁵.

O tempo encarregou-se de mostrar a verdadeira face do maquinismo, como frisou mais uma vez Subirats: “Hoje sabemos que a expansão dos poderes técnicos da indústria

significa, ao mesmo tempo, a destruição dos meios ecológicos de subsistência, que suas conseqüências sociais não são nem a liberdade nem o bem-estar, mas sim a fome e a miséria, e que a racionalização social introduzida pela maquinização da vida e pela estética cartesiana da arte e arquitetura modernas acarretou igualmente um processo destrutivo de culturas históricas, de potencialidades artísticas e de comunidades tradicionais.”¹⁶

A a-socialização, a-historicização que se manifestou no culto à máquina, manifestou-se igualmente na tentativa de reduzir necessidades humanas a puras necessidades biológicas, fazendo tábula rasa não só de diferenças entre culturas, mas das diferenças fundamentais dentro de culturas constituídas por sociedades divididas em interesses diversos ou mesmo antagônicos. Daí o espaço universalmente ideal para todos, na simples medida em que satisfaça necessidades que, como expôs Le Corbusier com a clareza que lhe era habitual, “são muito pouco numerosas, muito idênticas entre todos os homens, já que os homens estão feitos com o mesmo molde desde as épocas mais longínquas que conhecemos”¹⁷. Estas necessidades estariam resolvidas com muito ar, muita luz, muito sol, muito verde e... ponto.

A biologização da natureza social foi mais longe: generalizou-se para o reino humano estudos que procuravam aprofundar o conhecimento de comportamentos do reino animal. A etologia concentrou-se, a partir dos anos vinte deste século, nos estudos dos comportamentos animais instintivos, em oposição aos comportamentos adquiridos. Seus ensinamentos, transportados para a natureza humana, deram origem às mais conservadoras teorias sociais, que argumentavam, como lembrou Hillier, que “o homem não é um ser social, mas um bruto contido apenas por força de lei e interesse próprio, necessitando assim de governos fortes, segregação contra grupos ‘indesejáveis’ (ju-

deus e negros, por exemplo) e mesmo de controle eugênico.”¹⁸ Não admira que um de seus papas, Konrad Lorenz, aprovasse as posturas nazistas sobre a “preservação da espécie”. Em urbanismo, tais ensinamentos desembocaram nas teorias da *territorialidade*, pelas quais os indivíduos e os grupos humanos têm a tendência inata de demarcar territórios exclusivos e, quando o espaço das cidades não favorece tal estratégia, os grupos sociais se ressentem de falta de identidade cultural e de segurança, o que leva finalmente ao vandalismo e ao crime. Christopher Alexander escreveu um livro inteiro, *comunidad y privacidad*, para defender a organização do espaço da cidade em compartimentos hierarquizados e estanques¹⁹. Oscar Newman, em seu livro *Defensible Space*, apontou os conjuntos habitacionais fechados como a solução para diminuir o índice de criminalidade nas grandes cidades americanas²⁰. O conceito de “Unidade de Vizinhança”, de tremenda popularidade entre os ideólogos do urbanismo moderno, propõe a segmentação da cidade em áreas fisicamente identificáveis, auto-suficientes quanto a seus equipamentos básicos, como estratégia para a intensificação dos “laços comunitários”²¹.

A tendenciosidade e a parcialidade na seleção e no tratamento da evidência empírica trabalhada por estes senhores é clara. A ignorância histórica, idem. Pois passa-se a idéia de um comportamento universal, quando soluções “territorialistas”, adotadas sem dúvida por determinadas culturas, constituem casos particulares de um vasto campo de soluções possíveis, igualmente identificáveis historicamente. E ignora-se, assim, exatamente a *especificidade* das culturas territorialistas: universos sociais segmentados em compartimentos estanques, por meio de uma Divisão Técnica e Social do Trabalho extremamente rígida, com pouquíssima possibilidade de passagem de uma categoria a outra; um poder fortemente cen-

tralizado, onde as relações entre iguais se dão através de complexas mediações: formações sociais que tendem mais à auto-perpetuação (ou em casos mais críticos ao colapso) do que à adaptabilidade a novas condições históricas colocadas.²² As teorias da territorialidade fazem o que toda a ideologia que se instaura na defesa de interesses já estabelecidos e afirmados faz: vende a imagem do marco social específico em que se insere, não como historicamente determinado, e por isso mesmo superável, mas como natural e universal. Por isso Comte, um dos maiores ideólogos da civilização “científica e industrial”, afirmava a inevitabilidade da concentração das riquezas, assim como a necessidade de que exatamente aqueles que detêm a riqueza assim concentrada sejam aqueles que detenham a autoridade e o comando²³.

A abordagem comtiana da *autoridade* remete-nos ao terceiro aspecto acima referido, que diz respeito ao processo de produção e gerência do espaço socialmente organizado. Aqui também os problemas da cidade não são explicados estruturalmente, isto é, a partir da luta de interesses em conflito que também nesta arena se manifestam, mas como “falta de visão”, “falta de planejamento”, ou como “incompetência”. Para Le Corbusier (mais uma vez o velho mestre), era preciso deixar às “pessoas competentes” a identificação das necessidades humanas: “o mundo necessita de harmonia e deve deixar-se guiar pelos harmonizadores”. Como bem chamou atenção Bicca, “autoritarismo e urbanismo capitalista racionalista sempre andaram de mãos dadas, um como condição da realização do outro a nível das políticas urbanas.”²⁴ Os ideólogos do espaço modernista nunca se comportaram como porta-vozes de *uma* razão, mas como porta-vozes da *Razão*, total, absoluta, universal. Assim, todos os artifícios teriam de ser utilizados para que a “harmonia” e o “equilíbrio” definidos pelo urbanista demiurgo não fos-

sem maculados: rodeando as superquadras de Brasília, uma densa cortina de vegetação deveria “garantir a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios.”²⁵ Se é impossível impedir o “desafinar o coro dos contentes”, como dizia Macalé, pelo menos que se camufle a desafiinação.

É interessante frisar que o discurso modernista clássico apelava para os aspectos funcionais e tecnológicos (“a cidade do automóvel”) ou físico-ambientais (“ar, sol, verdor”) como os mais legitimadores da nova morfologia. A situação das grandes cidades industriais era certamente insalubre (ainda o é), assim como, de fato, elas estavam desparelhadas para abrigar os novos meios de transporte, particularmente o automóvel (ainda estão). É típico do discurso ideológico partir da superfície do fenômeno, assim como é próprio da prática concreta realizar coisa muito diferente do que coloca o discurso. Propondo-se a resolver alguns problemas visíveis e reais da cidade industrial, problemas que afetavam a própria reprodução das relações sociais vigentes, era natural que o discurso modernista ganhasse aceitação dos donos do poder. A realização concreta do novo espaço comprovou, entretanto, duas coisas: primeiro, que a competência dos “harmonizadores” ou a sua sinceridade quanto a preocupações referentes a aspectos tecnológicos ou de conforto ambiental das cidades e edificações não era real (panos de vidro de piso a teto, voltados para o poente tropical, constituem exemplos banais porém eloquentes); segundo, que as transformações morfológicas efetivamente ocorridas, em seus aspectos essenciais, *não têm nada a ver com aspectos tecnológicos ou ambientais*: a edificação isolada, o empobrecimento da transição direta entre interior e exterior, a morte da rua, o zoneamento rigoroso de uso levando à especialização de setores da cidade e sua conseqüente deteriora-



ção vivencial, a territorialidade levando à segmentação do tecido urbano, nada disso responde a exigências tecnológicas ou ambientais, mas são esses atributos os que dão o tom do espaço transformado. Seus ideólogos no passado não se detiveram no exame dessas questões, assim como seus ideólogos no presente se recusam a sequer examinar sistematicamente as implicações de tais transformações. E, no entanto, são essas as transformações que, de uma ótica sociológico-política, mais interessam, pois são esses os atributos da organização do espaço que estão fundamentalmente relacionados com modos de estar ou ir e vir na cidade, portanto com a apropriação dos lugares urbanos, com todas as implicações sociais daí decorrentes.

Condições para superação do momento atual

Sugeri no início deste texto que há vários "saberes" sobre a cidade, na medida em que diferentes categorias e classes sociais sentem, pensam e agem na (e sobre a) cidade de forma diferenciada, como de resto o fazem em relação a qualquer tipo de prática social²⁶. Nas condições atuais, o consenso é impossível. Em tal quadro, parece útil colocar a análise em dois níveis que obviamente se entrelaçam: o primeiro, ao nível dos "fun-

cionários do saber urbanístico", que nos interessa de perto dado nosso vínculo com a instituição universitária; o segundo, ao nível dos agentes diretos que atuam na (e sobre a) cidade, sejam eles governo, movimentos sociais urbanos, ou quaisquer categorias específicas que participem da produção/gestão da cidade. (Digo que os dois níveis se entrelaçam, porque o *conhecer* a cidade e o *agir* sobre ela não se alocam em categorias estanques de grupos de pessoas: qualquer ação pressupõe um conhecimento, assim como qualquer conhecimento pressupõe uma socialização em práticas concretas que o antecederam.) Ao nível dos funcionários do saber, encontram-se várias posições face ao problema do espaço urbano, embasando tanto as ações que visam a reproduzir a morfologia dominante contemporânea (o espaço do modernismo), como aquelas que transformam, ou procuram transformar, o atual quadro construído.

Como Raymond Williams frisou²⁷, nenhum saber hegemônico é completamente excludente de saberes alternativos. Isto também aconteceu (e acontece) com o espaço modernista. Desde o final do século passado, com Morris e Ruskin, passando por Gaudi ou por representantes da Escola de Frankfurt como Benjamin ou Adorno, a ideologia da "ordem e do progresso" não passou incólume. Hoje, os epígonos do modernismo

já descobriram que não se constrói a justiça social através da organização do espaço. Já sabem que é nos embates políticos que se resolve, em última instância, o problema das desigualdades sociais. Mas continuam acreditando que seus ancestrais estavam certos e que, se a democracia que queremos não chegou, foi por fatores que não têm nada a ver com suas propostas de reorganização do marco espacial das cidades, propostas que, diga-se de passagem, foram e continuam sendo largamente implantadas. Além do fato de que uma importante contradição tem de ser explicada (qual seja, como as forças dominantes de uma sociedade desigual aceitam promover um urbanismo que, assim se diz, lhes nega), o lamentável é que, deslocando o foco de reflexões para fora do urbanismo, sua prática continua a ser orientada pelos mesmos velhos axiomas. Quando falo no deslocamento do foco de reflexões, estou me referindo à maneira equivocada pela qual foi colocado o importante problema da interdisciplinaridade, nas escolas e na profissão da arquitetura, a partir dos anos 60. Como as determinações do espaço se encontravam fora dele, era preciso entender melhor de economia, sociologia, antropologia, para entender melhor aquelas determinações. Deixou-se de lado o essencial: qual a natureza específica da prática arquitetônica, e através de que elementos *seus* ela é capaz de incorporar aquelas determinações. Admitia-se o espaço como refletindo outras coisas, mas não se indagava que propriedades suas faziam com que ele pudesse funcionar como espelho. O conhecimento da própria prática teve assim seu crescimento bloqueado.

Curiosa ironia: a inércia do avanço do conhecimento urbanístico foi rompida de fora da profissão. Um movimento inverso levou jornalistas, antropólogos, etnógrafos, economistas, filósofos, a ocuparem o espaço deixado vago pelos arquitetos, trazendo o urbanismo para o centro de suas preocupa-

ções. Esses estudiosos contribuíram também para ampliar a visão do problema urbanístico, na medida em que não possuíam os freios de uma visão corporativista que desprezava as produções não profissionais de arquitetura. Eles contribuíram para a abertura de um novo ciclo de reflexão, operando uma mudança paradigmática, nos termos de Kuhn²⁸, resgatando e ampliando discussões que ultrapassavam o campo do estilo, ao qual, salvo raras exceções, sempre se aferrou a historiografia clássica da arquitetura, procurando entender o *desempenho* das formas urbanas em suas implicações sócio-comportamentais. Agora, também parte da profissão já procura entender a morfologia da favela para além da constatação óbvia da precariedade gritante de seus materiais de construção e condições ambientais. Hoje já não é tranquilo dizer-se que a favela é o puro e simples resultado da miséria, mas sim que ela resgata, na direção oposta a que o modernismo o fez, valores espaciais milenares, como o da rua e de outros espaços de uso coletivo controlados e intensamente apropriados pelos habitantes.

Não há solução à vista para o embate paradigmático que se trava sobre a organização do espaço das cidades. Essa solução não se dará dentro dos muros da profissão ou da universidade, porque a solução de tal embate extrapola (embora inclua) os funcionários do saber. Nas ciências sociais (entre as quais incluo a Arquitetura), paradigmas concorrentes têm base real nas forças maiores da sociedade, vale dizer nas classes sociais, e não em corporações profissionais ou acadêmicas específicas. As profissões necessariamente trazem para dentro de si este debate²⁹, que deverá durar enquanto durar a razão social de sua existência. É preciso ter claro que a cidade que aí está tem uma lógica a qual há que entender. Por isso é insatisfatório falar-se em “distorções” ou “desequilíbrios” que urge corrigir. É um discurso moralista e ingênuo. Tais “desequilíbrios” são de

fato estruturas que correspondem a interesses sociais já afirmados. Reafirmaremos esses interesses ou iremos nos aliar a interesses ainda por afirmar? A escolha é ética e política, não simplesmente acadêmica. Como diz Ivandro da Costa Sales³⁰, se nossa escolha recai sobre os trabalhadores, os principais construtores da sociedade, há que nos associarmos a eles, construindo as pontes necessárias entre a universidade, suas associações de classe e os movimentos populares mais gerais, no sentido de contribuir para a afirmação de seus/nossos interesses.

Estamos diante de uma efervescência discursiva, que pode ser um indício (quero ser otimista) de uma nova etapa na organização de forças sociais, da mesma maneira que os higienistas e os reformadores sociais do final do século XVIII correspondiam à afirmação das forças burguesas em consolidação, e da mesma maneira que a vanguarda moderna do início do século XX, com todas as suas contradições, também antecipava o imperialismo e o capitalismo monopolista de Estado. Nessa efervescência, tanto temos o “pós-moderno como manifestação derradeira, quer dizer, epigônica e decadente do Movimento Moderno”, como aponta Subirats³¹, por um lado, como temos a crítica contundente da “morfologia da separação” atual, como a fazem Hillier, Anderson ou Carlos Nelson F. dos Santos, por outro³².

O novo discurso urbanístico pode não se encontrar ainda extensivamente sistematizado (talvez a época dos grandes manifestos tenha mesmo passado). Discurso e prática estão sendo construídos pouco a pouco, tentativamente, assim se dão condições conjunturais para tanto. Já sabem, entretanto, o que *não* querem, e já é muito. Sem pretender absolutamente ser exaustivo, refiro-me a alguns atributos negados pelo discurso e

pela prática emergentes: a cidade segmentada, o tecido urbano descontínuo, os grandes vazios que separam cidades-satélites de cidades-mães; a banalização dos espaços livres de uso coletivo, que de acentos que ritmavam a paisagem da cidade na forma de ruas, praças e parques, transformaram-se em massa disforme contínua, reduzindo relativamente o construído urbano a pequenos objetos colocados sobre o chão; o zoneamento rigoroso de uso (“cada coisa no seu lugar”), que separa espacialmente categorias da Divisão Técnica do Trabalho, favorecendo uma concepção tecnocrática da vida social; a separação radical entre veículos e pedestres (a rua transformada em simples corredor) que, sob pretexto de incorporar ao espaço da cidade novas tecnologias, destruiu o *lugar urbano*, ou seja, aquele espaço claro e continuamente definido pelas edificações; a monotonia e a falta de identidade do meio urbano, geradas pela racionalização de uma estética pretensamente universal.

Sobre esta negação, construir-se-á a nova síntese urbanística.●

Frederico R. B. de Holanda, arquiteto, natural de Recife, 1944. Formado pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado de Arquitetura pela Bartlett School of Architecture and Planning, em Londres. Doutorado em conclusão pela mesma escola. É professor em tempo integral da UnB desde 1972; atualmente diretor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Áreas de interesse: desenho urbano, estudos históricos e comparativos das morfologias físicas dos assentamentos humanos, com ênfase nas transformações morfológicas do espaço contemporâneo. Trabalhos publicados: ensaio no livro “O Espaço da Cidade”, coordenado por Ricardo Farrett, Edit. Projeto, 1985. Ensaio na coletânea “Brasília, ideologia e realidade”, organizada por Aldo Paviani, Edit. Projeto, 1985.



Resumen

ARQUITECTURA

La vejez del modernismo

Una grande insatisfacción rodea la práctica de la organización espacial de nuestras ciudades y de nuestras construcciones, en otras palabras, de la urbanización y de la arquitectura que producimos. Si no es por parte de todas las categorías y clases sociales, o de la totalidad de los profesionales que actúan en esta área, lo es por parte significativa y creciente de unos y otros. Está en el aire la sensación de que llegamos al final de un ciclo, pero todavía no vemos claramente que elementos podrán o deberán caracterizar este nuevo ciclo que se inicia. Es necesario que reflexionemos sobre el ciclo que acabamos de recorrer, identificando sus razones históricas, como también, señalando, como condición, cual de sus características tendrán que dejarse de lado, para que podamos crear algo que realmente puede ser nuevo en el espacio de nuestras ciudades.

Abstract

ARCHITECTURE

The old age of modernity

A great dissatisfaction surrounds the organization of space in our cities and their constructions – in other words, of urban planning and architecture which we produce. If this is not true on the part of all the social categories and classes, or of the totality of the professionals working in the area, it is so on the part of a significant and growing group of both architects and urban planners. There is a feeling in the air that we have arrived at the end of a cycle, but we do not yet see clearly what elements can or should characterize the new cycle about to begin. It is necessary for us to consider carefully about the cycle which we have just been through, identifying its historical reasons as well as determining which of its characteristics should be abandoned. This is a prerequisite for our being able to create something really new in the space of our cities.

Referências bibliográficas

- 1 Choay, F (1970) *El urbanismo – utopías y realidades*. Ed. Lumen, Barcelona; Benevolo, L. (1966) *History of modern architecture*, Routledge & Kegan Paul, London.
- 2 Foucault, M (1982) "Space knowledge and power", entrevista a Paul Rabinow, in *Skyline*, março de 1982; Sprunt, R (1975) *The social production of a new code of building*, Tese de Mestrado, University College London (mimeo).
- 3 Debord, G (1980) *The society of the spectacle*, Black & Red, Detroit.
- 4 Foucault, M (1967) *Madness and civilization*, Tavistock Publications, London.
- 5 Sprunt (1975), op. cit.
- 6 Choay, F (1970) op. cit.
- 7 Castex, J et al. (1977) *Formes urbaines: de l'îlot à la barre*, Dunod, Paris.
- 8 Holanda, F (em preparação) *O espaço de exceção*.
- 9 Hillier, B. *Comunicação verbal*.
- 10 Hobsbawn H (1962) *The age of revolution*, Cardinal, London.
- 11 Hobsbawn, H (1977) *Revolutionaries – contemporary essays*, Quartet Books, London.
- 12 Nakane, C (1977) *Japanese society*, Penguin.
- 13 Hillier, B (s/d) *The nature of the artificial* (mimeo).
- 14 Subirats, E (1986) *Da vanguarda ao pós-moderno*, Nobel, São Paulo.
- 15 Choay, F (1970) op. cit.
- 16 Subirats, E (1986) op. cit.
- 17 Choay, F (1970) op. cit.
- 18 Hillier, B (1973) "In defense of space", in RIBAJ, nov. 1973, pp. 539-544.
- 19 Alexander, C (1970) *Comunidade y privacidad*, Ed. Nueva Visión, Buenos Aires.
- 20 Newman, O (1973) *Defensible space*, Architectural Press, London.
- 21 Costa, L (1962) *Sobre arquitetura*, Centro de Estudos Universitários de Arquitetura, Porto Alegre.
- 22 Hillier, B/ Hanson, J (1984) *The social logic of space*, CUP, Cambridge.
- 23 Aron, R (1977) *Main currents in sociological thought*, Penguin.
- 24 Bicca, P (1985) "Brasília, mitos e realidades", in Paviani, A (1985) *Brasília, ideologia e realidade – o espaço urbano em questão*, Projeto Editores Associados Ltda., São Paulo.
- 25 Costa, L (1962) op. cit.
- 26 Sales, I C (s/d) *Universidade e sociedade – como resgatar suas principais relações* (mimeo).
- 27 Williams, R (1977) *Marxism and literature*, Oxford University Press.
- 28 Kuhn, T (1970) *The structure of scientific revolutions*, The Chicago University Press.
- 29 Jackson, J A (1970) *Professions and professionalization*, CUP, Cambridge.
- 30 Sales, I C (s/d) op. cit.
- 31 Subirats, E (1986) op. cit.
- 32 Hillier, B (1973) op. cit.; Anderson, S (org.) (1978) *On streets*, MIT Press; Santos, C N F (1984) "Rio de Janeiro, o que transforma e em que é transformado", in *Cadernos Brasileiros de Arquitetura – Desenho Urbano 1*, Projeto Editores Associados Ltda., São Paulo.

Eleições e democracia no Brasil

David Fleischer

A experiência dos regimes militares brasileiros (1964-1985) em alterar a legislação eleitoral e partidária, casuisticamente, para “fazer” maiorias para o partido do governo (Arena e depois PDS) nunca foram bem-sucedidas, e exigiram uma seqüência sem fim de “correções de rumo”. Após 1974, o partido de oposição (MDB) fortaleceu-se com base num crescente eleitorado urbano oposicionista. As últimas manipulações do colégio eleitoral feitas em 1982 viraram contra os feitores em 1984, quando os dissidentes da Frente Liberal abandonaram o PDS para selar a “Aliança Democrática” com o PMDB, que sob a liderança astuta de Tancredo Neves acumulou uma margem de vitória de 300 votos no colégio eleitoral, em janeiro de 1985. Com a morte do presidente eleito antes de sua posse, seu vice-presidente, José Sarney (presidente do PDS até junho de 1984), assumiu o novo governo civil. Assim, o penúltimo ato da “transição” brasileira se efetivou num cenário melhor descrito pelo conceito de “transformismo”.

Em 1964, o Brasil principiou uma onda de intervenções militares na América do Sul, das quais se tornou a mais durável – 21 anos. Finda a primeira metade deste ciclo, em 1974, o Brasil novamente liderou o processo de liberalização política no continente, que durou mais 11 anos traumáticos. No final dos anos 70 e no início dos anos 80, Equador, Peru, Bolívia, Argentina e Uruguai completaram as suas transições com a eleição direta de regimes civis em períodos muito mais curtos, mas o desengajamento das forças armadas do poder político nestes 5 países as deixaram em situações institucionais muito piores do que seus companheiros brasileiros.

Este trabalho examinará os últimos 11 anos do regime militar brasileiro, que ao longo de três eleições nacionais viu seu apoio político definhar ao ponto de que uma coligação oposicionista vencesse com uma estrondosa maioria a eleição presidencial no colégio eleitoral de 15 de janeiro de 1985. Nossa retrospectiva da

dinâmica político-eleitoral dos pleitos de 1982 e 1985, e ainda a natureza do novo regime civil que assumiu o governo em 15 de março de 1985, sugere que a “transição” brasileira talvez fosse melhor descrita pelo conceito de “transformismo” (Antônio Gramsci) – as forças armadas dão um hábil passo para trás, enquanto mantêm discretamente o controle político, e cada vez mais o poder político fica nas mãos dos aliados do então governo Figueiredo, até que se “transformaram” em “oposição” em julho de 1984 na formação da “Aliança Democrática” com o maior partido de oposição, o PMDB.¹

Antecedentes: 1974 e 1978

Essencialmente, o processo de “distensão” começou em 1974 no início do mandato do Gen. Geisel, como uma tentativa de promover um desengajamento “lento, gradual e seguro” dos militares do poder, e a devolução do mesmo a um grupo político civil



digno de confiança. Para contrapor uma legitimidade declinante, em razão do fim do chamado “milagre econômico” e a imagem muito negativa do governo anterior na área de direitos humanos, o governo Geisel decidiu realizar eleições gerais mais livres em novembro de 1974 do que as de 1970. Os estrategistas palacianos calcularam que a oposição (MDB) talvez pudesse retomar a sua posição de 1967 na Câmara dos Deputados (33%), e alguns ganhos mais modestos no Senado. O Quadro 1 apresenta os resultados das eleições majoritárias e proporcionais de 1966 a 1982.

Mesmo a oposição foi surpreendida com a contagem dos votos: o MDB havia conquistado 16 das 22 cadeiras para o Senado, com 60% dos votos em nível nacional, e ainda uma bancada de 43% da Câmara dos Deputados. Além disso, o MDB também elegeu maiorias em 6 Assembléias estaduais, e assim adquirindo o direito de eleger (indiretamente) seus governadores em 1978, de acordo com a legislação implantada pelo regime militar em 1965.²

Abalado, mas não desestabilizado, o governo Geisel empreendeu uma “estratégia de pêndulo” de “dois passos a frente, e um para trás”, alternadamente atacando a esquerda e a direita. Com a redução das ameaças desta dentro das forças armadas em 1976/77, o Gen. Geisel se tornou o único presidente militar desde 1964 a conseguir impor a sua escolha pessoal no processo sucessório.³

Para estabelecer uma base segura de onde pudesse ser lançada uma liberalização acelerada a partir de 1979, o governo Geisel colocou o Congresso em recesso em 1977 e manipulou o sistema eleitoral por decreto, numa tentativa de estancar a maré oposicionista no pleito de 1978. Este “Pacote de Abril”, mais a Lei Falcão (que restringiu severamente o acesso dos candidatos à TV e ao rádio) reduziram as vitórias do MDB no Senado a 8, mas a oposição manteve a sua bancada na Câmara (44%).⁴ Porém esses feitiços de manipulação eleitoral e a própria “abertura” de 1983/84 se voltaram contra os feiticeiros, como veremos.

Quadro 1 – Eleições majoritárias e proporcionais, por partido, 1966-1982 (em%)

Partido/Eleição	1966 ^a	1970 ^a	1974 ^a	1978 ^a	1982 ^b
Arena/PDS					
Majoritária	44,7	43,7	34,8	35,2	37,3
Proporcional	50,5	48,4	40,9	40,0	36,7
MDB/Oposição					
Majoritária	34,2	28,6	50,1	46,6	52,2
Proporcional	28,4	21,3	37,8	39,3	48,2
Votos em branco					
Majoritária	11,7	21,7	9,2	10,1	7,5
Proporcional	14,3	20,9	14,2	13,5	10,9
Votos nulos					
Majoritária	9,4	6,0	5,9	8,1	2,7
Proporcional	6,8	9,4	7,1	7,2	4,2
Total votantes^c					
Majoritária	(17.260)	(23.493) ^d	(28.981)	(37.602)	(48.214)
Proporcional	(17.286)	(22.436)	(28.981)	(37.554)	(48.481)
Eleitorado^c	(22.335)	(28.966)	(35.811)	(46.030)	(58.616)
% Votantes/Eleitorado	77,4%	81,1%	80,9%	81,7%	82,7%
População^c	(84.996)	(94.865)	(104.548)	(113.894)	(123.192)
% Eleitorado/População	26,3%	30,5%	34,3%	40,4%	47,6%

a – Eleição para senador e deputado federal.

b – Eleição para governador e deputado federal.

c – Em (000).

d – Eleição de duas cadeiras para o Senado Federal.

Apesar das manipulações das regras eleitorais, a tendência de um crescente eleitorado oposicionista e consciente nas grandes e mesmo médias cidades já era aparente nos resultados de 1974 e 1978. As dimensões regionais desta tendência são delineadas no Quadro 2, usando a divisão regional do IBGE.⁵

Em 1978, em nível nacional, o partido do governo (Arena) só começou a receber maiorias nas faixas de cidades com menos de 100.000 habitantes; e nas regiões mais urbanizadas e industriali-

zadas (Sul e Sudeste) somente a partir das faixas de cidades com menos de 50.000 habitantes. Em todas as regiões, porém, a relação inversa era muito clara – quanto *menor* a população de um município, *maior* a proporção do voto conquistada pela Arena. Esta tendência “governista” era mais acentuada nas duas regiões menos desenvolvidas (Norte e Nordeste).

Em razão da adoção de mais medidas liberalizantes de 1979 em diante (novo sistema partidário, eleição direta para governadores, anistia geral, retorno dos exilados políticos, o fim dos senadores “biônicos”⁶, etc.), essas tendências eleitorais produziram previsões sombrias para as eleições de 1982 por parte dos “engenheiros políticos” palacianos, que indicaram que novas mudanças no sistema eleitoral eram necessárias.

As eleições de 1982

A estratégia original do Gen. Golbery para 1982 previa um cenário de “dividir e conquistar” para o novo sistema partidário, com a criação de um forte partido de centro (Partido Popular – PP); dois de cunho “trabalhista” (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e Partido Democrático Trabalhista – PDT); e uma agremiação “obreira” (Partido dos Trabalhadores – PT), o que inicialmente reduziu a bancada do MDB eleita em 1978 à metade.⁷ Este realinhamento partidário está detalhado no Quadro 3.

No entanto, a saída do “mago” da Casa Civil em agosto de 1981, a doença do Gen. Figueiredo no mês seguinte e ainda as previsões sombrias das pesquisas eleitorais do SNI nos estados contribuíram para alterar a estratégia de construir coligações regionais entre o PDS (novo partido governista) com o PP nas áreas mais rurais, e com o PTB nos estados mais industrializados, e esperar que

Quadro 2 – Distribuição dos votos recebidos pela Arena em 1978, Câmara Federal, por faixas de população dos municípios, 5 regiões (exclui urnas de Brasília).

Municípios:	Norte ^a		Nordeste ^b		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil ^c	
Faixas de população	Nº de munic.	% Arena	Nº de munic.	% Arena	Nº de munic.	% Arena	Nº de munic.	% Arena	Nº de munic.	% Arena	Nº de munic.	% Arena
Mais de												
500.000	02	41,2	03	42,7	09	22,2	02	37,6	01	34,8	17	26,8
100.000 a												
500.000	03	57,3	32	57,7	58	35,5	24	45,3	04	50,5	121	42,1
50.000 a												
100.000	15	71,8	70	76,1	90	45,0	50	47,6	11	55,2	236	54,3
20.000 a												
50.000	44	77,5	359	82,6	235	55,6	164	55,7	66	61,2	868	66,0
10.000 a												
20.000	45	81,2	429	83,1	321	66,9	213	59,1	103	63,6	1.111	71,6
5.000 a												
10.000	19	79,6	327	83,6	339	70,1	186	62,2	82	64,8	953	73,9
2.000 a												
5.000	06	90,9	138	81,9	331	70,6	76	67,3	50	69,0	610	74,3
Menos de												
2.000	00	—	16	78,0	27	84,7	04	81,5	00	—	38	82,3
Total	134	61,0	1.374	72,4	1.410	38,3	719	51,3	317	57,5	3.954	50,4
Votos ^d	818.962		6.907.626		14.464.693		6.031.381		1.461.103		29.683.765	

a – Exclui Acre e Rondônia.

c – Exclui Acre, Rondônia e Fernando de Noronha.

b – Exclui Fernando de Noronha.

d – Exclui votos brancos e nulos.

Fonte: Compilado de dados fornecidos pelo Prodasen.

o PT e o PDT pudessem minar votos suficientes do PMDB (sucessor do MDB) nos estados-chaves do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, para impedir a vitória do maior partido oposicionista.

Devido ao ritmo lento do realinhamento partidário em 1980, as eleições municipais de 15 de novembro desse ano foram adiadas para coincidir com as eleições gerais de 1982. Assim, com a aprovação do “Pacote de Novembro 1981”, que proibia coligações, forçava os partidos a lançar chapas completas, e impunha um rigoroso “voto vinculado” (sem a opção do voto de legenda), o governo Figueiredo esperava aumentar as chances do PDS em muitos estados, através de um efeito “reverse coattails”. Neste caso, o “rabo de casaca” ficaria por conta dos “fiéis” líderes locais do PDS na maioria dos estados (onde o partido ainda controlava a esmagadora maioria das prefeituras), para mobilizar eleitores em favor dos seus candidatos a cargos municipais, e, por tabela do voto vinculado, “arrastar” os candidatos “cabeça de chapa” — governador, senador e deputado.⁸

Como na longa história de manipulações eleitorais no Brasil, o pleito de 1982 não foi uma exceção — novamente “o feitiço virou

contra o feitiço”⁹ — 10 dos 23 estados elegeram governos oposicionistas, uma área com quase 70% da população, PIB e ICM do país.

Apesar desses casuísmos desesperados, o PDS foi reduzido a uma maioria simples na Câmara dos Deputados, mas em parte por causa dos “biônicos” eleitos em 1978, manteve a maioria de dois-terços no Senado e uma maioria absoluta no colégio eleitoral (Quadro 4).

Ironicamente, com a “reincorporação” do PP ao PMDB (fruto dos mesmos casuísmos), o Brasil retornou praticamente à mesma camisa de força de um sistema quase bipartidário de que, através da “abertura de 1979/1980”, o governo havia escapado. Apenas três estados mantinham um sistema realmente pluripartidário: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A estratégia golberiana de “dividir para conquistar” funcionou nos últimos dois estados no sentido de impedir vitórias peemedebistas, mas no Rio de Janeiro permitiu uma vitória apertada do PDT de Leonel Brizola.

A erosão da força eleitoral do partido governista entre 1978 e 1982 (Quadro 5) deveu-se em grande parte aos efeitos inversos do voto vinculado (especialmente nos estados mais desenvolvidos), e à tendência urbanizadora mencionada acima. Dos cinco estados selecionados para nossa análise (Quadro 5)¹⁰, somente no estado do Rio de Janeiro o PDS colheu mais votos em 1982 do que a Arena em 1978. Este “fator Moreira Franco” foi mais forte nos 15 municípios maiores, onde a sua chapa pedessista obteve 6,5% mais que a da Arena em 1978. Porém, a tendência geral do tamanho do município ainda é bem clara para o estado do Rio de Janeiro.

Por razões da sua dominação política local, o Ceará foi uma espécie de exceção nesta análise, sendo que os resultados obtidos pela Arena (1978) e pelo PDS (1982) foram essencialmente os mesmos.¹¹

Na Bahia, Minas Gerais e São Paulo o voto vinculado reduziu a proporção do voto obtida pelo PDS (vs. a da Arena em 1978) ao longo de todas as faixas de população dos municípios.

Após o “milagre malufista” em 1980, o PMDB paulista foi reduzido a apenas 38 prefeituras; mas, em 1982, por causa do “efeito coattails” (cabeça de chapa puxa as bases) produzido pelo voto vinculado, o PMDB conseguiu eleger 307 prefeitos (vs. 253 do PDS).¹² Este efeito foi muito forte na região Centro-Sul. Em Goiás, o PMDB aumentou seu domínio municipal de 60 para 185 (o PDS caiu para 59). No estado do Paraná, a máquina política de Ney Braga foi virtualmente destruída, pois o PMDB pulou de 14 prefeituras para 183 (o PDS foi reduzido a 127). Sendo que um dos casuísmos de 1982 foi o de dotar esses prefeitos eleitos em 1982 de mandatos de seis anos (o controle destas bases pelo PMDB em 1986 tornar-se-ia tranquilo).

A vitória peemedebista mais doce foi a do Sen. Tancredo Neves em Minas Gerais. Numa entrevista pós-eleitoral, Tancredo declarou que “o PDS se tornou um partido de nordestinos, e em Minas Gerais o PMDB havia ganhado todas as cidades grandes e o PDS foi vitorioso apenas nos grotões mais interiores”. Os dados apresentados no Quadro 5 podem refinar a sua análise um pouco mais: o PMDB ganhou em todas as 12 cidades com mais de 100.000 habitantes (vs. 8 em 1978), e em 93 das 143 com mais de 20.000 habitantes (vs. 43 em 1978). Além disso, o PMDB ganhou em 134 “grotões” (menos de 20.000 habitantes) a mais do que em 1978. As diferenças 1982 vs. 1978 na verdade foram maiores justamente nestas cidades menores.¹³

Quadro 3 – Realinhamento do quadro partidário no Congresso Nacional de 1980 a 1982, conforme as origens bipartidárias dos parlamentares.

Filiações Partidárias	Câmara dos Deputados ^a			Senado Federal ^a		
	Arena	MDB	Total	Arena	MDB	Total
1980 a 1982						
<i>março de 1980</i>						
PDS	201	24	225	36	01	37
PMDB	03	91	94	01	16	17
PP	25	43	68	04	03	07
PTB ^b	01	22	23	00	01	01
PT	00	05	05	00	01	01
Indecisos	01	04	05	01	03	04
<i>março de 1981</i>						
PDS	191	21	212	34	02	36
PMDB	05	108	113	01	19	20
PP	26	40	66	07	03	10
PDT	00	10	10	00	00	00
PTB	03	02	05	00	00	00
PT	00	06	06	00	00	00
Indecisos	06	02	08	00	01	01
<i>dezembro de 1981</i>						
PDS	192	22	214	35	02	37
PMDB	10	111	121	01	19	20
PP	26	41	67	06	04	10
PDT	00	09	09	00	00	00
PTB	03	01	04	00	00	00
PT	00	05	05	00	00	00
<i>agosto de 1982</i>						
PDS	196	28	224	35	01	36
PMDB ^c	32	136	168	07	20	27
PTB	03	11	14	00	02	02
PDT	00	09	09	00	01	01
PT	00	05	05	00	01	01
Total	231	189	420	42	25	67

a — As cifras para a Arena e o MDB são de 01.02.79, antes de qualquer realinhamento. Incluem os resultados do pleito de 15.11.78.

b — Antes da cisão PTB-PDT em maio de 1980, entre as facções lideradas por Leonel Brizola e Ivete Vargas.

c — Após a fusão do PP com o PMDB, que foi oficializada numa convenção nacional deste realizada em fevereiro de 1982.

Quadro 4 – Resultados das eleições de 15 de novembro de 1982 por partido, e a composição do Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985.

	PDS	PMDB ^a	PDT	PTB	PT	Total
Votos Nº ^b	17.780	17.674	2.393	1.829	1.449	41.136
%	43,2	43,0	5,8	4,5	3,5	100,0
Governadores ^c	13	9	1	0	0	23
Senadores ^d	45	22	1	1	0	69 (35) ^e
Deputados Nº	235	200	23	13	8	479 (240) ^e
Federais %	49,0	41,8	4,8	2,7	1,7	100,0
Delegados						
Colégio						
Eleitoral ^f	81	51	6	0	0	138
Composição						
Colégio						
Eleitoral ^g	361	273	30	14	8	686 (344) ^e
<i>Hipótese:</i> Colégio Eleitoral com as normas de 1978 em vigor.						
Delegados ^h	90	89	16	0	0	195
Composição ⁱ	367	314	40	14	8	743 (372) ^e

a – O PP foi reincorporado ao PMDB em fevereiro de 1982.

b – Eleição para Deputado Federal. Exclui 5.286 votos em branco e 2.058.459 votos nulos. Número de votos em milhares (000).

c – Apenas 12 governadores do PDS foram eleitos diretamente; o cargo do governador do Estado de Rondônia é de confiança do Presidente da República até 1987.

d – Inclui 44 senadores eleitos em 1978, e 3 vagas novas do novo Estado de Rondônia. Com a morte do Sen. Nilo Coelho (PDS-PE) no final de 1983, o PMDB ganhou mais uma vaga, sendo que o suplente eleito em 1978 (Cid Sampaio) já era seu filiado. Assim, o PDS perdeu a sua maioria de 2/3 no Senado Federal.

e – Números em parênteses indicam a maioria absoluta.

f – Seis delegados representando o partido majoritário em cada estado. Estando empatados no Estado de Mato Grosso do Sul, o PDS e o PMDB receberam 3 cada.

g – Reuniu-se em 15.01.85. Incluiu senadores, deputados federais e delegados.

h – Mínimo de 3 por estado, e mais um por cada milhão de população.

i – Teria reunido em outubro de 1984.

Fonte: Compilado das estatísticas eleitorais preliminares publicadas pelo TSE, *Diário da Justiça*, 28 de novembro de 1983, pp. 18630-18686.

Desigualdades Regionais

Embora o PDS houvesse acumulado 43,2% do voto partidário para deputado federal, o sistema de representação desigual (que vigora no Brasil desde 1946), que favorece os estados menores e os menos desenvolvidos, aumentou a bancada governista para 49,0% das cadeiras. No Senado, seus 18 “biônicos” eleitos em 1978 foram importantes para a manutenção da maioria do PDS.

Essas desigualdades regionais estão detalhadas nos Quadros 6 e 7. Com apenas 29,3% da população nacional e 23,8% dos seus votantes em 1982, o Nordeste comandou 39,2% do Senado e 31,1% da Câmara em 1984, e ainda um terço do colégio eleitoral de 1985. Dentro do PDS (Quadro 7), essas desigualdades são ainda mais gritantes, devido à hegemonia do partido na região nordestina. Com 35,6% dos votantes pedessistas em 1982, o PDS nordestino controlava uma maioria absoluta (53,3%) da bancada no Senado, e uma maioria simples (42,1%) da bancada na Câmara; e ainda 43,2% da convenção nacional do PDS de agosto de 1984, e 49% dos votos pedessistas no colégio eleitoral. Esta hegemonia nordestina dentro do PDS facilitou a vitória do Dep. Paulo Maluf na convenção partidária, mas paradoxalmente teve uma contribuição importante para sua derrota no colégio eleitoral cinco meses depois.

Por outro lado, a região mais populosa (Sudeste), com 43,2% da população brasileira e 48,9% do seu eleitorado, foi bastante

lesada em 1982: 17,4% do Senado, 35,3% da Câmara e apenas 29,9% do colégio eleitoral. Mais lesados ainda foram os eleitores do PDS nessa região mais desenvolvida, onde em 4 estados o PDS recebeu seu maior contingente de votos em 1982 (37,2%); mas estes eleitores representaram apenas 11,1% da bancada pedessista no Senado, 25,5% a bancada na Câmara, 24,4% na convenção nacional, e somente 18,0% dos votos do PDS no colégio eleitoral.¹⁴

Obviamente, a manipulação da composição do colégio eleitoral que escolheria o próximo presidente da República, em janeiro de 1985, foi um fator crítico. Prevendo um desastre iminente, em maio/junho de 1982 o governo Figueiredo manobrou para se proteger em dois flancos: 1) o quorum constitucional foi novamente elevado a 2/3 (havia sido reduzido à maioria absoluta pelo “Pacote de Abril”, em 1977); e 2) o mecanismo de representação dos legislativos estaduais no colégio eleitoral foi modificado.¹⁵

O colégio eleitoral que havia referendado a escolha do Gen. Figueiredo em outubro de 1978 incluiu um número de delegados escolhido por cada Assembléia Legislativa proporcional à população e às bancadas partidárias de cada estado. Este “ajuste” de junho de 1982 previa a escolha de apenas seis delegados pelo partido majoritário em cada Assembléia Legislativa. As novas regras “deram” uma maioria de 361 votos para o PDS no colégio eleitoral (uma margem de 17 votos). Se as mesmas regras de 1978 fossem mantidas, os partidos oposicionistas teriam somado uma margem de vitória de cinco votos (hipótese alternativa detalhada no Qua-

Quadro 5 – Distribuição dos votos da Arena em 1978 e do PDS em 1982, Câmara Federal, por faixas de população dos municípios, 5 estados (exclui urnas de Brasília)

Municípios:	Ceará ^a			Bahia ^a			Minas Gerais ^b			Rio de Janeiro ^c			São Paulo ^c		
	Nº de	%	%	Nº de	%	%	Nº de	%	%	Nº de	%	%	Nº de	%	%
Faixas de população	munic.	Arena ^d	PDS ^e	munic.	Arena ^d	PDS ^e	munic.	Arena ^d	PDS ^e	munic.	Arena ^d	PDS ^e	munic.	Arena ^d	PDS ^e
Mais de															
100.000	05	55,8	49,4	09	48,0	33,5	12	34,5	29,8	15	22,8	28,3	34	26,2	19,7
50.000 a															
100.000	13	78,1	84,0	17	86,6	66,7	33	50,0	40,4	11	39,3	35,8	43	38,9	31,1
20.000 a															
50.000	59	86,6	85,5	110	85,0	75,6	98	68,4	54,2	18	44,4	43,9	99	45,8	38,5
10.000 a															
20.000	33	86,8	90,6	126	87,5	81,2	172	77,0	60,0	16	49,0	40,9	122	54,4	48,1
5.000 a															
10.000	26	89,9	89,4	67	88,2	82,6	204	78,6	64,5	14	59,0	48,0	121	58,3	50,0
Menos de															
5.000	05	91,8	91,3	07	91,0	78,2	203	77,1	65,4	00	—	—	152	64,9	60,5
Total	141	75,5	74,1	336	74,8	63,4	722	58,0	47,4	64	25,3	29,9	571	33,1	26,7
Votos ^f	—	1.276	1.695	—	1.742	2.570	—	3.497	4.876	—	3.479	4.680	—	7.019	9.769

a – Dois partidos elegeram deputados em 1982.

b – Três partidos elegeram deputados em 1982.

c – Cinco partidos elegeram deputados em 1982.

d – Voto de legenda e voto desvinculado.

e – Voto vinculado e sem voto de legenda.

f – Em (000). Exclui votos brancos e nulos.

Fonte: Compilado de dados fornecidos pelo Prodasen.

dro 4). Esta hipótese está discriminada regionalmente nas últimas colunas à direita (1985-B) nos Quadros 6 e 7.

As eleições de 1986

Insatisfeitos com o rumo da sucessão presidencial dentro do PDS, em julho de 1984 os dissidentes “antimalufistas” deixaram o partido para formar a “Frente Liberal”, que selou a “Aliança Democrática” com o PMDB e lançou a chapa Tancredo Neves-José Sarney. Após negociações intensas no segundo semestre de 1984 com a classe política (principalmente no Nordeste), e com as forças armadas, essa chapa foi vitoriosa por uma margem de 300 votos no colégio eleitoral de 15 de janeiro de 1985.¹⁶

Com a enfermidade do presidente-eleito, Tancredo Neves, assumiu a Presidência da República o Sen. José Sarney, que até a cisão do PFL, nove meses antes, tinha sido presidente do PDS e prócer da ex-Arena. Um grupo modernizador assumiu o controle do PMDB no Senado Federal, numa posição hegemônica com o PFL; mas, na Câmara, Ulysses Guimarães elegeu-se presidente com dificuldade, e, em troca de um apoio parcial dos malufistas, comprometeu-se a não proceder nenhuma mudança na estrutura administrativa da Casa. A partir deste momento, começou o processo da desintegração e descaracterização do PMDB, diante de um dilema existencial – o de ser e não ser governo ao mesmo tempo¹⁷.

O PMDB conquistou a maioria dos ministérios no governo montado por Tancredo Neves, mas o PFL ocupou justamente os ministérios que controlam a maioria do orçamento da União. O PMDB era o maior partido no Congresso Nacional, conseguia grande número de nomeações de segundo e terceiro escalão, mas não tinha voz ativa nas grandes decisões políticas tomadas pelo círculo íntimo do Palácio do Planalto.

Um faccionalismo interno agudo dentro do PMDB fez com que muitos dos seus adeptos votassem contra duas medidas importantes no pacote que regulou as eleições municipais, inclusive as 23 capitais, de 15 de novembro de 1985: 1) critério da maioria abso-

Quadro 6 – Representação política regional no Congresso Nacional (1984), e no Colégio Eleitoral (1985)

Região	População ^a 1980	Eleitorado ^b 1982	Votantes ^b 1982	Congresso 1984 ^b		Colégio Eleitoral	
				Senado	Câmara	1985-A ^c	1985-B ^d
Norte	5,0	4,2	3,8	17,4	9,8	12,1	10,4
Nordeste	29,3	25,8	23,8	39,2	31,1	33,5	32,0
Sudeste	43,4	46,2	48,9	17,4	35,3	29,9	33,9
Sul	18,0	18,0	18,2	13,0	17,1	15,9	16,1
Centro-Oeste	6,3	5,8	5,3	13,0	6,7	8,6	7,6
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total N	119.071.000	58.618.588	48.481.170	69	479	686	743

a – Censo do IBGE, setembro de 1980.

b – *Diário da Justiça* de 28.11.83.

c – Inclui 69 senadores, 479 deputados federais e 138 delegados estaduais.

d – Tera incluído 69 senadores, 479 deputados federais e 195 delegados estaduais.

Quadro 7 – Representação política regional do PDS; eleições de 1982, no Congresso Nacional (1984) e no Colégio Eleitoral (1985)

Região	PDS Votantes ^a 1982	Congresso 1984 ^a		Convenção do PDS 1984 ^b	Colégio Eleitoral	
		Senado	Câmara		1985-A ^c	1985-B ^d
Norte	4,3	20,0	11,9	13,1	11,9	11,2
Nordeste	35,6	53,3	42,1	43,2	49,0	50,1
Sudeste	37,2	11,1	25,5	24,4	18,0	17,7
Sul	18,0	8,9	14,9	13,8	14,2	15,5
Centro-Oeste	4,9	6,7	5,6	5,5	6,9	8,5
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total N	17.779.849	45	235	961	361	367

a – *Diário da Justiça* de 28.11.83.

b – Incluiu 45 senadores, 235 deputados federais, 560 delegados estaduais e 121 membros do Diretório Nacional do PDS.

c – Incluiu 45 senadores, 235 deputados federais e 81 delegados estaduais.

d – Teria incluído 45 senadores, 235 deputados federais e 87 delegados estaduais.

luta, e 2) a possibilidade dos então prefeitos nomeados se candidatarem. Estas derrotas em junho de 1985 (com a participação dos chamados “pianistas”), por conta da enfraquecida liderança do PMDB na Câmara, foram um prenúncio de resultados eleitorais amargos para este partido – num sentido contrário aos de 1978 e 1982 encontrados nos Quadros 2 e 5. Das oito maiores cidades do país, o PMDB conquistou apenas três; mas no interior (principalmente no Centro-Sul) manteve a sua posição de 1982. Esta tendência mais parecia uma “arenização” do PMDB.

No “troca-troca” partidário de 1985/86 (Quadro 8) o PDS perdeu 160 deputados e 32 senadores, e o PFL se tornou o segundo maior partido em um Congresso que em fins de maio de 1986 abrigava 15 legendas – mais do que no auge do antigo pluripartidarismo em 1963-64. Em grande parte, esta fragmentação partidária em 1986 se deve às ambições políticas pessoais e incompatibilidades em nível estadual, às vésperas dos próximos pleitos regionais, que em alguns aspectos lembram as eleições de 1962: 1) uma bipolarização de duas coligações eleitorais na maioria dos estados (com a exceção de São Paulo) para cargos majoritários; 2) o grande esforço das classes “produtoras/proprietárias” em mobilizar e derramar recursos financeiros em favor dos “seus” candidatos à Assembléia Constituinte; e 3) pressões hegemônicas do governo norte-americano às vésperas do pleito.

Sobre esse terceiro ponto, em 1962, as pressões foram contra um governo “nacionalista-progressista”, enquanto em 1986 são contra as políticas industriais e de comércio exterior de um

governo “nacionalista-conservador”. Quanto à participação das classes “produtoras/proprietárias”, em 1962 se mobilizaram contra as reformas de base, mas em 1986 querem garantir a preservação de sua hegemonia na nova carta magna a ser elaborada em 1987.

As tentativas de modificar a legislação eleitoral e partidária antes da eleição da Constituinte foram praticamente nulas. Abriu-se o sufrágio aos analfabetos e processou-se um recadastramento eleitoral. Mas não se tocou nas questões mais polêmicas: influência do poder econômico, candidaturas natas, sublegenda, critérios mínimos para a sobrevivência de legendas, maioria absoluta e desigualdades regionais.

Representação política igualitária

As desigualdades regionais apontadas nos Quadros 6 e 7 tiveram origem na Constituinte de 1946, onde os estados pequenos e subdesenvolvidos da periferia pressentiram um retorno da dominação São Paulo – Minas Gerais (a política “café com leite”) na então “nova república” de 1946, que tanto os marginalizou e

Quadro 8 – Realinhamento partidário no Congresso Nacional, 1983 a 1986

<i>Bancadas Partidárias</i>	<i>01.02.83</i>	<i>30.06.85</i>	<i>30.05.86</i>
<i>Câmara dos Deputados</i>			
PMDB	200	199	217
PFL	--	100	121
PDS	235	135	75
PDT	23	25	26
PTB	13	10	14
PT	08	05	05
PCB	--	03	03
PC do B	--	02	02
PSC	--	--	04
PSB	--	--	03
PDC	--	--	03
PMB	--	--	02
PL	--	--	02
PPB	--	--	01
PTR	--	--	01
Total	479	479	479
<i>Senado Federal</i>			
PMDB	21	25	23
PFL	--	17	22
PDS	46	25	14
PDT	01	01	03
PTB	01	01	01
PSB	--	00	02
PL	--	--	03
PDC	--	--	01
Total	69	69	69

Quadro 9 – Modelos de representação política: Câmara dos Deputados, eleição de 1986.

<i>Estado/ Região</i>	<i>Distribuição igualitária da Câmara</i>					
	<i>Sistema atual</i>		<i>Pela população</i>		<i>Pelo eleitorado</i>	
	<i>Nº de deps.</i>	<i>% de deps.</i>	<i>Nº de deps.</i>	<i>% de pop.</i>	<i>Nº de deps.</i>	<i>% do eleit</i>
RO	08	1,64	02	0,41	02	0,41
AC	08	1,64	01	0,25	01	0,20
AM	08	1,64	05	1,21	04	0,93
RR	04	0,82	01	0,06	01	0,06
PA	15	3,09	14	2,86	12	2,51
AP	04	0,82	01	0,15	01	0,12
<i>Norte</i>	<i>47</i>	<i>9,65</i>	<i>24</i>	<i>4,94</i>	<i>21</i>	<i>4,22</i>
MA	17	3,49	16	3,36	12	2,46
PI	09	1,85	09	1,80	08	1,65
CE	22	4,52	21	4,45	20	4,13
RN	08	1,64	08	1,60	08	1,63
PB	12	2,47	11	2,33	11	2,18
PE	26	5,34	25	5,16	21	4,32
AL	08	1,64	08	1,67	06	1,25
SE	08	1,64	05	0,95	04	0,80
BA	39	8,01	39	7,95	36	7,46
<i>Nordeste</i>	<i>149</i>	<i>30,60</i>	<i>142</i>	<i>29,27</i>	<i>126</i>	<i>25,88</i>
MG	54	11,09	55	11,25	55	11,46
ES	09	1,85	08	1,70	08	1,64
RJ	46	9,44	46	9,49	52	10,64
SP	60	12,32	103	21,02	109	22,36
<i>Sudeste</i>	<i>169</i>	<i>34,70</i>	<i>212</i>	<i>43,46</i>	<i>224</i>	<i>46,10</i>
PR	34	6,98	31	6,41	34	7,05
SC	16	3,29	15	3,05	18	3,59
RS	32	6,57	32	6,53	35	7,28
<i>Sul</i>	<i>82</i>	<i>16,84</i>	<i>78</i>	<i>15,99</i>	<i>87</i>	<i>17,92</i>
GO	16	3,29	16	3,25	13	2,59
DF	08	1,64	05	0,99	05	1,02
MS	08	1,64	05	1,15	06	1,28
MT	08	1,64	05	0,95	05	0,99
<i>Centro-Oeste</i>	<i>40</i>	<i>8,21</i>	<i>31</i>	<i>6,34</i>	<i>29</i>	<i>5,88</i>
<i>Total</i>	<i>487</i>	<i>100,00</i>	<i>487</i>	<i>100,00</i>	<i>487</i>	<i>100,00</i>

subjugou durante a República Velha. Assim, os constituintes da periferia formaram uma maioria dentro do PSD, que dominava os trabalhos, e as novas regras ditadas super-representaram os pequenos e sub-representaram os grandes estados.

No auge dos debates sobre as "Reformas de Base" em 1963-64, a sua derrota na Câmara dos Deputados foi atribuída por muitos às desigualdades regionais do sistema de representação política, onde a periferia *super*-representada conseguia vetar medidas reclamadas pelas "maiorias esclarecidas" do Centro-Sul *sub*-representadas.

Ironicamente, as desigualdades regionais vieram a ser sanadas parcialmente em 1970 (com o "Pacote de Abreu"), que reduziu a Câmara de 409 para 310 deputados, e passou a calcular a representação estadual com base no *eleitorado* e não na população de cada estado. A cruel ironia era que quando, finalmente, as "maiorias esclarecidas" do Centro-Sul conseguiram uma representação mais proporcional ao seu peso demográfico e econômico na Câmara (em 1971), o Poder Legislativo já estava totalmente castrado e coibido, tornando a vantagem sem efeito.

Essa "vantagem" contribuiu parcialmente para o surpreendente desempenho do MDB no pleito de 1974, visto acima, que foi invertido pelo "Pacote de Abril" de 1977, para novamente favorecer as bancadas governistas nos estados da periferia, e reverteu o cálculo das bancadas para a base populacional.

No Quadro 9, atualizamos este debate em 1986, uma vez que as maiores resistências às mudanças estruturais a serem debatidas na Constituinte, em 1987, localizam-se justamente nos estados da periferia (como a da reforma agrária, por exemplo), que têm 39 deputados federais a mais do que teriam direito num sistema igualitário de representação.

Com a eliminação dos critérios de bancada mínimos e uma representação estritamente proporcional às populações estaduais, o modelo populacional seria mais lesivo à Região Norte, que perderia quase metade da sua bancada (de 47 para 24). Sem dúvida, a única região "ganhadora" seria o Sudeste (de 169 para 212 deputados), e especialmente o estado de São Paulo, que com 21% da população nacional teria uma bancada de 103 deputados vs. seus 60 atuais.

Em razão de sua população relativamente grande, o Nordeste perderia somente 7 deputados com esse modelo. Porém, devido aos seus problemas demográficos e sócio-econômicos (baixa alfabetização e longevidade, e altas taxas de natalidade e migração Norte-Sul) a adoção de um modelo de representação com base no *eleitorado* seria desastrosa para essa região, e os ganhos adicionais para São Paulo seriam mínimos e não compensadores politicamente.

Na hipótese de uma expansão da bancada paulista, os muitos pequenos partidos novos baseados em São Paulo seriam beneficiados. Se em 1982 estivesse em vigor um sistema de representação realmente proporcional às populações estaduais, o PT paulista, ao invés de eleger 6 deputados federais, teria mandado 10 ou 11 representantes a Brasília. Em nível nacional, a consequência em 1982 mais importante da adoção do sistema proporcional teria sido que o PDS, que ganhou 43,2% dos votos, faria uma bancada de 206 deputados federais — assim, nem com os deputados do PTB teria alcançado uma maioria parlamentar em 1983/84.

Por todas essas razões, e apesar de o PMDB e o PFL poderem tirar algumas vantagens de mudanças no sistema de representação, não há a mínima possibilidade de que o Congresso Nacional adote modificações no sistema em 1986, embora tenha havido uma certa movimentação nesse sentido em meados de 1985.

Projeções

A julgar pelos mais de 350 parlamentares oriundos das "classes proprietárias" (identificados pelos jornais em 1985), as "caixinhas" que estão sendo mobilizadas, as restrições dos sistemas eleitoral e partidário em vigor, e a natureza conservadora do Governo Sarney, a composição da Assembléia Nacional Constituinte não deve ser muito diferente da que tem o Congresso atual, embora sofra uma renovação de mais de 60%.

Logo após a reforma ministerial de fevereiro de 1986, de tendência nitidamente conservadora, o governo Sarney e a Aliança Democrática (e o próprio PMDB) "entraram em parafuso", o que talvez tivesse levado o país a eleições presidenciais diretas ainda este ano. Neste sentido, as medidas econômicas adotadas foram de grande eficácia política, talvez maior ainda do que a sua eficácia econômica. O apoio popular inicial ao "Plano Cruzado" foi enorme e elevou a popularidade do Presidente a cifras sem precedentes, reedificou a "Aliança Democrática" e evitou cisões maiores dentro do PMDB. Se esta popularidade continuar até o primeiro semestre de 1987, o grupo político hegemônico de 1986 em grande parte terá uma maioria efetiva na Constituinte, sob a liderança do grupo palaciano, mas, por outro lado, terá que lidar com uma nova safra de governadores cada vez mais independentes.

A estratégia palaciana nesse particular planeja um amplo realinhamento partidário e ministerial no início de 1987, para dispor de uma maioria mais confiável no Congresso (Constituinte).

Assim, o penúltimo ato da transição que virou "transformismo" se desenrolará durante a Constituinte, sob firme controle de uma parte do grupo hegemônico do período 1964-1985 — a classe política civil "liberal-moderada" e o grupo militar "centrista" —, mas com uma grande diferença: enquanto no período anterior beneficiou-se quase exclusivamente o capital financeiro especulador, o período pós-1987 vislumbra uma participação maior do industrial produtivo, *déjà vu* os anos 50.

Sem dúvida, o ato final dessa sequência será a próxima eleição presidencial direta, em 1988 ou 1990, cuja regulamentação será da competência da Constituinte. Com a manutenção de candidaturas minoritárias nas extremas, direita e esquerda, e um desempenho razoável do governo Sarney até então, as perspectivas da vitória de um candidato "centrista" são boas. ●

David Fleischer é chefe do Departamento de Ciência e Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília. PhD. em Ciência Política pela University of Florida. Em 1985 assessorou o Senador Eneas Faria (PMDB-SP). Em 1982 fez parte da Comissão que elaborou o anteprojeto do voto distrital misto. Áreas de interesse: partidos, eleições, o legislativo, recrutamento político, elites e socialização política.

Versão revisada e atualizada de trabalhos apresentados na conferência sobre "The Brazilian Crisis", Center for Latin American Studies, University of Florida em Gainesville, novembro de 1984; e o seminário sobre "Recent Electoral Changes in the Americas", Center of Iberian and Latin American Studies, University of California at San Diego, La Jolla, CA, fevereiro de 1985. O autor agradece aos colegas Amaury de Souza, Abraham Lowenthal, Tom Skidmore, Gláucio Soares, Paul Drake e Eduardo Silva seus comentários e críticas sobre estas versões preliminares.

Resumen

CONSTITUYENTE

Elecciones y democracia en el Brasil – transición o transformismo?

La experiencia de los regímenes militares brasileños (1964-1985) en alterar la legislación electoral y partidaria, casualmente, para “hacer” mayorías para el partido del gobierno (de la Arena y después del PDS) nunca fueron bien sucedidas, e exigieron una secuencia sin fin de “correcciones de mira”. Después de 1974, el partido de la oposición (MDB) se fortaleció con base en un creciente electorado urbano opositor. Las últimas manipulaciones del colegio electoral, realizadas en 1982, se volvieron contra los “hechiceros” en 1984, cuando los disidentes del “Frente Liberal” abandonaron el PDS para consolidar la “Alianza Democrática” con el PMDB, que en enero de 1985, bajo la astuta liderazgo de Tancredo Neves, acumuló, en el colegio electoral, un margen de victoria de 300 votos. Con el fallecimiento del presidente electo, antes de su posesión, su vice-presidente, José Sarney (presidente del PDS hasta junio de 1984) asumió el nuevo gobierno civil. Así, el penúltimo acto de la “transición” brasileña se efectuó en un escenario, mejor descrito con el concepto de “transformismo”.

Abstract

CONSTITUTIONAL CONGRESS

Elections and democracy in Brazil – transition or transformation?

The experience of Brazilian military regimes (1964-1985) in changing the party and electoral legislation case by case to “produce” majorities for the government party (Arena and later PDS) never really was successful and demanded an endless series of “re-directionings”. After 1974, the opposition party (MDB) became stronger, with a base in the growing opposition urban electorate. The last manipulations of the electoral college effected in 1982 went against the “arrangers” in 1984, when the dissidents of the Liberal Front abandoned the PDS to seal the “Democratic Alliance” with the PMDB, which, under the astute leadership of Tancredo Neves, accumulated a 300-vote margin of victory in the Electoral College of 1985. With the death of the president-elect before he took office, his vice-president, José Sarney (president of the PDS until June 1984), assumed the leadership of the new civilian government. Thus, the next to last act of the Brazilian transition was effected in a setting best described by the concept of “transformism”.

Notas e referências bibliográficas

- 1 Para uma visão mais ampla dos desdobramentos políticos até as eleições de 1982, ver: Wesson & Fleischer, *Brazil in Transition*. New York: Praeger, 1983. A melhor descrição da batalha sucessória de 1984 encontra-se em: Goes & Camargo, *O Drama da Sucessão e a Crise do Regime*. Rio: Nova Fronteira, 1984.
- 2 Para uma análise das eleições de 1974, ver: Cardoso & Lamounier (orgs.), *Os Partidos e as Eleições*. Rio: Paz e Terra, 1975; e Nery, *As 16 Derrotas que abalaram o Brasil*. Rio: Francisco Alves, 1975. O “direito” de eleger cinco governadores “biônicos” em 1978 foi eliminado pelo “Pacote de Abril” de 1977.
- 3 Para uma boa análise do governo Geisel: Góes, *O Brasil do General Geisel*. Rio: Nova Fronteira, 1978. Para uma análise crítica dos “casuísmos” desde 1964: Fleischer, “Constitutional and Electoral Engineering in Brazil: A Double-Edged Sword (1964-1982)”, *Inter-American Economic Affairs*, 37 (4): 3-36, 1984. Para um tratamento mais específico do “Pacote de Abril”, Fleischer, “Renovação Política – Brasil 1978: Eleições Parlamentares sob a Égide do ‘Pacote de Abril’”, *Revista de Ciência Política*, 32 (2): 57-82, 1980.
- 4 Para análises das eleições de 1978, ver: Lamounier (org.), *Voto de Desconfiança*. Petrópolis: Vozes, 1980; e Fundação Milton Campos, *As Eleições Nacionais de 1978*, 2 vols. Brasília: 1979.
- 5 Esta associação entre níveis de urbanização e o crescente voto opositor no Brasil já foi notada por vários autores, entre eles: Reis, “O Eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro”, em Sorj & Almeida, (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-1964*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 70-83; e Soares, *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas*. Petrópolis: Vozes, 1984, pp. 22-26.
- Com relação ao Quadro 2, os dados para Acre, Rondônia e Fernando de Noronha não estavam disponíveis na base de dados do Prodasen, e assim não foram incluídos. Infelizmente, a base de dados para 1982 não era totalmente compatível com a de 1978, devido às diversas emancipações municipais; assim, não era possível gerar um quadro comparável (Quadro 5).
- 6 O apelido “biónico” para os senadores eleitos por via indireta em 1978 teve origem nas séries de Tv “A Mulher Biónica” e o “Homem de Seis Milhões de Dólares”, muito populares naquela época.
- 7 Para mais detalhes sobre este período de realinhamentos: Fleischer, “Political Party Reform in Brazil within the Context of Abertura”, *Il Politico*, 47 (2): 281-316, 1982.
- 8 O efeito mais imediato foi a reincorporação do PP ao PMDB. Porque durante o governo Médici, em 1970, como Chefe da Casa Civil, o

- Min. João Leito de Abreu havia pela primeira vez imposto a vinculação dos votos para deputado federal e estadual, em 1982 ele foi culpado por este forte casuismo. Porém, a “paternidade” verdadeira desse “monstro” foi atribuída posteriormente ao então Chefe do SNI, Gen. Octávio de Medeiros.
- 9 Para uma análise dos resultados “inesperados” do pleito de 1982, ver: Fleischer, “Constitutional and Electoral Engineering in Brazil...”, *op. cit.*
- 10 Estados selecionados para representar a dimensão Norte-Sul da política brasileira, entre estados que não sofreram mudanças na divisão municipal entre 1978 e 1982, e assim eram ainda passíveis de comparações desse tipo.
- 11 Em 1978, os três caciques do Ceará (Távora, Bezerra e Cals) estavam mais divididos, mas em 1982 uma esperta divisão dos cargos da chapa do PDS e a escolha de um “acadêmico neutro” como candidato a governador uniram as três facções temporariamente.
- 12 Para uma descrição do “milagre malufista” de 1980 em São Paulo: Fleischer, “Memória do eleitor não assusta”, *Correio Braziliense*, 17 de junho de 1984, p. 4; e Soares, “O Maluf não compensa”, *Folha de São Paulo*, 17 de junho de 1984, p. 3.
- 13 Dados compilados de: Fleischer, “Uma Análise das Eleições de 1982 em Minas Gerais”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. (a sair)
- 14 Para um tratamento mais geral da questão: Soares, “Desigualdades Eleitorais no Brasil”, *Revista de Ciência Política*, 7 (1): 25-48, 1973. Para uma análise dos benefícios acumulados em favor do Nordeste, ver: Fleischer, “O Regionalismo na Política Brasileira: As Bancadas Nordestinas na Câmara Federal (1983)”, em Joaquim Falcão (org.), *Nordeste: Eleições 1982*. Recife: Ed. Massagana/Fundaj, 1985, pp. 17-37.
- 15 Para uma descrição completa do “pacote” de maio/junho de 1982: *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1982, p. 4.
- 16 Uma excelente cronologia da melindrosa campanha de Tancredo Neves foi compilada por um grupo de jornalistas brasileiros: Dimerstein et al. *O Complot que Elegeram Tancredo*. Rio: Edições JB, 1985. Para uma análise mais política, inclusive do papel decisivo do Alto Comando do Exército, ver: Fleischer, “Brazil at the Crossroads: The Elections of 1982 and 1985”, em Drake & Silva (orgs.), *Recent Electoral Changes in the Americas*. San Diego: University of California Press. (a sair)
- 17 Para uma abordagem mais detalhada dos dilemas do Congresso Nacional na “Nova República”, ver: Fleischer, “The Brazilian Congress: From Abertura to New Republic”, em Selcher (org.), *Political Liberalization in Brazil: Dynamics, Dilemmas and Future Prospects*. Boulder, CO: Westview Press, 1986, pp. 176-214.

As Constituições brasileiras: informações básicas, contextualizadas

José Luiz F. Werneck da Silva

Já se encontram em sua fase final os polêmicos trabalhos dos comitês e das plenárias da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo ex-parlamentar, historiador e jurista Afonso Arinos de Melo Franco. Criada em 1985 pelo presidente José Sarney, com ampla participação do então ministro da Justiça Fernando Lyra, cabe a esta comissão — que tantos apelidam de “dos notáveis” — oferecer ao governo um anteprojeto de Constituição que sirva de subsídios para os congressistas que, em 1987, investidos de atribuições constituintes, discutirão e definirão o que já se conveniou chamar de “a Carta da Nova República”.

Embora uma expressiva parte da opinião pública disto tenha discordado, a esmagadora maioria dos congressistas-constituintes de 1987 será eleita em novembro deste ano, o que torna “a questão da constituinte” certamente o tema político de maior relevância histórica dos tempos que vivemos, a exigir mesmo uma consulta mais ampla aos mais diferenciados setores da sociedade civil, alguns, diga-se de passagem, carentes até de uma informação básica que lhes permita participar conscientemente. O que aqui e agora publicamos é uma contribuição para diminuir esta carência.

Para utilizar eficientemente o quadro que se segue, o leitor pode estudar “horizontalmente” cada uma das sete constituições brasileiras, referenciadas aos dezesseis tópicos escolhidos, dentre muitos outros. Ou analisar “verticalmente” como cada um desses tópicos aparece nas cartas. Na primeira fórmula, mais histórico-social, a conjuntura de cada uma das constituições há de se delinear. Na segunda fórmula, mais histórico-jurídica, os cortes temáticos projetar-se-ão no tempo social. De qualquer maneira, o leitor poderá se transformar num cidadão mais consciente e participante.

Algumas observações introdutórias. Em cento e sessenta e quatro anos de estado

nacional (1822-1986), o Brasil teve sete constituições, o que dá cerca de vinte e quatro anos de vigência média. Somente nos cinquenta e seis anos de república pós-revolução de 1930 tivemos cinco constituições: vigência média de cerca de onze anos! Compare-se estes desempenhos jurídicos destas cartas magnas, dialeticamente causa e efeito do ritmo das nossas transformações histórico-sociais, com aqueles da Constituição dos EUA, a mesma da época da independência (1787-1791), embora com várias emendas, ou da Constituição da República Argentina (1853), embora também com diversas reformas, como as de 1860, 1866 e 1898.

Como explicar a prolixidade e fatuidade das nossas constituições, especialmente as dos últimos cinquenta e seis anos?

Como sempre, aqui também a realidade concreta tem múltiplas determinações. Além do que já se disse nesta introdução — a relação não mecanicista entre as normas e desempenhos jurídicos, de um lado, e o chão social em que vigoram, de outro lado — cremos poder aduzir alguns outros fatores explicativos da prolixidade e fatuidade a que nos referimos. Um deles é a falta de respaldo legitimador pela sociedade civil. Das nossas sete constituições, só três tiveram a sua gênese em assembleias ou congressos formados por representantes do povo com um específico mandato constituinte. Por sinal, dos cento e sessenta e quatro anos de estado nacional a que já aludimos, apenas sessenta (de 1891 a 1930, de 1934 a 1937 e de 1946 a 1964) foram de efetiva vigência de constituições liberais-progressistas, e isto se não levarmos em conta os momentos em que se afirmavam os “recortes autoritários”. Portanto, na nossa história, o autoritarismo não é a exceção e sim a regra. Daí, as recorrentes aberturas.

Outro fator explicativo parece ser o caráter excessivamente casuístico que predomina nas nossas constituições, tornando-as perigosamente instrumentais até para o

próprio bloco do poder a que se relacionam; mais preocupadas com o conjuntural do que com o estrutural, elas são rapidamente ultrapassadas pelas mudanças sociais, donde a multiplicidade de emendas e restrições de exceção, notadamente pós-1930. Interessante observar, para ilustrar melhor o casuismo-instrumental em tela, o fato de que algumas das cartas magnas pós-1930 têm a sua mais importante definição — ideológica e pragmaticamente — nas disposições gerais ou mesmo transitórias. Não por acaso estamos falando de constituições totalitárias (a de 1937) ou autoritárias (as de 1967 e 1969, esta ainda em vigor, somando vinte e quatro emendas até 1983).

Como se comportarão os constituintes-congressistas de 1987? Certamente que, mesmo pretendendo “passar o país a limpo”, como muitos candidatos agora dizem, seria enganoso esperar que o texto por eles produzido resolvesse magicamente o grande problema nacional, que é o da ampliação da cidadania, o país legal identificando-se com o país real. Uma Constituição é uma grande “carta de intenções”. A natureza do processo histórico é que decidirá da sua concretização ou não, assim como pode explicar o que levou os constituintes-congressistas a manifestá-las.

Estamos novamente ameaçados de ter uma carta magna casuística e instrumental? Mas, vejamos o quadro.

José Luiz Werneck da Silva leciona História do Brasil nos cursos de graduação e pós-graduação do Departamento de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da UFRJ, para o qual retornou (1980), por concurso, depois da “cassação branca” que o afastara dez anos antes. Mestre em História do Brasil, pelo curso de pós-graduação do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, ali está completando seu doutoramento. Dirige, desde 1984, o Centro de Estudos de História da República, da Divisão de Documentação e Pesquisa, do Museu da República (Palácio do Catete, RJ). Dentre seus trabalhos publicados, destaca-se o livro *A Deformação da História ou Para Não Esquecer*, na Coleção Brasil: Anos de Autoritarismo (RJ, Jorge Zahar Editor, 1985).

	A A ORIGEM DO PODER (no preâmbulo)	B GÊNESE DA CONSTITUIÇÃO	C CONTEXTO HISTÓRICO (MUNDIAL E NACIONAL)	D FORMA DE GOVERNO	E REGIME POLÍTICO E SISTEMA ECONÔMICO	F SISTEMA DE (relação GOVERNO entre os três poderes)	G PARTIDOS POLÍTICOS
1. 25.3.1824 AUTORITÁRIA (1824-1889)	Invoca a graça de Deus e aclamação dos povos; poderes delegados pela nação.	Outorgada por D. Pedro I, no 1º Reinado. Assembleia Constituinte dissolvida.	Restauração neo-absolutista (legitimista), anti-revolucionária. Formação do estado nacional, escravocrata, no Brasil.	Monarquia vitalícia, hereditária (Casa de Bragança) constitucional, representativa. Império do Brasil.	Práticas liberais e neo-absolutistas, estas dominantes. Economia mercantil-escravista.	Autoritarismo (1822/47) Parlamentarismo (práticas) (1847/89) Suspensão de garantias individuais.	A partir de 1837: Liberal e Conservador, nacionais. A partir de 1871-73, também partidos republicanos provinciais.
2. 24.2.1891 LIBERAL (1891-1930)	Invoca o povo brasileiro	Promulgada pelo Congresso Constituinte, no governo provisório de Deodoro da Fonseca.	Apogeu da democracia e do capitalismo liberais. Formação do estado nacional republicano capitalista, no Brasil.	República dos Estados Unidos do Brasil: federal, representativa.	Democracia liberal representativa. Economia mercantil capitalista. Liberalismo econômico.	Presidencialismo. Os "recortes autoritários": estado de sítio e intervenção nos estados.	Partidos republicanos estaduais, oligárquicos. Partidos nacionais efêmeros ou simbólicos.
3. 16.7.1934 LIBERAL-PROGRESSISTA (1934-1937)	Invoca o povo brasileiro e a confiança de Deus; todos os poderes emanam do povo.	Promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte, no governo provisório de Getúlio Vargas.	A democracia e o capitalismo liberais em face do socialismo e do fascismo. No Brasil, crise da república oligárquica: a revolução da Aliança Liberal. (1930).	República dos Estados Unidos do Brasil: federal, representativa. As inovações e sua relação com os segmentos sociais emergentes.	Práticas socializantes, totalitárias e liberal-progressistas, estas dominantes. O Estado e a modernização industrial da economia mercantil capitalista.	Presidencialismo. Os "recortes autoritários": estado de sítio e intervenção nos estados.	Partidos e "frentes estaduais". Exceções nacionais: comunistas (PCB), aliancistas e integralistas (AIB) Clubes e legiões tenentistas.
4. 10.11.1937 TOTALITÁRIA (1937-1945)	Invoca o povo brasileiro; todo poder político dele emana.	Carta outorgada por Getúlio Vargas, no golpe de Estado de 1937.	Totalitarismo (direita): solução antiliberal, anticomunista, mas nacionalista e populista, p/a crise do capitalismo, pós-Grande Depressão 1929.	República dos Estados Unidos do Brasil: Estado federal, constitucional, representativa. Na prática: ditadura. Só foram cumpridas algumas disposições transitórias.	Democracia social e econômica, não política. Intervencionismo estatal: modernização industrial da economia mercantil capitalista.	Presidencialismo totalitário; o estado de emergência e o estado de guerra.	Não há partidos (nem a AIB). O Estado é o partido da direita.
5. 18.9.1946 LIBERAL-PROGRESSISTA (1946-1967)	Invoca o povo brasileiro; proteção de Deus; todo poder emana do povo.	Promulgada pela Assembleia Constituinte, no governo de Eurico Dutra. Ideologicamente, a de elaboração mais democrática.	Curta cooperação internacional: neocapitalismo e socialismo. Brasil: redemocratização antitotalitária. 1ª Const. que regulou partidos políticos.	República dos Estados Unidos do Brasil: federal, representativa.	Democracia liberal-progressista, neocapitalista. Capitalismo industrial. Estado e subdesenvolvimento: ideologia nacionalista.	Presidencialismo atrofiado: recurso à ideologia populista. "Recorte autoritário": o estado de sítio. Parlamentarismo (1961-1963), modelo alemão ocidental.	Pluripartidarismo nacional. Depois de 1965: bipartidarismo nacional, de fato. Organizações clandestinas, de esquerda ou de direita.
6. 24.1.1967 AUTORITÁRIA (1967-1969)	Invoca a proteção de Deus; todo poder emana do povo.	Outorgada por C. Branco, através do C. Nacional, feito const. Desde 1964, duas ordens "legais": constitucional e institucional (de exceção).	Contra-insurgência na Am. Latina: "guerra revolucionária", imposição modelo econômico "milagre brasileiro".	República Federativa do Brasil: constitucional e representativa.	Democracia liberal-representativa "possível": tutela autoritária. Capitalismo (oligomopolio) industrial e financeiro, associado internacionalmente.	Presidencialismo autoritário ("ordem institucional") Atrofia do Legislativo e do Judiciário. Ideologia da Segurança Nacional.	Na lei: pluripartidarismo nacional. Na prática: bipartidarismo nacional.
7. 17.10.1969 AUTORITÁRIA (1969-1987)	Invoca a proteção de Deus; todo poder emana do povo.	Oficialmente: Emenda nº 1 Carta 1967. Realmente: nova Carta, outorgada pela Junta Militar (L. Tavares, S. Melo, Rademacker). "Ordem constitucional" incorpora "ordem institucional".	Contra-insurgência na América Latina. Recrudescimento guerrilha urbana, preparatória guerrilha rural. Crise impedimento Costa e Silva.	República Federativa do Brasil. Nominalmente: constitucional, representativa. Recessos parlamentares formalizam ditadura.	Democracia liberal-representativa "possível": tutela autoritária. Capitalismo (oligomopolio) industrial e financeiro, associado internacionalmente.	Presidencialismo autoritário. Distensão, Geisel (1974-79); Aberluz, Figueiredo (1979-85); Nova República, Sarney (1985-...).	Bipartidarismo nacional, prejudicado p/cassações 1979 (anistia, reforma partidária); pluripartidarismo nacional. As restrições da reforma eleitoral de 1981.

Proibida reprodução sem autorização do autor.

Resumen

Las constituciones brasileñas: informaciones básicas, contextualizadas

La cuestión de la "constituyente" es ciertamente el tema político de mayor relevancia histórica de los tiempos actuales. Las informaciones reunidas por el Autor, relacionadas a las constituciones brasileñas, contribuyen para reducir la carencia de una información básica de los más diferenciados sectores de la sociedad civil.

Abstract

The Brazilian constitutions: basic information in context

The question of the "Constitutional Congress" is certainly the political theme with the greatest historical relevance of the present time. The information gathered by the author with respect to Brazilian constitutions contributes to reduce the lack of basic information about this subject on the part of the most varied sectors of civilian society.

Indicações bibliográficas

Pode-se consultar *Constituintes e Constituições Brasileiras: uma Breve Bibliografia* (Rio de Janeiro, 1986). O texto integral das sete cartas magnas está em *As Constituições Brasileiras: Texto Completo e Modificações*, de Adriano e Hilton Lobo Campanhole (São Paulo, 1985). Waldemar Martins Ferreira escreveu uma *História do Direito Constitucional Brasileiro* (São Paulo, 1954); o *Curso de Direito Constitucional Brasileiro* (São Paulo) de Manoel Gonçalves Ferreira Filho completará uma visão jurídica do assunto. Outras abordagens estão em *O Pensamento Constitucional Brasileiro* (Brasília, 1978), de José Francisco Paes Landim e em *O Conteúdo Social das Constituições Brasileiras* (Belo Horizonte, 1959) de Fábio Lucas. A perspectiva do historiador está em *Constituintes e Constituições do Brasil* (Rio de Janeiro, 1962), de Francisco Iglésias, e a do cientista político está em *Assembleia Constituinte: Legitimidade Recuperada* (São Paulo, 1984), de Raymundo Faoro. Úteis também para uma visão de conjunto são os livros *História das Instituições Políticas do Brasil* (Rio de Janeiro, 1962) de Hamilton Leal e *O Poder Constituinte e as Constituições Brasileiras* (Recife, 1985) de Pinto Ferreira. Preocupa-nos a discussão que a constituinte e a Constituição de 1987 estão suscitando entre categorias sociais. Como exemplo desta discussão podemos citar a "contribuição da ABRASCO para os debates da VIII Conferência Nacional de Saúde", com

H	I	J	L	M	N	O	P	Q
REGIME ELEITORAL	FORMA DE ESTADO (organização territorial)	MODELOS INTERNOS OU EXTERNOS	RELAÇÕES IGREJA-ESTADO	EDUCAÇÃO	CULTURA	DEFESA E SEGURANÇA NACIONAIS	PRINCIPAIS REFORMAS CONSTITUCIONAIS E RESTRIÇÕES ÀS CONSTITUIÇÕES	CONTEXTO HISTÓRICO DAS REFORMAS
Voto censitário (renda) proporcional (ao nº de habitantes de cada província); 25 anos. A descoberto. Voto em dois graus e voto do analfabeto, até 1880.	Unitário. "Falsa questão": centralização ou descentralização?	Cartas legitimistas, da restauração neo-absolutista: a de Luís XVIII, França (1814).	Estado confessional. Igreja oficial unida e subordinada ao Estado. Regalismo (ou Padroado). Menor liberdade de culto. Relig. catól. obrig. nas escolas.	Instrução primária gratuita para os cidadãos.	Liberdade c/restrições para qualquer "gênero de cultura".	Segurança e defesa do Império contra inimigos internos e externos.	Ato Adicional de 1834, "interpretado" em 1840: descentralização e liberalização, limitadas. Reformas constitucionais por lei ordinária.	Acordo ou não entre as facções "progressistas" ou "regressistas" do poder.
Voto universal (não depende da renda), Direto Proporcional (nº habitantes de cada estado), A descoberto. Plural (1904). 21 anos.	Federativo (a Carta mais federativa: os estados, através das oligarquias, constroem a nação).	Cartas liberais, especialmente a dos EUA (1787-1791) e da Argentina (1853). Pequena infl. positivista.	Estado leigo: igrejas separadas do Estado. Maior liberdade de culto. Ensino leigo na escola pública.	Instrução primária gratuita.	Garantia de autoria de obras literárias e artísticas.	Defesa da pátria no exterior e manutenção das leis no interior.	Reforma constitucional de 1926: restrições ao federalismo, fortalecimento do presidencialismo.	Crise Rep. Oligárquica: tenentismo, cisões oligárquicas; burguesia industrial, setores intermediários urbanos, movimento operário.
Voto universal, direto, obrigatório, feminino, secreto, proporcional (nº habitantes p/estado). Classista (representantes das classes profissionais). Justiça eleitoral. 18 anos.	Federativo. O Estado passa a construir a nação.	Cartas social-democratas do pós-Primeira Guerra Mundial, especialmente a alemã de Weimar (1919) e a espanhola (1931).	Estado leigo: igrejas separadas do Estado. Maior liberdade de culto. Religião facultativa na escola pública.	Ação supletiva e normativa do poder público. Educação: direito p/ o cidadão, dever p/ o Estado. % p/Educação no orçam. Ens. primário obrig. e grat.	Poder público: favorecer e animar a cultura; proteger "interesse histórico", patrimônio artístico, assistir trabalhador intelectual.	Ameaça externa superior à interna. Responsabilidade militar. Conselho de Segurança Nacional restrito (guerra externa).	1935: 1ª Lei Seg. Nac. Ems. Consts. 1 ("estado de guerra"), 2 e 3 (demissão func. civil e militar, p/subversão). Estado de Sítio = Estado de Guerra.	A "direitização" do "estado de compromisso" e da Carta eclética de 1934, face à ameaça da esquerda.
Na prática, só voto classista ou profissional, no âmbito das corporações ou sindicatos. Plebiscito, não realizado.	Unitário (a Carta mais unitária). O Estado Novo ou Nacional.	Cartas fascistas da Europa, especialmente Portugal (1933) e Polónia (1935) e a Carta do Trabalho italiana (1927). O "castilhanismo".	Estado leigo: igrejas separadas do Estado. Maior liberdade de culto. Religião facultativa na escola pública.	Ação normat. e suplet. poder público. Tendência: privatização. % p/Educação no orçam. Ens. prim. obrig. e grat.	Poder público: proteger e cuidar do patrimônio histórico (monumentos históricos, artísticos e naturais).	Ameaça interna igual à externa. Responsabilidade militar. Conselho de Segurança amplo (guerras interna e externa).	1945 – Lei Constitucional nº 9, deu início à redemocratização, marcando eleições gerais para 01/12/1945.	Pressões externas e internas sobre Getúlio Vargas para acabar com Estado Novo. Participação do Brasil na 2ª G.M. junto às Nações Unidas.
Voto universal, direto, obrigatório, feminino, secreto. Proporcional (nº de habitantes por estado). Justiça eleitoral.	Federativo; municipalismo. Depois de 1964: fortalecimento do governo federal (a União).	Média (liberal-progressista) de posições político-ideológicas nacionais: Cartas de 1891, 1934 e 1937. Perplexidade institucional pós-Segunda Guerra Mundial.	Estado leigo: igrejas separadas do Estado. Maior liberdade de culto. Religião facultativa na escola pública.	Ação norm. e suplet. poder público. Tendência: privatização. Ens. prim. obrig. e grat. nas esc. públ. Outros níveis: grat. só p/os s/recursos. % p/Educ. no orçam.	Liberdade p/ciências, letras e artes. Poder público: amparar cultura e pesquisa; proteger docs. e monumentos de valor histórico, artístico e natural.	Depois de 1967: ameaça interna (esquerda) superior à externa. Responsabilidade civil e militar, de pessoa física e jurídica. C. S. Nacional amplo: guerras interna e externa.	1961, Emenda nº 4, (parlamentarista); 1963, nº 6 (presidencialista). 1964-1967, Comando Revolucionário e Castelo Branco: atos institucionais, complementares e emendas constitucionais.	1961-63: crise renúncia J. Quadros, oposição à posse J. Goulart, plebiscito: parlament. ou presidencial? 1964-67: implantação "revolução", vinda golpe Estado em J. Goulart (reformas de base).
Voto universal, direto, secreto, obrigatório, feminino, proporcional. Justiça eleitoral. Um colégio eleitoral elege o presidente da República.	Federativo, nominalmente. Na prática: hipertrofia do gov. fed., atrofia dos estados e municípios (p. e sistema tributário, polícias militares).	Autoritarismo modernizador: "Segurança e Desenvolvimento" (ESG), "democracia dirigida". Terceiro Mundo (Indonésia, 59); "democracia pós-liberal europeia" – (França, 1958).	Estado leigo: igrejas separadas do Estado. Maior liberdade de culto. Cisões nas igrejas, face o autoritarismo. Religião facultativa na escola pública.	Ação norm. e suplet. poder público. Privatização. Ens. prim. obrig. e grat. nas esc. públ. Outros níveis: grat. só p/os s/recursos.	Liberdade p/ciências, letras e artes. C/restrições (ordem institucional). Poder público: amparar cultura e pesquisa; proteger docs. e monums. de valor his., art., natural e arqueológico.	Depois de 1967: ameaça interna (esquerda) superior à externa. Responsabilidade civil e militar, de pessoa física e jurídica. C. S. Nacional amplo: guerras interna e externa.	Atos institucionais e complementares: Costa e Silva (1967-69) especialmente AI-5 (1968) e Junta Militar (1969). Emenda constitucional nº 1 (1969). Junta Militar.	Oposição e contestação ao Autoritarismo Militar (Costa e Silva e Junta Militar). Atos "Ordem Institucional": sem apreciação judicial.
Voto universal, direto (legislativo) ou indireto (colégio eleit. p/o execut. fed. e est., este até 1982); proporcional nº eleit., obrigatório, secreto e feminino. Justiça eleit. Voto do analfabeto (1985).	Federativo, nominalmente. Na prática: hipertrofia do gov. fed., atrofia dos estados e municípios (p. e sistema tributário, polícias militares).	Autoritarismo modernizador: "Segurança e Desenvolvimento" (ESG), "democracia dirigida". Terceiro Mundo (Indonésia, 59); "democracia pós-liberal europeia" – (França, 1958).	Estado leigo: igrejas separadas do Estado. Maior liberdade de culto. Cisões nas igrejas, face o autoritarismo. Religião facultativa na escola pública.	Ação norm. e supl. poder público. Privatização. Ens. prim. obrig. e grat. nas esc. públ. Outros níveis: grat. só p/os s/recursos. Emenda Calmon (1983): % p/Educ.	Liberdade p/ciências, letras e artes, sem subversão, preconceitos e amoralidades. As restrições da ordem institucional. Poder público: amparar cultura e pesquisa; proteger docs. e monums. de valor hist., art., natural e arqueológico.	Depois de 1967: ameaça interna (esquerda) superior à externa. Responsabilidade civil e militar, de pessoa física e jurídica. C. S. Nacional amplo: guerras interna e externa.	Em Const. E. Geisel 1977 (nº 7 Jud. e 8 Procs. Eleit.) e 1978 (nº 11, fim Ordem Inst. e "salvaguardas"); J. Figueiredo 1980 (nº 15, Procs. Eleit.) e 1982 (nº 22, Procs. Eleit.). O Divórcio (Em. Constitucional nº 9, 1977).	Derrota guerrilha; movimento popular, crise do capit. mundial, cisões no poder, terrorismo de direita; distensão e depois abertura, controladas, mesmo na Nova República (T. Neves/Sarney).

vistas à formação de uma consciência sanitária (*Pelo Direito Universal à Saúde*, Rio de Janeiro, 1985). Ou então o ciclo de palestras co-promovido pelos Departamentos de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (*Constituinte e Comunicação Social*, Belo Horizonte, 1985). A posição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil está em *Igreja, Constituinte, Constituição: Subsídios para Reflexão e Ação Pastoral* (Petrópolis, 1985).

O ponto de partida para o estudo da Constituição de 1967 ("outorgada pelo Executivo Revolucionário através do Congresso", como diz o prof. Sahid Maluf) pode ser o verbete que Antônio Carlos Konder Reis escreveu para o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983* (Rio de Janeiro, 1984); para a Constituição de 1969, o verbete escrito por Oscar Dias Correia. Estes enfoques eminentemente jurídicos podem ser completados pelos *Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969* (São Paulo, 1970) de Pontes de Miranda. A visão do magistrado sobre os anos de autoritarismo que envolvem estas cartas magnas encontra-se em F. A. de Miranda Rosa (*Justiça e Autoritarismo*, Rio de Janeiro, 1985) e a sua contextualização política pode ser debatida a partir da proposta de Florestan Fernandes, em *Nova República?* (Rio de Janeiro, 1986). Há subsídios importantes para os congressistas constituintes, como a *Proposta de uma Constituição Democrática para o Brasil: Ante-*

projeto (Porto Alegre, 1981) e *Muda Brasil: Uma Constituição para o Desenvolvimento Democrático* (São Paulo, 1986), Fábio Konder Comparato, autor também de "Um Quadro Institucional para o Desenvolvimento Democrático" (*Brasil, Sociedade Democrática*; Rio de Janeiro, 1985). Osny Duarte Pereira escreveu *Nova República: Constituição Nova* (Rio de Janeiro, 1985) com "apontamentos e sugestões para uma constituição moderna".

Há todo um esforço para popularizar o debate em torno da constituinte de 1987, que desejamos o mais livre e soberana possível. Laurício Neumann e Oswaldo Dalpiaz escreveram *Constituinte: Vez e Voz do Povo?* (Porto Alegre, 1986), enquanto Lúcia de Sá Barreto redigiu *Constituinte e Constituição não são Bicho Papão* (Petrópolis, 1985). Este esforço está também presente em *Brasil: Manual de Instruções* (Rio de Janeiro, 1985) de Ziraldo, em *Passarinhos e Gaviões: uma Fábula da Constituinte* (Rio de Janeiro, 1986) de Chico Alencar, em *O que é Constituinte* (São Paulo, 1985) de Marília Garcia, em *Como participar da Constituinte* (Petrópolis, 1985) de J. Batista Herkenhof e, finalmente, em *Constituição e Constituinte* (São Paulo, 1954) de Dalmo de A. Dallari. Os "passos (1977-1985) dados pela sociedade civil em sua luta irreversível por uma Assembléia Constituinte" foram recuperados na *História Recente da Luta pela Constituinte no Brasil* (Petrópolis, 1985) de Ruy de S. Monteiro.

A triste crônica da música (e do músico) de concerto no Brasil

Enio Squeff

Jornalista, editor da revista *Pau Brasil*, SP.



O oboísta, olhar vítreo (estava no sexto chope), vira-se para o crítico e sentencia: “É uma questão de *merchandising* — é assim que se diz, não? Você insiste em que devemos ter boas orquestras, bons regentes, programas decentes, músicos sinfônicos capazes. Ocorre que, neste sentido, você é que está alienado: o Brasil vive hoje do capitalismo, ou não? Orquestra sinfônica não dá lucro. Logo...” Em seguida, enquanto sorve o resto do fundo do copo, indiferente, avisa: “Olhe, comigo são quatro que já saíram da orquestra, em 1986. A estas alturas, eu quero é viajar. Me ofereceram um emprego num navio, coisa de música popular”.

desencadearam uma espécie de movimentação pau-de-arara às avessas: não foram raros os músicos paulistanos que demandaram o Nordeste à cata do que o Sul já não lhes oferecia. Hoje, porém, a situação mudou.

Não se trata de fato recente, acho. Desde que se operaram as mudanças políticas, com o retorno (relativo) dos direitos civis, a reação ao Estado

sociedade. Confundiu-se o que era do Estado com o que era do governo. Algumas dessas confusões entrarão definitivamente para o folclore da história da música brasileira. Darcy Ribeiro, um intelectual de respeito, ao assumir como vice-governador da Guanabara intentou democratizar o Municipal, convidando a cantora Clementina de Jesus a cantar no Teatro. Supunha que a democratização ocorresse não pela mudança da natureza do teatro — que não se presta a espetáculos do tipo — mas à natureza (ou melhor, à renda) de seus ouvintes.



No passado, tal anúncio, mesmo dentro de um bar, dizia pouco. Músicos sinfônicos são como bóias-frias, migrantes compulsórios — deslocam-se para onde lhes pagam mais. No começo de 70, por exemplo, quase 40% dos efetivos da Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) se transferiram para a Sinfônica Estadual de São Paulo. Os salários compensavam. Ao assumir a orquestra, Eleazar de Carvalho conseguiu do governo paulista uma média de mil dólares mensais para os músicos de fila. Era três ou quatro vezes o que se pagava em outras orquestras brasileiras. Provocou uma das maiores migrações de músicos de que se tem notícia no Brasil. No início dos anos 80, o mesmo iria acontecer com a Paraíba. Os salários compensadores

autocrático (confundido com o governo que o assumiu) desencadeou a desestabilização de muitos equipamentos diretamente dependentes do poder público. O caso das sinfônicas parece ter sido o mais expressivo. Mas não parece ter mais a ver com as orquestras ou com a vida musical “erudita” em si mesma, do que com o avanço daquilo a que se convencionou denominar “indústria cultural”. O raciocínio se afigura mais ou menos linear. Como o governo era autoritário, os equipamentos do Estado que se confundiam com ele, por sua dependência do Tesouro (e em qualquer lugar do mundo as sinfônicas, os teatros de óperas dependem de subsídios; não são auto-suficientes), passaram a encarnar a maldição generalizada da

A confusão, ao que parece, desvaneceu-se. No Municipal do Rio, agora, voltou-se a fazer espetáculos de óperas e de dança. O vice-governador parece ter acedido que não se democratizam equipamentos culturais mudando-se sua função, mas se alterando o perfil social de seus fruidores. Bem, as coisas continuam como antes no quartel de Abrantes. A democracia não aconteceu. Mas a confusão não se verificou só no Rio de Janeiro. Em São Paulo, centro do capitalismo brasileiro (*et pour cause*) e da indústria cultural, a situação foi bem pior.

Começou-se pelo torpedeamento da própria ópera paulista. Sem que se oferecesse uma alternativa, fechou-se o Teatro Municipal. O secretário da Cultura,

Gianfrancesco Guarnieri (bom ator, bom autor, homem progressista) afirmava de público que o fazia "com pesar". À socapa, porém, ouvi de muitos de seus auxiliares diretos que a um "teatro de elite" se deveria dar uma espécie de "solução final", e que sobre suas ruínas se deveria colocar uma placa: "Aqui jaz o teatro das elites de São Paulo" (sic). O sr. Gianfrancesco Guarnieri, trabalhava para o prefeito do PMDB. Com a derrota de seu partido, porém, nada se alterou. Diz o novo secretário de Cultura que o Municipal necessitará de algo em torno de oito milhões de dólares para ser reformado "comme il faut". Obviamente, não se fala de datas. E se levarmos em conta que os jornais paulistanos estão dando a mínima importância para o fato, o resto só pode ser o silêncio.

Qual a conclusão disso tudo?

Não parece se afastar muito do arrazoado sobre as reações ao Estado metastático dos últimos anos. A contrariedade de parte da *intelligentsia* brasileira à criação do Ministério da Cultura exprimiu muito bem este processo. Mas seria possível viabilizar, a "cultura artesanal" com a debandada arquitetada, desde dentro, dos subsídios do Estado? A resposta é evidente. E o salvacionismo embutido na esperança de que a iniciativa privada compense o que o Estado relega não parece menos propagandístico e equivocado sobre as virtudes do capitalismo nesta época de cruzados e quejandos, do que o engodo de que fora da "indústria" não há salvação.

Lembro um exemplo. Neste ano, comemora-se o sesquicentenário do nascimento de Carlos Gomes. Sabe-se que, no Rio, já foram encenadas algumas de suas óperas. Em Campinas (cidade natal do compositor), haverá a montagem de suas cenas mais conhecidas. Mas se pode apostar que Carlos Gomes não será mais divulgado do que o foi no século passado, ou começo deste, quando o invectivavam por ser "verdiano". O Estado, naturalmente, arcará com o que é preciso — mas se sabe que as precisões maiores são da sociedade com seus dengues, seus bóias-frias, seus miseráveis. Não obstante, não há notícias sobre patrocínios da iniciativa privada. Ao que parece, a *realpolitik* econômica do governo reteve os ímpetos de mecenato do empresariado. De sua parte, porém, o empresário ligado à indústria cultural não parece muito inclinado a patrocinar a tão desejada democratização de que se nutriram os comícios e os políticos pelas "diretas-já", ou pela eleição do dr. Tancredo à presidência.

É a questão mais triste, da triste sina da música de concerto no Brasil. Por ter eternamente dependido de um Estado centralizador, autoritário e paternalista, ela sempre se nutriu da boa vontade bissexta dos governantes. Foi assim com o padre José Maurício, sob nossos dois imperadores, e com outros compositores nas velhas e novas repúblicas. Desde que, porém, essa boa vontade lhes faltou, a realidade de seus pés-de-barro emergiu como que por encanto. Hoje não há nenhum

jornal de São Paulo que mantenha uma crítica musical atuante.

Claro, existem os comentaristas de discos. A vida musical da maior cidade brasileira e da América do Sul resume-se aos aparelhos de som dos proprietários de *livings* espaçosos, dotados de revistas especializadas onde se informam sobre as vicissitudes do sr. Georg Solti com a Sinfônica de Chicago. Ou da última rusga da crítica especializada de Nova Iorque com o novo diretor do Metropolitan — fico a imaginar que, em Berlim, Herbert von Karajan deva ter insônias com o que dizem sobre ele os críticos brasileiros, inclusive do que dele pensa o escriba "que vos fala"...

Sem dúvida, temos também nossos compositores. O maestro Cláudio Santoro já se acostumou a sair de Brasília para ser homenageado pelos alemães. Ganhou, há dois anos, 15 mil cruzados da Prefeitura de São Paulo, para compor *Alma*, uma ópera sobre o romance homônimo de



Oswald de Andrade. Evidentemente, sua ópera está hoje devidamente engavetada. Dias atrás, encontrei o compositor Gilberto Mendes num recital no MASP – Museu de Arte de São Paulo. Quando lhe perguntei sobre a música brasileira, ele, ironicamente, declarou que o que restava dela eram os músicos populares (leia-se “músicos de rock”).

Enquanto isso, não são raros os professores da USP – Universidade de São Paulo, que continuam achando que a música de concerto é coisa de elite. Aliás, este é outro turno da história da música brasileira.

Sobre todas as vicissitudes de sua existência errática, não restam muitas dúvidas de que sua importância se mede pelo espaço que lhe reservam as grandes redes de TV. Foi isso, por sinal, que o sr. José Aparecido anotou como a contribuição mais importante de um

sociólogo da USP. Na época, o atual prefeito de Brasília preparava-se para assumir o Ministério da Cultura. E, a se crer no *Jornal do Brasil*, ficou sinceramente impressionado com a afirmação do dito sociólogo de que o Estado não deveria se preocupar com as “artes não lucrativas”, como a ópera, a dança, a música de concerto... Consoante o pragmatismo do capitalismo brasileiro, isso seria gastar em quinquilharias pesadas, que o povo não conhecia e “não gostava”. Não acrescentou que o Estado deveria suprimir gastos com bibliotecas, ou galerias públicas de arte, já que o povo não lê e muito menos aprecia pintura. Não precisava, acho que ficou implícito.

Com tudo isso, porém, “La nave va”. Dos quatro músicos demissionários da Sinfônica Municipal de São Paulo, um é hoje “relações públicas” de uma multinacional. Os outros três continuam na profissão.

Não significa muito em termos quantitativos. Mas das três sinfônicas paulistas, duas estão em crise. A Estadual não tem onde ensaiar. A Municipal já se acostumou, ao que parece, com o fato de não ter mais grande público, fora de seu teatro. Na Paraíba, a orquestra está sendo fechada pelo governo estadual. No Rio, a situação é melhor. Ao contrário dos paulistas, os cariocas irão comemorar com certa dignidade o paulista Carlos Gomes no sesquicentenário de seu nascimento.

No mais, porém, vivemos a ressaca da festa em que a ditadura usou e abusou da música de concerto sem fazê-la sair dos teatros. O povo continua a desconhecê-la. O que dá razão ao herói do sr. José Aparecido. Mas um dia as coisas entram nos eixos. Os que acreditam que a música não nasceu com Pixinguinha ou Michael Jackson têm esperanças. Por enquanto, porém, o crítico aceita a pecha de alienado. ●

Resumen

MÚSICA

La triste crónica de la música (y del músico) de concierto en el Brasil

Desde que se efectuaron las mudanzas políticas, con el retorno (relativo) de los derechos civiles, la reacción al Estado autocrático promovió algunas confusiones que entrarán definitivamente en el folklore de la historia de la música brasileña. El raciocinio se establece de una manera lineal. Como el gobierno era autoritario, los equipamientos del Estado (las sinfónicas, los teatros de óperas) que se confundían con el, por su dependencia del Tesoro, pasaron a encarnar la maldición generalizada de la sociedad. Se confundió lo que era del Estado con lo que era del gobierno.

Abstract

MUSIC

The sad tale of concert music (and the musician) in Brazil

Ever since political changes have been in operations, with the (relative) return of civilian rights, the reaction to the autocratic state has promoted some confusion which will definitely enter into the annals of historical folklore of Brazilian music. The reasoning is more or less linear. Since the government was authoritarian formerly, the equipment of the State (the symphony orchestras, the opera houses), which were confused with the State due to their dependence upon the State treasury, began to represent the generalized curse of society. One confounded what belonged to the State with what belonged to the government.

Quanto custa uma cidade

As interrogações aparentemente simples podem apresentar grandes surpresas. Uma reflexão sobre o custo de uma cidade certamente está nesse caso. Para alguma resposta, por mais ligeira que seja, há que recuperar conhecimentos sobre todas as particularidades do fato urbano. Modalidade avançada de concentração humana que, para sobreviver, depende de espaços econômicos de diferentes níveis de abrangência e profundidade. Um ecossistema diferenciado, criado por uma longa atuação de gerações e gerações de homens sobre fatias de sistemas ecológicos, primariamente naturais. A herança cultural dos homens sobrepondo-se à herança remota da natureza.

Aziz N. Ab'Sáber

Uma prévia obrigatória se impõe na grande questão sobre o custo de uma cidade: a ordem de grandeza do fato urbano. Em termos do *quantum* de humanidade que ela asila, e da ordem de magnitude do seu espaço e volume construídos. É fácil saber, de um modo genérico, que toda cidade tem o seu custo. Um custo em relação à ecologia; um custo em relação à sociedade. Poderia parecer que os custos seriam proporcionais à sua própria ordem de grandeza. O custo das cidades tende a ser diferencial e geometricamente progressivo em relação ao seu tamanho, devido à somatória dos investimentos nela realizados, ao longo do tempo e do espaço. Investimentos funcionais e estéticos. Investimentos e re-investimentos alinhados com a civilização industrial. Equipamentos e atributos tecnológicos relacionados com os padrões de ocidentalização em processo de desenvolvimento, incluindo a pérfida atuação dos mecanismos de obsolescência planejada, difundidos a partir da agressiva propaganda dos países centrais. Ao consumismo generalizado da sociedade um "consumismo" particular das instituições especializadas existentes no próprio interior da sociedade total. Por último, há um custo exageradamente alto, relacionado à

conexão da cidade com as áreas que estão fora dos seus muros, e que entretanto são vitais para o seu abastecimento alimentar, a produção de matérias-primas, e a colocação rendosa de seus manufaturados e serviços.

O problema essencial reside na avaliação do custo de uma grande cidade. A cidade que atingiu dimensões metropolitanas. Uma São Paulo. Nova York. Uma Tóquio. Londres. A Cidade do México. Organismos urbanos agigantados, que projetam sobre o espaço físico e ecológico uma sociedade que envolve milhões de pessoas. O destino cotidiano de grandes massas. Cidades que discriminam os diferentes segmentos da pirâmide social no interior do espaço urbanizado. De um modo diferencial, segundo as condicionantes da estrutura sócio-econômica de cada país.

Qual será o custo total dos espaços construídos e das funções em dinâmica nessas fantásticas aglomerações humanas do fim do século? Qual o custo real para manter os serviços públicos e as infra-estruturas que garantem sua plena funcionalidade? Por exemplo, quanto custa o abastecimento energético total de uma grande cidade? Quem lucra e quem paga os custos sociais das obras inacabadas e dos sistemas em desativação?

Quanto custou a infra-estrutura energética, o sistema de abastecimento d'água, a rede total dos esgotos? Qual o custo dos veículos, espaços funcionais, serviços e órgãos, que garantem o abastecimento alimentar? O custo das coisas e fluxos visíveis e dos mecanismos pouco visualizáveis? O custo das vagas arquitetônicas que se sucedem no espaço urbano? Quanto custa o círculo vicioso da produção do espaço urbano, sob a pressão dos especuladores e dos exploradores da pobreza acumulada? O custo da poluição em relação à saúde pública? O custo dos projetos encomendados para serem arquivados? E, por fim, qual o custo ecológico da metropolização? Algumas das questões básicas a exigir respostas que permitam uma avaliação do custo total de uma grande aglomeração de homens, em determinados pontos nodais da face da Terra.

O advento da cidade

A invenção da cidade foi uma das grandes rupturas na escalada humana sobre a face da Terra. O surgimento das cidades,



pontilhando o Crescente Fértil, o vale do Nilo e os sítios portuários da costa fenícia e das ilhas do Mediterrâneo Oriental, deu-se há aproximadamente seis milênios. Em contrapartida, na África Oriental existem indícios da presença humana há mais de um milhão de anos. Nada aconteceu ao mesmo tempo, por toda a parte, na história da fixação do homem a determinados sítios. Das hordas de caçadores e caçadores-coletores passou-se para o modelo das aldeias tribais, através de extraordinárias variações. Em qualquer caso, a aldeia tribal era uma aglomeração para garantir ou facilitar a sobrevivência de pequenos grupos pré-letrados, relativamente homogêneos, amarrados às condicionantes da natureza regional. Em todos os casos, a aldeia tribal era uma aglomeração centrada na busca de alimentos. Uma aglomeração de rotina de

uma tecnologia rústica. Uma sociedade restrita, baseada na reunião e convivência de homens, mulheres e crianças, sob complexos sistemas de parentesco. Um local de abastecimento coletivo para a sobrevivência de um pequeno grupo, limitado em suas possibilidades de desenvolvimento social pela baixa técnica e desconhecimento da escrita. Eram centros bucólicos de reprodução humana e de reprodução cultural, em circuito praticamente fechado para o mundo exterior. Os contatos com o exterior se limitavam às consequências imediatas da guerra. Guerras intertribais. O prisioneiro era o único componente alienígena, étnica e culturalmente diferenciado. Ainda que com diferenças culturais mínimas. Um objeto de guerra. Um simples troféu humano, destinado ao holocausto: um holocausto que impedia a inte-

gração do alienígena, como componente vivo e como componente cultural. Ocasionalmente, um escravo. A defesa da territorialidade era o único pressuposto obrigatório, para garantir o embasamento de uma economia primária, centrada principalmente nas riquezas do mundo físico e biológico. Incluindo, de modo ancilar, alguns rudimentos de agricultura, de tipo marcadamente itinerante.

Um feixe de fatores tornou possível o aparecimento das cidades. Sobre tudo, em determinadas áreas, eleitas pela natureza em termos de fertilidade natural de seus solos. O desenvolvimento da agricultura, com base nos atributos dos solos e em algumas técnicas agrícolas rudimentares, tornou possível a criação de excedentes de produção alimentar. Gradualmente os excedentes puderam ser comercializados, primeiramente através do

escambo, e, logo mais, através de pontos fixos de trocas. Os sítios tornados conhecidos para efetuar trocas foram os primeiros embriões de cidades. Uma ruptura significativa e até certo ponto inesperada com o velho sistema das aldeias tribais. Agora era preciso transportar os produtos até a cidade-feira, enquanto outros traziam seus produtos de áreas contíguas ou distantes, através de rotas terrestres, fluviais ou marítimas. A história da circulação das riquezas, produzidas por diferentes áreas e grupos humanos, passa a ser fator importante para definir as funções de algumas aglomerações humanas, que logo mais iriam adquirir um conjunto de funções marcadamente urbanas.

A cidade nasceu em função de um trinômio: excedente de produção, sítios de entroncamento de rotas e soma de produtos de regiões geográficas muito diferenciadas entre si. Presidindo seu destino, uma primária lei de oferta e procura. Mas elas cresceram e se fixaram pelo entrelaço das inovações e pela convivência de homens, procedentes de diferentes regiões, etnias e culturas. Ao mesmo tempo em que favoreceram o enriquecimento de uns em detrimento de outros, relegados à incômoda posição de dependentes, trabalhadores braçais, força de trabalho. Para não falar da cidade-mercado de escravos: escravos da guerra, trágica mercadoria humana.

O grande palco para as inovações

Desde cedo, a cidade foi o tecido propício para o impacto das idéias e o desenvolvimento e aplicação de técnicas inovadoras. Idéias que revolucionaram a bucólica conjuntura das aldeias auto-suficientes, fechadas em torno de sua infundável rotina cultural. Em grande parte, as cidades foram o grande palco para a experimentação das inovações significativas: a escrita, a roda, a metalurgia do bronze e do ferro. Elas acolheram e ampliaram as aplicações das descobertas e inovações. À sombra do poder dos reis e sacerdotes desenvolveram-se especialidades artesanais, que puderam elevar rapidamente os padrões contidos da tecnicidade das aldeias tribais. Elas foram o sítio mais seguro e garantido para a concentração dos artesãos, provenientes das mais diversas áreas e raças. Coureiros, sapateiros, alfaiates, bronzeiros e ferreiros, alquimistas e escribas. E, sobretudo, construtores. Construtores de moradias. Construtores de palácios. Construtores de templos. Construtores de túmulos.

A cidade de um novo povo e dos artesãos, ofertadores de serviços, tornou-se fundamental para garantir a produtividade,

armazenar produção, e tornar possível a distribuição e comercialização dos produtos agrícolas, inicialmente na base de trocas. Mais tarde, à custa do ouro e do dinheiro. Produtos de origem vegetal e produtos da criação de gado foram gradualmente mantidos em estoque, graças a rudimentares técnicas de conservação de alimentos. O grande desafio que se impôs à cidade-entrepósito foi o de aprender técnicas de preservação dos excedentes alimentares, sem maiores perigos de deterioração. As rotas do sal, para o abastecimento urbano e rural, multiplicaram-se. O sal era igualmente importante como atributo da alimentação e como produto ímpar na preservação de alimentos de origem animal. Preservação do peixe. Preservação da carne de suínos, de bovinos, de aves e pássaros. A importância do sal haveria de criar o "salário", invenção essencialmente urbana.

A arquitetura de deuses e reis

Para atender um novo mundo de relações humanas, envolvendo diferentes modalidades especializadas de trabalho não rural, era inevitável uma nova ordem social, comportando segmentos estratificados. Especialização do trabalho e estratificação social marcharam juntas na história das cidades (Sjoberg, 1967). Logo, um novo sistema de administração e de concentração de poder passa a associar reis e sacerdotes, prepostos e intermediários, capatazes e comandantes de milícias. Introduce-se um fator de complicação nas relações primárias de trabalho e comércio. Taxas são cobradas. Parte dos excedentes confiscados em nome dos reis ou dos deuses. Os templos asilam crédulos fiéis e servem de armazém para os excedentes suntuários ao livre comércio. As forças de trabalho são submetidas aos desígnios das lideranças ociosas e dos funcionários reais e prepostos dos sacerdotes. A cidade passa a ter um custo inestimável para a condição humana dos excluídos.

O produto dos trabalhos agrícolas e das taxas reais, acumulados nos templos ou em depósitos de palácios cada vez maiores, era usado para fazer a guerra e aumentar os domínios territoriais e intensificar o fluxo dos prisioneiros, transformados em escravos. Os reis e os sacerdotes podiam se dar ao luxo de construir templos maiores, palácios mais grandiosos, monumentos de significação espúria. Túmulos e pirâmides. Uma gangorra entre o construtivismo para os deuses e o construtivismo para os homens. E, por fim (exagero dos exageros!), um construtivismo para tentar assegurar o usufruto da riqueza, além da morte, para os poderosos do império. As cidades se

tornaram um campo propício para os profissionais da construção. E, aos poucos, uma nova arte, nascida na faixa de cruzamento entre as técnicas construtivas e a inspiração sem limites, tornou possível o advento da arquitetura. Uma arquitetura que beneficia reis, deuses e poderosos. Uma arquitetura que envolve custos sociais e humanos absolutamente incalculáveis. Mas que, em contrapartida, implantou os grandes símbolos do fato urbano: os mais permanentes e evocativos da complicada história das civilizações.

Os mecanismos históricos que conduziram reis e sacerdotes a superutilizar a força de trabalho dos deserdados-aldeões e escravos na construção dos grandes símbolos do poder espiritual e temporal, aplicados ao controle social dos homens, devem ser melhor conhecidos para ser mais devidamente repudiados. De qualquer forma, a civilização nasceu com o advento do fato urbano; a escrita surgiu das exigências do fato comercial tornado possível pelas iniciativas do homem urbano; e as grandes descobertas somente alcançaram aplicabilidade, para o bem ou para o mal, à custa de sua ressonância no ambiente das cidades. Uma ou outra dentre elas tentou resguardar a memória dos grupos humanos vinculados ao espaço urbano, à região e ao mundo de sua época. Bibliotecas foram destruídas, documentos negligenciados. Perdas irreparáveis. Mas os excedentes de civilização criados pelas cidades, desde seu nascimento, multiplicaram-se no interior dos espaços urbanos abertos ou construídos, existentes em todas as partes do mundo habitado. A rua e a praça. Os traçados espontâneos, os traçados planejados. O Mercado e a ágora. O Centro, a rua Direita e o Rocio. O templo e as instituições públicas. A Academia, a Biblioteca e a Escola. Na sociedade de massas e no mundo da televisão, os pequenos pontos de reunião perderam sua vez, as bibliotecas se esvaziaram, e a Academia tornou-se margem. Entretanto, é bom saber que a ágora está na Praça da Sé, na Cinelândia do Rio, na Rodoviária de Brasília. E, em tantos outros pontos: no Centro do Recife, na Praça Castro Alves, em Salvador. Ouvir e dizer na Universidade é fácil. Quando os intelectuais descobrirem a importância de ouvir e falar na ágora?

A cidade da era industrial é fruto de um cruzamento grosseiro e desequilibrado dos remanescentes da cidade antiga com a parafemália das aplicações de ciências, via tecnologias industriais. Elas criaram espaços opressores para os pobres e os excluídos (Sabbag Jr, 1985). Fizeram diminuir o tempo de participação dos homens residentes em relação aos equipamentos urbanos públicos. Nela há pou-

co lugar para a vida e as meditações dos poetas e dos pensadores. O custo da nova grande cidade, em termos de opressão mental e de anomalias de comportamento da pessoa humana, jamais será totalmente avaliado. Jamais.

Redes de cidades e produção de espaços urbanos

A evolução das redes urbanas no Brasil realizou-se sob o cruzamento de três grupos de fatores: as peculiaridades regionais, ao nível do mundo físico e ecológico, incluindo a reabilitabilidade agrária dos solos ou a riqueza do subsolo, um ciclo econômico de deslanche, que criou excedentes de riqueza transponíveis para a construção e funcionamento dos núcleos urbanos, e um sistema de relações econômicas e sociais, vinculado a uma complicada e rústica rede de transportes e a um pólo de comercialização dos produtos regionais. Tudo isso, revitalizado, posteriormente incluindo níveis de retardamento variáveis, quando do início da economia industrial, responsável por uma remobilização das populações no espaço total, abrangendo novos sistemas de relações humanas e sociais.

Em muitas circunstâncias, as redes urbanas iniciais eram apenas um esboço de pontos de apoio para a exploração do território, ou de parte dele. Um embrião de redes urbanas, de frouxas interações entre os seus componentes, e vínculos mais ou menos diretos com alguns pólos de crescimento demográfico e controle administrativo. Aí se incluem os agrupamentos de cidades da Amazônia, os núcleos urbanos dos sertões nordestinos, a “rede” de pequenos portos costeiros da maior parte do extenso litoral brasileiro. Entretanto, nasceram como legítimas redes urbanas, de grande valor histórico, os pequenos portos açucareiros de fundo de estuário do Nordeste oriental, as cidades do vale do Paraíba em São Paulo, as cidades do ciclo do ouro, no Quadrilátero Central de Minas Gerais. E, mais tarde, o conjunto das cidades geradas pelo ciclo do café, ou por ele incorporadas, em todo o Brasil de Sudeste (interior de São Paulo, Rio de Janeiro, Zona da Mata mineira e norte do Paraná). No Rio Grande do Sul desenvolveram-se diversas pequenas redes, posteriormente integradas ou coalescentes: as cidades missionárias, as cidades da campanha gaúcha e do Baixo Jacuí, as cidades coloniais da “Serra”, e a pequena bacia urbana das cidades da Lagoa dos Patos. O

deslanche das atividades de lazer ao longo da costa, vista praticamente como um todo, transformou os velhos núcleos coloniais costeiros em áreas de expansão para o turismo de beira-mar, multiplicando loteamentos em praias, enseadas e planícies costeiras, e, até mesmo, em setores de ilhas continentais. Nesta zona costeira o custo ecológico e ambiental das instalações humanas tem sido de proporções gigantescas. Sobre tudo nas áreas em que se justapuseram instalações urbanas, portuárias, industriais e de lazer, incompatíveis pelas suas próprias funções e expectativas. A descoberta do valor paisagístico das orlas costeiras tem menos de 40 anos. Entrementes, o que se fez nesse intervalo de tempo, em termos de especulação imobiliária agressiva e irracional, é um atestado flagrante de como o capitalismo selvagem, capitaneado pelas oligarquias — tradicionais e recentes — pode transformar todos os tipos de espaços ecológicos em “espaços-mercadoriá”. O mesmo tende a se implantar na beirada das represas, caso não haja uma legislação protetora rápida e eficiente para coibir abusos e evitar a instalação do caos nos espaços perilagunares. De lagos feitos pela ação do homem, à custa de imensos recursos da sociedade total.

As cidades beiradeiras da bacia amazônica foram iniciadas como núcleos estratégicos da conquista territorial portuguesa e da catequese, em seu período de máxima atuação. Muito mais tarde, viriam a funcionar como núcleos de captação da produção extrativa vegetal dos seringais e castanheais. Tornaram-se pontos de ocupação permanente ao longo das grandes rotas fluviais, polarizadas por Belém e Manaus. Havia seringais mais importantes do que as cidadezinhas. Muitas delas, porém, cresceram a partir de seringais: caso de Rio Branco, no Acre. Núcleos mal equipados, pequenos e acanhados, porém de um imenso custo social. Símbolos que foram da grande aventura humana — de sertanejos, de caboclos e de índios — na exploração não predatória do maior domínio florestal da face da Terra. É difícil avaliar o custo real das cidades amazônicas mais bem-sucedidas: Belém do Pará, Manaus, Santarém, Macapá, Rio Branco, Boa Vista, Porto Velho. Talvez seja mais fácil avaliar os investimentos feitos na construção da Serra do Navio e Porto Santana, as duas vilas dos altos da Serra dos Carajás; a inacabada cidade “relais” de Paraopebas (e seu núcleo-satélite, espontâneo, de Rio Verde); Nova Barcarena, suas indústrias de alumínio e seu porto; a Nova Marabá e seu velho núcleo no Pontal do Tocantins-Itacaúnas. Para não falar dos núcleos espontâneos ou planejados surgidos ao longo da Belém-Brasília, Transamazônica e Porto Velho-Manaus. Um custo histórico, es-

crito com sangue e doenças, por parte daqueles que foram relegados a uma das margens da humanidade, em terras da América tropical.

No Nordeste úmido e no Recôncavo Baiano, as raízes do povoamento urbano se confundem com a própria história da colonização e desbravamento regionais. Os núcleos urbanos da região remontam à época das capitanias hereditárias e dos governadores gerais. Incluem a presença do escravo negro, trazido de terras africanas por um sistema forçado de imigração, entranhado de crueldade e desumanidade. Tem rica história econômica ao início do processo de colonização. Uma colonização de “enracinament”, na velha tipologia de colônias dos autores franceses. As *casas grandes* competindo com o processo de urbanização. A economia açucareira sustentando a sociedade que gravitava em torno das fazendas e dos engenhos. A grande história urbana resumindo-se na história da velha Olinda, encastelada em seu sítio defensivo, de visuais abrangentes. E incluindo a história do porto e da cidade do Recife: um sítio mais funcional e pragmático para ligar os centros de produção do açúcar aos portos europeus. Cobiça internacional. Olinda incendiada, recuo dos fazendeiros e sua gente. Preparo da defesa, na base de um nativismo regional. Prefácio da nacionalidade. Expulsão, reconstrução da velha cidade, e estabelecimento do binômio ideal: Recife-Olinda. Recentemente, após mais de um século de decadência, a explosão urbana metropolitana, sob o impacto da industrialização e da modernização (incompleta). Recife e Olinda transmutadas na história urbana da Grande Recife.

A história urbana regional, contudo, desde o início, envolveu uma rede de núcleos bem mais modestos, porém fundamentais na movimentação do sistema econômico do açúcar. Pensamos nos pequenos portos de captação primária da produção açucareira, situados no fundo de estuários, muitos dos quais totalmente colmatados e sem vínculos com a atual orla marítima. Após o longo período de decadência da produção açucareira nordestina, essa rede representativa de cidades do açúcar, situadas em fundos de estuários navegáveis, entrou na mais profunda decadência urbana de que se tem notícia em todo o país. Nos litorais de Pernambuco, ao norte e ao sul, em Alagoas e Sergipe, existem os testemunhos arruinados dessa importante rede de pequenos portos açucareiros, satélites do grande porto do Recife. Para não falar da velha rede urbana do Recôncavo Baiano, que até há poucos anos estava em profundo estágio de decadência urbana.

O custo mais elevado que uma cidade pode ter é a contagem regressiva na direção da perda total de funções e degradação física de seus antigos volumes construídos. Esse o caso de Alcântara. Esse o caso dos velhos portos ancilares de Sergipe e Alagoas. Parte da memória urbana nacional reside em suas ruínas. Restaurá-las, para uma reciclagem cultural ou turística, é uma obrigação que sensibiliza os brasileiros mais esclarecidos, não esclerosados pelo pragmatismo.

Já se disse que antes da era industrial, as cidades podiam nascer, crescer e morrer, com uma certa facilidade. E os exemplos históricos desse fato são numerosos. Por outro lado, constatou-se que na era da sociedade industrial, as cidades têm maior força de fixação e permanência, sendo afetadas apenas em seu ritmo de crescimento pelo jogo dos acontecimentos históricos. Crises econômicas regionais. Guerras. Bloqueios econômicos ou bélicos. Retaliações. O que causa estupefação é que muitas cidades pré-industriais, assim como a maior parte das cidades da era da industrialização, têm resistido a invasões, grandes crises econômicas, sucessivas guerras, arrasamentos, e até mesmo às explosões nucleares. O segredo dessa espécie de efeito "phoenix" reside na força integrada das redes e bacias urbanas, que oferecem condições para resistir ao impacto da barbárie ou ao impacto das forças espasmódicas da natureza. Há que contar, também, com a solidariedade interesseira do próprio capitalismo e das multinacionais.

A rede de cidades implantada ao longo dos séculos XVII e XVIII, no interior dos sertões nordestinos, é o mais extraordinário agrupamento de pequenas cidades do interior do país. Modestamente construídos, porém extremamente funcionais. Um mercado ativo, com uma multiplicidade impressionante de produtos de interesse do homem sertanejo. Para o homem das zonas rurais; para os homens das cidades e vilarejos. Lojas e armazéns de estoques promíscuos. A Igreja, a Casa da Câmara, a Cadeia. Alojamentos, pensões e minúsculos hotéis. Bares e botequins. Postos de gasolina e álcool, com lanchonetes a tiracolo. Gente na rua, gente no mercado, gente nas pracinhas. Escolas ensinando o bê-a-bá, fixadas em modelos rotineiros de outras terras e outra sociedade. O império de uma vigorosa cultura popular. Ali, as cidades nasceram na beira alta de rios intermitentes; em centros de coleta natural de águas, de algumas bacias de rios periódicos; à margem de açudes públicos, por entre açudes públicos; nos sopés de chapadas e pequenas serras úmidas, em alvéolos ou patamares de chapadas e serras, ou

em qualquer parte próxima dos rios que correm somente de cinco a seis meses por ano. A pobreza desce, com suas moradias rústicas, para níveis da topografia sujeitos às inundações violentas da época das grandes chuvas. Parte das cidadezinhas sertanejas restam perigosamente no caminho das águas (Ab'Sáber, 1984).

As resistentes cidades do povo

Em face das condicionantes físicas, ecológicas e hídricas, e de uma economia baseada em um baixo nível de excedentes, as cidades nordestinas vêm crescendo de modo contido. Felizmente. Mesmo porque seria quase impossível garantir a implantação e manutenção de infra-estruturas de abastecimento d'água para todo um conjunto de cidades sertanejas em crescimento paralelo, no domínio dos sertões secos. Elas são muitas, e tal como estão dispostas, no espaço dos sertões, prestam um eficiente apoio em serviços, abastecimento múltiplo e atividades sociais, de grande abrangência para a sociedade vista como um todo. São as mais típicas e resistentes cidades do povo, existentes no interior do país. Muito mais ativas do que as sonolentas cidadezinhas tradicionais da beira dos rios amazônicos, contrastam flagrantemente com as ativas cidades de fazendeiros, altos comerciantes e de grandes grupos de profissões liberais, existentes no Sudeste e Sul do país. Pela precariedade relativa de suas infra-estruturas elas parecem ter tido um custo total baixo. O certo é que elas prestam mais benefícios à sua região do que talvez qualquer outro padrão de cidade no Brasil. Algumas, dentre elas, comportam-se como pontos de trocas comerciais, no interesse de todos os produtores e consumidores dos mais diversos recantos do sertão e dos brejos regionais. São cidades-feiras, no século XX. Na sua rotina pachorrenta auxiliam a conter a barbárie, ao mesmo tempo em que contribuem para fixar o que já se chamou de "excedentes" da civilização ocidental (Pinchemel, 1965).

O Nordeste seco é uma das regiões semi-áridas mais povoadas que se conhece. Região geradora de homens, tem sido a área predileta das grandes oligarquias políticas para arrebatar seus respectivos eleitorados. Exército de mão-de-obra braçal; exército de eleitores mantidos em plena ingenuidade política e ideológica. Nesse contexto, as cidades passam a ser o real espaço de liberdade. A nova ágora para as discussões políticas e o exercício pleno da cidadania.

Reclama-se para a região equipamentos de algum custo e grandes benefícios potenciais. Uma nova televisão. E uma nova escola. E, sobretudo, uma mais justa distribuição dos incentivos e recursos para o desenvolvimento social. O custo econômico e humano do drama das secas é muito maior do que o custo da cidade no Nordeste interior. Entretanto não existe região no Brasil onde o drama do campo esteja tão direta e primariamente amarrado ao destino e ao ritmo de vida das cidades quanto o Nordeste seco. Por sua vez, as cidades tiveram sempre um custo muito baixo quando comparado com o altíssimo custo da indústria das secas.

O acesso ao espaço e à moradia urbana tem sido o novo grande drama do homem que se candidata a viver nas cidades em crescimento. Imaginava-se que a cidade fosse o lugar ideal da partilha dos espaços de moradia. Em função de uma superpartilhação de glebas, a nível de milhares e centenas de milhares de lotes, sonhava-se com o acesso fácil a um pedaço de terra ou de espaço. Sonho dos recém-chegados, aspiração dos que amanhecem para a vida adulta. Poucos sabiam que os lotes e os espaços suspensos não se destinavam a todos, dentro das garras do capitalismo pragmático. Não era dado a todo mundo avaliar o desumano mecanismo da projeção da sociedade sobre o espaço total da cidade. A retenção de terrenos valorizados nas zonas subcentrais, o altíssimo custo das reurbanizações, o rápido adensamento e encarecimento dos terrenos e residências nas periferias. Nada se sabia sobre as pressões internas e seletivas do capitalismo, assim como sobre o teor das barreiras representadas pelos baixos salários médios. Por maior que fosse a produção do espaço urbano nas grandes cidades industriais, mais rápidos e insidiosos foram os fatores de quebra de potencialidades dos candidatos a homens-habitantes e cidadãos-participantes.

O impacto da industrialização

O principal parâmetro para compreender a cidade da era industrial é uma boa reflexão sobre as funções urbanas e o sistema de relações econômicas e sociais que marcam as cidades tradicionais. No Brasil existem cidades em todos os estágios de desenvolvimento, sujeitas a uma traumática reanimação econômica pelo advento tardio da era industrial. Para se ter um bom ponto de partida para a exata compreensão das diferenças existentes entre as cidades tradicionais e as cidades em processo de indus-

trialização, haveria que penetrar na intimidade da vida urbana das cidades do Nordeste, da Amazônia e de parte do Centro-Oeste. No próprio interior do Nordeste já se constatam diferenças substanciais na estrutura, funções e arcabouço das pequenas capitais regionais; sejam elas tradicionais, estejam elas em franca transição para uma incipiente industrialização. Não há como comparar Patos e Cajazeiras, com Campina Grande, na Paraíba. Ou, Caicó e Pau dos Ferros, com Mossoró, no Rio Grande do Norte. Ou, ainda, Juazeiro da Bahia e Ribeira do Pombal, com Feira de Santana. Em Pernambuco, Serra Talhada, Salgueiro, Flores do Pajeú e Sertânia, com Caruaru. Enquanto que, no interior do Ceará, as cidades tradicionais parecem predominar esmagadoramente sobre qualquer tipo de cidade em processo de industrialização, que não seja a própria capital, Fortaleza. Bastaria conhecer melhor Quixadá, Tauá, Jaguaribe e Iguatu. É certo, entretanto, que Crato, Juazeiro do Norte, Sobral e Canindé tenham algumas funções em acréscimo. Todas elas, entretanto, são cidades tradicionais dos sertões nordestinos, nitidamente pré-industriais.

No caso das cidades do Vale do Paraíba paulista, no macroeixo Rio—São Paulo, o impacto da industrialização foi violento. Nessa área, às vilas do século XVII sucederam-se as cidades do café no decorrer do século XIX, numa espécie de segunda fundação. E, mais recentemente, processou-se uma intrusão explosiva da industrialização no entorno e por entre os velhos núcleos pouco espaçados entre si, importando em uma terceira fase da fundação das cidades. Agora, sob uma franca tendência para a conurbação, favorecida pela homogeneidade e excelência da topografia colinosa dos terrenos sedimentares da bacia de Taubaté. A herança histórica da proximidade entre as velhas cidades do café e a herança da posição geográfica entre as duas principais áreas metropolitanas e industriais do país criaram ali, ao ensejo do advento da industrialização, o esqueleto de um conúbio e o arcabouço preocupante de uma *megalópolis*. Está acontecendo uma escalada violenta da poluição hídrica e, graças à ausência de qualquer preocupação efetiva com a organização do espaço total, multiplicaram-se as incompatibilidades entre as funções industriais, as funções residenciais, os núcleos de comércio e os núcleos de lazer. Para não falar no destino reservado à base da pirâmide social, que está sendo jogada para as margens ou para os piores sítios que a região possui para o seu alojamento. Ao grande custo da construção das cidades do café no Vale, somou-se o fabu-

loso custo das instalações industriais, das vias de circulação dotadas de fluxos densos e rápidos, e dos numerosos bairros residenciais exigidos pela era industrial, sob o aspecto complicador do subdesenvolvimento social. São José dos Campos, que era um centro de tratamento de saúde — sob o título de estância climática —, é hoje um corpo urbano disforme, de febril circulação interna, envolvido descontinuamente por um multivariado conjunto de fábricas, refinarias, e intermináveis bairros dormitórios, incluindo localmente colônias de pobreza total, do tipo favelas-de-fundo-de-vale. A que custos chegamos à era das cidades industriais! Vide São José dos Campos. Vide Votorantim. Vide Mogi-Mirim—Paulínia—Indaiatuba. Até a pequena cidade de Salto. Mas, sobretudo, vide Cubatão.

O custo ecológico das cidades

A avaliação do custo ecológico de uma grande cidade moderna nos parece uma abordagem indispensável. A questão é importante como avaliação de casos consumados. E, mais relevante ainda, para oferecer opções no sentido de frear o crescimento incontido das cidades de porte médio, principais candidatas à elaboração da “aldeia global”.

Nos países como o Brasil, onde não tem havido qualquer preocupação mais séria com a invasão incontrolável dos espaços rurais pelos tecidos urbanos, a situação é particularmente crítica. Mesmo porque, para reverter o processo, ou pelo menos contê-lo a níveis razoáveis, seria necessária uma reforma da mentalidade administrativa, através da incorporação de outras dimensões da percepção dos fatos espaciais. E estamos longe desse pressuposto, como se pode depreender da completa ausência de tratamento das questões básicas de organização do espaço nas discussões atualmente em curso sobre a próxima Constituição brasileira.

As cidades em processo rápido de crescimento no Brasil indicam pelo menos três modalidades de crescimento dos organismos urbanos: um crescimento horizontal por partilha de espaços de antigas chácaras ou glebas congeladas para especulação, de dinâmica similar a uma mancha de óleo em expansão; um crescimento vertical, à custa de edifícios de muitos andares, em aproveitando as facilidades aparentes dos espaços centrais e subcentrais das cidades de porte médio, acumulando funções residenciais em uma área de permanência duvidosa para tais

funções; e, por fim, o mecanismo de maior gravidade, a partilha de glebas situadas em posições descontínuas, a quilômetros de distância da área central, inicialmente semi-isoladas no meio de sítios e fazendas, os quais por sua vez são espaços potenciais para loteamentos ulteriores e instalações de unidades industriais, com eliminação quase total das funções agrárias que responderam pelo crescimento e a riqueza iniciais da própria cidade.

Se existem defeitos na tendência para a concentração dos edifícios de apartamento construídos ou em construção na área central da cidade — quebrando todas as possibilidades das infra-estruturas urbanas — os loteamentos situados para além dos limites urbanos constituem-se em uma espécie de perigosa metástase do urbano e industrial sobre os espaços rurais. Quando se processa essa absurda “saltação” da partilha do espaço, muito além da mancha urbana principal, todo o interespaço entre a cidade e o novo loteamento passa a se comportar como área congelada para futura expansão do corpo urbano. E, quando tal processo atinge regiões dotadas de solos excepcionalmente bons, pela sua fertilidade natural, o prejuízo para a sociedade e a nação é imensurável. Nos arredores de Londrina, a cada ano que passa diversas fazendas, situadas no entremeio da maior e mais rica mancha de terras roxas do mundo, são transformadas em loteamentos, que ampliam desmesuradamente o espaço urbano. Dentro das glebas anteriormente produtivas são formados centenas e milhares de lotes ofertados quase sempre para a mesma clientela, sem qualquer favorecimento efetivo para as classes médias e proletárias. Logo começam as pressões políticas no sentido de que a administração pública coloque todos os equipamentos urbanos fundamentais: luz, água, esgotos, asfalto, e, até mesmo, telefone. Sem falar que o espaço que intermedia os novos loteamentos em face da cidade passam a seguir o mesmo caminho, num desdobramento incontrolável de espaços agrários, até recentemente ativos e produtivos. O mecanismo de desmembramento e partilha do espaço, pelas estratégias da especulação, segue quase sempre o mesmo roteiro, sob as mesmas manhas, debaixo do mesmo jogo de pressões. Ninguém quer ouvir ninguém na denúncia das agressões sobre a integridade dos espaços rurais.

Quando os processos que vimos de descrever afetam simultaneamente toda uma rede urbana estabelecida sobre um certo território de solos férteis, a situação ainda é mais dramática e preocupante. Nos interes-

paços entre os núcleos urbanos sucessivos, são criados novos loteamentos e implantados pequenos ou médios parques industriais. O conjunto de tais instruções do urbano e do industrial sobre os espaços produtivos agrários esboça uma indesejável conurbação, suficiente para tamponar o suporte geoecológico, de modo irreversível. Foi o que aconteceu com a rede urbana do planalto de Marília, em solos gerados sobre arenitos com cimento calcáreo. E o que está acontecendo em todo o conjunto da rede urbana das cidades do norte do Paraná, na região de Londrina e Maringá. Por processos similares, ainda mais amplos e complicados, enormes extensões da rede urbana da hinterlândia paulista restaram à mercê das penetrações do urbano e industrial sobre os antigos espaços agrários mais contínuos e produtivos. Aos loteamentos periurbanos somam-se numerosos subespaços industriais, que sincopam e neutralizam as funções agrárias de antigos espaços rurais.

O importante a se observar é que a avaliação do custo ecológico de uma cidade somente pode ser entendida quando se examinam todos os fatores de apropriação dos espaços rurais pela urbanização regional. Esse custo fica ampliado ao nível do máximo quando se pode perceber o impacto regional de toda uma rede de cidades, em crescimento simultâneo. Quem pretender fazer o cálculo da somatória das manchas urbanas para estabelecer o percentual de espaços urbanos sobre o espaço total de uma região estará fadado a avaliações quantitativas inteiramente distorcidas. Antes de se tornar visível na paisagem, o congelamento de espaços rurais para fins de especulação urbana já progrediu a níveis exageradamente esclerosantes.

Se as cidades da região de Ribeirão Preto-Sertãozinho, e aquelas pertencentes à vigorosa rede urbana do norte do Paraná,

vierem a tamponar e congelar 2/3 dos espaços agrários, ao longo dos eixos viários principais, o Brasil terá perdido para sempre as duas principais manchas de solos férteis do país, com enormes prejuízos para a nação e benefícios concentrados nas mãos de um punhado de respeitadas e insensíveis oligarcas regionais. Seria dramático e ridículo para a clarividência da administração pública brasileira fazer vistas grossas a tais processos. Mesmo porque, em se tamponando as grandes manchas de solos férteis de São Paulo, norte do Paraná e partes do Triângulo Mineiro, teríamos que recorrer aos espaços interiores mais remotos, dotados de solos menos férteis e mais carentes de insumos agrícolas, para produzir alimentos, enfrentando a atrição das distâncias e o encarecimento dos produtos. Sem falar na diminuição forçada dos espaços típicos da pecuária brasileira. As dimensões do drama agrário são tanto maiores quanto temos consciência de que não podemos contar com uma recriação rápida e eficiente de um verdadeiro campesinato agrícola e de uma reforma agrária substantiva.

Nesse contexto é fácil perceber que o crescimento incontrolável das cidades brasileiras vem acrescentando um custo histórico aos espaços ecológicos, ao mesmo tempo que interfere negativamente nos fluxos vivos da natureza, através de uma poluição diferencial das condições climáticas urbanas e suburbanas e da poluição hídrica cumulativa, ainda fora de qualquer controle.

Até a década dos 50 no Brasil do Sudeste, as cidades herdeiras do ciclo do café eram relativamente contidas e funcionais, terminando bruscamente onde começava o mundo rural. Destacavam-se dela, quando muito, uma ou outra ponta de rua na direção dos distritos rurais. Nos chapadões paulistas interiores, onde se estendiam as

fazendas de café, os derradeiros quarteirões urbanos faziam contacto brusco com os primeiros e intermináveis cafezais e campos de culturas em processo de diferenciação. As cidades, muitas vezes, ficavam confinadas entre a linha dos trilhos e o eixo das rodovias: alguns quarteirões de além-linha; uns tantos quarteirões de além-estrada. Pouco ímpeto na conquista dos espaços rurais adjacentes. Não havia cidade que não contasse com a presença de um "mercado municipal". E as relações entre a cidade e o campo — ao nível do comercial, do social e do religioso — eram ativas e funcionantes. Em 40 anos, ao impacto de uma urbanização agressiva, estimulada pela industrialização, e pela descolberta do valor não agrário dos espaços rurais, tudo se modificou, numa dinâmica pontilhada de negatividades e de alto custo social, propiciadora de imensas desigualdades.

Para conciliar desenvolvimento com justiça social. Manter um equilíbrio razoável e flexível entre os espaços rurais e urbanos. Compatibilizar os espaços industriais com os espaços de moradia dos homens-habitantes. E garantir a eficiência produtiva dos espaços agrários. Isso e muito mais. Para novos planos, novas ações e novas leis: há que fazer um novo chamamento à consciência crítica técnico-científica, dos brasileiros que não aderiram às oligarquias gananciosas, de um vasto e nem sempre bem-entendido país.

Aziz N. Ab'Sáber é licenciado em Geografia e História e doutor em Geografia pela USP. Professor titular de Geografia Física do Departamento de Geografia da USP, está hoje aposentado. Suas áreas de interesse são geomorfologia tropical, planejamento ambiental e paleoecologia. Publicou em 1958 a "Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo"; em 1960, "O relevo brasileiro e seus problemas", e, em 1984, "O Nordeste seco: originalidade da terra, originalidade do homem".

Resumen

CIUDADES

Cuanto cuesta una ciudad

Aparentemente, las interrogantes simples, pueden presentar grandes sorpresas. Ciertamente, está en este caso la reflexión sobre el costo de una ciudad. Para dar una respuesta por más simples que ésta pueda ser hay que recuperar conocimientos sobre todas las particularidades del hecho urbano. Modalidad avanzada de concentración humana, que para sobrevivir, depende de espacios económicos de diferentes niveles de alcance y profundidad. Un ecosistema diferenciado, creado por una larga actuación de generaciones y generaciones de hombres sobre camadas de sistemas ecológicos, principalmente naturales. La herencia cultural de los hombres sobreponiéndose a la remota herencia de la naturaleza.

Abstract

THE CITIES

How much does a city cost?

Apparently simple questions can offer big surprises. A reflection about the cost of a city certainly fits into this category. To obtain some kind of answer, no matter how slight, one must retrieve knowledge about all the details of the urban fact. A city is an advanced type of human concentration, which, to survive, depends on economic spaces of different levels of breadth and depth. It is a differentiated ecosystem, created by a long activity of generations and generations of mankind upon areas of ecological systems, primarily of the natural kind. The urban conglomerate is the cultural inheritance of men superimposing itself upon the remote inheritance of nature.

Bibliografia

1. AB' SÁBER, Aziz Nacib
1953 — *A cidade de Manaus (Primeiros Estudos)*. — Bol. Paul. de Geogr., n.º 15, out. de 1953, pp. 18-45. (e "Na região de Manaus", idem, n.º 14, pp. 55-66). São Paulo.
2. AB' SÁBER, Aziz Nacib
1982 — *Cubatão e os defeitos de organização dos espaços industriais no Terceiro Mundo*. — Interfaces, n.º 109. IBILCEUNESP. São José do Rio Preto, São Paulo.
3. ATELIER D'URBANISME ET D'ARCHITECTURE
1965 — *Les grands ensembles*. — in "Le Phénomène Urbain" (Sob a dir. de Carrier e Laurent), pp. 89-106. Aubier-Montaigne.
4. AZEVEDO, Aroldo de
1956 — *Vilas e cidades do Brasil colonial*. — Bol. da F.F.C.L. — USP, Geografia, n.º 11. São Paulo.
5. BOSKOFF, A.
1962 — *The sociology of urban region*. Appleton-Century-Crofts, New York.
6. CARRIER, H. (e) LAURENT, P. (Organs.)
1965 — *Le phénomène urbain*. — Diversos Autores. Dir: H. Carrier e Ph. Laurent. Eds. Aubier-Montaigne. Paris.
7. CASTELLS, Manuel
1974 — *Estructura de clases y política urbana en América Latina*. — Eds. Siap. 1.ª ed. Buenos Aires.
8. CASTRO, Josué de
1954 — *A cidade do Recife: ensaio de geografia urbana*. — Casa do Estud. do Brasil. Rio de Janeiro.
9. COULANGES, Fustel de
1864 — *La Cité Antique*. — Hachette, Paris.
10. DOXIADIS, Constantinos
1968 — *Ekistics. An introduction to the science of human settlements*. Hutchinson, London.
11. DOXIADIS, C.A.
1969 — *La Ville II. Oecumenopolis: Ville Mondiale de L'avenir*. — Impact XIX, n.º 2, pp. 199-215.
12. DIVERSOS AUTORES
1964 — *L'Urbanisation*. — Rev. "Prospective", n.º 11 (1964). Paris.
13. ECKBO, Garret
1977 — *O paisagismo nas grandes metrópoles*. Geografia e Planejamento n.º 24. IGEOG — USP. São Paulo.
14. EISENSTADT, S.N.
1961 — *Anthropological studies of complex societies*. — Current Anthropology, vol. 2, n.º 3, junho de 1961.
15. FERREZ, Gilberto
1984 — *O Rio Antigo do fotógrafo Marc Ferrez*. — João Fortes Eng./Ed. Ex-Libris. São Paulo.
16. FERREZ, Marc
1983 — *O Álbum da Avenida Central. Um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906*. — Introd. de Gilberto Ferrez e estudo de Paulo F. Santos. — João Fortes Eng./Ed. Ex-libris. São Paulo.
17. FREITAG, Barbara
1979 — *Escola, estado e sociedade*. — Ed. Cortez e Moraes.
18. FREYRE, Gilberto
1968 — *Sobrados e mucambos*. — José Olympio. Rio de Janeiro. (2 vols.)
19. GEIGER, Pedro Pinchas
1963 — *Evolução da rede urbana brasileira*. — CEPE. Rio de Janeiro.
20. GOLDENSTEIN, Léa
1982 — *O processo de industrialização da Baixada Santista e suas conseqüências*. — 34.ª Reunião Anual da SBPC (Campinas, julho de 1982). Simpósio Estocolmo 72 x Cubatão 82. (Datilogr.)
21. GOODMAN, Robert
1977 — *Después de los Urbanistas. ¿Que?* — H. Blume Eds. Madrid.
22. HARVEY, David
1980 — *A justiça social e a cidade*. — Ed. Hucitec, São Paulo.
23. HERMANN, João
1985 — *A cidade contra o homem*. — A.U. — Arquitetura e Urbanismo, ano 1, n.º 3, nov. de 85, pp. 94-97. Pini Ed., São Paulo.
24. KAES, R.
1963 — *Vivre dans les grands ensembles*. — Eds. Ouvrières, Paris.
25. KAYSER, Bernard
1966 — *Les divisions de l'espace géographique dans les pays sous-développés* — Annales de Géographie, ano LXXV, n.º 412, nov. — dez. de 1966. Paris
1969 — *As divisões do espaço geográfico nos países subdesenvolvidos*. — Orientação, n.º 4, pp. 25-30. IGEOG — USP. São Paulo.
26. LEFÈVRE
— *Le droit à la ville*.
27. LEFÈVRE
— *O direito à cidade*.
28. MACEDO, Francisco Rio Pardense de
1972 — *Rio Pardo: a arquitetura fala da história*. — Inst. Est. do Livro, Porto Alegre.
29. MACEDO, Francisco Rio Pardense de
1968 — *Porto Alegre: origem e crescimento*. Sulina, Porto Alegre.
30. MARX, Murilo
1980 — *Cidade brasileira*. — Eds. Melhoramentos/Ed. USP. São Paulo.
31. McHARG, Ian L.
1966 — *The ecology of the city: a plea for environmental consciousness of the city's physiological and psychological impacts*. — In WHIFFEN, Marcus (ed.) The architect and the city. pp. 53-65. MIT. Cambridge, Mass.
32. MUMFORD, Lewis
1947 — *From the ground up*. — Harcourt, Brace & World, Inc. New York.
33. MORSE, Richard
1970 — *Formação da história de São Paulo: de comunidade a metrópole*. Dif. Eur. do Livro, São Paulo.
34. MOUTINHO, Jessita M.N.
1974 — *A mulher operária*. — Tese de Mestrado (Sociologia — USP). Ed. do Autor. São Paulo.
35. PARK, R.E. (e) BURGESS, E.
1925 — *The City*. — Univ. of Chicago Press, Chicago.
36. PEREIRA, Miguel
1985 — *Redescobrimdo o jeito de fazer arquitetura*. — A.U. — Arquitetura e Urbanismo, ano 1, n.º 3, nov. de 85, pp. 106-108. Pini Ed., São Paulo.
37. PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA "ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA"
1985 — *O espaço da USP: presente e futuro*. — Universidade de São Paulo (Prefeitura — Adm. de Maria Adélia Aparecida de Souza). USP. São Paulo.
38. QUINN, J.A.
1950 — *Human ecology*. — Prentice-Hall, New York.
39. REIS FILHO, Nestor Goulart
1964 — *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil. 1500-1720*.
40. RIESMAN, David
1971 — *A multidão solitária*. — Ed. Perspectiva, São Paulo.
41. SABBAG Jr., Milton
1985 — *O espaço opressor*. — A.U. — Arquitetura e Urbanismo, ano 1, n.º 3, nov. de 85, pp. 114-116. Pini Ed., São Paulo.

42. SAFFIOTI, H.
1969 – *A mulher na sociedade de classes – mito e realidade*.
Livr. Quatro Artes, São Paulo.
43. SJOBERG, G.
1960 – *The preindustrial city*. – Free Press, Glencoe.
44. SANTOS, Milton
1959 – *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana* – Progresso, Salvador.
45. SANTOS, Milton
1985 – *Metamorfoses do espaço habitado*. – A.U. –
Arquitetura e Urbanismo, ano 1, nº 3, nov. de 85, pp. 88-89.
Pini Ed., São Paulo.
46. SANTOS, Milton
1971 – *Les villes du Tiers Monde*. – Eds. M.TH. Génin Librs.
Techs. Paris.
47. SANTOS, Milton
1975 – *L'espace partagé*. Librairies Techniques, Paris.
48. SILVA, E.
1960 – *Economia urbanística*. – Giuffré, Milano.
49. SIMÕES, João Roberto Leme
1984 – *Arquitetura na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira". O Espaço Construído*. – Tese de Mestrado.
FAUUSP, São Paulo.
50. SIMONDS, John O.
1981 – *Landscape Architecture*. – F.W. Dodge Corp. New York.
51. SMITH, Robert C.
1955 – *Colonial Towns of Spanish and Portuguese America*.
– Journal of the Soc. of Architectural Historians, Philadelphia.
52. SINGER, P. (e) CARDOSO, F.H.
A cidade e o campo. – Cadernos do CEBRAP.
53. STEWART, G.T.
1958 – *The rural-urban dichotomy: concepts and use*. –
Amer. Journal of Sociology, 64 (1958), pp. 152-158.
54. THOMAS, William L., Jr. (Ed).
1956 – *Man's role in changing the face of the earth*. – Univ.
Chicago Press.
55. TRICART, J. (e) KILIAN, J.
1979 – *L'eco-géographie et l'aménagement du milieu naturel*.
– François Maspero, Paris.
56. VALVERDE, Orlando
1977 – *Recursos naturais e o equilibrio das estruturas regionais*.
57. SUPREN-IBGE, Série "Paulo Assis Ribeiro", nº 7.
58. ZUCKER, Paul
1959 – *Town and square: from the ágora to the village green*.
– Columbia Univ. Press, New York.

A dupla face das membranas biológicas

Luiz R. Travassos

A membrana biológica representa a interface entre o indivíduo e o meio, entre o indivíduo e outros indivíduos, além de manter a própria integridade do indivíduo. Inescapável é portanto sua dupla função: de um lado, garantindo a individualidade e a unidade celular; de outro, interagindo com o meio ou sociedade de outras células, permitindo o estabelecimento de níveis orgânicos de hierarquia superior. Alterações na sua estrutura podem levar à perda de mecanismos de regulação e controle, afetando a ontogênese ou permitindo o crescimento exagerado de determinadas células em detrimento de todo o organismo. A preservação da membrana biológica de células do tecido normal significa vida; sua destruição ou lise leva à morte. A membrana biológica é, por esta razão, também um alvo importante no combate a células estranhas, transplantes incompatíveis, microorganismos e parasitos.

Todos os avanços decisivos do pensamento científico são decorrentes da interfertilização mental de diferentes disciplinas. De fato, esta associação é a essência da atividade criadora. O experimentador alerta procura constantemente os pontos de analogia ou contacto entre sistemas, comportamentos ou objetos, os quais normalmente seriam colocados em campos de interesses diferentes. Para a emergência do pensamento original, usualmente duas ou mais correntes de investigação se fundem, proporcionando novos rumos de pesquisa e novas perguntas, que podem ser abordadas experimentalmente. Segue-se um período de rotina durante o qual acumulam-se resultados e ajustam-se as teorias, até que, novamente, a chama da descoberta científica se acende a partir de uma nova interpretação ou integração de matrizes. Tal processo de interferência mútua de métodos e conceitos não é simples e exige um razoável grau de independência do pesquisador e o hábito, sempre renovado, da comunicação interdisciplinar. Proporcionar condições para esta interfertilização cultural é o princípio básico que norteia a existência de uma universidade ou academia de ciências.



O estudo das membranas biológicas é um exemplo vivo de um ramo da ciência de enorme importância, que só progrediu devido à ação conjunta e convergente de uma variedade de especialistas e instituições que introduziram, em diferentes tempos, técnicas simples ou refinadas, investigando organismos ou sistemas isolados os mais diversos.

A luta pela individualização

*"Cover thee well, my sister dear,
That the rain may not wet thee,
That the wind may not load thee with dust,
That thou may'st be fair and beautiful
When thou appearest before the King."*

Irmãos Grimm 1. 2

No princípio não havia membranas e não havia vida. As primeiras moléculas orgânicas dispersavam-se no meio aquoso, quer na forma solúvel, quer na de pequenos agregados. A luta pela individualização e organização destes elementos dispersos representou o primeiro esforço para o aparecimento de um ser vivo. No momento em que se formaram vesículas membranosas fechadas, ou envoltórios completos tendo a capacidade de crescer e coalescer com estruturas vizinhas, aí também criou-se a possibilidade de existência da primeira célula viva. Aquelas vesículas que englobavam moléculas de informação, bem como sistemas foto ou quimiossintéticos, sendo capazes de se reproduzir, originaram a primeira linhagem celular. As células que ao se dividirem não se separavam das células-filhas deram origem aos primeiros clones, tecidos e organismos multicelulares. Tanto no caso das células isoladas, como no de grupos celulares, a estrutura fundamental de individualização, bem como de interação celular, foi e é a membrana biológica.

No indivíduo, a membrana biológica apresenta propriedades autônomas e espontâneas, sustentando agregados funcionais produtores de energia, regulando a entrada e saída de nutrientes ou de moléculas de informação, participando na morfogênese, reprodução e diferenciação celular, modulando o tamanho e a mobilidade das células em seus diversos ambientes naturais. De outra parte, a membrana é o órgão de choque para receber as influências externas, as quais podem desencadear, impedir ou modificar respostas celulares, através de sinais oriundos de níveis superiores de controle natural ou de hierarquia. Neste sentido as membranas são *entidades Janus*, apresentando "tanto as propriedades autônomas de um todo, como as propriedades dependentes de uma parte" ³. São "holons" ⁴ biológicos e, como tal, sistemas abertos auto-reguláveis.

Janus, deus romano de todas as classes de portas, tinha rosto duplo que lhe permitia "vigiar o exterior e o interior da morada, assim como as entradas e saídas das portas públicas." ⁵ A analogia com o papel das membranas é inegável. Mas Janus é também a divindade das novas iniciativas. Segundo Ovídio, Janus era caos antes do ar, fogo, água e terra se separarem. A membrana biológica também representou o abandono do caos e o princípio da organização estrutural que levaria à formação de uma célula viva.

A reprodução de uma célula só é possível após biossíntese interna de nova membrana, que irá constituir parte do envoltório das células-filhas. Desta forma existe uma continuidade de estruturas em todo o processo de reprodução. Devido às células-filhas usarem partes da célula-mãe para a sua constituição, a definição de indivíduo tem aqui uma conceituação especial. Já percebia Bergson ⁶ que a individualidade nunca é perfeita, mas que a "vida se manifesta na procura da individualidade como se lutasse para constituir sistemas naturalmente isolados, naturalmente fechados". Devido à continuidade de estruturas membranosas, que são o elo de conexão entre células parentais e células-filhas, e ao fato primordial de ocorrer divisão e redistribuição entre elas das macromoléculas de informação, ainda é atual o conceito de Bergson de que "o presente não contém mais que o passado, e o que é encontrado no efeito já existia na causa". Tal afirmativa não deve, no entanto, ser tomada num sentido geral, porque, obviamente, não deve significar um paradoxo à enorme diversidade biológica e à evolução dos seres vivos. Ao nível molecular as mutações, mas principalmente o aparecimento de novos genes "por algum processo de união, ao acaso, de fragmentos preexistentes de DNA" ⁷, são a base da evolução. No início da evolução biótica, o processo de ligação de DNA e a síntese de novas



Janus
barbudo
e imberbe.
Moeda
romana ⁵

proteínas, que eram selecionadas segundo as pressões do meio ambiente, bem como a transferência de material genético mais irrestrita que a atual, parecem explicar a variabilidade entre os indivíduos e a abertura do leque evolutivo das espécies.

Que forças levaram à formação de vesículas membranosas e com elas a possibilidade de existência das primeiras células? Não entraremos aqui na discussão sobre a origem pré-biótica das proteínas ou de ácidos graxos tal como existem hoje. O importante é que além das proteínas solúveis no meio aquoso surgiram outras proteínas, que, pelo fato de conterem seqüências de ácidos aminados hidrofóbicos, tendiam a se dobrar de forma peculiar, escondendo regiões e expondo outras no meio aquoso. Elas agregavam-se através de interações hidrofóbicas com moléculas protéicas vizinhas e associavam-se a outras moléculas hidrofóbicas como ácidos graxos ou seus ésteres. Da mesma forma como duas gotas de óleo coalescem num meio aquoso, preferindo estar juntas do que dispersas, também os agregados de proteínas e lipídios preferem se isolar do meio aquoso num centro ou estrutura hidrofóbica. Acontece que tanto as proteínas como os lipídios contêm sítios hidrofílicos em suas moléculas, além dos sítios hidrofóbicos. São portanto entidades anfipáticas. Elas se polarizam de forma a agregar e remover as porções hidrofóbicas do contacto com a água, expondo, ao contrário, os grupos hidrofílicos para fora. É o que acontece, por exemplo, com os detergentes que formam micelas cujos componentes se polarizam da mesma forma. A explicação para este tipo de arranjo é termodinâmica.

Interação com as moléculas de água

Na configuração aberta uma proteína contendo grupos não polares interage com as moléculas de água, mas o processo de se

dobrar enterrando estes grupos não polares é favorecido por uma ΔG_u (variação de energia livre) negativa. Provavelmente isto decorre do fato de que para cada grupo não polar enterrado há liberação de moléculas d'água previamente ordenadas em volta dos grupos não polares, o que provoca uma ΔS_u (variação de entropia) positiva. Na relação entre ΔG_u e ΔS_u ,

$$\Delta G_u = \Delta H - T \Delta S_u$$

onde ΔH (variação da entalpia) é de valor baixo e positivo, é claro que quanto maior for o aumento da entropia no sistema, tanto mais favorável será a reação levando ao dobramento da proteína e seqüestro dos grupos não polares (hidrofóbicos) do meio aquoso (ΔG_u para este tipo de reação é um número negativo da ordem de centenas de kilocalorias por mole).

A observação de uma proteína com estas características pelos raios-X mostra que seu interior é constituído apenas de ácidos aminados não polares, havendo exclusão dos resíduos iônicos. O interior é compacto e completamente livre de moléculas d'água. Os resíduos não polares interagem entre si, através de interações de van der Waals. A mesma explicação pode ser dada para a formação de micelas de moléculas de sabão ou de bicamadas de fosfolipídios (tal como existem nas membranas). Neste caso, um valor positivo alto para ΔS_u é obtido pela liberação das moléculas d'água das caudas não polares no processo de sua associação por ligações hidrofóbicas. Nas membranas biológicas estas interações hidrofóbicas envolvem lipídios e proteínas e representam a principal força de estabilização destas estruturas em meio aquoso. Em outros solventes como, por exemplo, o etanol, ocorre desestabilização da estrutura pela redução das interações hidrofóbicas. Pode-se mesmo concluir que com os tipos de moléculas existentes em nosso planeta a vida só é possível em meio aquoso e após a formação de membranas contínuas com partes internas hidrofóbicas. A polarização das moléculas anfipáticas, conforme descrito acima, é ainda favorecida pela forte tendência termodinâmica dos grupos iônicos ou polares (por exemplo, açúcares nas glicoproteínas) de estarem em contato com a fase aquosa. A transferência, por exemplo, de um par iônico, como existente num simples ácido aminado $-\text{OOC}-\text{CH}_2-\text{NH}_3^+$, do meio aquoso para um solvente orgânico menos polar envolve uma ΔG_u positiva. De fato, o par iônico está em muito menor energia livre em contato com a água do que em qualquer outro solvente. A mesma conclusão pode-se tirar de grupos iônicos ligados através de cargas opostas. A sua remoção do meio aquoso para um ambiente menos polar é termodinamicamente desfavorável.

Mitos e teorias científicas

Na tarefa de definir a organização molecular das membranas biológicas, tanto modelos estáticos como dinâmicos foram oferecidos. Teorias foram apresentadas e, pelo fato de terem sido exageradamente reiteradas, por longo tempo, viraram uma espécie de mito. Criou-se o mito, por exemplo, que o aspecto de trilho de trem de todas as membranas, visualizadas por microscopia eletrônica, é devido à existência de uma camada lipídica interna em sanduíche entre duas camadas protéicas externas. Como diz F. Jacob⁷, "na tentativa... de transformar o caos do mundo em ordem, mitos e teorias científicas operam no mesmo princípio. O objetivo é sempre o de explicar eventos visíveis por forças invisíveis, de ligar o que é visto com o que é assumido". E "a visão do mundo

criada pelo homem, quer mítica ou científica, é sempre um produto de sua imaginação". Como reagem os cientistas ao perceber que muitos de seus mais difundidos ensinamentos não passam de mitos?

*Mitos, belos mitos que já são verdade,
Pois com rito foram mil vezes contados
A ouvintes atentos de qualquer idade,
Relatos brilhantes mal documentados.
Mitos, belos mitos, julgados tão certos
Porque provados pelas provas da ciência;
Argumentos físicos os mais espertos,
Luzes vacilantes neste mar de ausência.
Mitos, belos mitos que movem montanhas,
E fortalecem o espírito dos fortes,
Explicam as razões, promovem campanhas,
Secam o pranto, justificam as mortes;
Mitos, é como o homem vê a realidade,
Já deformada, uma sombra da verdade.*

Será possível conhecer-se a verdade pela crítica aos mitos?

Usaremos aqui o sistema de Isaac Luria (1534-1572)⁸ para descrever a evolução do conhecimento sobre a organização molecular das membranas.

1) *Tzimtzum*, a contração, a tese: Em 1925 Gorter e Grendel propuseram um modelo para a membrana biológica, o qual foi desenvolvido 27 anos depois por Davson e Danielli e, posteriormente (1964), refinado por Robertson. Este modelo previa uma bicamada interna contínua de fosfolipídios com monocamadas de proteína espalhadas sobre ambas as superfícies da bicamada. As cabeças iônicas dos fosfolipídios, neste modelo, interagem eletrostaticamente com os grupos iônicos das proteínas, não estando pois em contato direto com a água. Resíduos não polares das proteínas ficariam em grande parte em contato com a água. Apesar de ser termodinamicamente altamente desfavorável conforme foi discutido acima, tal modelo foi ensinado em todos os cursos de ciências por várias décadas, tendo retardado os modernos estudos sobre membranas devido a sua natureza estática e pouco versátil. No entanto, se as principais, senão únicas, interações entre proteínas e lipídios na membrana são de natureza eletrostática, por que o aumento da força iônica do meio não tinha um efeito marcante na dissociação de proteínas da membrana? E por que enzimas que removem altas proporções de aminas fosforiladas (grupos polares) dos fosfolipídios de membrana não alteravam o aspecto de trilho de trem da membrana, sendo, portanto, incapazes de extrair proteínas associadas ou modificar as suas conformações, tendo por outro lado livre acesso aos fosfolipídios para exercer sua atividade catalítica? Estas experiências, aparentemente simples, seriam suficientes para, no mínimo, pôr em forte dúvida o modelo de Davson e Danielli. Estudos posteriores envolvendo calorimetria diferencial e difração por raios-X mostraram que pelo menos um aspecto estrutural deste modelo podia ser confirmado: a bicamada de fosfolipídios, embora com características de descontinuidade, deve existir em praticamente todas as membranas.

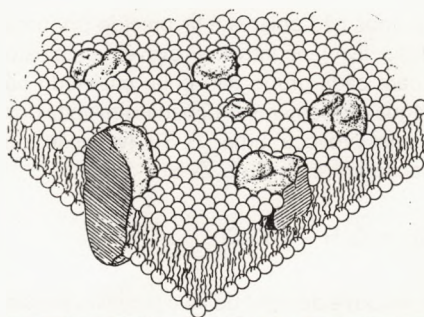
2) *Shevirat ha'keilim*, a quebra dos vasos, a antítese: Se a tese de Davson e Danielli era a de que as principais forças de estabilização da membrana eram eletrostáticas, Benson em 1966 propôs, em oposição, que a estrutura consiste de proteínas globulares no interior da membrana mantendo intenções hidrofóbicas com os lipídios. Embora os ácidos graxos neste modelo estejam polarizados com suas cabeças polares para o lado aquoso, eles não formam uma bicamada. Os complexos de proteínas globulares e lipídios representariam subunidades que por repetição e através de ligações hidrofóbicas dariam

origem à membrana. Este modelo parece estar em menor energia livre do que o de Davson e Danielli, sendo, portanto, termodinamicamente mais favorável. Contudo, nenhum estudo posterior provou a existência de subunidades lipoprotéicas que se repetem, e a existência de uma bicamada fluida de lipídios parece estar inequivocamente demonstrada. Do ponto de vista termodinâmico, os complexos lipoprotéicos de Benson impediam a formação de várias pontes de hidrogênio entre peptídeos e, desta forma, não pareciam representar o estado de menor energia livre da estrutura. A presença de proteínas globulares no interior da membrana foi, no entanto, demonstrada por experiências de criofatura: após o congelamento, a membrana é fraturada no centro da bicamada lipídica, e as duas faces resultantes observadas por microscopia eletrônica. Estas faces mostram protuberâncias ou depressões correspondendo às partículas protéicas mergulhadas na matriz lipídica.

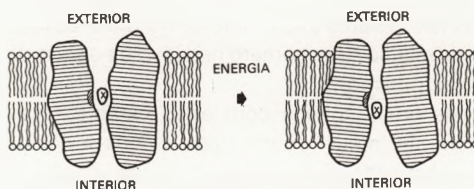
3) *Tikkun*, a restauração (na terminologia de Hegel, a síntese, enunciada quase 300 anos depois de Luria, em apoio a Fichte: tese, antítese e síntese constituem a essência de todo o desenvolvimento e toda a realidade): Na base de estudos sobre a conformação de proteínas da membrana e suas interações com lipídios, e levando em conta as restrições termodinâmicas, foi proposto o modelo chamado *mosaico lipídio fluido-proteína globular*, desenvolvido por Singer em 1971⁹. Este modelo retira idéias dos modelos anteriores e está de acordo com o resultados mais recentes, empregando metodologia refinada.

O duplo rosto de Janus

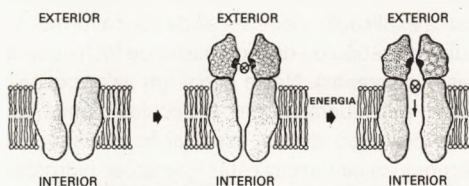
No modelo de Singer, existe uma bicamada de fosfolipídios como no modelo de Davson e Danielli, mas esta camada é descontínua, uma vez que estão intercaladas, entre as moléculas de lipídios, proteínas globulares que mergulham na estrutura da membrana e interagem com os lipídios principalmente através de interações hidrofóbicas, como no modelo de Benson. Existe uma considerável independência entre as proteínas e lipídios neste modelo, os últimos podendo, no entanto, influenciar na conformação das primeiras. Como a matriz de lipídios é essencialmente fluida, as proteínas mergulhadas na membrana podem ter movimentos de translação e de rotação horizontal. Movimentos de rotação vertical são impedidos por restrições termodinâmicas. Este aspecto dinâmico da membrana, permitindo a mobilidade de proteínas e suas alterações conformacionais em resposta a estímulos externos, é uma das características mais importantes do modelo de Singer. O mosaico envolve uma série de proteínas de vários pesos moleculares, intercaladas na matriz lipídica. Tanto os grupos iônicos e polares dos lipídios como das proteínas estão em contato com a água; as seqüências não polares das proteínas globulares e das cadeias de hidrocarbonetos dos lipídios estão em um mesmo ambiente hidrofóbico fora de contato com a água. O aspecto da superfície da membrana parece o de um mar com vários icebergs de diferentes tamanhos, tendo a liberdade de se moverem num mesmo plano. Contudo, como a membrana tem duas superfícies, uma em contato com o meio exterior e outra com o meio interior, pode igualmente ter proteínas imersas na bicamada lipídica com faces hidrofílicas dirigidas para o exterior ou para o interior. Desta forma a membrana pode exercer a sua função bifrontal tipo Janus, essencial para a vida celular. Devido aos seus diferentes pesos moleculares, as proteínas da membrana podem estar parcialmente imersas na membrana ou atravessá-la completamente, e, neste caso, exibindo duas faces hidrofílicas, uma externa e outra interna, na mesma molécula. Se duas outras proteínas atravessam a membrana formando um agregado, elas podem formar um poro por onde são transportadas moléculas solúveis de baixo peso molecular.



Modelo do Mosaico Lipídio-Proteína Globular¹¹



Transporte de substância através de um poro na membrana¹¹



Transporte através da membrana mediada por proteína periférica¹⁴

Antígenos humanos e de camundongos

Na estrutura da membrana existem numerosas glicoproteínas e glicolipídios contendo uma ou várias cadeias polares de oligossacarídeos. Estes compostos são sempre orientados para o exterior da membrana e podem se constituir em receptores para uma série de ligantes. Por exemplo, existem proteínas vegetais que reconhecem determinados açúcares presentes nestes receptores, fixando-se neles. Existem também anticorpos produzidos por espécies animais heterólogas que reagem contra as porções glicídica ou protéica destes receptores ou antígenos. Tais anticorpos podem ser marcados com ferritina ou com fluoresceína de modo que as reações de superfície podem ser visualizadas *in loco* por microscopia eletrônica ou microscopia de fluorescência. Combinações de métodos de visualização podem ser utilizadas, de modo que a reação individual de anticorpos diferentes pode ser observada na mesma preparação. Frye e Edidin¹⁰ fizeram uma experiência crucial em apoio ao modelo de Singer. Conseguiram eles, por intermédio do vírus Sendai, a fusão de uma célula de camundongo com uma célula humana. Formou-se um heterocarion com continuidade de membrana. Os antígenos de superfície foram detectados através da reação com anticorpos específicos anticamundongo e anti-antígeno humano. Os anticorpos marcados, de acordo com a sua especificidade, depositaram-se sobre as metades humana ou de camundongo da membrana do heterocarion. Esta distribuição era estável com células mantidas abaixo de 15°C. Ao elevar-se a temperatura para 37°C, os antígenos humanos e de camundongo migravam no plano da membrana e se localizavam randomicamente ao longo desta membrana. A reação com os anticorpos mostrou desta feita que não mais existiam metades humana e de camundongo no heterocarion. Tal redistribuição de antígenos dependente da temperatura está de acordo com o modelo de Singer. A

fluidez da matriz lipídica é indispensável para a translação dos antígenos protéicos e dos próprios lipídios. À baixa temperatura, ocorre significativa transição dos lipídios de uma fase líquido-cristalina para uma fase gel-cristalina, impedindo a migração molecular. Hoje, admite-se que na faixa de temperatura compatível com a reprodução de uma célula, podem existir áreas gel-cristalinas na membrana, mas devem predominar as áreas líquido-cristalinas, que permitem a mudança conformacional das proteínas e sua migração para formar agregados, ambos aspectos importantes da fisiologia celular. Obviamente as características físico-químicas da membrana dependem das propriedades dos lipídios e proteínas que a compõem. Por exemplo, a maior presença de ácidos graxos não saturados leva ao aumento da fluidez da membrana (pela maior liberdade das moléculas, que não se pareiam) e pode representar uma defesa relativa contra as baixas temperaturas. Inversamente, a predominância de ácidos graxos saturados (que se pareiam), ou a maior concentração de esteróis, leva a uma menor fluidez da membrana, o que é desejado em temperaturas mais altas. Desta forma a membrana pode se adaptar às condições ambientais para manter sua funcionalidade.

Agregação protéica

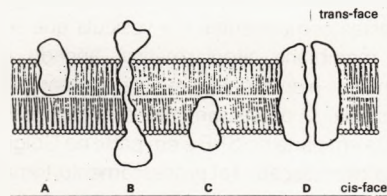
A imagem da membrana biológica como um mar de icebergs seria mais adequada se se adicionasse que os icebergs estão por vezes amarrados ao fundo por correntes e que, eventualmente, vários icebergs podem ser puxados para uma certa direção. Na membrana, várias daquelas proteínas que atravessam toda a bicamada lipídica estão ancoradas a proteínas do citoplasma (ex. actina), as quais podem participar de complexos contráteis com outras proteínas (miosina), puxando e agregando em uma mesma área proteínas da membrana. O sinal, no entanto, para este processo de agregação é a presença de um ligante externo multivalente, que catalisa a nucleação de receptores. Este ligante pode ser, por exemplo, um anticorpo ou uma lectina vegetal. Por vezes a agregação é tão generalizada na superfície da célula que todos os receptores são levados para um único pólo, como se fosse um chapéu (fenômeno do *capping*). O *capping* pode ser um meio de defesa da célula contra anticorpos, uma vez que os agregados de antígenos da membrana uma vez formados podem ser liberados no meio ou fagocitados. Esta tendência é devida a uma substancial alteração no volume e tensão interna da membrana no local da agregação protéica.

A formação e dissociação de agregados protéicos na membrana parece ser importante na resposta celular à ação de hormônios. Em várias células, a atividade hormonal se traduz pela ativação de uma enzima, a adenilciclase, que sintetiza ciclo-AMP (c-AMP) a partir de ATP. O c-AMP é o sinal para o desencadeamento de uma resposta intracelular. No entanto, a sua atividade catalítica está orientada para o citoplasma da célula. Como pode um hormônio, que não penetra na célula, enviar uma mensagem transmembrana para esta enzima? O que parece ocorrer é que um hormônio só pode atuar se houver um receptor na membrana celular que o reconheça. Este receptor ligado ao hormônio pode agora provocar a associação ou dissociação de agregados envolvendo a adenilciclase, que passa da forma inativa para a ativa. Na descrição de Singer em 1981¹¹: "A rápida interconversão de estados inativos para ativos após a ligação do hormônio pode envolver a rápida dissociação de certos agregados e a rápida formação de outros, nos quais a difusão dos componentes dissociados para longe uns dos outros e a difusão conjunta de componentes associados, dentro da membrana fluida, são os acontecimentos regulatórios exigidos."

Transporte através de membranas

As proteínas com numerosos resíduos hidrofóbicos e que estão imersas na matriz lipídica fluida, isoladamente, ou em agregados, são chamadas integrais. Sua extração das membranas é feita com detergentes ou sais, chamados caotrópicos, porque desorganizam a estrutura da água. Outras proteínas da membrana são ditas periféricas porque são essencialmente solúveis e estão ligadas às proteínas integrais nas duas faces da membrana, através de ligações com o domínio hidrofílico destas últimas. Estas proteínas periféricas podem ser receptores para moléculas de baixo peso molecular e estão por vezes envolvidas no processo de sua permeação conforme é descrito abaixo.

Da mesma forma que o modelo de Davson e Danielli persistiu durante vários anos, mesmo desafiando restrições termodinâmicas, criou-se o mito de que o transporte de substâncias através de membranas se fazia por um carreador rotativo que usava um eixo paralelo ao plano da membrana. Ora, como a rotação implicaria mergulhar temporariamente sítios hidrofílicos da proteína integral (permease) ligada à substância a ser transportada, igualmente hidrofílica, na matriz lipídica, as mesmas razões termodinâmicas impediam sua aceitação. No modelo de Singer, as proteínas integrais podem estar em 4 classes conforme a figura:



As 4 classes de proteínas integrais da membrana¹⁴

Jardetzky e Singer propuseram que as proteínas responsáveis pelo transporte através de membranas fossem do tipo D e capazes de existir em 2 estados conformacionais distintos. Em uma conformação, o sítio de reconhecimento do ligante é acessível à fase aquosa de um lado da membrana; na outra conformação, o sítio é acessível ao outro lado. Se agora a afinidade para o ligante for diferente nas duas conformações, ele pode ligar-se firmemente ao receptor no primeiro estado e desligar-se no segundo penetrando na célula. A mudança conformacional das proteínas de transporte pode ser induzida pelo gradiente de concentração do ligante a ser transportado, como é o caso da difusão facilitada, ou pode exigir uma fonte de energia, como no caso do transporte ativo.

Em bactérias, é comum a existência de duas membranas no envelope celular com um espaço periplásmico entre elas. Neste espaço, existem proteínas que são importantes à permeação de determinadas substâncias. Provavelmente as proteínas periplásmicas são proteínas periféricas que participam do transporte pelo fato de conterem sítios específicos de ligação para diversas substâncias. Associando-se a proteínas integrais que formam um poro, através de ligações não covalentes, as proteínas periplásmicas podem induzir alterações conformacionais nas primeiras após combinação com ligantes, abrindo o poro e permitindo o transporte. Mas também a membrana externa destas bactérias é composta de agregados protéicos formando poros que permitem o transporte seletivo de uma variedade de substâncias, desde metais até antibióticos. Estes agregados protéicos são chamados porinas. Uma bactéria, por mutação, pode perder a capacidade de sintetizar uma porina. Se esta porina permite o transporte de um antibiótico como, por exemplo, o cloranfenicol, a

bactéria passa a ser resistente a este antibiótico. A existência, pois, de determinadas proteínas na membrana depende da expressão positiva do genoma.

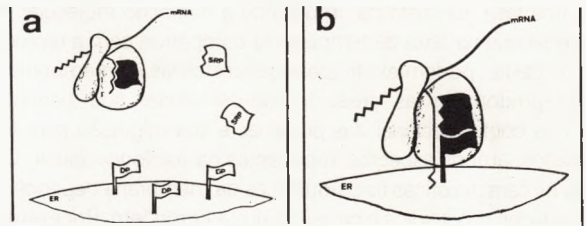
Inserção de proteínas na membrana

É evidente que se a existência de poros é indispensável ao transporte de moléculas hidrossolúveis de baixo peso molecular, parece claro que moléculas maiores devem penetrar na célula utilizando outros mecanismos. Existe um eficiente processo de interiorização da membrana, chamado endocitose, pelo qual vesículas são formadas no interior da célula, destacando-se da membrana original. Estas vesículas, que podem conter material incorporado à célula, podem se desfazer no interior do citoplasma liberando este material, ou serem recicladas para novamente fazerem parte da membrana. O processo inverso, isto é, a exocitose, também existe. A fisiologia dinâmica da membrana não consiste, pois, apenas da mobilidade interna de seus componentes, mas igualmente do seu *turn-over* ao nível celular. Constantemente a membrana pode estar recebendo vesículas sintetizadas *de novo* para o seu crescimento, contendo um novo suplemento de proteínas integrais, ou pode interiorizar vesículas pelo processo de endocitose. Na biossíntese de nova membrana, componentes protéicos são inseridos em uma membrana intracelular ao nível do sistema retículo endoplasmático (SRE). No sistema de Golgi, ocorre um processamento destes componentes e a vesícula que se desprende coalesce com a membrana citoplasmática, abrindo e expondo para fora os componentes hidrofílicos, que anteriormente se dirigiam para o interior da vesícula. O processamento hidrofílico das proteínas integrais que se realiza em parte no SRE e em parte no Golgi, consiste principalmente na sua glicosilação. Tal processamento torna irreversível a localização e polaridade destas glicoproteínas na membrana.

Um ponto crucial na biossíntese da membrana é a inserção das proteínas recentemente sintetizadas na matriz lipídica. Esta inserção deve ser direcional e irreversível a partir do ponto de síntese nos polissomas. As proteínas caracteristicamente devem ter significantes seqüências hidrofóbicas para se "solubilizarem" no meio lipídico. Se forem sintetizadas longe da membrana estas proteínas tenderão a se agregar. Para permitir que o dobramento normal da proteína se faça já no meio lipídico, a cadeia nascente a partir do polissoma deve se introduzir imediatamente na membrana. Tanto a passagem pelo domínio hidrofílico externo da bicamada lipídica, como a migração pelo interior hidrofóbico e emergência no meio exterior hidrofílico sofrem restrições termodinâmicas. Através da evolução, foram selecionadas seqüências de ácidos aminados capazes de vencer estas restrições: a síntese das proteínas integrais é precedida pela formação de uma *seqüência-sinal* composta de dois pequenos sítios hidrofílicos limitando, de cada lado, um sítio maior hidrofóbico. Esta *seqüência-sinal* é indispensável para conduzir o restante da proteína integral a ser inserida. Terminada a síntese, a *seqüência-sinal* é degradada na superfície externa da membrana, deixando para trás a proteína integral. A adição de açúcares ou de resíduos iônicos (ex. ácidos siálicos) completam o processamento destas proteínas. O novo domínio polar introduzido não permite a reversão ou total imersão das proteínas integrais na membrana ou a sua rotação.

O grande mistério reside ainda na regulação da inserção de proteínas na membrana, uma vez que, provavelmente, ela não é inteiramente randômica. Recentemente, duas proteínas regulatórias foram identificadas: uma delas, a SRP, reconhece a *seqüência-sinal* e interrompe a síntese protéica no ribossoma; a outra, localiza-se na

membrana e funciona como um receptor para a primeira: é chamada *docking-protein* (DP) porque ancora o ribossoma através de ligação com a SRP.



Após a ancoragem do ribossoma na membrana, a síntese protéica é desreprimida e a *seqüência-sinal* penetra na membrana seguida da proteína integral.¹³

Um aspecto importante da estrutura das membranas é a pressão interna, exercida principalmente pelas proteínas integrais. Além de provocarem uma alteração estrutural na bicamada de lipídios vizinha, elas podem, por agregação, alterar a pressão interna local e a fluidez da membrana. Zonas especializadas da membrana podem se estabelecer constituídas principalmente de agregados protéicos. Por vezes, a formação de agregados de proteínas integrais é induzida por proteínas periféricas localizadas na face interna da membrana. Desta forma, a utilização de lipossomas como modelos experimentais para o estudo das membranas biológicas pode não ser adequada. Para dar um exemplo, as membranas, devido a sua grande pressão interna, excluem pequenas moléculas anfipáticas que não são excluídas de lipossomas. Nas membranas, existem ainda interações de seus componentes com elementos do citoesqueleto que podem exercer funções importantes, tanto mecânicas como regulatórias, na fisiologia celular.

Membrana biológica: alto grau de autonomia

Na qualidade de uma entidade Janus, a membrana apresenta propriedades intrínsecas que foram definidas acima, e das quais a principal é a presença de proteínas integrais isoladas, formando dímeros, trímeros, oligômeros, ou agregados heterólogos, com atividades enzimáticas ou de porinas, sendo constantemente repostas através de um ativo *turn-over*. Suas tendências autônomas são simbolizadas por *Janus Clusius*, o que fecha, o guardião do portal, da cidadela. As tendências integrativas deste holon, simbolizadas por *Janus Patulcius*, o que abre, são exercidas através de contato direto ou a distância. A membrana pode, por exemplo, transmitir sinais para o interior celular após reagir com hormônios ou outros mediadores solúveis. Após reagir com mitógenos, a membrana pode transmitir a ordem para o início da reprodução celular. No lado negativo, a membrana pode reagir com ligantes, os quais provocam a formação de agregados deletérios e que levam à morte celular por interferirem no sistema produtor de energia (ex. colicinas); podem ainda permitir a entrada de antibióticos que lesarão estruturas celulares. As tendências integrativas do holon podem ainda ser exercidas por contato. Células vizinhas interagem através de suas membranas. A coalescência de membranas é em geral inibida pela grande pressão exercida pelas proteínas integrais. Em condições experimentais, em presença de determinados vírus ou polímeros, pode ocorrer, no entanto, a fusão de membranas mesmo de espécies diferentes. Células em contato direto podem se dividir sem auto-repressão (microorganismos, alguns estágios do embrião), ou podem ter a reprodução inibida através de sinais transmembranas oriundos do contato de células diferenciadas. Células tumorais, cujas membranas não são mais susceptíveis à

inibição por contacto, continuam a proliferar. Estes efeitos podem ser modulados por receptores específicos dirigidos para o exterior da membrana, pela expressão de moléculas especiais como mucopolissacarídeos ácidos ou outros componentes. No processo de diferenciação celular, igualmente pressupõe-se a presença de receptores específicos na membrana, que reconhecem ligantes de células vizinhas, na tarefa de construir tecidos especializados ou organismos de maior complexidade. A tendência integrativa, nas palavras de Koestler, manifesta-se pelo "reverso da 2.ª lei da termodinâmica, em sistemas abertos alimentando-se de entropia negativa (Schrodinger), e o caminho da evolução em direção a estágios de desenvolvimento espontâneo de maior heterogeneidade e complexidade (Herrick)".

Em conclusão: a membrana biológica é uma estrutura de alto grau de autonomia, embora participe de uma série de processos integrativos importantes à organização de sistemas multicelulares. No pensamento de Confúcius, "somente aqueles que são absolutamente

autônomos no mundo (ou que mantêm suas características essenciais) podem realizar sua natureza; somente aqueles que realizam sua própria natureza podem realizar a natureza dos outros; somente aqueles que realizam a natureza dos outros podem realizar a natureza das coisas; aqueles que realizam a natureza das coisas são dignos de ajudar a Mãe Natureza no crescimento e manutenção da vida; e aqueles que são dignos de ajudar a Mãe Natureza no crescimento e manutenção da vida são iguais ao céu e à terra".¹² ●

Luiz R. Travassos é médico e professor titular da Escola Paulista de Medicina, além de membro titular da Academia Brasileira de Ciências e pesquisador na área de bioquímica e imunológica de microorganismos. Publicou até hoje cerca de 90 trabalhos, entre artigos científicos em revistas especializadas, comunicações a congressos e sociedades científicas e capítulos de livros.

Resumen

CIENCIA

La cara dupla de las membranas biológicas

La membrana biológica representa la fase intermedia entre el individuo y el medio, entre el individuo y los otros individuos, además de mantener la propia integridad del individuo. Por lo tanto, es innegable una dupla función: de un lado, garantizando la individualidad y la unidad celular; del otro, interactuando en el medio o en sociedad con otras células, permitiendo el establecimiento de niveles orgánicos de jerarquía superior. Las alteraciones de su estructura pueden llevar a la pérdida de mecanismos de regulación y control, afectando la ontogénesis o permitiendo el crecimiento exagerado de determinadas células en detrimento de todo el organismo. La preservación de la membrana biológica de células de tejido normal significa vida, su destrucción o lisis lleva a la muerte. La membrana biológica es, por esta razón, también, un blanco importante en el combate a las células extrañas, transplantes incompatibles, microorganismos y parásitos.

Abstract

SCIENCE

The two faces of biological membranes

Biological membranes represent the interfacing between the individual and the environment, between the individual and other individuals, besides maintaining the very integrity of the individual. Thus, its double function is inescapable: on the one hand, it guarantees the individuality and cellular unity; on the other hand, it interacts with the environment or society of other cells, permitting the establishment of organic levels of a superior hierarchy. Changes in its structure can bring about the loss of regulation and control mechanisms, affecting ontogenesis or permitting the exaggerated growth of certain cells to the detriment of the whole organism. The preservation of the biological membrane of cells of the normal tissue means life; its destruction or damage brings about death. The biological membrane is, for this reason, also an important target in the combat against foreign cells, incompatible transplants, micro-organisms and parasites.

Notas e bibliografia

- Jacob e Wilhelm Grimm. *The white bride and the black bride* (Tradução para o inglês de L. Crane *et al.* para Modern Library, The Tales of Grimm and Andersen, 1952, New York).
- De modo figurado descreve as duas tendências de Janus: de um lado a noiva branca (célula, membrana, holon) protege-se do meio hostil para afirmar suas qualidades intrínsecas, no caso estéticas; de outro, ela deve apresentar-se para aprovação (cooperação, inter-relação auto-transcendente) pela autoridade maior na hierarquia, no caso o rei.
- Koestler, A. (1978) *Janus. A summing up*. Hutchinson & Co., London.
- Koestler, A. (1967) *The ghost in the machine*. Hutchinson & Co., London.
- Guirand, F. (1962) *Mitologia General* (Tradução para o espanhol de P. Pericay: Editorial Labor, S.A., Barcelona).
- Bergson, H. *The creative evolution* (Tradução para o inglês de A. Mitchell; Random House, Inc., 1944).
- Jacob, F., (1982) *The possible & the actual*, Pantheon Books, New York.
- Segundo Max I. Dimont (1971, *The indestructible jews*, New American Library, Inc., New York), os ensinamentos cabalísticos pelos apóstolos

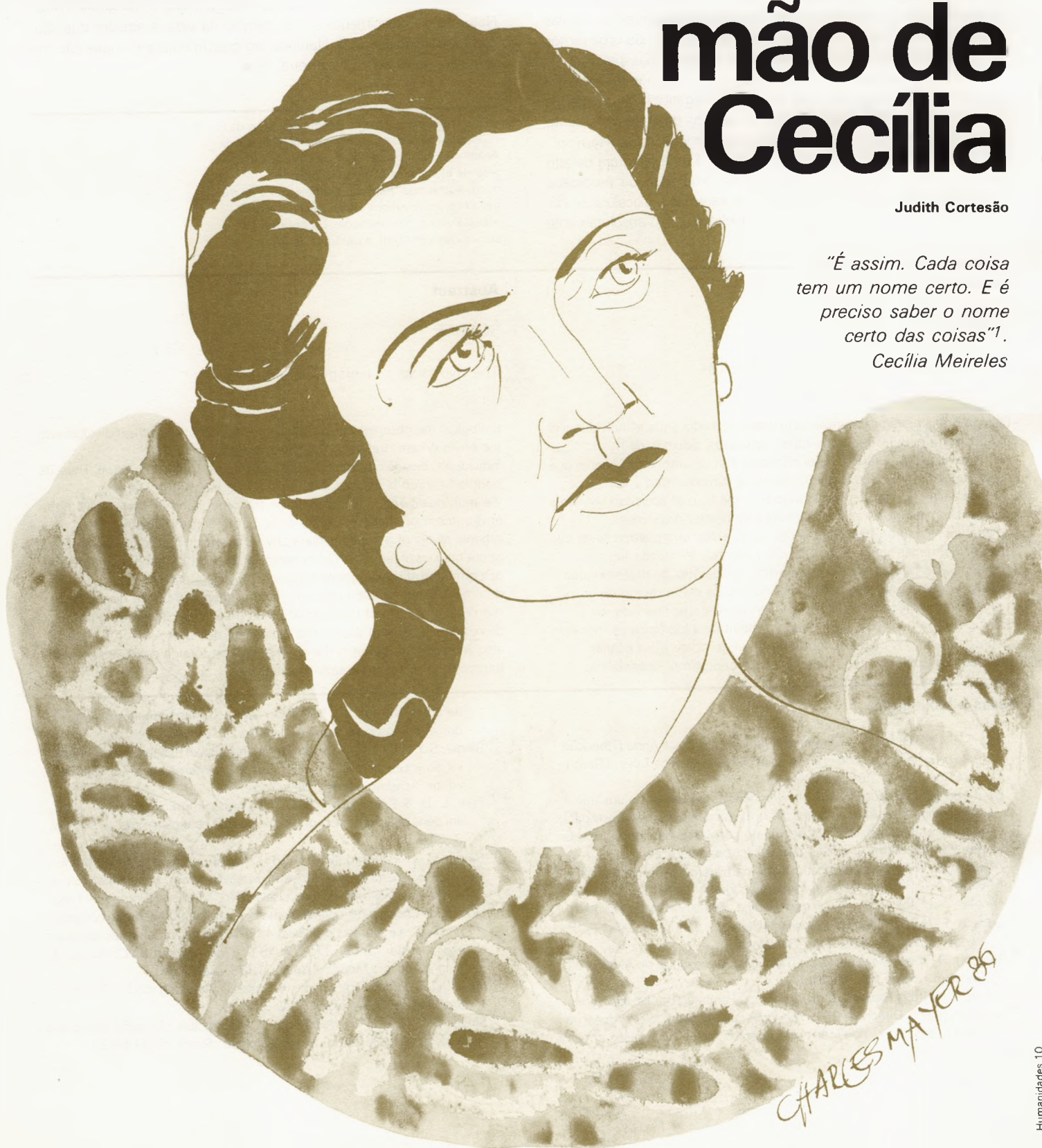
- de Luria tiveram um "tremendo" impacto não somente na vida judaica como no pensamento cristão.
- Singer, S.J. (1971) "The molecular organization of biological membranes." In: *Structure and Function of Biological Membranes*. L.I. Rothfield, editor; Academic Press, New York.
- Frye, L. D. & Edidin, M. (1970) "The rapid intermixing of cell surface antigens after formation of mouse-human heterokaryons." *J. Cell Sci.*, 7: 319-335.
- Singer, S. J. & Conrad, M. J. (1981) "The structure of cell membranes." In: *Cell membrane in function and dysfunction of vascular tissue*; Godfraind & Meyer, editors; Elsevier/North Holland Biomedical Press.
- Do livro de Chungyung (originalmente Liki, capítulo XXXI), seção composta por Tsesze (neto de Confúcius) 491-431 B.C., ou Mencius (discípulo espiritual de Tsesze) 372-289 B.C. (*The wisdom of Confucius*, L. Yutang, editor; Modern Library, 1938, New York).
- Meyer, D. I. (1982) "The signal hypothesis — a working model. Trends. In: *Biochemical Sciences*, 7: 320-321.
- Singer, S.J., (1977) "Thermodynamics, the structure of integral membrane proteins, and transport". *J. Supramolec. Struct.* 6: 313-323.

Pela mão de Cecília

Judith Cortesão

*"É assim. Cada coisa
tem um nome certo. E é
preciso saber o nome
certo das coisas"¹.*

Cecília Meireles



Viagem ao redor do conceito de história, patrimônio e cultura.

Desconversando

Há quem chegue a este mundo com o condão de vir para ficar. Assim foi com Cecília.

Tinha Cecília uns olhos incomparáveis: intensamente verdes e marejados de luz. E tão rasgados eram esses olhos, tão concentradamente belos, de uma diafaneidade tão milagrosa e intemporal que, ao fitar-nos, emudecia a alma.

Foi em pleno verão, em dia de ares lavados e longínquos azuis, que vim a conhecer, há muitos anos, a então incipiente Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (onde viria a trabalhar mais tarde). Pela mão de Cecília visitei, nesse dia, os campos experimentais de roseiras silvestres. E ambas nos debruçamos, na limpidez da tarde inacabada, sobre as frágeis corolas e seu tênue rubor. Quanto a mim, já então fascinada por sua pentagonalidade: transcendente simetria, tão semelhante à humana, sobre a qual, longos anos, cismaria; ela, com seu sorriso, a um tempo cálido e distante.

Era Cecília uma amiga dileta de meus pais, não propriamente minha, que eu era jovem, nessa época, e encabulada — quando emocionada. Mas poucos haverá (como Hopkins e seu êxtase e agonia, ou Hudson, que me legou a comunhão com os pássaros) poucos, como ela, que tenham caminhado ao meu lado a vida inteira.

Pela mão de Cecília, novamente, lendo “Olhinhos de gato”, sua pequena obra-prima em prosa e dialogando com ela (como o fazemos com os seres amados) fui levada a questionar-me — a questionar-vos — quanto a alguns novos ou menos conhecidos conceitos de preservação do patrimônio histórico e da própria cultura nacional, trazidos à baila pela Nova República.

Os idos de abril

Festejou-se a 18 de abril o Dia Mundial do Patrimônio. Quase na mesma data, anos atrás (19 de abril de 1936) era criada a Comissão Provisória para Estudos sobre o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Quanto caminho andado desde então: Rodrigo articulava aos poucos sua equipe e se preparava para o gigantesco resgate do patrimônio arquitetônico nacional, que levou a cabo. Tarefa ingente que outros vêm prosseguindo, sem cessar².

Apoiando a Rodrigo de Mello Franco de Andrade, encontramos desde o início um grupo insuperável: Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa e uns quantos mais. Grupo de quem a SPHAN herdou um jeito peculiar — único em instituições oficiais e que veio até hoje — de probidade e

rigor na pesquisa, na recuperação e na manutenção de bens tombados; de humanismo, devoção e donaire no manejo da coisa pública e uma certa aristocrática e displicente modéstia, característica de seus membros mais ilustres, tipicamente avessos às luzes da ribalta.

Essa mesma modéstia concorreu para o esquecimento, por parte de muitos, da enorme dívida de gratidão que temos para com Rodrigo, cuja liderança, competência e integridade, nos salvaram do desastre iminente: a adulteração da paisagem cultural do Brasil, a descaracterização nacional, a perda da identidade.

Nas palavras de Aloysio Magalhães: “esquecem que nós ainda temos igrejas maravilhosas, cidades fantásticas, conjuntos incríveis e que se não fosse o IPHAN [hoje SPHAN] não existiriam”³.

A Nova República: adensamento dos agentes de cultura

E agora? Após vinte anos de cultura cerceada, e paralelamente à criação, e reorganização, do Ministério da Cultura, uma renovação profunda do conceito de patrimônio nacional está em marcha — embora a grandeza e a criatividade de Aloysio já a tivessem, em parte, iniciado.

No teu tempo, Cecília, havia monumentos isolados e augustos; havia o Aleijadinho e suas dadivosas mãos geniais; havia a Inconfidência e seus preclaros personagens, que cantaste: “E agora é um simples Alferes/louco, — sozinho e perdido”...

Hoje, se olharmos em redor, não são apenas monumentos, personagens ou fatos destacados que compõem, exclusivamente, nossa emergente paisagem cultural.

Como uma multidão que subitamente invadissem um saguão ferroviário, os Sem-Terra e Sem-Rosto levantaram a tampa do sepulcro caído de sua marginalidade e invadiram o palco de nossa sociedade. E eis-nos rodeados de atores ainda há pouco invisíveis, proclamando hoje, em bom som, sua participação na estirpe de nossa mesma identidade: negros, índios, ciganos. E após eles rendeiras e mascates; tropeiros e caiçaras; andantes, raizeiras, mendigos em farrapos e os meninos da rua, de face alta⁴.

Que não só vêm do campo, estrada fora, as vozes ignoradas: carentes, como eles, de justiça, alçam na urbe o seu clamor unânime os “donos da miséria”⁵ — os que pululam nas favelas ou então nos cortiços, ainda mais degradantes, ou aqueles que alastram a periferia das grandes cidades com suas patéticas autoconstruções inacabadas. O sonho do “lar próprio” consumiu-lhes as horas de lazer e convívio, a conjunta poupança familiar, a própria vida, sem muitas vezes lhes ter ficado na mão nada mais do que o sonho. O que porventura lhes era essencial.

E surge assim, para a Nova República, a par e passo da luta social, uma tarefa cultural prioritária: o de dar-lhes acesso, a eles todos, não apenas ao sonho mas à participação no coro nacional, naquilo a que Celso Furtado chamou de “a límpida alegria de criar”⁶.

Poucas experiências haverá, Cecília, mais exultantes do que a de integrar um Grupo de Canto Coral: cantar a quatro vozes, com uma centena de participantes, as “Vésperas Solenes” de Mozart, é despir o mesquinho, o perecível andrajo corporal e fazer que amanheça, do concerto das vozes reunidas, a indescritível glória do canto conjugado.

Os desequilíbrios regionais

Aos desajustes sociais, a que nos referimos, vêm somar-se desequilíbrios regionais, fruto de causas nacionais (e internacionais) muito complexas, entre as quais sobressaem o inadequado planejamento econômico e social, a intrínseca amplidão do país, a carência de transportes extensos e baratos, o próprio impulso do desenvolvimento industrial e do crescimento urbano, despovoando os campos com suas fauces ávidas.

Afigura-se, possivelmente, ainda mais complexo, o mecanismo que gerou os desequilíbrios regionais no campo cultural. Havia a marca indelével de uma colonização portuguesa de tipo milenar, apoiando-se em “feitorias” litorâneas (correspondendo às fenícias cidades-estado do Mediterrâneo), que devastou culturas primitivas e recursos naturais mas nos deixou (além da própria língua e jeito de pensar) uma densidade de monumentos arquitetônicos e de admiráveis paisagens humanas que urge preservar.

Há também, geopoliticamente falando, a inexorável, a fecunda vocação marítima nacional, transformando o país num imperioso anfiteatro voltado para o mar.

Por outro lado, uma concentração crescente de grupos de poder, operando a partir das grandes urbes litorâneas, levou à existência conjunta, nessas cidades, de mecenas numerosos e de uma elite intelectual, fortemente burguesa ou aburguesada, que se dedicou — com brio e competência exemplares — a debulhar a história das grandes metrópoles ⁷. A própria SPHAN, consciente da necessidade de acompanhar e antecipar a História, vem se preocupando cada vez mais com a preservação de manchas urbanas (centro comercial do Rio, núcleo histórico de Salvador) e com o próprio planejamento metropolitano, como matéria cultural.

Os caminhos do mar, sua sacralização, na longa marcha para as minas do *hinterland*, as próprias cidades mineiras, concentraram riquezas culturais, por vezes opulentas e invulgares ⁸.

Mas a cultura da periferia do país ficou, forçosamente, relegada, até hoje, a um plano secundário, embora seus recursos renováveis — e não-renováveis — continuem atraindo contumazes interesses mundiais ⁹.

Latifúndio, cultura e impunidade

A distância da ação moderadora — e opressora — das estruturas do poder central deixou à orça os poderes regionais.

Houve mando e desmando e até benfeitorias. Mas uma grande parte da descaracterização e do aniquilamento dos contextos culturais primitivos coube sem dúvida às pequenas e grandes autoridades associadas ao coronelismo, que imperou no Nordeste e em áreas fronteiriças, embora os conquistados e oprimidos (índios, negros, peões-sem-salário) tenham concorrido e concorram ainda, a enriquecer o patrimônio nacional, com seu saber e tecnologias tradicionais.

Pouco se tem comentado (ou sequer documentado) o impacto limitante das estruturas latifundiárias sobre a cultura regional; muito menos que dimensão de angústia humana e esmagamento social tem acarretado a impunidade, a longa impunidade, de um sistema que assentou (e assenta ainda?) sobre “a capacidade de recrutar e manter forças armadas particulares”.

É certo que, do mesmo modo, ao longo da costa, embora sob o disfarce de outro tipo de máscara — a dos loteadores — o poder econômico, igualmente ávido de terra, vem destruindo sistematicamente (do Maranhão à costa sul do Rio e ainda mais ao sul) a

estrutura social e a cultura do pescador artesanal, embora contribuindo este para 60% do pescado nacional. Mas é ainda, de novo, nas áreas periféricas do país que se observa porventura o tipo mais exacerbado — e mais impune — de anti-sociedade e anticultura. Ainda menos comentada ou documentada e mais propensa a um trágico e absurdo desperdício de vidas humanas ¹⁰.

Devir histórico e bens patrimoniais

Uma visão dialética da História e da Cultura vem, por outro lado, reorientando o conceito anterior de patrimônio perdurável.

Os dados pontuais se esbatem e diluem no fluir arquejante da história social. Fluir que nos compete apreender, registrar, transmitir, nele integrando os dados analíticos, desse modo atingindo uma visão de síntese, fundamental para a revisão do conceito de prioridades que tem regido as normas de proteção e de memorização de bens patrimoniais.

Para melhor esclarecer a dificuldade de cadastrar um arrebatado e complexo devir e de historiar o a-histórico, citaremos alguns traços singulares de um novo estado, o Mato Grosso do Sul, cuja evasiva identidade (no entanto confirmada em sucessivas lutas separatistas, há já quase cem anos) é indispensável — do ponto de vista político, social e cultural — definir e registrar.

O estado carece, no entanto, quase totalmente, de monumentos formais de pedra e cal. Se excetuarmos o Forte de Coimbra (já tombado), algumas poucas ruínas de fortalezas e presídios militares, a Base Naval de Ladário, o Casário do Porto de Corumbá

A herança da cultura:

“Nos anos 50 o veículo corrente na cidade de Cambridge ainda era a bicicleta. Como os edifícios dos Colleges estão próximos e grande parte deles têm fundos comuns, dando para o rio que dá nome à cidade, as antigas construções e as áreas verdes formam um todo de extraordinária beleza. Os membros da Universidade, docentes e discentes, vestiam a característica gown, mais ou menos longa, conforme o status de cada um. Dentro e fora dos Colleges as condições de vida eram sóbrias, quase monacais.

Chegara em pleno fulgor do outono, quando as árvores se douram e compõem com a pátina das construções seculares um conjunto de raro esplendor. A música de órgão e coral era cultivada quotidianamente nas capelas de muitos Colleges. Nesse ambiente o culto anglicano conheceu uma evolução particular, ampliando as áreas em que se superpõem as experiências religiosa e artística. Levada a seus extremos, a busca da perfeição apaga as barreiras entre as diversas formas de vivência profunda do homem. Entre os vitrais da capela do King's College, o maravilhoso coro de vozes infantis transformava os serviços religiosos em momentos de pura beleza”¹⁶.

(Celso Furtado. “A Fantasia Organizada”).

(em tombamento), alguns escassos conjuntos urbanos, numerosas fazendas em modernização galopante, alguns graciosos coretos... pouco haverá a cadastrar, a não ser um punhado de sítios arqueológicos e de grutas (2 apenas tombadas), cujo conhecimento é ainda embrionário.

E isso traz à memória o quanto é precário nosso padrão de historicidade. Para uma cidade que surgiu a bem dizer ontem, que critério adotar? E o patrimônio indígena? O que é considerado "histórico" por uma comunidade indígena ou negra? A que passado é necessário remontar? À pré-história ameríndia? À africana? "O rio cresce e ninguém sabe de onde vem e até aonde vai".

Falemos ainda de Mato Grosso do Sul, que impôs essas perguntas. Estratégica terra de entre-rios (Paraná/Paraguai), delimitada por protóico perfil de uma abstrata fronteira, sem cessar disputada, a região sul-matogrossense abarca a maior parte de um único e extraordinário sistema natural — o Pantanal —, cujas "águas-emendadas" (Guaporé/Paraguai) tanto contribuíram para a história de nossa expansão territorial.

Seus dilatados pagos (estes Campos Gerais de Vacaria, floridos de frágua a frágua) e seus rios infindos — ou antes, suas estradas-d'água — constituíram, em tempos idos, sob a rota celeste de migrantes aves, enorme encruzilhada de sagradas trilhas de antiquíssimos povos; trânsito de jesuítas; percurso de monções, bandeiras e entradas, todas elas tangidas pelo mítico apelo do Eldorado, ou na mira de Potosi, cujas riquíssimas jazidas os chamavam.

Para este estado é pois fundamental mapear, cadastrar e preservar a memória fugaz e preciosa dessa tessitura de trânsitos diversos, que o retalharam, de lés a lés, de entrecruzadas marcas. Mais recentemente:

- a invasão repetida de forças paraguaias;
- a retirada da Laguna, seus tetricos acasos;
- a gesta das Missões Rondon, do próprio Cândido Mariano;
- os roteiros de expedições científicas estrangeiras, defraudando a região de sua memória natural e cultural;
- o avanço e regresso da coluna Prestes;
- a saga do Capitão Silvino Jacques, que o povo apóia e ama por ousar desafiar as forças repressoras estaduais;
- as incursões mercenárias (quatreiros, "baianinos" e ca-pangas);
- as perseguições da "Captura", não menos sanguinária;
- "entreveros", tocaias, genocídios, massacres...

O Mito ou o Facto

Eis senão quando, em meio da violência e do extermínio, surge uma estranha, muda (irão torturá-lo, em vão, para o fazer falar), bucólica figura, o "senhorzinho": um manso andante, manso como o cordeiro que o acompanha e benfazejo às almas. Ajoelha-se ante as árvores, para que lhe perdoem ter arrancado os frutos com que se alimentara.

Para estar junto a essa tão terna e tão humilde "criatura de Deus" e acompanhá-la, despovoam-se as fazendas ao redor — inermes sem o apoio da sua parca e indispensável peonada.

Que ameaça haverá, Cecília, nas almas que carregam a paz dentro de si, como em ostiário?

Morre assassinado.

Mas enquanto que as armas jazem no fundo leito dos rios, soterradas, e as tumbas gloriosas dos heróis da Laguna se encontrem olvidadas, no extremo de caminhos em que o capim

cresce alto — a lenda se avoluma do mínimo "Francisco de Assis" do sul do estado.

O povo em procissão vem, ano após ano, honrá-lo, reunindo-se à volta da modesta capela em que rezava. Fazendeiros e peões que o seguiram em vida, unidos por afeto que sobrepuja a morte, enterram-se ainda e sempre, lado a lado, no mísero, punjente cemitério, junto à perda estrada. Único cemitério, no país, creio eu, reunindo uma família mística, e até hoje ignorado.

Olho o tão tosco banco em que sentava e donde ia benzendo os fiéis com as mãos, não com palavras.

E pergunto, Cecília, qual o mais forte agente da História, o Mito ou o Facto?

Que papel tem o mito para afastar o espanto da violência e do opróbrio, alentar o vencido, libertá-lo? Que arquétipos nos movem e conjuram e armam, para vencer unidos o curso dos desastres?

"Tudo tem um poder que é necessário dominar" ¹¹.

E os fatos? Como gravar a-históricos dados e tombar o intombável? As pegadas dos santos, o rasto dos canhões, o apagado rosto de Otis e de Xetás, os heróicos Marçais e o eco dos gemidos dos que foram largados para trás, nos banhados (e transpassados pelas lanças paraguaias) para salvar um número maior de companheiros, fugindo em retirada?

Com que marcos e padrões assinalá-los?

Todo o conceito pátrio de História e Monumento entra em nós em colapso e do questionamento surge um labor mais belo, mais exigente e caro. Muitas capelas, fortes, pontes, ruínas, azulejos azuis e "levantinos abalcoados" (como diz Gilberto Freire) haverá que preservar. Mas o fluxo da vida, o anônimo, o impalpável pedem hoje a palavra.

A herança da vida

"O suspirar do vento matinal por aquela alta folhagem. . .

E as mil coisas que começava a desenhar, sobre o céu transparente, o seu sussurrante suspiro: lua crescente, branca e sem luz, esquecida no ar da manhã. . . flocos de cores das nuvens, com fios de ouro pelo meio. . . giro dos pombos, para longe, como para dar a volta ao mundo arqueando as asas. . . cigarras de bronze e cristal, sonoramente aderindo ao galho rugoso. . . e o piar de passarinhos — goelas vermelhas contra a luz, e ávidas, ávidas. . . teias de aranha estendendo redes de prata pela laranjeira. . . moscas verdes zumbindo... duros besouros roliços... libélulas vestidas de vidro... formigas deslizando num interminável cortejo pela goiabeira abaixo. . . abelhas rodando em volta de rósea flor toda aberta. . . lagartixas correndo pelos tijolos do muro. . . falas de bem-te-vi. . . pios de sabiá".¹⁷

(Cecília Meireles, "Olhinhos de Gato")

A herança da vida

Esse mesmo conceito – de fluxo da vida – que tão soberbamente soubeste exorcizar, em pleno vôo, Cecília, leva-nos a outra faceta do patrimônio nacional: o da herança da Vida.

Foi a partir de Estocolmo? ou bem de Cubatão? ou soubemos contigo, muito em segredo, sempre, sempre?

A plena, a contundente noção de que se nos vai dos braços a beleza da Vida, que o seu esplendor é extremamente frágil – colheu-nos de repente, com um gosto de morte. Embora ainda visível, ao nosso redor, a esmagadora majestade do Universo.

“Dentro de uns 50 anos, diz a Unesco em seus posters gigantes, não nos restarão mais árvores, a não ser uma ou outra, que tenha conseguido escapar, encabritada ainda sobre inclementes penhascos isolados”.

Uma cultura em extinção: caiçara

“Para muitos antropólogos o caiçara é um povo em extinção.

Até os primeiros anos da década de 50, a terra onde moravam tinha pouca valia. Hoje o que se lhes cobiça são as terras valorizadas ao extremo, principalmente depois da abertura da rodovia Rio–Santos. A ocupação secular de gerações não destruiu o que o loteamento ou a estrada conseguiam em poucas horas. E o caiçara, que vivera isolado, com sua economia de consumo e com seus costumes e valores próprios, viu-se de repente inserido numa outra sociedade, sem saber o que significava e sem estar preparado para ela.

E sem a terra, que lhe garante o acesso ao mar, o caiçara não pode sobreviver... Para ele, o oceano é tão essencial como o ar que respira. Ao lado do “peixe de cada dia”, a banana, o feijão, o milho, a cana e a mandioca... E com tudo isso, fortes e vivas manifestações culturais, como a congada em honra de São Benedito, o reisado, a folia do Divino.

A cozinha caiçara é cheia de segredos. “O azul-marinho” é prato típico da região, na base do peixe e da banana verde. . . Quando o azul-marinho está pronto, o “bentrecha” – parte do peixe situada logo após a cabeça, na altura das nadadeiras – é a mais disputada na mesa caiçara.

Os “causos”, as lendas, os pasquins povoam sua cultura: o mundo do caiçara é mágico – espíritos se confundem com a realidade, a poesia se infiltra nas histórias de amor mal sucedidas – ou o bom humor e a sátira registrando os fatos ocorridos no cotidiano deste povo, como os pasquins de Ilhabela – verdadeiros jornais falados, em verso”¹⁸

(Condensado de Priscila Siqueira, “Genocídio dos Caiçaras”.)

Ameaçados os bosques rumorosos; as rou-pagens de vidro das libélulas, que te fascinaram; o caoaxar dos sapos no rescender da noite e do luar; o remoto fragor das cachoeiras, seu nevoeiro irisado.

Tão preciosos, tão assustadoramente já quase-lendários, são parte inalienável da nossa mais profunda intimidade. E não é já de paisagens, de bosque ou das aves que se trata: é do equilíbrio mental da raça humana, da própria sobrevivência da Terra, que se tenta assegurar.

Esse amargo sabor histórico da Vida, à medida que punge mais e mais, começou a inquietar-nos. Como inquietou a Aloysio e àqueles que vêm proclamando, com veemência crescente, a sacralidade da paisagem, a herança da mesma Vida como patrimônio planetário.

O dom da infância

Há ainda outro nível de patrimônio humano cuja perda e desdouro alarmaram a tua sensibilidade: o dom da infância.

O extremo acelerar da evolução tecnológica, em particular da informática; a tentacular expansão das grandes urbes; o afastar contínuo da paisagem; o “entassement” do homem coletivo, fizeram com que o ritmo da vida – ora lento e harmonioso – viesse a transformar-se em poucas décadas em perigosa, embora inebriante, disparada: fenômeno que os devotos da biônica denominariam de “feedback positivo”, o que implica uma situação de grave alarme.

No teu tempo, Cecília, a infância era ontem e custava a acabar...

Uma cultura ameaçada: Yanomami

“Em 24 de fevereiro/86 o DNPM requisitou à FUNAI o fornecimento dos limites da área Yanomami, a fim de conceder alvará de pesquisa mineral para o local [da UHE] do Paredão.*

Paralelamente a esta obra está sendo construída a rodovia Boa Vista – Sítio Alegre–UHE Paredão.

A obra, a experiência demonstra, atrairá inúmeros Yanomami, índios considerados praticamente isolados, o que resultará na desintegração social e econômica de grande número de comunidades e na transmissão de doenças, acelerando o contágio da malária, já endêmica na área.

A inundação, atingindo o território Yanomami, virá ferir gravemente os direitos dos Yanomami às suas terras.

Todo o projeto requer, portanto, o estudo e a avaliação de seu impacto à ecologia e dos danos que trará aos índios Yanomami, para que não se repita a desnecessária tragédia da construção da Rodovia Perimetral Norte.”¹⁹

** (Em terra Yanomami existem, entre outros, valiosos minerais estratégicos como o titânio e o urânio.)²⁰*

O Brasil além de Tordesilhas: Lorileu

"O Brasil (e o Brasil quer dizer Rio, São Paulo, Brasília, todo o litoral) não tem a menor idéia do que acontece nos extremos do Brasil Continental, o Brasil além de Tordesilhas".

"Na fronteira é assim: basta um passe de mágica e as coisas somem: madeiras, vacas, defuntos, café, cigarrilhas Kojak, açúcar, isqueiros, ex-nazistas, pessoas vivas e semimortas (morre-se muito nestas paragens)...²¹.

"As fuzilarias entre bandos obedeciam à lógica da região... você invade o campo do outro, um de seus homens leva bala, você se vinga e a coisa complica. E assim começa a breve e fulgurante história de Lorileu." O filho de um poderoso fazendeiro atraiçoa o Bigode, seu chapa, que é assassinado. O fato é que Lorileu passou logo fogo no menino-traidor. E o fazendeiro entrou em guerra.

"Um dos primeiros atentados deixou bem claro que não seria fácil liquidar Lorileu. O velho contratou capangas de fora. Como identificar Lorileu? O velho deu a ordem com voz soturna – entrem lá no café e mandem bala em todos que estiverem na mesa do canto – Lorileu é um deles. Fuzilaria braba: seis cadáveres – Lorileu escapou."

"Fizeram então uma armadilha. . . Tinha um que levou uma espingarda calibre 20 – aquela que espalha chumbo e elimina numa explosão um bando de aves. Lorileu encostou o automóvel. Fogo: o carro ficou uma peneira. Lorileu também – entrou bala pela garganta, pelo pulmão, pelo joelho. Mas o homem ainda respirava. Em vinte dias já mexia o dedo do gatilho. Foi quando os jagunços arrombaram a porta do hospital. Dessa vez Lorileu mandou chumbo de volta."

"Vingança terrível. O sujeito da carabina de atirar pássaros foi encontrado semanas depois – sem os olhos. Os legistas contaram 37 perfurações a punhal."

"Um dia pegaram o Lorileu. Ficou furadinho de bala. Agora quem substituirá Lorileu? Desta vez talvez arranjem alguém um pouco mais velho. Lorileu morreu com 23 anos."²¹

(Condensado de Cláudio Bojunga, "Fronteiras")

A infância, hoje, é breve, remoto patrimônio, a bem dizer já quase totalmente ausente da cidade e considerado até como apanágio exclusivo daqueles que se julgam, justamente, menos privilegiados.

Já se foram as crianças que diziam: "a gente sabe brincar de Viuvinha; de Tempo-será; de Marré-dici; de Ciranda, cirandinha; de Manda tirotirolá; de Bento que Bento é frade" e que gravemente diziam as suas lenga-lengas rituais, na hora do Pique:

*"Un, deux, trois,
Marimbombô de chocolat".¹²*

Mas a infância perdura aonde há espaço: à beira-mar, em ilhas, pelos morros e campos, ao redor das lareiras que fumegam e onde há tempo, silêncio e lusco-fusco e gente velha contando velhos casos. Ou em meninos caiçaras, criados na afoiteza do mar largo e amando as altas torres de arredios faróis e o assobio do vento nas enxárcias. Ou na menina quieta que afocinha na grama e descobre o milagre da vida dos insetos, larvas, fungos, aranhas e orvalho, rente ao pasto.

*E falando de anônimos, discretos universos,
quem melhor do que tu soube dizer-nos o lírico
valor da quotidiana criatividade do povo e seu lugar
no mosaico da arte?*

Lírica do cotidiano

E descobrimos que o brejeiro, o carinhoso dito ágil; a chocarrice nas tretas do "emboado"; o amplexo fraterno; o forró no sereno; a doce faceirice no modesto trajar – tudo tão brasileiro – são bens incalculáveis.

Os mecanismos da impunidade: vidas acuadas

"A violência também atinge os representantes da Justiça. Em pleno processo de abertura política, nos últimos sete anos, 19 advogados foram assassinados no exercício da profissão, 13 escaparam de atentados, 20 sofreram lesões corporais, 15 receberam ameaças de morte, 4 estiveram presos e um desapareceu. Ao todo 88 advogados sofreram, de algum modo, alguma violência.

"Esta é a situação apresentada recentemente pela Ordem dos Advogados do Brasil, mostrando que os homicídios ocorreram sempre que os profissionais procuravam dar assistência jurídica... e, principalmente, quando defendiam pessoas simples, em questões de terra, como posseiros, trabalhadores rurais, garimpeiros e ocupantes de áreas urbanas e rurais."²²

(Cecília Pires, "A violência no Brasil")

É que eles se antepõem à invasão do estereotípico, mecânico e sem-graça. Vejam só, por exemplo, o caminhão nacional e seus sábios, agressivos ou nostálgicos lemas, nos pára-choques traseiros, e a quase hierática pintura de suaves grinaldas e arabescos nos varais de seus avarandados. Ou bem as fitas, decalques e espelinhos que enfeitam bicicletas e tratores: toda máquina entre nós é extraviada¹³.

Consideremos ainda o barroco pendor e engenho do artífice explorando, como se jogo fosse, as veias da madeira no assoalho ou do pedreiro obscuro, variando astutamente, nas calçadas, o encaixe de monótonos módulos pardos, em cimento. Surge então sob os pés a irrefutável marca de inesgotável força criadora do operário, que se libera, nessa criação, do peso aniquilante da miséria, do trabalho estafante e da injúria do nosso descaso.

Representa a mulher — tantas vezes anônima também — um papel preponderante na transmissão de padrões tradicionais que transparecem nesse esperançoso brotar do lirismo diário — mas ainda mais, e com crescente força e liberdade, na criação literária ou artística e na acuidade do saber e do pensar.

Eis por que, no jeito de quem se orienta e guia por quatro ineludíveis pontos cardeais, registrarei aqui meu expresso louvor a quatro damas, senhoras da razão e da poesia: Clara, Maria Clara, Sophia e Maria da Saudade — elas próprias bens patrimoniais.¹⁴

A sociedade urbana: haverá nela espaço para o Homem?

É janeiro

*"Cada noite,
quando volto para casa,
tropeço em embrulhos humanos,
entraves ao galope do mundo;
por baixo dos cobertores de jornais
resistem contra a chuva
e o olhar frio da iluminação pública.*

É janeiro.

*... Ainda é cedo para arar a terra
e semear o campo.
Temos que jogar a cal de nossa palavra
sobre os cadáveres da mentira.
Ainda é cedo para o alvoroço.
É um tempo de uvas pequenas e azedas.
O rio cresce e ninguém sabe
até onde vai.*

É janeiro, ainda.²⁵

(Adaptado de Paulo Suess, "Do grito à canção")

Patrimônio e cultura: em função de passado e de futuro

E à guisa de reflexão final, seja-me permitido citar meu próprio Pai:

"A história de cada povo... não pode e não deve ser a contemplação estática do passado, mas um impulso, uma promessa, um pacto de vida para o futuro.

O fim da história, considerada como ciência humana e humanística, não é uma regressão ao passado, mas uma explicação do presente, uma arte de prever e uma promessa de excedência" 15.●

Latifúndio e poder: haverá nele espaço para a Cultura?

*"No fim do século passado e início deste, como as forças federais eram pequenas no Mato Grosso, era comum os chefes políticos de maior projeção e poder econômico armarem forças e se insurgirem contra o poder do Estado."*²³

(Renato Alves Ribeiro, "Taboco, 150 anos")

"A expressão máxima do poder do latifúndio está na capacidade de recrutar e manter forças armadas — além das polícias militares estaduais, algumas com organização de verdadeiro exército."

"De norte a sul do País, do início ao fim do período da República, os coronéis mantêm tropas para combates e afirmação do seu poderio: hierarquicamente as posições da "oficialidade" correspondem às suas posições civis. . . É comum os coronéis fazerem pressão para a remoção daqueles que pretendem exercer suas funções com imparcialidade. . . O crescente aumento do domínio do coronelismo, aliado a uma limitação de poderes do governo federal e estadual, facilita a crescente autonomia local: sabe-se da existência desses verdadeiros estados".

"A cunhagem de dinheiro particular é um exemplo: em 1924, a Mate Laranjeira, que nessa época pertencia aos Murtinhos e argentinos, fabrica as suas "notas" novinhas. . . puro estilo Banco do Brasil".

*"Nas Lavras Diamantinas, Horácio de Matos faz a emissão de "vales" coloridos, dos mais diversos valores, que passam a correr nas feiras livres, como um novo papel-moeda, mais valioso do que mesmo o dinheiro do Governo."*²⁴

(Nelson Werneck Sodré, "A coluna Prestes")



Resumen

CULTURA Y PATRIMONIO

Por la mano de Cecília – viaje en torno del concepto de historia, patrimonio y cultura.

Después de veinte años de cultura cercenada, está en marcha una renovación profunda en el concepto de patrimonio nacional. Una visión dialéctica de la historia y de la cultura viene re-orientando el concepto anterior de patrimonio perdurable. Se hace necesario aprehender, registrar y transmitir el fluir jadeante de la historia social. Todo el concepto patrio de historia y monumento entra en colisión y del cuestionamiento surge una labor más bella, más exigente y cara: el flujo de la vida, lo anónimo, lo impalpable piden hoy la palabra. La lectura reintegrada de Cecília Meireles llevó a la autora a cuestionar y reflexionar sobre conceptos de preservación del patrimonio histórico y de la propia cultura nacional.

Abstract

CULTURE AND HERITAGE

By the hand of Cecília – a journey around the concept of history, heritage and culture.

After twenty years of restricted culture, a profound renovation of the concept of national heritage is on the move. A dialectic view of history and of culture is bringing about a reorientation of the previous conception of durable heritage. It is becoming necessary to learn about, record, and transmit the arching flow of social history. All the national conceptions of "history" and "monument" enter into collapse, and from the questioning arises a more beautiful, more demanding and more valuable work: the flux of life, the anonymous, the intangible – all these ask to speak today. A re-reading of Cecília Meireles caused the author to question and reflect upon the concepts of preservation of national historical heritage and of culture itself.

Referências bibliográficas e notas

- 1 Meireles, Cecília. *Olhinhos de gato*. São Paulo, Moderna, 1983.
- 2 MEC/SPHAN/Pró-Memória. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil*. Brasília, 1980.
- 3 ———. *Bens móveis e imóveis inscritos nos livros de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília, 1982.
- 4 *Informativo interno do Pró-Memória* (Brasília), abril 1984. (Edição comemorativa do Dia Mundial do Patrimônio.)
- 5 Celebrou-se, a fins de maio recente, o primeiro encontro dos "Meninos de rua", em que – pela primeira vez – se fizeram ouvir e amar.
- 6 Santos, José Francisco Quirino. *Mapear estilos – o desabrochar das heranças*. R. Arq. Mun. (São Paulo), 1984. (Edição comemorativa dos 50 anos.)
- 7 Furtado, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- 8 Recordamos, entre outras, duas obras magistrais, respectivamente de um mestre consagrado e de uma jovem notabilidade: Toledo, Benedito Lima de. *São Paulo – três cidades em um século*. São Paulo, Duas Cidades, 1983.
- 9 Silva, Janice Theodoro da. *São Paulo 1554-1880 – discurso ideológico e organização espacial*. São Paulo, Moderna, 1984.
- 10 À historiadora Raquel Sisson, do Rio, se deve estudo notável sobre o tema e na sua região.
- 11 Portela, Fernando. Urânio. in "Fronteiras – viagem ao Brasil desconhe-

- cido", de Cláudio Bojunga e Fernando Portela (São Paulo, Alfa-Ômega, 1978).
- 12 Bojunga, Carlos. *Ponta Porã – Juan Caballero; as mortes sucessivas de Lorileu, neste faroeste binacional*. Ibid.
- 13 Meireles, Cecília – obra cit.
- 14 Recordando ao grande mestre José J. Veiga e sua "Máquina Extraviada".
- 15 Referência a Clara de Andrade Alvin, Maria Clara Machado, Sophia de Mello Brenner Andersen e Maria da Saudade Cortesão Mendes.
- 16 Cortesão, Jaime. *Os fatores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte, 1974. (Obras completas, História, v. 1)
- 17 Furtado, Celso – obra cit.
- 18 Meireles, Cecília – obra cit.
- 19 Siqueira, Priscila. *Genocídio dos caiçaras*. São Paulo, Masao Ohno/Ismael Guarnelli, 1984.
- 20 Urihi. *Bol. Com. pela Criação do Parque Yanomami* (São Paulo) 3:2, mar. 1986.
- 21 Portela, Fernando – obra cit.
- 22 Bojunga, Cláudio – obra cit.
- 23 Pires, Cecília. *A violência no Brasil*. São Paulo, Moderna, 1985.
- 24 Ribeiro, Renato Alves. *Taboco, 150 anos – balaio de recordações*. Campo Grande, s/ed., 1984.
- 25 Sodré, Nelson Werneck. *A coluna Prestes – análise e depoimentos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985. (Doc. brasileiros, n. 198).
- 26 Suess, Paulo. *Do grito à canção – poemas de resistência*. São Paulo, Paulinas, 1983. (Note-se que janeiro, na Europa, donde veio o autor, é mês de pleno e duro inverno.)

Da neutralidade à universidade orgânica

Jorge Cordon Portillo

De uma universidade aparentemente “neutra”, mas que consolida o sistema de vida dominante, surge no horizonte da América Latina uma universidade orgânica, que deixa de privilegiar o espaço interno para estabelecer relações dinâmicas com a sociedade. Desta prática social universitária surgiu o conceito de aprendizagem/trabalho, que permite aos estudantes, em atividade conjunta com a coletividade, exercerem sua prática profissional de forma integral e integrada, assessorados por professores.

Nos meios universitários se discute a necessidade de os “estudantes”, para tomar contato com a realidade do país, desenvolverem atividades extramuros, junto às populações das periferias urbanas e áreas rurais. Cada vez mais incorporam-se nos *currícula* de estudos experiências desse tipo, fato que confere à natureza universitária uma tendência renovadora.¹

A maneira como têm sido denominadas e orientadas estas atividades, com conceitos de pouca objetividade, não permite um idéia nítida do que se pretende com elas. Cita-se, como exemplo, os termos “serviço social”, “extensão”, “prática comunitária”, “estágio rural”, “prática rural” e outros. Ademais, não se tem discutido com a devida profundidade o problema, de maneira que essas atividades correm o risco de se transformarem em ações isoladas, “voluntaristas”, com caráter missionário ou paternalista.

Assinala-se como justificativa para realizar tais atividades o dever que tem a universidade de sair da “torre de marfim” e se projetar no povo. E para os estudantes resgatarem, pelo menos durante um período de tempo, o que “devem”, realizando atividades junto às áreas carentes. Uma espécie de caridade com os pobres e abandonados, em pagamento dos recursos consumidos e investidos no ensino universitário, que são produzidos pela maioria da população, mas que pouco ou nada revertem em seu benefício.

Com o desenvolvimento de novos enfoques na área de ensino-aprendizagem e de uma visão mais clara da utilização do conhecimento científico, orgânico às classes populares, as atividades acadêmicas junto à comunidade estão, cada vez mais, tendo uma base científica e política, desenvolvendo técnicas coerentes para sua realização, num processo de prática-teoria-prática.⁵ Têm-se incorporado, especialmente nos últimos anos,

aos currículos de estudos como ações de aprendizagem-trabalho, indispensáveis para a adequada formação integral dos recursos humanos.

Ponto de partida

O modelo econômico da maioria dos países da América Latina, na década de 70, desenvolvimentista, concentrador de renda e dos meios de produção, declinou, tornando-se necessária uma reorganização e rearticulação dos setores econômicos, políticos e sociais das classes dominantes, situação que também sucedia com as classes populares.

A expansão capitalista no campo, reforçando a concentração fundiária e estabelecendo novas relações de trabalho, fez com que aumentasse consideravelmente o processo migratório campo-cidade. As periferias dos médios e grandes centros urbanos passaram a receber a massa dos trabalhadores rurais excluídos do sistema produtivo e incapazes de se organizarem e manifestarem politicamente, devido aos valores históricos e padrões culturais que impregnaram o campo: compadrio, coronelismo, paternalismo e misticismo.³

Na manutenção do sistema de acumulação de capital é fundamental a incorporação destas populações rurais e urbanas marginalizadas. Surgiram várias propostas de cunho político-ideológico que buscaram articular os vários setores (saúde, educação, habitação, além dos envolvidos diretamente no sistema produtivo) através das políticas públicas, objetivando o estabelecimento de uma superestrutura que permitiria o avanço das novas formas de acumulação de capital.

Se a burguesia não desenvolveu uma revolução estrutural, tal como sucedeu na Europa, na América Latina seu projeto foi civilizador.⁶ A universidade burguesa tomou a

seu encargo esta missão, prolongando-se desde um centro espacial definido, criando ciência e tecnologia orgânicas ao projeto e utilizando a chamada “extensão” como um dos instrumentos para exercício desta função.

A universidade cresce segregada da sociedade e determinada por esta. O muro que separa a universidade da sociedade começa a estar presente nos discursos dos universitários, ainda que se trate de saltar ou minar, porque está implícito na geometria que especializa o pensamento. O positivismo não pode deixar de ver o espaço através de coordenadas que marcam o centro e a periferia, o de dentro e o de fora, o próprio espaço de crescimento centrípeto, mais valorizado e o que se deseja conquistar.

Surgiu o conceito de que a universidade é responsável por alguma população definida e começa a utilizar novas ferramentas analíticas que permitam a relação entre recursos e necessidades: a racionalidade e funcionalidade. Porém a luta ideológica se dá no espaço interno supervalorizado, porque este é mais cômodo e seguro.

No setor saúde, por exemplo, se ofereciam propostas de extensão de cobertura, universalização dos cuidados, medicina comunitária e integração docente-assistencial, como uma estratégia global, dando a idéia de “desenvolvimento social integrado”, onde o sistema prestador de serviços e o fornecedor de recursos humanos (a universidade) procuram integrar suas ações.⁷

Mas no próprio sistema desenvolvimentista existia, e existe até hoje, uma crise, também determinada pela expansão capitalista e o fato de que os setores industriais, envolvidos nestas atividades, passavam a ser “locus” de acumulação de capital. Verificou-se, ao final, a incapacidade e inadequação dos serviços do Estado para atender as demandas da população, além de ter de

resolver os problemas que lhe foram atribuídos pela indústria, como a sofisticação, o consumismo de supérfluos ou poluentes, a injusta distribuição de renda e a deficiente formação dos recursos profissionais e técnicos.

A extensão universitária pode prestar-se, desta forma, para facilitar, consolidar ou expandir a sujeição de uns homens a outros e muito freqüentemente funciona neste sentido, em prejuízo, paradoxalmente, da realização da pessoa humana.

O mito que se apodera da consciência comunitária é o de que sem o ensino sistematizado, na liturgia escolar, até a mesma comunidade, como conceito, é impossível, pois esta deve estar organizada como uma grande universidade, em que uns são os entendidos e aptos para dirigir (profissionais e técnicos) e outros estão em situação de ignorância e obediência.

Quando prevalece este mito, a universidade desempenha uma função transcendental no afiançamento social dos padrões dominantes e da transferência de formas de comportamento, idéias e valores de dominação ao conjunto da comunidade. Os centros educativos são focos ativos de difusão da dominação com efeitos muito determinados e profundos no seio de uma sociedade.

É característica da universidade centrar-se na elaboração e transmissão do saber científico e das tecnologias que servem para aplicar este saber à ação sobre o mundo, a relação de dominação se expressa e se potencializa no âmbito intelectual.

As hierarquias intocáveis, a atitude paternalista, os currículos rígidos e a escolarização forçada, a não participação dos estudantes na produção do saber ou sua exclusão das responsabilidades científicas, a sacralização do processo de descobrimento e a transmissão do conhecimento, bem como o predomínio da recepção da ciência e tecnologia importadas, ou de formas imitativas do pensamento, dão o selo característico da dominação dentro da universidade.

Esta, como instrumento educativo-cultural, exerce uma função reprodutora do sistema, particularmente ao nível ideológico, formulando, construindo e reproduzindo a concepção de mundo da classe dominante. Porém, a longo prazo, a prática profissional se constitui num valor de uso para o trabalhador, corporificando o capital no processo de produção imediata ao mantê-lo, reproduzi-lo e recuperá-lo. A curto prazo, volta-se num valor de troca enquanto possibilidade de sobrevivência da força de trabalho.

A formação alienada dos recursos universitários mantém, recupera e reproduz a

energia humana e as exigências do capital no processo produtivo, ao colaborar no desenvolvimento de condições objetivas e subjetivas que favorecem a exploração.

O produto universitário, para cumprir este papel de forma direta, termina assalariado pela indústria e, indireta, assalariado nas empresas prestadoras de serviços, como também assalariado no Estado, colaborando na tarefa de manter o sistema dominante.

Nesta visão funcionalista a universidade se acomoda às exigências da determinação econômica, perde seu sentido crítico e criativo, se segrega da realidade, desenvolve um crescimento centrípeto e, ao final, oculta e nega as lutas sociais.

Perante tal fundamentação político-econômica, as propostas alternativas progressistas colocam a formação dos recursos profissionais coerentes com a negação desta prática paternalista, e em favor de uma prática mais participativa, política e científica.

Assim, o espaço das lutas sociais é, também, o espaço da educação superior, onde o conhecimento científico se constitui na construção de novas estruturas no processo de reestruturação e reconstrução da realidade.

Entende-se esta prática de aprendizagem-trabalho como um modelo em que a comunidade interage com a estrutura universitária, definindo problemas e soluções, exercendo o controle político em organicidade com os técnicos, direcionados qualitativamente para soluções viáveis dos problemas encontrados e para a organização e motivação dos setores comunitários com vistas ao combate político das causas de sua situação.

Insatisfação com a formação universitária

A insatisfação mais significativa do fazer geral da universidade é quanto aos seus produtos: o conhecimento científico e os recursos humanos. Eles não apresentam relação adequada, quantitativa nem qualitativa, com as necessidades da sociedade em seu todo, o que deveria ser sua finalidade.

Assinala-se com destaque as características da formação dos profissionais, que têm pouca ou inadequada congruência com a realidade objetiva em que deverão exercer sua prática, isto é, o ambiente que devem contribuir para modificar. As características da realidade são ignoradas ou são conhecidas insuficientemente, não sendo consideradas para planejar, executar e avaliar os currículos de estudos.

Isto se deve ao fato de que os currículos são organizados com base ou critério puramente técnico, à semelhança, imitação ou réplica de outros países, desconhecendo a realidade social onde os recursos formados aplicarão seus conhecimentos. Ademais, o aprendizado dá-se exclusivamente dentro dos muros do chamado "campus universitário", ou em estágios em fábricas, instituições públicas, hospitais, escolas e outras, realizando-se de forma isolada e com artificialização dos problemas.

O distanciamento universidade-realidade justificou a incorporação de "estágios" nos currículos universitários, permitindo aos estudantes, em conjunto e supervisionados por professores, detectarem, estudarem e abordarem problemas, levando em consideração as implicações da dinâmica social sobre suas causas, o que veio a estabelecer contradições entre o discurso oficial e o discurso popular, entre o que se ensina e o que é necessário para resolver estes problemas, e entre o coletivo e o individual.

Por outro lado, existe insatisfação quanto ao produto ciência-tecnologia, na medida em que muito do que se produz não encontra aplicação na resolução dos problemas da maioria da população, pois caracteriza-se pela sofisticação, além de ecologicamente desorientado, servindo mais ao desenvolvimento do complexo industrial do que à solução dos problemas que atingem a amplitude nacional.

A prática profissional realizada com técnicas sofisticadas, de alta tecnologia e aprendidas de forma artificial ou artificializada, não apresenta coerência com as técnicas necessárias para uma solução objetiva da problemática da população das periferias urbanas e rurais.

Da prática ao conceito

Como uma negação ao conhecimento e recursos humanos comprometidos com o sistema dominante, surge na década de 70 nas universidades da América Latina, em particular em Guatemala, Nicarágua, República Dominicana e algumas do Brasil, uma visão diferente na relação universidade-sociedade, colocando o espaço criativo e científico a serviço dos processos revolucionários.

Especialmente na América Central, discute-se o papel ideológico, econômico e político da universidade e sua colaboração com os processos de transformação social que as classes populares lutam por construir.

Surgem as atividades acadêmicas com a coletividade, orientadas ao conhe-

cimento científico da realidade biopsico-social e cultural, para daí criticar e, criativamente, transferir esse conhecimento à população, desmonopolizando-o, colaborando na organização popular e na criação de condições objetivas e subjetivas para o projeto histórico popular.

A universidade coloca-se na relação dinâmica do aprender-trabalhando e colabora na construção e difusão da concepção de mundo da maioria da população.

Desta prática social universitária surge o conceito de aprendizagem-trabalho, como uma atividade conjunta com a coletividade, onde os estudantes exercem sua prática profissional, de forma integral e integrada, assessorados por professores, à semelhança da realidade que os espera no futuro. Relacional, na prática, os conhecimentos, técnicas e atitudes apreendidas no currículo, bem como as surgidas historicamente na população, constituindo-se em experiência que integra ensino, pesquisa e extensão, priorizando a formação adequada do universitário orgânico às lutas populares e orientado às características urbano-rurais marginalizadas do país.

O propósito docente é a formação de profissionais adequados às características do ambiente no qual deverão exercer sua profissão promovendo uma formação continuada. E a nível de serviço que é outorgado à coletividade, tanto na ordem da assistência técnica quanto na colaboração participativa crítica, científica e política, para solucionar problemas concretos.

Tem também um propósito de pesquisa, pois os estudantes e professores, através da relação aprendizagem-trabalho devem conhecer a realidade e aplicar o método científico que parte dos problemas concretos e, através de sucessivas aproximações, reconstrói a realidade, reconstruindo-a no concreto do seu pensamento, através da pesquisa-ação.

Integração total do conteúdo curricular

Uma das maiores deficiências do ensino universitário é que ele se realiza de forma não coordenada, tendo os currículos uma estrutura horizontal-vertical, na qual uma disciplina é ensinada isolada das outras e, em alguns casos, em somente um semestre. Para o estudante torna-se difícil integrar, no pensamento, o conhecimento necessário para solucionar problemas reais.

Deve-se ressaltar que, ao contrário da estrutura curricular, os problemas que o profissional deve enfrentar, sem exceção,

requerem uma análise multidisciplinar². Concorrem, em dado momento, proporções variáveis de disciplinas distintas, unificando e integrando-se para identificar problemas e atuar na solução dos mesmos, aplicando as técnicas disponíveis ou criando-as quando necessário.

O homem é uma unidade, tal como o conhecimento e a sociedade. Às vezes se fazem abstrações de algumas de suas partes para fins práticos e didáticos ou pela impossibilidade de dominar a totalidade do saber. Mas frente a um problema concreto, homem-saber-sociedade constituem uma unidade múltipla e contraditória.

Na aprendizagem-trabalho o estudante tem a oportunidade de integrar todo o conteúdo curricular e, além disso, aplicá-lo na solução dos problemas reais.

Além da relação-integração que deve existir entre o todo e cada uma das partes do conteúdo teórico-prático de um currículo, ele deve relacionar-se com o processo social de produção nas diferentes instâncias da realidade nacional.

Avaliação da capacidade do estudante para realizar sua profissão

Todo processo de ensino-aprendizagem necessita de avaliação dos seus resultados em todas as etapas de desenvolvimento. A avaliação constitui-se em um dos objetivos principais, devendo verificar se o estudante adquiriu a capacidade mínima necessária para exercer a profissão com um grau de eficácia desejado.

O espaço do trabalho profissional nas condições dinâmicas ambientais e pessoais é o melhor espaço para realizar avaliação. Nele confronta-se o estudante, como ser social, e o que tem aprendido nos níveis de experiência e capacidade de atuação, com a realidade concreta, constituindo-se num mecanismo de auto-avaliação que permite superar deficiências do aprendizado teórico-prático anterior.

O estudante terá desta maneira um processo constante e mais objetivo de avaliação, o mesmo sucedendo com o professor, e a comunidade poderá participar opinando sobre a atuação profissional.

Aprendizagem-trabalho como mecanismo implementador de transformação universitária

A universidade, como sistema dinâmico de educação, está submetida a um

processo contínuo de mudança, procurando superar-se qualitativamente, transformando-se. O mundo e a sociedade estão em constante modificação e transformação. A universidade, como consequência, se vê influenciada pela estrutura social, atingindo o seu produto: os profissionais e os conhecimentos.

Por outro lado, o conhecimento científico se modifica e incrementa constantemente, tornando a "verdade" uma situação relativa e mutante.

A universidade modifica-se dia a dia, porém não o faz no ritmo necessário, nem com a profundidade e qualidade que a sociedade a quem deve servir exige. Muitas vezes sofre mudanças, geralmente superficiais, ou tentativas supostamente radicais e aceleradas ("reforma", "reestruturação", "renovação" e outras), na sua maioria de forma esporádica. Estes processos são indesejáveis, por não apresentarem congruência com as características do mundo em mudança, nem com a estrutura universitária. A transformação deve ser desejada, provocada, planejada, realizada e avaliada pela própria universidade, levando em consideração os determinantes histórico-sociais.

Os mecanismos e práticas mais adequados à realização de um processo transformador podem ser as atividades de aprendizagem-trabalho, pois nelas se avalia a transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos à realidade, servindo ao mesmo tempo de realimentação dos currículos com as experiências vividas, levando a luta social para a universidade e esta outorgando os conhecimentos e técnicas coadjuvantes na transformação social.

Para citar um exemplo recente, na Universidade da Nicarágua, estudantes, professores e comunidade se uniram num momento enriquecedor do processo revolucionário que o país vivia. Estudantes e professores transformaram a estrutura universitária numa instituição orgânica ao processo social que buscava a transformação do país.

A aprendizagem-trabalho levou a universidade ao conhecimento e compreensão da realidade, permitindo formas objetivas de ação para criar soluções técnicas, estratégicas, políticas e educacionais aos problemas reais, e elementos teórico-práticos, com a condução correta da mudança por parte da população.

Hoje, os quadros universitários se unem aos dirigentes operários e camponeses na direção do país, exigindo da universidade uma participação efetiva na transição em que estão comprometidos. Aprende-se o neces-

sário para construir uma nação, e para se refletir sobre esse processo de construção.

Participação consciente na transformação da sociedade

A universidade participa e tem responsabilidade na transformação do país, e fundamentalmente o faz produzindo elementos que devem *contribuir* para essa transformação; estes elementos são o conhecimento, os recursos humanos como força de trabalho e os serviços em quantidade e qualidade adequados para a realidade nacional.

Com a unidade da pesquisa, ao obter, criar e superar conhecimentos, a docência formando pessoal ecologicamente orientado e a prestação de serviços, realiza-se um dos objetivos fundamentais para modificar a sociedade e contribuir na sua transformação.

A prática social é o critério mais aproximado da "verdade científica" e é também o que proporciona uma consciência social adequada. A prática profissional na realidade, como consequência, é o critério mais aproximado da verdadeira prática científica, política e social, sendo formadora de uma consciência correta sobre a forma, o conteúdo e a dinâmica da realidade do país.

O problema da criação de um intelectual orgânico para a maioria da população consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada indivíduo, de uma relação puramente biológica num novo momento metodológico, fazendo com que o elemento biopsíquico, enquanto elemento de atividade prática geral, que inova cons-

tantemente o mundo físico e social, se converta num fundamento novo e integral de uma concepção de mundo.

O novo profissional, no dizer de Gramsci⁴, não pode somente consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas compromete-se ativamente numa prática social, como construtor, organizador e persuasor permanente.

Esta relação do universitário na vida prática, no cair na vida, tem hoje um espaço, que é o local do operário e do camponês: seu local de trabalho e de vida, porém, também é o espaço do laboratório, da clínica e da sala de aula.

Ao alijarmos a visão geométrica do espaço e a imagem do muro, não observaremos contradição entre os espaços; estarão ambos no seu jogo dialético, evitando a valorização de um espaço em detrimento de outro.

O espaço do lar, do trabalho, do lazer abrirão suas portas à universidade e esta se abrirá à coletividade, na medida em que a universidade assuma um papel orgânico com respeito às maiorias. Do contrário, somente o vento entrará pelas suas portas.

Assim, de uma universidade aparentemente "neutra", mas que consolida o sistema de vida dominante, surge no horizonte da América Latina uma universidade orgânica com a maioria da população, que é capaz de compreender os seus limites na relação com outros órgãos do Estado e com os movimentos que se dão na sociedade, formando, numa pluralidade política, profissionais competentes e comprometidos com a democracia.

Uma universidade orgânica que deixa de privilegiar o espaço interno para estabelecer relações dinâmicas com a sociedade, que dá aos estudantes os instrumentos teórico-metodológicos para conhecer, compreender e atuar na realidade, que realiza uma formação sólida e democrática, organizando seu esforço neste sentido e no seu engajamento na luta pela transformação social.

Corre-se o risco de polarização da universidade, para o espaço interno, numa formação elitista e insensível a tudo aquilo que não tem a ver com a academia; ou para o espaço externo, numa formação imediatista que sugere a possibilidade de perda da especificidade da universidade como instituição peculiar. É necessário entender que unicamente com uma prática dinâmica, no esforço de entender dialeticamente o espaço social, poderá vislumbrar-se uma universidade orgânica ao projeto histórico social das classes dominadas.

É no caminho desta definição que a universidade da América Latina avança, sendo que, no aprofundamento da discussão desta problemática, e sobretudo de uma prática constante, é que surgirão formas objetivas para o processo de desenvolvimento da relação universidade-sociedade. ●

Jorge Cordon Portillo, natural da Guatemala, é cirurgião-dentista. Assessor da OPAS, colaborou na implantação de programas em saúde pública na Nicarágua, México, El Salvador, Rep. Dominicana, Venezuela, Panamá, Equador e Peru. É também, atualmente, assessor do Decanato de Extensão e professor de Odontologia da UnB.

Resumen

UNIVERSIDAD

De la neutralidad a la universidad orgánica

De una universidad aparentemente "neutra", pero que consolida el sistema de vida dominante, surge en el horizonte de la América Latina una universidad orgánica, que deja de privilegiar el espacio interno para establecer relaciones dinámicas con la sociedad. De esta práctica social universitaria surgió el concepto de aprendizaje/trabajo, que permite a los estudiantes, en actividad conjunta con la colectividad, ejercer su práctica profesional de una forma integral e integrada, asesorados por profesores.

Abstract

UNIVERSITY

From neutrality to the organic university

From an apparently "neutral" university, but which consolidates the dominant establishment way of life, there arises on the horizon of Latin America an organic university which ceases to reward the internal space in order to establish dynamic relations with society. From this university social practice appeared the work/apprenticeship idea, which permits students in activity along with the collective to exercise their professional practice in an integral and integrated way, with the assistance of their professors.

Referências bibliográficas

- 1 Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Saúde Coletiva. *Referencial teórico do estágio de medicina comunitária*. Porto Alegre, Cepesco, 1985, 12 p.
- 2 CORDON, J. A. *Equipos multiprofesionales en los programas de experiencias docentes con la comunidad en la enseñanza superior*. Rev. ALAFO — Asociación Latinoamericana de Facultades de Odontología. Rep. Dominicana, 7: 127-39, Julho 1972.
- 3 DE MELO, V. H. *Internato rural — antecedentes históricos*. Cadernos do Internato Rural. 1(1): 13-22, 1982.
- 4 GRAMSCI, Antonio. *Introdução à filosofia da praxis*. Lisboa, Edições Antídoto, 1978. 165p.
- 5 MENENDEZ, O. R. *Las experiencias docentes con la comunidad en la enseñanza superior; teoría general*. Rev. ALAFO, 6: 141-50, 1971.
- 6 SALAZAR, Augusto. *Dominación y extensión universitarias*. Rev. Universidades, Unión de Universidades de América Latina — México — DF, 13 (51): 11-17, 1973.
- 7 VELOSO, Cid. *O internato rural no contexto do processo de desenvolvimento curricular da Faculdade de Medicina da UFMG*. Cadernos do Internato Rural 1(1): 29-31, 1982.

La importancia de la fundación de la Colonia del Sacramento en la Cuenca del Plata

Marta Canessa de Sanguinetti

Cuando el 20 de enero del año de 1680, los navíos comandados por el gobernador de Río de Janeiro, Manuel Lobo, fondearon en las islas de San Gabriel, a escasas leguas de la española ciudad de Nuestra Señora de la Trinidad de Santa María del Buen Aire y, entre esa fecha y el 3 de febrero, levantó Lobo en tierra firme "una tienda de campaña blanda y dos galpones pajizos", nació en el Río de la Plata una colonia portuguesa que el gobernador bautizaría de Sacramento.

De esta forma, con esta fundación, el imperio portugués y su dominio americano del Brasil, materializaban el fin de un largo proceso. A la vez, abrían otro que tendría extraordinaria repercusión en los destinos de las regiones de la cuenca del Plata y del sur del Brasil. Así, en su configuración independiente, una parte de ellas se concretará en lo que es hoy la República Oriental del Uruguay. Otras, en lo que actualmente son Estados meridionales de la República Federativa del Brasil, como los de Paraná, Santa Catarina y Rio Grande do Sul.

Nota: Conferência proferida em 4 de junho de 1986, no Auditório Dois Candangos da Universidade de Brasília.

Nota de la Edición

Esta sección está abierta a los estudiosos de América Latina y el Caribe. Los artículos podrán ser publicados también en español, y serán traducidos al portugués, cuando sean escritos originalmente en otros idiomas.

Los trabajos publicados versarán sobre problemas económicos, sociales, políticos y culturales propios de la región. De esta forma creemos que la revista HUMANIDADES contribuirá para recuperar, a través de este intercambio, el acervo cultural y los lazos fraternos de los intelectuales de América Latina.

La comprensión histórica de la Colonia del Sacramento y su vital importancia en el desarrollo de los espacios que acabamos de mencionar, exige que desbordemos (como cualquier otra comprensión de igual naturaleza), los límites de lo puramente cronológico.

Es por eso que, en nuestro planteo, iremos hacia un tiempo-espacio americano que no se encuentra aislado, ni dentro de su propio contexto americano, ni del contexto europeo, del cual — al fin de cuentas — depende tanto por su calidad colonial, cuanto por constituir Europa, y en particular los imperios de España y Portugal, el nervio motor del mundo de aquellas épocas.

Con ésto queremos concluir que los hechos de la historia no pueden asumirse aislados. Que suceden siempre en tiempos, en espacios y en sociedades determinadas y que, en última instancia, esos tiempos, esos espacios y esas sociedades, contienen modos de vida económicos, políticos, sociales, religiosos, culturales y mentales que son los que, en definitiva, hacen la historia. Una historia que, de esta suerte, no es, porque no puede, ser juez sino tan solamente, el pasado de los hombres. Pasados que no se juzgan, pero que denuncian presentes; presentes en donde caben las responsabilidades de construir un futuro.

Una cuestión de fronteras

Aclarado esto, anotemos entonces, primero, que el espacio-tiempo de la Colonia del Sacramento es un espacio-tiempo de confrontación fronteriza que provocará que los territorios de la cuenca platense y los del Brasil meridional sean, desde fines del siglo XVII y todo a lo largo del XVIII, las zonas dinámicas de sus respectivos imperios.

Ambas serán la frontera por antonomasia. Pero aquí debemos detenernos y hacer una importante aclaración para la comprensión del tema que nos ocupa. Y, ella es, la de las calidades de definición que encierra el término frontera.

Frecuentemente, se suele confundir en la palabra frontera dos acepciones. Una es la tradicional, la de la frontera jurídico-política. O sea, la del límite entre estados diversos. La otra acepción es la que la historiografía moderna gusta en llamar: "la frontera pionera". Vale decir, la marcha e implantación de una población sobre tierras que, hasta entonces "vacías de humanidad", de gente, carecían de efectiva posesión y puesta en valor.

La "frontera pionera" es, en definitiva, el escenario de una marcha sobre territorios despoblados, territorios que — esa misma marcha — va poniendo en valor a raíz del afincamiento humano y la aparición previa, y creación posterior, de una nueva economía.

La pionera es, por lo tanto, una frontera que se presta a la disputa y, también, a la ocupación por parte de aquel de los contendores que, más incisivo y audaz, decide instaurar antes, por la vía de los hechos consumados, sus derechos a la posesión de esas tierras discutidas. El "uti possidetis" será su manejo en términos jurídicos, cuando llegue la hora de los tratados y las convenciones que pongan fin a la disputa.

Sin embargo, como nada en la vida de los hombres es totalmente blanco ni totalmente negro, entre ambas fronteras, la jurídico-política firmada en los tratados, y la "frontera pionera", existe toda una graduación de "grises", en donde juegan factores

jurídico-políticos que, asimismo, tienen valor de "hecho consumado" o, al menos, a consumir. Y que, por eso, son factores que sirven luego de argumento lícito que se esgrime por uno u otro contendor, según sea el caso, para obtener tratados limítrofes favorables a sus aspiraciones.

Dentro de esta especie de categoría intermedia fronteriza puede incertarse la fundación — en 1680 a orillas del Plata — de la Colonia del Sacramento.

Los tiempos-espacios de las fronteras

Sin embargo, también, la confrontación de los tiempos-espacios de las fronteras, en sus dos acepciones y en sus "grises", tienen su propia velocidad. En unas ocasiones son morosos, lentos; en otras se aceleran.

Así, por ejemplo, fue moroso de 1580 a 1640, tiempo-espacio que la historiografía luso-brasileña llama con gran propiedad "período filipino" (porque Felipes fueron sus reyes desde el segundo al cuarto) y que, en la historiografía hispanoamericana, se conoce más por el período de "la Unión de las dos Coronas". En esa época en que las coronas de España y Portugal estuvieron unidas bajo la égida de la primera, el correr fronterizo fue lento, porque había y no había frontera. Porque, las administraciones de ambos reinos y colonias eran independientes, como por ejemplo dentro de lo propiamente español, podían ser las del virreinato del Perú con respecto al de México, y el de cada uno con respecto al monarca. Pero el Señor, después de todo, era el mismo: el rey de España.

Quiere decir entonces que hasta la concreción de Sacramento en las postrimerías del siglo XVII, casi toda la centuria es morosa desde el punto de vista de la confrontación fronteriza que, en América, sostenían los imperios ibéricos.

No puede decirse igual, sin embargo, de la centuria anterior — al menos a lo largo de su primera mitad —. Allí la aparición de São Vicente, establecida en marzo de 1532 por un capitulante de la Corona, Martim Afonso de Sousa, constituye, por un lado, el punto terminal de un periplo exploratorio con vistas a la posesión de la cuenca platense. Efectuados por Pero Lopes (hermano de Martim), ese periplo cubrió de padrones lusitanos las regiones que van de las costas del Plata al Paraná.

Por otro lado, São Vicente es, también, el final de un tiempo y el principio de otro nuevo. Como final: acaba con la ocupación del suelo brasileño a través del sistema de factorías, más privado que público. Como principio, es el de la verdadera y efectiva acción del Poder real porque no sólo es la primera fundación que hace la corona lusitana en tierras del Brasil sino, además, determinará la creación — en 1534 — del régimen de Capitanías Hereditarias. Régimen que recién habra de morir — al menos de hecho — en los primeros decenios del siglo XVIII.

A su vez, a estos avances portugueses, España responderá con la creación del Adelantazgo para el Río de la Plata y la enorme y poderosa expedición con fines pobladores comandada por el primer adelantado, don Pedro de Mendonza. Allegado al Plata, Mendonza fundará, en los primeros meses de 1536, la ciudad de Buenos Aires.

Una cuestión de valores

¿Por qué ese confrontar de fronteras tan al Sur? ¿Por qué ese tratar de hacer presencia, de arrimarse y posicionarse de las tierras sureñas, de la cuenca platense?

Porque un valor muy grande habían adquirido estas regiones cuando — a partir de la segunda década del 1500 — volaron a la península ibérica las buenas nuevas de que, en la cuenca del ancho río descubierto por Solís, transitando por sus ríos hacia el interior del continente, se hallaba la senda que conducía a los dominios de un rey blanco, señor de una montaña que lloraba plata.

Y pruebas palpables había. Allí estaban las muestras de objetos de oro y de plata dejados por la trágica expedición de Alejo García quién, de 1524 a 1525, partiendo de las costas de Santa Catarina se internó por caminos indígenas y llegó al que hoy sabemos (pero mucho, mucho más tarde recién se supo), eran las estribaciones andinas del poderoso imperio incaico.

Por eso es también que más tarde, entre 1526 y 1530, por cuatro años, tan afanosa como infructuosamente, un optimista Sebastián Gaboto buscó la ansiada montaña. Y si no encontró nada, al menos bautizó para siempre al río ancho como mar al nombrarlo “de la Plata”.

En aquellos tiempos primarios, el valor del espacio de lo que hoy es la cuenca platense y el Brasil sureño, luce indeleble la marca de ese color y sabor a tesoros metalíferos, a leyendas de montañas de plata que, a pesar de que no se obtuvieron de la manera esperada, sí existieron y pesaron. Pesaron, sobretudo, con ese “peso global” al que tan gráficamente hacen referencia Fernand Braudel y Pierre Chaunu cuando aprecian, en un espacio-tiempo, el peso relativo de tal o cual fenómeno con relación a otros.

Aquellos míticos dominios del rey blanco y su montaña que lloraba plata habían resultado ciertos. Uno era el Perú; el otro el Potosí. Lejos estaban entonces los castellaños de la cuenca platense y los portugueses del Brasil, de poder apropiárselos. Sin embargo, por aquello de si la montaña no viene a mí, yo voy hacia a la montaña, decidieron ir y una muy buena parte y tajada obtuvieron.

En esto tuvo fundamental incidencia el hecho del período filipino, la unión de las dos coronas entre 1580 y 1640.

Tal como señalábamos al principio, fue naturalmente un tiempo-espacio-americano en donde las confrontaciones fronteras imperiales se diluyeron e hicieron bien propicio el establecimiento de rutas que subiendo desde Buenos Aires (refundada el 1580) conducían hacia el Norte a San Miguel de Tucumán y de allí a Potosí.

Humildes aldeas, que luego se hicieron ciudades, nacieron al compás de esta ruta por la que se violaba el monopolio español instaurado en el eje Sevilla — Porto Belo — Lima, o sea, a través del Pacífico y atraía, hacia el Plata y el Atlántico, las riquezas metalíferas. Santiago del Estero, Córdoba, Salta, La Rioja, Jujuy, Corrientes, hoy en la Argentina, son los principales eslabones de la cadena platense que terminaba y empezaba en Buenos Aires.

Esta ruta de la plata potosina era recogida en Buenos Aires por navíos del comércio portugués que habían ya dejado su contraparte: mano de obra esclava de África, azúcar, tabaco del Brasil y todo los generos imaginados y por imaginar que una bulliciosa, rica y super poblada Potosí no acababa nunca de comprar ni de consumir.

A su vez Buenos Aires comercializaba los productos de la tierra: cueros, sebo, grasa, algo de trigo.

En el Atlántico americano y portugués, era Rio de Janeiro el centro abastecedor, mientras que en el Atlántico europeo lo era Lisboa.

Buenos Aires fue, a lo largo de todo ese período filipino, una ciudad más portuguesa que española. Una ciudad de “peruleros”, esos ricos comerciantes, en su mayoría judíos conversos como el famoso Juan de Vergara. Pero, al mismo tiempo, al calor del comercio y los altos negocios, también había una ciudad portuguesa de pequeños comerciantes y laboriosos artesanos.

Debemos señalar aquí que, en el análisis de esta época, sigue siendo fundamental la obra de la historiadora brasileña Alice Canabrava (“O comércio português no Rio da Prata”, 1580-1640, São Paulo, 1944) y que, en cambio, no contamos con ninguno, salvo el de Lafuente Machain, pero que no trata el aspecto económico, en la historiografía rioplatense. Tema, como vemos, vital para la valorización del desarrollo de las regiones del Plata, pues también, este tráfico clandestino creó la necesidad de medios de transporte: carreta de bueyes, filas indias de mulas, hombres de a caballo, que conducían noticias, dinero o mercaderías. Animales útiles para transporte, alimento o cuero, hicieron que en la Cuenca del Plata la instancia cimarrona fuera dejando paso a la de cría porque no se podía continuar con la devastadora costumbre de la vaquería. La extensa región se iba domando.

A partir de 1623 a 1625, comienza la curva de la decadencia de esta ruta. Por varios motivos, entre ellos, la menor producción metalífera del Potosí, las crisis económicas europeas, la independencia portuguesa en 1640 (que hará que España trate de cerrar a cal y canto sus fronteras, antes tan flexibles), el problema del azúcar brasileño al que le resulta difícil la competencia con el antillano, la lucha por expulsar a los holandeses del Brasil. Un siglo para todo el mundo deprimido. Para España — en particular — el de su gran decadencia política y económica.

En vista de tales dificultades, vital era para la Corona portuguesa la ruta al Potosí por la vía más fácil, Buenos Aires. Camino éste que, en 1585, inaugurara — con gran visión — el portugués y comerciante obispo de San Miguel del Tucumán, don Francisco de Vitória.

También la región platense languidecía, porque, en definitiva, el contrabando era su desahogo económico y Buenos Aires aún estaba llena de portugueses. Un sexto, en una población de 2000 y algo de almas.

Dadas estas circunstancias, es que Salvador Correia de Sá y Benavides propone al rey, ya en 1643, el erigir una fortaleza sobre la misma margen derecha del Río de la Plata, a escasos pasos de la ciudad de Buenos Aires, en un lugar llamado “la chacarita de Doña Catalina”, sitio que dice a propósito porque desde allí se dominan la ciudad y el riachuelo.

Si la temprana idea del héroe de la reconquista de Angola no se dió en ese momento, sí ella resucitará años después cuando, con tramo lento pero seguro, la Corona portuguesa vaya haciendo los pasos necesarios para obtener, de una vez por todas, la entrada al Potosí. Basta el ejemplo de que por algo obtuvo del Papa, en 1676, una diócesis de Rio de Janeiro que abrazaba en sus límites toda la parte al Oriente y al Norte de la cuenca del Plata.

Es precisamente en esa margen que, apenas cuatro años después, hará su fundación de la Colonia del Santísimo Sacramento, don Manuel Lobo, gobernador de Rio de Janeiro.

No vamos a extendernos aquí en describir todos los hechos que se suceden en esos 40 años que van de la Restauración del

1640 a la creación de la Colonia en 1680, porque la bibliografía brasileña es bien clara al respecto. Desde antiguo con Aurélio Porto, más recientemente con Buarque de Holanda o Fernando de Almeida o el francés Frédéric Mauro, por indicar algunos de los más importantes.

Sin embargo, todos los movimientos realizados, tanto por la Corona portuguesa actuando en conjunto con los particulares (caso de las concesiones de nuevas capitanías a Salvador Correia de Sá y sus descendientes los Asseca, que obtienen tierras donatarias que se adentran en el Plata hasta la zona de Castillos): como los intentos y proyectos de los bandeirantes paulistas en 1661 para asaltar Buenos Aires. Tanto unos como otros — repito — estimulan una presencia luso-brasileña cada vez más inclinada hacia el Sur y hacia la costa platense.

La historia de Sacramento es entonces, en un primer momento, una historia de necesidad. Necesidad por parte del Brasil y de Portugal de recuperar los grandes beneficios que el comercio clandestino había estimulado, desarrollando sus economías durante el período filipino a través de la ruta: Potosí, Tucumán, Buenos Aires, Río de Janeiro, Lisboa. Tiempos estos en los cuales el Río de la Plata, como dice bien Canabrava, hace por fin honor a su nombre.

En definitiva, lo cierto es que el establecimiento de la Colonia despertó de su morosidad, de su lentitud, a las dos fronteras: la jurídico-política y la pionera. En esta confrontación agresiva, que provoca la presencia de Sacramento, la frontera jurídico-política se moverá a través de nuevos tratados que cristalizaron casi un siglo después, en el de San Ildefonso de 1777.

La vieja y nebulosa línea de Tordesillas, aquella que en un lejano año de 1494 audazmente repartió a un mundo aún desconocido, moría también en el papel. Como ya había muerto antes, en los hechos de propio suelo americano, cuando, empujando al Brasil hacia las profundidades continentales, las banderas paulistas se descolgaban a la caza del indio, de fuerza de trabajo para el azúcar, ya tempranamente en los términos del siglo XVI y a lo largo de todo el XVII.

Ahora, Colonia, le dará a Tordesillas el golpe final que, en realidad, tal cual hemos visto, se lo había dado el avance de la otra frontera, la que más sirve y vale, la pionera, en este caso bandeirante.

El tiempo-espacio de la Colonia del Sacramento, sin embargo no se agota en una historia de necesidad de reactivación de una ruta ilícita, mediante la cual se captaban las riquezas del Pacífico castellano. Y si este motivo sigue siendo a lo largo de su historia perdurable, permanente, el hecho consumado de su afiancamiento provocará el nacimiento de otro valor que adquieren las tierras sulinas del Brasil como las de la cuenca platense, en particular los territorios que hoy constituyen la República Oriental del Uruguay.

Ese valor nuevo, fundador de una nueva economía y hasta de una nueva sociedad, — la gaucha y la gaúcha — radica en el ganado vacuno y caballar que, asombrosamente y en estado salvaje, se había multiplicado en los campos de toda la cuenca al Oriente del Alto y del Bajo Uruguay y al Sur del Río Negro hasta las costas entre platinas y atlánticas de la actual República Oriental del Uruguay.

Introducido por los misioneros jesuitas en el Alto Uruguay, entre el Oriente del río y las regiones del Tape cuando, a partir de 1626, van fundando sus doctrinas en ese espacio, el ganado vacuno se fue quedando solitario y dueño de la región al ser en gran parte abandonado por los padres misioneros y sus indios cuando, huyendo de las bandeiras paulistas (particularmente la de Raposo Tavares), debieron partir desde 1637 de la región al Oriente del Río

Núcleo de Estudos do Caribe e Latino América (NECLA)

Foi criado recentemente na Universidade de Brasília o Núcleo de Estudos do Caribe e Latino América (NECLA). Resultado da iniciativa de um grupo de professores interessados em dinamizar estudos relativos a esta área, o NECLA surge como resposta à idéia da nova administração da UnB no sentido de repensar e renovar a universidade.

A idéia de criação de Núcleos como espaço de reflexão em torno a problemas, e não como tradicionalmente se faz, por disciplinas, reúne professores de diferentes departamentos e profissionais que atuam em outras áreas, iniciando uma modalidade inovadora e estimulante, no sentido de repensar o compromisso da universidade com a sociedade e suas questões fundamentais.

O NECLA pretende coordenar o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares conduzidas por professores e estudantes de pós-graduação dos diferentes departamentos da UnB, assim como manter programas permanentes de ensino, complementares aos já existentes em nível de pós-graduação.

O NECLA está aberto a todos os professores e alunos de pós-graduação da UnB que trabalham, trabalharam ou trabalharão em projetos de pesquisa e/ou docência sobre a América Latina e o Caribe. Conta atualmente com 35 professores de 12 departamentos da UnB e está em fase constitutiva. Estão sendo organizadas as linhas de pesquisa comparativas nas áreas de ciências sociais e aplicadas, ciências humanas, lingüística, letras e artes, ciências da saúde, engenharia, ciências agrárias e ciências biológicas.

No setor de programas de ensino complementar, o NECLA apóia a realização do "IV Curso de Especialização sobre América Latina", organizado pelo Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB, em nível de pós-graduação, para o semestre de agosto a dezembro de 1986, e mantém negociações com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) para estabelecer um programa de doutorado conjunto, interdisciplinar e comparativo sobre a América Latina.

O NECLA se empenha em aumentar o acervo da Biblioteca Central da UnB sobre a América Latina e, nesse sentido, apóia a iniciativa, de Professores do Departamento de Antropologia, de recuperar a documentação existente no mais completo arquivo sobre cultura popular (literatura oral) existente em Caracas, Venezuela, cujas cópias dos documentos devem ser transladas para Brasília no segundo semestre de 1986.

Os interessados em manter contato podem dirigir-se a:

NECLA — UnB — Prof. Nielsen de Paula Pires — coordenador

Caixa Postal 15-2828

70910 — Brasília — DF

Tels.: (061) 274-7172.

(061) 274-0022 — ramais: 2401, 2426, 2437.

Uruguay y trasladar los pueblos a la banda occidental, o sea al Oeste del Uruguay (hoy territorio de la República Argentina).

Por otra parte, también, contribuyeron a aumentar — las abundantes existencias de ganado cimarrón —, las reducciones franciscanas de San Francisco de Olivares, formada con indios charrúas, y la de San Juan de Céspedes, constituida por chanáes, y asentadas, en 1625, en la zona oriental del Bajo Uruguay, cerca del Río Negro (actual República Oriental del Uruguay). Años más tarde, lo mismo hará la reducción dominica de Santo Domingo Soriano fundada en 1662 entre el Río Negro y el Río Uruguay (también actual República Oriental del Uruguay).

Mientras otras contribuciones fundamentales las hará el entonces gobernador del Paraguay, don Hernando Arias de Saavedra, quien introduce ganado vacuno y caballar por dos veces en tierras que son hoy el Uruguay: en 1611 y en 1617.

Sería interesante e ilustrativo profundizar en la historia de como gracias a misioneros y sabias decisiones, como las del entonces gobernador del Paraguay Hernando Arias de Saavedra, en los albores del siglo XVII, se fue introduciendo esa riqueza que valorizará la tierra: el ganado vacuno y el caballar. Pero es imposible, digamos solamente que la abundancia de ganado se descubre recién por obra de la fundación de la Colonia del Sacramento.

El hecho de tener que pasar con huestes, tanto indígenas como españolas y criollas, a la banda izquierda del Río de la Plata para guerrear, sitiar o desalojar la Colonia portuguesa, el hecho de tener que alimentarlas y, particularmente el hecho de ver una riqueza que no se imaginaba tan grande ni que se extendiera por un espacio tan enorme, despertó naturalmente, por el lado del imperio español, lá necesidad de defender aquellas tierras que los jesuitas llamaron: las Vaquerías del Mar. Despertó también, en el otro imperio, el portugués, la necesidad de obtenerlas. No sólo porque el tráfico de cueros era materia fundamental en esta época como intercambio para la compra-venta de esclavos africanos y demás artículos que comercializaban al Potosí, sino porque además, entre 1698 y 1699, la bandera de Bueno de Siqueira había descubierto las minas de oro en la región que se bautizó Minas Gerais. El ciclo del oro había comenzado para el Brasil.

El ganado vacuno: caballar y mular se precisaba como alimento, se precisaba como medio de transporte, se precisaba como cuero. El ciclo del oro en Minas determina su prioridad. Colonia adquiere y con ella toda la enorme cuenca del Plata, en particular las tierras bañadas por el Río Uruguay y el de la Plata, un valor extraordinario. El Sur del Brasil, también, más aún cuando se descubren minas en Coxipó Mirim, diamantes en Mato Grosso, entre 1718 y 1734. Un camino por tierra se hace imprescindible para unir la Colonia con Sorocaba, la gran feria ganadera de São Paulo. Se abre en 1728 desde Laguna creada en 1684 para apoyar a la Colonia. Es arduo, espeso, difícil, pero nada detiene la marcha hacia el sur.

De esta confrontación imperial y pionera que la nueva riqueza provoca, surgirán (en lo que hoy es el Uruguay) poblaciones españolas como medio de posesión que, en este caso, quiere decir defensa. Desde el último tercio del siglo XVI que no se intentaban. Pero ahí está San Felipe de Montevideo, en 1724, apresuradamente organizada ante un intento portugués de crear allí otra Colonia. En respuesta, allí está en el hoy sur brasileño, Río Grande de San Pedro, en 1737.

Dejemos aquí, que esto ya va largo de más. Sólo quiero expresarles que así como nuestras historias nos unen y enlazan en el pasado colonial; así, del mismo modo, nos unen y enlazan en

nuestro presente independiente, en la convivencia pacífica que supimos hallar. No sin trabajo por cierto, pero por eso mismo, más respetada, más apreciada en el valor que se resume en los términos repúblicas hermanas, que como hermanas que son se ayudan en sus necesidades, se comprenden y, por eso mismo, se respetan en su individualidad, en su identidad. Una individualidad e identidad que viene de lo más hondo de sus historias. ●

Marta Canessa de Sanguinetti nasceu em Montevideu e é professora de História pelo Instituto de Professores Artigas. Desempenhou as funções de secretária de redação e redatora técnica do *Diário del Uruguay*, versão periodística da história universal e nacional que abarcou desde o descobrimento da América, em 1492, até 1930. Tem publicado nos jornais *El Día*, *El País* e *La Mañana*, assim como em revistas nacionais, sempre sobre temas relativos à história nacional ou à arte. Publicou em 1976 o ensaio histórico *Rivera, un oriental liso y llano*; e, em 1977, foi co-autora da obra *Proceso Fundacional de Montevideo*. Áreas de interesse: história nacional e americana, arte e a condição da mulher.

Abstract

LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

The importance of the founding of the Sacramento colony in the Plata basin

When, on January 20, 1680, the ships under the command of Manuel Lobo, Governor of Rio de Janeiro, entered port in the islands of São Gabriel, a few leagues away from the Spanish city of Nuestra Señora de la Trinidad de Santa Maria del Buen Aire, and, on *terra firme*, between this date and February 3, Lobo pitched his camp and two straw shelters, there was established in the Plata river area a Portuguese colony which the governor would baptize as "Sacramento". In this way, this founding of the Portuguese empire and its American dominion of Brazil reached the end of a long process. At the same time, another process began which would come to have extraordinary repercussions upon the destinies of the Plata basin regions and of the south of Brazil. Thus, in its independent configuration, one part of it would be materialized in what is today the Oriental Republic of Uruguay; other parts, in what are currently the southern states of the Federal Republic of Brazil — those of Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul.

Bibliografía

- 1 ACEVEDO, Eduardo. — *Anales históricos del Uruguay*. T. I- Ed. Casa Barreiro y Ramos. Montevideo, 1933.
- 2 ASSADOURIAN, C.S. y otros. — *Historia Argentina*. Vol. 2- Ed. Paidós, Bs. As., 1972.
- 3 AZAMBUJA, Pericles. — *História das Terras e Mares do Chuí*. Ed. Universidade de Caxias do Sul. Porto Alegre, 1978.
- 4 AZAROLA GIL, Luís E. — *Historia de la Colonia del Sacramento, (1680-16)*. Ed. Casa Barreiro y Ramos. Montevideo.
- 5 BARCO CENTENERA, Martín del. — *La Argentina o la Conquista del Río de la Plata*. Colecc. Pedro de Angelis. Ed. Plus Ultra, T. III, Bs. As., 1969.
- 6 BARRIOS PINTO, Aníbal. — *De las Vaquerías al Alambrado*. Ed. Del Nuevo Mundo, Montevideo, 1967.
- 7 BERNARD, Jean. — *Le Sang et l'Histoire*. Ed. Buchet/Chastel. París, 1983.
- 8 BEVERINA, Juan. — *La expedición de don Pedro de Cavallos (en 1776-1777)*. Ed. Rioplatense, Bs. As., 1977.
- 9 BLANCO ACEVEDO, Pablo. — *El Gobierno Colonial en el Uruguay*. Ed. Barreiro y Ramos. Montevideo, 3ª edic.
- 10 BOSCH GIMPERÁ, Pere. — *La América Prehispánica*. Ed. Barcelona, 1975.
- 11 BRUNET, J.P. y otros. — *Introduction à l'histoire contemporaine*. Col. V. 2 Ed. Armand Colin. París, 1972.
- 12 BUARQUE DE HOLANDA, S. y otros. — *História Geral da Civilização Brasileira*. Ts. I y II Ed. Difel. São Paulo. Río de Janeiro, 1976. 5ª edic.
- 13 BUARQUE DE HOLANDA, S. — *Caminhos e fronteiras*. L. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1957.
- 14 CANABRAVA, Alice. — *O comércio português no Rio da Prata*. São Paulo, 1984.
- 15 CLAVAL, Paul. — *La nouvelle géographie*. Col. Que-sais-je? Ed. Puf. París, 1977.
- 16 COMAS, Juan. — *Antropología de los pueblos iberoamericanos*. Ed. Labor. Colecc. Biblioteca universitaria. Barcelona, 1974.
- 17 CONI, Aurelio. — *El gaucho, Argentina, Brasil, Uruguay*. Ed. Solar-Hachette. Biblioteca Dimensión Argentina. Bs. As., 1969. (1ª edic. 1945).
- 18 CHAUNU, Pierre. — *La expansión europea*. Ed. Labor. Colecc. Nueva Clío. París, 1977.
- 19 CHAUNU, Pierre. — *A História como Ciência Social*. Ed. Zahar. Río de Janeiro, 1976.
- 20 CHAUNU, Pierre. — *Les Ameriques, 16e, 17e y 18e siècles*. Ed. Armand Colin. París, 1976.
- 21 CHEVALIER, François. — *L'Amérique Latine (de l'indépendance à nos jours)*. Col. Nouvelle Clío. Ed. Pur. París, 1977.
- 22 DE GANDIA, Enrique. — *Antecedentes diplomáticos de las expediciones de Juan Díaz de Solís, Sebastián Gaboto y Don Pedro de Mendoza*. Bs. As. 1935.
- 23 DIAZ DE GUZMAN, Rui. — *Historia Argentina del descubrimiento, población y conquista de las Provincias del Río de la Plata*. Col. Pedro de Angelis. Ed. Plus Ultra. Tomo V. Bs. As., 1970.
- 24 DE MACEDO SOARES, J.C. — *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. L. J. Olympio Editora. Col. Documentos brasileiros. Rio de Janeiro, 1939.
- 25 DOBLAS, Gonzalo de. — *Memoria sobre la Provincia de Misiones de Índios Guaraníes*. Colec. Pedro de Angelis. Ed. Plus Ultra. T. V. Bs. As. 1970.
- 26 FERNANDO DE ALMEIDA, Luís. — *A Diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*. Vol. I (1492-1700). Ed. Universidade de Coimbra, 1957.
- 27 GARAY, Juan de, *Fundación de la ciudad de Buenos Aires*. Colecc. Pedro de Angelis. Ed. Plus Ultra. T. III, Bs. As., 1969.
- 28 HENESSY, Alistair, *The Frontier in Latin American History*. Ed. University of New Mexico Press. Albuquerque, 1978.
- 29 HERSKOVITS, M. V. *Les bases de l'anthropologie Culturelle*. Ed. Payot, París, 1967.
- 30 YSNARD, Hildebert, *L'espace Géographique* — Ed. Puf, París, 1978.
- 31 KONETZKE, Richard, *América Latina, La Época Colonial*. Ed. Siglo XXI. México, 1976.
- 32 MAIR, Lucy, *Introducción a la Antropología Social*. Ed. Alianza Editorial. Madrid, 1973.
- 33 MANN-LOT, Marianne, *La conquête de l'Amérique espagnole*. Ed. Puf. Colecc. Que-sais-je?, París, 1974.
- 34 MANRIQUE, Juan del Pino, *Descripción de la Villa del Potosí y los partidos sujetos a su intendencia*. Col. Pedro de Angelis. Ed. Plus Ultra, T. VII, Bs. As., 1971.
- 35 MAURO, Frédéric, *Histoire du Brésil*, Ed. Puf. Colec. Que-sais-je?, París, 1973.
- 36 MAURO, Frédéric, *Do Brasil à America*. Ed. Perspectiva. Colec. Debates. São Paulo, 1975.
- 37 MORALES, Padrón, Fco, *Los Conquistadores de América*. Col. Austral, Ed. Espada-Calpe, Madrid, 1974.
- 38 PORTO, Aurelio, *História das Missões Orientais no Uruguai*. Ed. Livraria Selbach, Porto Alegre, 2ª Ed., 1954, Vol. III y IV — de "Jesuitas no Sul do Brasil".
- 39 QUIROGA, José, *Apuntes históricos sobre demarcación de límites*. Col. Pedro de Angelis. Ed. Plus Ultra. T. VI Bs. As., 1970.
- 40 RIBEIRO, Darcy, *Configuraciones histórico culturales americanas*. Arca editorial, 1972, Montevideo.
- 41 RIVEROS TULA, Anibal, *Historia de la Colonia de Sacramento (1680-1830)*. Ed. Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay nº XXII. Mont., 1959.
- 42 ROXOGA, Silvestre A. de, *Derroteros y viajes a la ciudad encantada de los Césares*. Col. Pedro de Angelis. Ed. Plus Ultra, T. II, Bs. As., 1969.
- 43 SALAS, Alberto y otros, *Relación varia de hechos, hombres y cosas de estas Indias Meridionales*, Textos del Siglo XVI. Ed. Losada, Bs. As. 1963.
- 44 SANCHEZ ALBORNOZ, Nicolás, *La población de América Latina desde los tiempos Precolombianos al año 2000*. Ed. Alianza Universidad, 1978.
- 45 SCHIEDER, Theodor, *La Historia como Ciencia*. Ed. Sur, Bs. As. 1970.
- 46 SILVA, Osvaldo, *Prehistoria de América*. Ed. Universitaria. Santiago de Chile, 1977.
- 47 SCHMIDEL, Ulderico, *Viaje al Río de la Plata y Paraguay*. Col. Pedro de Angelis, Ed. Plus Ultra T. VI. Bs. As., 1960.
- 48 TOULMIN, Stephen y otros, *El descubrimiento del tiempo*. Ed. Paidós. Bs. As., 1968.
- 49 TURNER, Frederick, J. — *La frontière dans l'histoire des Etats-Unis*. París. 1963.
- 50 VEIGA CABRAL, Sebastião da., — *Descrição Corográfica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colonia da Cidade do Sacramento*. Apartado de la Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay. T. XXIV. Montevideo, 1965.
- 51 WALLIS, Robert. — *El tiempo, cuarta dimensión de la mente*. Ed. El Ateneo, Bs. As., 1976. (Ed. 1ª 1968).

O movimento docente na democratização da Universidade de Brasília

Antonio Ibañez Ruiz

Durante o período da ditadura militar, as universidades foram palco de perseguições, cassações, demissões, aposentadorias compulsórias, etc. Este procedimento tinha um objetivo: esvaziá-las de resistência política e ocupá-las, ideologicamente, com propostas que vinham sendo elaboradas em alguns gabinetes militares e que culminaram com a reforma universitária de 1968. Durante anos o autoritarismo reinou, quase sozinho, nas universidades brasileiras. Na Universidade de Brasília, por exemplo, a intervenção militar, que visava implantar um modelo de universidade altamente elitizado, durou dezessete anos.

Foi nos anos de 1977 e 78 que os professores universitários começaram a se organizar, nos seus locais de trabalho, para poder lutar contra os baixos salários, o autoritarismo e a crise da universidade que, naquela época, já se fazia sentir. O que inicialmente eram movimentos localizados, evoluiu até se tornar um movimento nacional, que culminou com a criação da *ANDES* (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior), após um bem-sucedido movimento grevista nacional, o primeiro após o Golpe de 1964. Para a unificação do movimento nacional muitas dificuldades tiveram que ser vencidas. A maior dificuldade é a diversificação da universidade brasileira em universidades federais, particulares, estaduais e até municipais. As federais, por sua vez, consistem de autarquias e fundações. Como conciliar um movimento geral dos docentes com problemas específicos bem diferentes entre cada setor?

Deve ser acrescentada, ainda, a diferenciação de universidades dentro de cada

setor. No caso das fundações, cada uma tinha um salário, da mesma forma que tinham carreiras docentes diferentes, assim como a própria estrutura de poder. Entre as particulares as diferenças eram ainda maiores, pois, neste caso, nem o patrão é o mesmo, como ocorre no caso das fundações e autarquias, em que todas elas são mantidas pelo Ministério da Educação.

As próprias universidades estaduais diferem acentuadamente. Já que dentro de cada estado existem diferenças, quanto mais entre os diversos estados!

Como se vê, o caos era completo!

Entretanto, esta situação não passou despercebida para os docentes das universidades. Entendeu-se que o caos era consequência da política educacional, de uma forma global, estabelecida pelo governo federal, que tinha os seguintes objetivos:

1 – Tentativa de retirar, ao longo do tempo, as universidades do âmbito do ministério. Por esta razão, a partir da criação da Universidade de Brasília, que era fundação,

todas as outras criadas mais tarde o foram também como fundações, pois esta estrutura administrativa permitia mais facilmente do que para as autarquias a possibilidade de captação de recursos externos. A idéia seria, então, de que elas poderiam se autofinanciar.

2 – Política privatista do sistema educacional universitário. Em lugar de abrir mais universidades federais (autarquias ou fundações) para atender a demanda da sociedade, além de investir mais nas já existentes, o governo optou por congelar praticamente as vagas nas já existentes; abriu umas poucas universidades, mais para satisfazer interesses políticos e oligárquicos regionais, permitindo e incentivando a proliferação das universidades particulares, que absorveram todo o excedente universitário das federais.

3 – A total falta de prioridade dada à educação como um todo, pelos governos militares, levou ao sufoco as poucas universidades públicas, deteriorando apreensivamente suas condições de trabalho, o que se

refletiu, entre outras coisas, no aviltamento do achatamento salarial de seus servidores (professores e funcionários). Se nas federais o achatamento salarial foi grande, o que se poderia dizer das universidades particulares que estão estruturadas como empresas!

4 – Finalmente, para poder implantar o modelo de universidade, necessário à formação de profissionais que atendessem o processo de modernização industrial introduzido pelo governo militar, as universidades tinham que ter uma estrutura autoritária e centralizadora que pudesse realizar aquele objetivo sem contestação alguma.

Percebido pelos docentes universitários este caos reinante e, perante os problemas de organização a nível nacional, devido às diferenças específicas existentes, chegou-se a estabelecer três pontos fundamentais como bandeiras de luta que podiam, e certamente foi o que aconteceu, unificar o movimento. Esta unificação deu-se com a *luta pela defesa do ensino público e gratuito, a democratização da universidade, por uma carreira docente e por melhores salários*, os quais, na realidade, tinham, todos eles, uma bandeira maior, isto é, a luta contra a política educacional do governo.

A organização dos docentes da UnB deu-se em função de uma destas bandeiras: a luta contra o autoritarismo que, em Brasília, se fazia sentir de forma bem mais acentuada do que na grande maioria das outras universidades. O elevado grau de autoritarismo e repressão obrigou a que o movimento, na UnB, se centrasse quase que exclusivamente naquela bandeira. Isto ocorreu, principalmente, porque em termos de condições de trabalho, era uma das que melhores condições tinham (o salário naquela época era o mais alto de todas as universidades). Esta luta provocou um certo descompasso entre o movimento docente da UnB e o movimento docente nacional, pois este centrou-se mais acentuadamente nas condições de trabalho (o salário das autarquias era indigno).

A ADUnB – histórico do movimento

A criação da ADUnB, Associação dos Docentes da UnB, teve origem num fato concreto que abalou toda a comunidade de Brasília: no segundo semestre de 1977 deu-se a expulsão de 16 estudantes, em consequência, mais uma vez, da arbitrariedade do então reitor e, salvo algumas raras exceções, de seus cúmplices da administração superior. Esta crise foi “a gota d’água” para

que os docentes percebessem a necessidade de se organizarem, culminando com a criação da ADUnB em maio de 1978.

Inicialmente, o trabalho da associação foi o de resistir aos atos repressivos e autoritários daquela administração.

O movimento docente sofreu um duro golpe quando a esperança de renovação da administração, que não podia mais ser reconduzida pela antiga lei, foi frustrada, já que através de nova lei, a 6.733, aprovada por decurso de prazo pelo Congresso, em 1979, abriu caminho para mais um período do continuismo militar na direção da universidade.

A partir deste momento, a estratégia do movimento na UnB foi a de voltar-se para questões concretas do dia-a-dia, tais como enquadramento de colaboradores (que já tinham acabado nas autarquias, após amplo movimento grevista do setor), reposição salarial (pois o arrocho salarial já em 1981 começava a se fazer sentir na UnB), plano de carreira docente unificado para todas as universidades-fundações (tentativa da ANDES de organização nacional dos docentes deste setor universitário), etc. O objetivo desta estratégia era o de conseguirmos, através de algumas pequenas vitórias, que o movimento docente adquirisse confiança e força para poder enfrentar a reitoria, que ainda mantinha os seus apoios no Planalto. Com esta estratégia e contando com o apoio do movimento estudantil, os docentes fizeram sua primeira greve. Esta greve resultou numa comissão de enquadramento paritária e, logo em seguida, mais uma greve para manter o acordo anterior e evitar ainda a demissão de um ex-presidente da associação.

Naquele momento, o movimento docente já tinha sustentação e base até para enfrentar diretamente aquela administração, com possibilidade de conseguir a substituição daquele reitor por um outro que poderia ser parecido ou inclusive melhor, porém continuaria a ser indicado pelo presidente da República, da forma mais antidemocrática possível. O movimento não podia incorrer nesse erro, ele precisava avançar e este avanço se daria através da democratização da UnB e não através da simples substituição do reitor. Foi então que surgiu a primeira divergência séria no seio do movimento docente, entre aqueles que defendiam o confronto direto e os que propunham mudanças estruturais que propiciassem maior discussão e participação. Estas divergências não foram aprofundadas por discussões na base, ficando só ao nível da vanguarda, pelo receio de divisão do próprio

movimento. A divergência ao nível da vanguarda chegou a provocar momentos de desmobilização dos professores, que felizmente foram breves e passaram quase despercebidos, graças ao trabalho que a ANDES realizou – e no qual a ADUnB teve papel relevante – para que o Congresso aprovasse uma outra lei, para escolha dos dirigentes das universidades fundacionais.

Estava dado o grande passo para o avanço do movimento, através da democratização da UnB, que teve como consequência imediata a saída daquele que foi interventor da universidade durante dezessete anos. A força e a confiança do movimento docente eram então suficientes para impedir, ainda, algumas manobras que a reitoria e o próprio MEC tentaram. A reitoria buscou excluir a UnB do âmbito da nova lei, o que foi impedido pela greve de docentes e alunos, que durou 60 dias. O MEC tentou escolher, da lista sêxtupla elaborada pelo Conselho Universitário (que só continha dois nomes da lista eleita diretamente pela comunidade), um professor que não tinha aceito participar da eleição direta, porém tinha chance “de emplacar”, dividindo, desta forma, o movimento. Esta manobra foi também derrubada por mais uma greve do movimento docente, que obteve mais uma vitória: em um acordo com o MEC, a UnB teria uma administração de transição, por quatro meses.

As eleições diretas

A composição da frente em que se constituiu o movimento docente na UnB compreendia forças progressistas, liberais e uma vanguarda comprometida com um projeto de transformação da sociedade, o qual passa também pela transformação da universidade.

Entretanto, a administração intervencionista e autoritária daquela época tinha o apoio das forças reacionárias, muito comprometidas com um projeto elitista de universidade e de sociedade. Essas forças reacionárias apostavam na continuação do regime, aceitando algumas modificações – mais no que se referia a pessoas (pessoas altamente acadêmicas, honestas, etc.) do que a mudanças na própria universidade.

A frente existente tinha claro – e era consenso de todas as forças nela envolvidas, embora de forma implícita, pois nunca houve nenhum acordo explícito ou posições marcadas de tendências ou grupos – que deveria haver eleições diretas. Hoje percebe-se que a vanguarda e os progressistas defendiam a

eleição direta como princípio. Já os liberais se apoiavam nestas outras forças e defendiam as eleições diretas na UnB porque era a única forma de desestruturar a organização reacionária que existia, com possibilidade concreta, claro está, de eles assumirem o poder.

As eleições diretas para dirigentes foram realizadas em todos os níveis e, na grande maioria das vezes, com participação paritária de professores, funcionários e alunos. Foi desta forma que se deu a ruptura com o passado.

Poderia se esperar que o vigor demonstrado pelo movimento docente durante os anos mais difíceis continuaria promovendo as transformações necessárias ou pelo menos as possíveis, para que a UnB caminhasse em busca de seu objetivo.

E qual é a situação atual do movimento docente?

O movimento docente está esvaziado, não consegue achar a sua identidade e o grau de mobilização é baixíssimo!

Existem algumas razões que explicam esta situação:

- o envolvimento de muitos professores, que antes estavam ligados ao movimento docente, em projetos de pesquisa de seus departamentos ou em trabalhos solicitados pela administração atual. Antes esses professores não tinham a oportunidade desse envolvimento, pois era marginalizados pelas suas posições políticas.

- a saída de diversos professores militantes do movimento docente para cargos administrativos, eletivos ou não.

- o compromisso liberal, que na realidade se caracteriza pelo descompromisso com as mudanças estruturais da universidade, uma vez que seu nível de aspiração pode ter sido atingido com o fim do autoritarismo.

- o pacote econômico: a grande maioria dos professores, apesar de reconhecer que o governo confiscou parte do aumento salarial que deveria ter tido em março, está, de certa forma, esperando o que é que vai acontecer com a nova política econômica do governo federal para começar a tomar alguma atitude.

Estas são basicamente as razões existentes para a apatia do movimento docente, aqui na UnB.

O compromisso liberal

Gostáramos de comentar algo mais sobre o compromisso liberal. Realmente os liberais pensam que a derrubada do autoritarismo eliminou os grandes problemas da

universidade, limitando-se agora a questionar algumas medidas da administração, com as quais eventualmente não concordem. Preocupam-se em manter suas pesquisas, sem se perguntar a quem servem e nem o que pesquisam. Limitam-se a dar suas aulas sem se perguntar se ensinam como educadores ou simplesmente ensinam como engenheiros, médicos, biólogos, sociólogos, advogados, etc. Colocam em primeiro lugar a competência, do que não discordamos: qualquer educador tem que conhecer, no mínimo, o que ensina. É, porém, muito pouco para quem vive num país dependente tecnológica e culturalmente, ou num país que tem a oitava economia mundial e que convive com a miséria absoluta de quase metade de sua população. Este compromisso liberal de “estar descompromissado” com as propostas de transformação da universidade que, temos certeza, não será a alavanca da transformação social do país, mas que qualquer transformação social do país passa por sua transformação, não pode ser ignorado. E não pode ser ignorado sob pena de os liberais serem responsabilizados, neste grave momento, por estarem aliados às forças reacionárias, que se limitam, simplesmente, a praticar uma greve branca, pois são totalmente omissos na discussão sobre a universidade, embora muitos sejam extremamente competentes naquilo que procuram ensinar. Ao nível da atuação política parece que existe uma aliança implícita entre as forças liberais e as reacionárias que, em parte, seriam as responsáveis pela desmobilização do movimento docente.

Esta situação só poderá ser modificada através da realização de algumas ações, tais como: tomada de consciência das forças liberais da necessidade de repensar a universidade como forma, também, de se repensar a nossa sociedade, isolando de vez as forças reacionárias, uma vez que, a perdurar esta situação, essas forças, através de alianças com setores menos liberais, podem tentar alcançar novamente o poder.

Outra ação a ser tomada pelo movimento docente é tentar reaglutinar as forças progressistas e a vanguarda do movimento, injetadas dos novos valores, que despontaram na última greve pela isonomia salarial entre as fundações, e levar até aos professores a discussão sobre as questões que realmente impedem o avanço das forças progressistas do movimento. Estas questões são justamente as já citadas: competência para só ensinar ou também para educar, confisco salarial do pacote ou ajuste da política econômica do governo, universidade elitista ou democratização do acesso, o

avanço da universidade pública, autônoma, gratuita e competente versus a privatização do ensino, etc.

Após esta breve análise sobre a criação do movimento docente e sua participação na democratização da UnB, podemos destacar um fato relevante. Se a organização do movimento docente teve condições diferentes para a sua criação na UnB e no resto da universidade brasileira, como temos visto, a evolução do movimento, em Brasília, tem nos levado a uma grande aproximação com as lutas do movimento nacional, a qual culminou com o movimento unificado das fundações pela conquista da isonomia salarial e o do plano de cargos e salários unificado.

Perspectivas para o movimento docente na UnB

Com a escolha democrática de todos os dirigentes da UnB, o movimento docente enfrenta hoje os mesmos problemas do resto das universidades, levando-o à luta conjunta com o movimento docente nacional, embora sem esquecer as questões específicas, também fundamentais. Ao nível das questões mais gerais, temos a reestruturação da universidade, a efetiva aplicação da emenda João Calmon, a participação na definição de políticas científica e tecnológica, de saúde, artística e cultural, a participação na Constituinte, a luta contra a política de arrocho salarial, dentre outras. Ao nível específico, temos a democratização da universidade, através da mudança de estatuto e regimento, a luta por mais professores, novos currículos, etc.

Não há como negar que, ao longo dos anos, o avanço do movimento docente na UnB foi significativo, apesar das crises circunstanciais que provocaram a temporária desmobilização.

Acreditamos que discutindo as questões aqui levantadas, o movimento docente encontrará as saídas para o seu avanço, como sempre tem acontecido até agora.●

Antonio Ibañez Ruiz, nascido em Madrid, é engenheiro mecânico e doutor pela Universidade de Birmingham (Inglaterra), ex-presidente da ADUnB, 1.º secretário da ANDES, biênio 86-88, decano de Assuntos Comunitários da UnB. Áreas de Interesse: movimento docente, política científica e tecnológica, universidade. Projeto de máquinas, instrumentação, vibrações e acústica.

Resumen

UnB Y DEMOCRACIA

El movimiento docente en la democratización de la Universidad de Brasilia.

Durante el período de la dictadura militar, las universidades fueron palco de persecuciones, casaciones, dimisiones, jubilaciones compulsorias, etc. Este procedimiento tenía un objetivo, vaciarlas de resistencia política y ocuparlas ideológicamente con propuestas que estaban siendo elaboradas en algunos gabinetes militares y que culminaron con la reforma universitaria de 1968. Durante años el autoritarismo reinó, prácticamente solo, en las universidades brasileñas. En la Universidad de Brasilia, por ejemplo, la intervención militar, que esperaba implantar un modelo de universidad altamente elitico, duró diecisiete años. Al final de la década del 70, las condiciones sociales, políticas e económicas de la época y principalmente la reorganización de algunos sectores de la sociedad civil, posibilitaron el surgimiento de propuestas nuevas de universidad, bien diferentes de aquellas en ejecución en el Brasil.

Abstract

UnB AND DEMOCRACY

The professors' movement in the democratization of the University of Brasilia

During the period of military dictatorship, the universities were stages for persecutions, cancellation of political rights, dismissals, compulsory retirements, etc. This procedure had one objective: the removal of political resistance and the "stuffing" of the universities ideologically with proposals being elaborated in some military cabinets and which culminated in the 1968 university reform. For years authoritarianism reigned almost alone in the Brazilian university system. For example, in the University of Brasilia, the military intervention which hoped to set up a model, highly aristocratic university lasted for seventeen years.

At the end of the seventies, the social, political and economic conditions of the period and principally, the reorganization of some areas of civilian society, made it possible for new proposals of a university to arise, quite different from that being implemented in Brazil at the time.

Florestan Fernandes:

do acadêmico ao político

Barbara Freitag

A produção intelectual de Florestan Fernandes pode ser examinada à luz de duas dimensões que o próprio autor utiliza em seus trabalhos: a sincronia e a diacronia. Omitindo-se a dimensão do tempo (sincronia) os trabalhos podem ser classificados segundo seu eixo temático ou sua vinculação a certos ramos da ciência (antropologia, sociologia, ciência política, etc.). Podemos então confrontar os trabalhos teóricos com os trabalhos empíricos; os trabalhos sistemáticos sobre o poder com os textos jornalísticos e de combate; o tratamento da questão do índio com a análise da discriminação do negro; os estudos sobre Cuba com os estudos brasileiros, e assim por diante.

Examinando-se, no entanto, esses trabalhos através do tempo, à luz do eixo diacrônico, percebe-se a dinâmica do pensamento do autor, sua gênese, suas ramificações e suas rupturas.

Neste trabalho defendo a tese de que a vasta obra de Florestan Fernandes está marcada por uma profunda ruptura, provocada pelas mudanças estruturais que o Brasil sofreu em consequência da tomada do poder pelos militares em 1964 e radicalizada com o AI-5 em 1968. Essa ruptura na produção intelectual de Florestan Fernandes é sinalizada por uma mudança sensível da problemática (no sentido clássico de Bachelard), acompanhada de uma alteração radical da terminologia e do referencial teórico.

À postura que denominei de "acadêmico/reformista", antes de 68, segue-se uma postura "político/revolucionária", depois do AI-5.

Na fase *acadêmico/reformista*, Florestan Fernandes desenvolve um trabalho teórico no campo da sociologia e antropologia, no qual discute os clássicos do pensamento nas ciências sociais, realiza os

estudos antropológicos sobre os Tupinambás da era colonial e os estudos sociológicos sobre os negros na sociedade de classes contemporânea, seguidos pelas análises da mudança social "provocada", dos problemas educacionais brasileiros, do folclore na cidade de São Paulo e muitos outros.

Enquanto está voltado para essa problemática, calca suas análises nos clássicos da antropologia (Radcliff Brown, Malinowski) e da sociologia (Weber, Durkheim, Mannheim). Esta é vista como técnica social no sentido de Mannheim, capaz de intervir na realidade, reformando-a e reconstruindo-a.

A fase *político-revolucionária* concentra-se na análise política da luta de classes. Agora seus diagnósticos passam a ser feitos com um aparelho conceitual marxista-leninista, por vezes gramsciano.

Antes da ruptura, defende a reforma ou a reconstrução da sociedade brasileira mediante o recurso à ciência, à técnica, ao planejamento e à educação, usados racional e sistematicamente. Depois da ruptura, prega a revolução mediante a mobilização da classe operária contra a burguesia e a velha oligarquia.

Sua análise da universidade contemporânea, inserida no contexto mais amplo da sociedade brasileira, assume *antes* da ruptura os mesmos traços reformistas que sua análise global da sociedade. Nesse momento, a universidade é vista como um reduto das antigas elites, que precisa reformar-se para, por sua vez, reorientar e comandar o processo de reformas mais amplas a serem realizadas na sociedade global. Florestan Fernandes condena a universidade tradicional por seu bacharelismo e seu saber livreco, no seu entender sem utilidade prática para a reorganização democrática da sociedade. Reivindica a introdução de melhor

qualidade, mais atualidade e mais cientificidade nas universidades brasileiras que, modernizadas, poderiam ajudar a definir o futuro de um Brasil moderno, competitivo e democrático, com um lugar de destaque no contexto internacional.

Depois da ruptura, o tema da universidade é relegado a um segundo plano. O autor de *Nova República?* (1985) atribui agora peso decisivo à mobilização dos oprimidos e à sua tomada de consciência e organização. Acredita que a sociedade brasileira só pode encontrar o seu caminho para a liberação e a democracia socialista através da luta de classes e do movimento revolucionário, comandado pela classe operária. Somente uma sociedade socialista teria hoje, no parecer do autor, condições de revolucionar também a universidade brasileira, imprimindo-lhe a marca democrática, a essa altura já conquistada e institucionalizada na sociedade global.

Os intelectuais e acadêmicos vinculados às universidades aparecem, pois, sob uma luz totalmente diferente *antes* e *depois* da ruptura. O Florestan Fernandes de antes do AI-5 acreditava efetivamente no poder de intervenção do intelectual que, além de diagnosticar corretamente o seu tempo, tinha competência para, mediante o conhecimento preciso e detalhado da realidade, mobilizar várias "técnicas sociais" como a ciência, a educação e o planejamento, e provocar a mudança social dentro e fora da universidade.

Depois da ruptura, os intelectuais universitários são taxados de "intelectuais orgânicos da classe dominante", a serviço do capital. Podem ser dispensados pela sociedade, interessada em uma verdadeira democratização, já que os operários assumirão o controle do processo histórico, sem que, de

agora em diante, necessitem da orientação do intelectual. Poderão mover, por conta própria, "as alavancas do futuro", "sem pedir licença à burguesia", como diz sarcasticamente Florestan Fernandes.

Quem acompanha o desenvolvimento político de Florestan Fernandes desde os anos quarenta até hoje consegue, sem dúvida, encontrar uma incontestável continuidade. Mas essa continuidade, presente em suas opções políticas pessoais — desde cedo Florestan se considerava militante socialista —, não está presente nas categorias teóricas utilizadas em sua obra até 1968. De resto, o

revolucionário de hoje ainda guarda os traços reformistas do pensador de ontem, sob a forma do intelectual "desenraizado" de Mannheim, que influenciou tão profundamente Florestan Fernandes.

Enquanto acadêmico, falava das classes oprimidas para estudantes oriundos das classes burguesas; enquanto revolucionário, fala em nome dos proletários para leitores e ouvintes sensibilizados pela luta de classes. Resta saber se essa fala será compreendida e apoiada por aqueles em favor dos quais é pronunciada. ●

Barbara Freitag nasceu na Alemanha, em 1941. Formou-se em Sociologia e Filosofia pela Universidade de Berlim. É atualmente professora e coordenadora da pós-graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da UnB. Suas áreas de interesse são sociologia, filosofia, epistemologia, psicologia, genética e educação. Publicou, no Brasil, os seguintes livros: *Escola, estado e sociedade* (1977); *Sociedade e consciência, um estudo piagetiano na escola e na favela* (1984) e *Piaget: encontros e desencontros* (1985).

A Jornada de Estudos: Florestan Fernandes

De 22 a 24 de maio de 1986 realizou-se na Unesp de Marília a *Primeira Jornada de Ciências Sociais*. O tema da jornada foi: Florestan Fernandes, o homem e a obra — uma vasta obra realizada durante 45 anos de trabalho intelectual produtivo e combativo. Florestan Fernandes foi também a grande presença e figura de destaque dessa jornada, à qual afluíram, além dele, mais de 700 cientistas sociais. Entre esses encontravam-se Antônio Cândido, Fernando Henrique Cardoso, Eunice Durham, Octávio Ianni, Miriam Limoeiro, Albertino Rodrigues e muitos outros, todos eles direta ou indiretamente ligados ao homenageado, como antigos alunos, colegas ou companheiros de luta.

A jornada *sobre, com e em homenagem a Florestan Fernandes* certamente mar-

cará história. Em primeiro lugar, ela resgata para a discussão contemporânea o trabalho de um dos mais eminentes pensadores da realidade brasileira: e, em segundo lugar, inaugura um foro que pretende ser periódico, sempre convidando um pensador brasileiro de destaque em sua respectiva área para participar de debates em torno de sua obra.

Entre os momentos de maior relevo do encontro precisam ser mencionados os depoimentos de ex-alunos e colegas; o debate sobre a *Universidade e a Democracia*, em cujo final Florestan Fernandes tomou a palavra e traçou o seu perfil acadêmico e político; o debate sobre a *Revolução Burguesa* e a conferência de encerramento, confiada ao discípulo, amigo e hoje colega de Florestan Fernandes na PUC de São Paulo, Octávio

Ianni, que procurou unificar o que fora separadamente discutido nas diferentes mesas, reconstituindo-se assim a visão de conjunto da obra de Florestan Fernandes.

Os dois pronunciamentos do próprio homenageado, não previstos pelos organizadores mas desejados e aplaudidos pela platéia, não deixaram dúvidas de que no Florestan Fernandes de hoje não estão extintos os traços do professor austero da Maria Antônia de outrora. Mas como ele mesmo deixou bem claro, os três dias de debates sobre sua obra não poderiam querer recolocá-lo na posição de examinador ou examinado em uma banca de tese. O político de hoje aproveitou a ocasião para relembrar sua trajetória acadêmica e política e justificar sua candidatura para a Constituinte.

Resumen

PERFIL

Florestan Fernandes: de lo académico a lo político

La vasta obra de Florestan Fernandes está marcada por una profunda ruptura provocada por las mudanzas estructurales que el Brasil sufrió en consecuencia de la toma del poder por los militares en 1964. Antes de la ruptura, Florestan Fernandes defiende la reforma o la reconstrucción de la sociedad brasileña mediante el recurso a la ciencia, a la técnica, a la planificación y a la educación usados racional e sistemáticamente. Después de la ruptura, el tema de la universidad es relegado a un segundo plano y el autor atribuye ahora, peso decisivo a la movilización de los oprimidos y a la toma de conciencia y de organización.

Abstract

PROFILE

Florestan Fernandes: from academic to politician

The vast work of Florestan Fernandes is marked by a profound schism caused by the structural changes which Brazil suffered in consequence of the power seizure by the military in 1964. Before the schism, Florestan Fernandes defends reform or reconstruction of Brazilian society through resorting to science, to technology, to planning and to education — all employed rationally and systematically. After the break, the theme of the University is relegated to second place, and the author now attributes decisive weight to the mobilization of the oppressed masses and to their consciousness-raising and organization.

Esta seção aceita resumos críticos, assinados, de livros, periódicos, artigos, teses, conferências, e de textos em língua estrangeira que o leitor considere relevante sugerir para edição em português. Pretende-se com isso uma seletiva atualização bibliográfica e uma permanente contribuição para manter aceso o debate cultural a partir da análise de um dos seus testemunhos mais expressivos – o texto publicado.

Crítica

Constituinte

COMPARATO, Fabio Konder. *Muda Brasil – uma constituição para o desenvolvimento democrático*. São Paulo, Brasiliense, 1986

Jurista famoso, autor premiado, professor universitário, Fabio Comparato tem dado contribuição significativa ao direito nacional brasileiro, especialmente no tocante às relações entre empresas, Estado e sociedade civil. Convidado pelo Presidente José Sarney a integrar a "Comissão Provisória de Estudos Constitucionais", coordenada por Afonso Arinos, recusou a nomeação alegando ser esta uma lúdim expressão do elitismo caboclo; o qual sistematicamente tem desprezado a vontade social organizada.

Seu documento, um anteprojeto constitucional para o Brasil, foi primeiramente apresentado à direção nacional do Partido dos Trabalhadores – PT. Independente de seu compromisso partidário explícito, o anteprojeto de Comparato contém referências históricas e doutrinárias as mais essenciais, tendo-se em vista a construção

de uma Carta Constitucional para um país democratizado e em franco desenvolvimento econômico-social. Suas referências são absolutamente heterodoxas, retirando de fontes diversificadas as ilustrações para uma construção constitucional que tenha por axioma uma concepção social do homem-cidadão na comunidade política controlada coletivamente. Seu trajeto nos traz à efetiva realidade marcada pelo oligopólio econômico, pelo elitismo tecnocrático, pelas ditaduras sibílicas das oligarquias partidárias, pela existência de supra-instituições políticas como o SNI (Serviço Nacional de Informações), pela precariedade das formas sociais de proteção ao homem e – *não menos importante* – pela maneira formal e aparentemente liberal-libertária com que essas questões são usualmente tratadas pela cultura política e jurídica em nosso país. Seu anteprojeto (e os comentários e justificativas de seus elementos integrantes) serve como um antídoto à artificialidade construída habilmente pelas classes dominantes brasileiras, no sentido de fazer crer à população que a panaceia de todos os males virá através de um documento formal a ser referendado por um Congresso Constituinte; por sua vez, já uma expressão da usurpação da vontade popular pelas elites políticas eleitas através de um discutível processo de escolha.

Primeiramente, trabalha o autor sobre a hipótese de que a Constituição brasileira deveria ser simplificada ao extremo. Sua analogia vai ao encontro dos exemplos mexicano (Carta Mexicana de 1917), alemão (Lei Fundamental da República Alemã, 1919) e norte-americano (Constituição de 1787 e 14.^a Emenda Constitucional de 1868). Através desses exemplos, destaca que antes das constituições mexicana e alemã, aludidas, as relações regulamentáveis eram as do poder político (governo e parlamento) e as liberdades dos cidadãos diante deles. Na verdade, o que estava fora das prescrições eram tarefas exercidas pelo livre jogo do mercado, em plena era de formação do capitalismo ainda concorrencial, ou mesmo de sociedades pré-capitalistas. Já a Constituição Americana e sua Emenda de 1868 estão baseadas em um direito, o anglosaxônico, com *fonte jurisprudencial*; muito distinto do brasileiro, baseado nas fontes *legais*, como poder de decisão. Portanto, nem as relações sociais mais complexas poderão deixar de serem contempladas, nem as raízes da constitucionalidade emergente poderão ser confundidas. Com isto, prevê-se um documento abrangente das relações sociais em uma etapa de grande envolvimento do governo com a própria organicidade da sociedade, e seguindo-se uma tradição que tem na *Lei*, e não na *Jurisprudência*, sua fonte de inspiração e decisão.

Além disto, como princípios gerais, a nova Carta Constitucional deverá definir as origens e os limites de todos os poderes; fixar objetivos de mudança e criar condições institucionais para a mudança.

Para isto, como ponto de partida será necessário o reconhecimento efetivo da *soberania popular*; com a inversão da atual ordem, inspirada pela Constituição de 1891, que antepõe a

organização do Estado brasileiro à defesa social e individual do cidadão. Desta forma estaria assegurada a defesa das grandes maiorias contra o poder oligárquico: pelo consentimento popular, pela participação popular no exercício das funções públicas e pela garantia dos direitos e liberdades fundamentais. O consentimento popular exigiria, além das periódicas consultas eleitorais, uma ativa participação através do Conselho Nacional de Planejamento. A participação direta do povo, no processo de criação do Direito, no exercício das funções públicas, seria feita através da *iniciativa popular* e do *referendo*. Isto viria, em nosso caso, quebrar o monopólio da iniciativa legal do presidente da República, dos parlamentares, e dos tribunais federais, os únicos hoje aptos a esta tarefa.

Seguindo-se exemplos como o da Itália e da Suíça, além dos atores mencionados acima, caberia o direito de iniciativa legal aos partidos políticos e ao conjunto de dez mil cidadãos. Ainda assim, após promulgada a Constituição, haveria um prazo de três anos para serem editadas as Leis Complementares necessárias a sua aplicação. Aos cidadãos seria conferido um poder de sanção, hoje exercido exclusivamente pelo chefe de Estado: é o referendo popular ou plebiscito. Nesta mesma linha, órgãos importantes como o Conselho Monetário Nacional, importante criador de leis econômicas e regulamentações diversas, teriam a participação de seus administrados, bem como a publicidade de todo o processo normativo. Também a *ação popular* e o *mandado de segurança* seriam ampliados, para segurança do cidadão.

A democratização efetiva significa, fundamentalmente, buscar-se um alto nível de desenvolvimento econômico com participação no produto social. Para tanto seriam criados órgãos de planejamento como centros autônomos de poder, frente ao Executivo e ao Legislativo. O objetivo é submeter a grande política nacional à exigência de maior racionalidade substantiva, afastando o mecanismo de planejamento das injunções particularistas das oligarquias políticas vigentes. Haveria um Superintendente Nacional de Planejamento, na estrutura orgânica da União Federal, como centro de poder. Nomeado em lista tríplice pelo Conselho de Planejamento, exerce seu mandato por prazo superior ao do período presidencial da República, e não pode ser demitido pelo presidente da República. O superintendente teria poder de promover, perante o Tribunal Constitucional, a ação direta de invalidade de leis ou atos do Poder Público, contrários ao plano nacional de desenvolvimento.

O presidente da República deixaria de ser o monarca de fato de agora, para assumir tarefas de transformação social e política: dirigir a execução do plano nacional de desenvolvimento e fixar as diretrizes da política administrativa federal. Em relação ao plano de desenvolvimento o presidente poderia editar decretos-leis para sua consecução, ficando com o Congresso a capacidade de veto legislativo. O presidente ainda deveria ter no máximo 70 anos, poderia ser reeleito uma vez e sua eleição seria em dois turnos. Os ministros de

Estado deveriam ter seus programas de ação aprovados pelo Congresso.

O Congresso permanece bicameral, mas ao Senado é apenas reservado o poder de veto. Seria o Senado integrado por dois representantes por estado da federação, por períodos de quatro anos. O Congresso teria poderes de iniciativa, veto e fiscalização maiores; proibindo-se também coligações para eleições à Câmara de Deputados.

No campo judiciário cria-se o Tribunal Constitucional, para cuidar das grandes questões políticas pertinentes à integridade da Constituição. Ao atual Supremo Tribunal Federal, com poderes diminuídos e transformado em Superior Tribunal de Justiça, seriam reservadas tarefas de uniformização da jurisprudência relativa à legislação federal e proteção às liberdades fundamentais. Inclui-se o Tribunal de Contas no Judiciário e extingue-se a Justiça Militar; sem dúvida uma excrescência corporativa. Outro e final destaque concernente ao Judiciário seria relativo à Justiça do Trabalho: seriam abolidos os juízes classistas, seria de sua competência o julgamento dos dissídios rurais trabalhistas, bem como litígios advindos de acidentes do trabalho.

As forças militares ficariam encarregadas de defesa da nação contra o inimigo externo; e não como atualmente, através da tradição inaugurada em 1891, em que aparecem como guardiões das instituições públicas, como poder moderador fardado. Na mesma linha, os órgãos policiais seriam desmilitarizados.

As regiões, as metropolitanas incluídas e o Distrito Federal, contariam com muito maior autonomia e formariam seus poderes enraizados na consulta popular. Por sua vez, a ordem econômica e social estaria baseada na distinção entre a propriedade estatal, privada e social: tanto em áreas urbanas quanto rurais. A propriedade privada, estritamente tratada, seria restringida pelo uso social ao domínio do usuário ou seu produtor. Na grande empresa, por exemplo, haveria distinção entre a posição jurídica de empresários, trabalhadores e investidores. O poder de controle não seria fundado na propriedade do capital e exercido pelos empresários, com o consentimento de investidores e trabalhadores; participação equitativa de investidores e trabalhadores na gestão e repartição dos lucros. Nas grandes empresas estatais esta última regra seria obedecida rigidamente.

Nas disposições gerais, ainda, trata o documento de posições já amplamente discutidas sobre previdência social, educação, meios de comunicação de massa, liberdade e autonomia sindical; pedras de toque da orientação petista vigente.

Nas disposições transitórias, para um regime democrático real, dá-se destaque para: realização de eleições presidenciais e parlamentares dentro de seis meses da promulgação da nova Constituição; declaração de nulidade e sem efeito ao artigo 181 da atual Constituição, que subtrai à apreciação do Poder Judiciário "atos revolucionários" e todos fundados nos Atos Institucionais a partir de 1964; e, finalmente, o anteprojeto regula a inconstitucionalidade por

omissão, onde o Legislativo teria três anos para promulgar Leis Complementares necessárias à aplicação dos dispositivos constitucionais. A partir deste término, o Ministério Público, ou qualquer interessado, pode pedir ao Judiciário a aplicação direta, ao caso concreto submetido a juízo, da norma constitucional não complementada.

Tem-se aí uma obra relevante. Pela seriedade, pela análise institucional e política subjacente, pelas consígnias sociais amplamente progressistas e profundamente democráticas, estamos todos diante de um grande trabalho de referência permanente e não somente conjuntural. No seu campo jurídico o Brasil tem uma grande tradição de pensamento abrangente, ou mesmo "explicativo", como diria o grande Guerreiro Ramos. Pontes de Miranda, Roberto Lyra, Hermes Lima são marcos exemplares de uma tradição que nunca esgotou seu pensar jurídico e institucional nas peias do formalismo e na mera expressão do processo infinito de reprodução de elites políticas encasteladas no poder e de segmentos intermediários corporificados na burocracia. Comparato, independentemente de sua opção partidária particular, oferece-nos um belo exemplo desta tradição produzida na área. A resultante deste criativo cruzamento de tantas vontades políticas e de tanta ilustração, através do método comparativo, é um trabalho que honra seu autor e confirma seu nome como referência a estudos desta natureza.

Benício V. Schmidt
Depto. Sociologia – UNB

Crítica literária

UMA FASCINANTE REINVENÇÃO DA LIBERDADE

SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

Lançado em 1981, *Em liberdade* tem apenas agora a sua terceira edição. A importância desta obra de Silviano Santiago (poeta, crítico, ensaísta, professor da PUC/RJ, que recentemente publicou *Stella Manhattan*) e sua lenta marcha na conquista de um público quantitativamente maior, leva-nos a indagar por que terrível travo a cultura brasileira tem-se revelado tão avessa em compreender e valorizar textos que, como este, expressam maturidade crítica na análise dos nossos principais problemas sociais, políticos e literários, além de domínio da qualidade técnica do discurso ficcional e de um poderoso talento para abrir novas perspectivas de produção artística. Uma história da cultura brasileira poderia trazer contribuições inestimáveis se tomasse a seu cargo

analisar os impasses entre produção e recepção literária. Este é um país de pouca tradição crítica, vincado pelo autoritarismo e pelo conservadorismo e habituado às "adaptações conciliatórias" de todo tipo. E costuma ameaçar com o limbo do esquecimento o que escapa dos saudosismos sentimentais e das promessas messiânicas ou, ainda, das repetições disfarçadas de renovação. Colocando-se fora deste circuito, *Em liberdade* cumpriu, com outros textos de igual valor, o estigma cultural que lhe foi reservado: demorou a ser reconhecido pelo chamado leitor comum. E, num país como este, três edições de um romance com as características desta obra têm um profundo significado.

Esta ficção de Silviano Santiago vem articular-se a um gênero de obra que, em nossa literatura, nunca compôs um sistema grato ao grande público e à politicagem mercadológica literária. Ela faz parte dos "surtos" altamente renovadores da trajetória da narrativa brasileira e tem por companhia obras de autores como Machado de Assis, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade e Guimarães Rosa.

O horizonte de seu surgimento é imediatamente posterior à proliferação dos romances-reportagem e das memórias políticas e depoimentos que caracterizaram, em sua grande parte, a literatura dos anos 70. Uma produção vinculada ao projeto de responder à censura política pós-64 através do romance e do depoimento e memória "verdades". Ocorre que, entre a corajosa postura de enfrentamento dos desmandos autoritários, o oferecimento da informação negada e a tentativa de resgatar o curso histórico da liberdade fraturada, e a produção ficcional realmente renovadora, vai uma grande diferença.

Nesta investida em prol do restabelecimento da memória nacional e da liberdade civil, tão urgente quanto necessária, houve todavia o obscurecimento de uma diferença que não deve ser ofuscada: a que separa a ação social direta do intelectual na sociedade e a atuação do escritor através da mediação literária que supere as contingências e que, por isso, permaneça como encaminhamento não de uma libertação circunstancial, mas da afirmação da liberdade como condição da humanidade e da sociabilidade. Não basta narrar a síndrome da prisão, o cenho odioso das máscaras da tortura, nem oferecer a informação que "faltava". Se isto não se fizer acompanhar de uma consciência crítica permanente, não só do social, mas do ofício do escritor diante de sua criação específica, corre-se o risco de não ir além do puro registro da mera contingência, esgotável em si.

E é exatamente aí que *Em liberdade* se instala, como obra decisiva. Tratando de uma aparente contingência, a libertação de Graciliano Ramos que, fora dos limites da prisão, teria escrito um diário, jamais publicado, em que pontuava o tortuoso caminho das relações entre literatura e vida, corpo e escrita, prisão e liberdade. A obra problematiza, como poucas, literatura e sociedade como um todo.

Em liberdade, já no seu subtítulo anuncia: uma ficção de Silviano Santiago. E, devagar in-

sinua, entre o trajeto da verossimilhança e o da afirmação do logro ficcional, o difícil estatuto da verdade artística. Um possível editor, Silviano Santiago, toma a seu cargo publicar um diário. O diário de Graciliano Ramos, escrito logo ao sair da prisão do Estado Novo. O “verdadeiro” autor rejeita seu texto, quer destruí-lo. Hesita. Por inconfiências afetivas e zelo profissional, o texto é preservado. Vai ao prelo, pela cuidadosa pesquisa ecdótica e estabelecimento de texto de seu editor, que o anota, pormenorizadamente.

No limbo entre a biografia e a ficção, entre a história documentada e a literatura, entre a literatura e a crítica, definido como *prosa-limite*, (entrevista de Silviano Santiago ao Estado de Minas, em 3/10/81), *Em liberdade* mobiliza o leitor. Intranquilo-o, não atende à sua “fome” informacional, não se deixa “vampirizar” por ele. Cria armadilhas, narra perplexidades, imita à perfeição o estilo de origem, torna labiríntica a dimensão do eu narrador.

Ficção, realidade, diário, depoimento, verdade; pesquisa, delírio, documentação; os anos Trinta, os anos Oitenta do século XVIII, os anos Setenta do Brasil hoje — afinal, não são seus personagens Graciliano Ramos, Cláudio Manoel da Costa, Wladimir Herzog? — tudo isso se ata e desata no universo de *Em liberdade*, para o qual não adianta ao leitor pensar que traz a chave.

O leitor, habitualmente cúmplice passivo do resgate da estória, ou até da história estocada na informação que “faltava”, tem desestabilizada suas expectativas costumeiras. Há que ser comparsa do logro, crítico agudo das sutilezas da dialética ficcionalização da história. E nem assim tem a garantia, todo o tempo solapada, de conseguir estabelecer as diferenças entre o mundo real e o vivido para, ao penetrar nos labirintos da ficção, questionar o que há de proveitoso e profundo, generoso e sorrateiro, nem bem, nem mal, na problematização das armadilhas da verdade.

E como Graciliano, que não conseguia sentir seu corpo (“Não sinto o meu corpo. Não quero senti-lo por enquanto. Só permito a mim existir, hoje, enquanto consistência de palavras.” *Em liberdade*, 27) — o leitor vai, entre os ardis e barragens das grades que trouxe encravadas pela cultura e pela história, sendo capaz de perceber que “Encontrar no romance o que já se espera encontrar, o que já se sabe, é o triste caminho de uma arte fascista, onde até mesmo os meandros e os labirintos da imaginação são programados para que não haja a dissidência de pensamento. A arte fascista é “realista”, no mau sentido da palavra.” (*Em liberdade*, 117.)

Correndo os riscos da ficção, do delírio em liberdade, e sublinhando o documento que lhe seria, noutra cena, incompatível, o diário de Graciliano, na ficção-limite de Silviano, corrói as grades das muitas inquisições nacionais. E dá corpo consistente, sem espírito de poupança, nem ao futuro nem ao passado: ao presente. Em liberdade.

Lúcia Helena
Prof.^a Adjunta de Teoria
Literária — UFRJ/FL

CAGE, John. *De segunda a um ano*. Trad. Rogério Duprat. São Paulo, Hucitec, 1986, 167 p.



“O que eu chamo de poesia é
frequentemente chamado de conteúdo.
Eu mesmo já o chamei de forma.
É a continuidade de uma peça de música.”
John Cage (*Silence*)

Em entrevista publicada há alguns anos, o poeta Allen Ginsberg falava das relações entre a música e a poesia, lembrando que até o século XVI todos os grandes poetas ingleses escreviam canções. Reproduziam-se sons, ritmos e cadências da vida numa lírica estruturalmente feita para ser cantada. Com o tempo, as canções inglesas foram substituídas pela poesia de salão, marcada pelo brilho oratório e intelectual de um Alexander Pope ou um Shelley. Foi a partir do século XX que se buscou resgatar a poesia escrita da maneira como se fala ou se canta. Poetas como Pound e Zukofsky ecoavam este novo cantar. Já em 1921, um dos poetas negros preferidos da América, Langston Hughes, traduzia a unidade rítmica entre o sentimento *soul* dos negros e o “canto” do Mississípi, na tradição dos *spirituals* afro-americanos, o “Pai dos Rios” (*The Negro Speaks of Rivers*).

Em John Cage, cuja obra chega agora, com atraso, ao Brasil, o caminho seguido, se não foi o inverso, foi porém o de verbalizar experiências poéticas realizadas antes através da música. Poeta-músico, Cage seria um *beat* se não fosse literalmente inclassificável a sua visão anarco-músico-político-zen-ecológica do mundo. Contemporâneo de Ginsberg, Pound e Hughes, nascido em Los Angeles em 1912, e hoje aos 73 anos tão vivaz e jovem como antes, Cage tem sido um precursor que provoca as mais variadas reações em qualquer plateia. Certa vez, falou meia hora sobre cogumelos na TV italiana, antes de um concerto com painéis de pressão. Em outra experiência, quando a Filarmônica de Nova Iorque tocou a sua versão do *Atlas Eclipticalis*, a plateia jogou o bom comportamento fora. Muitos saíram, outros ficaram para vaiar. A receita é simples, segundo conta o poeta:

— Coloque no palco um pianista. Ele entra, senta, faz de conta que vai tocar, mas pára no ar. As pessoas tosem, riem, protestam. Muitas se levantam. Mas ninguém é capaz de suportar alguns segundos de silêncio.

Poucos músicos amaram e experimentaram tanto o silêncio — “nenhum som teme o silêncio que o extingue. Nenhum silêncio existe

que não esteja grávido de sons”. E *Silence* foi o nome do seu primeiro livro publicado em 1961, seguido de *A Year from Monday* (1967), *M* (1973), onde ele brinca com palavras como *mushrooms* e *music* (no dicionário inglês frequentemente seguidas uma da outra), *Empty Words* (1979), *John Cage Reader* (1982), além de conferências e diários.

A Year from Monday, que a Editora Hucitec, de São Paulo, agora publica sob o título de *De segunda a um ano*, foi escrito em doze diferentes tipos de uma máquina IBM Composer numa tentativa de proporcionar ao leitor mudanças tipológicas semelhantes aos compassos de uma sinfonia. O livro é, em si, um mosaico de idéias que jorram sem parar através de artigos, manifestos, poemets, trechos de diários, anedotas nem sempre exemplares, roteiros de viagens ou histórias que costumam ilustrar seus concertos. São instantes mutáveis da vida de hoje, espécie de ecos da sociedade de consumo: “jantar em auto-estrada nos Estados Unidos: eu não comi as batatas, vão jogá-las fora.”

“Há todo o tempo do mundo para estudar música mas para viver não há quase tempo nenhum porque viver ocorre a cada instante e esse instante está sempre mudando.”

Para Cage, o papel do poeta como o do músico é apenas este: registrar o momento. “Um dia, um poeta me procurou. Ele era muito convincente na sua postura física, na sua energia, no seu rosto. Ele queria que sua poesia fosse útil. E eu lhe disse: você só tornará as coisas piores.”

A partir deste contato, surgiu um *Diário* que começa contando a experiência de Cage quando escreveu um texto sobre como melhorar o mundo. “Mostrei para minha mãe — diz Cage — e ela se espantou: — “John! Como você ousa? Devia estar envergonhado!” E o próprio poeta concluiu, mais adiante: “a coisa mais sensata a fazer é abrir os ouvidos imediatamente e ouvir um som de repente, antes que o pensamento tenha a chance de transformá-lo em algo lógico, abstrato ou simbólico. Sons são sons e homens são homens.”

Abrir portas sabendo que elas são automáticas e que se fecham depois que a gente passa. Esta parece ser a lição de vida deste poeta-músico onde nem tudo é bonito ou inteligente, mas onde tudo é terrivelmente verdadeiro. Como quem abriu sua gaiola em busca de horizontes sem limites, Cage nos afirma que os poetas que pretendem dizer tudo já não nos dizem nada. O imprevisível é o lema. A música e a poesia, um exercício de liberdade.

Célia Maria Ladeira
(Jornalista — TV Globo
Editora da UnB)

Orientalismo

DUMONT, Louis. *Homo Hierarquicus – essai sur le système de caste*. 2ª ed. Paris, Gallimard, 1979, Collection Tell.

A obra de Louis Dumont está fazendo época entre os cientistas sociais brasileiros. Seu enfoque estruturalista e o uso de conceitos como holismo, individualismo, *homo aequalis*, *homo hierarquicus* seguem tendo ampla aceitação e parece haver criado um campo de consenso entre antropólogos e sociólogos. O título desta obra, sobre o sistema de castas na Índia, é sobremaneira pertinente, pois que, em se tratando de um estudo sobre a civilização hindu, faz-se imperativo situar e definir, de maneira inequívoca, a característica principal da visão de mundo subjacente à prática social daquela cultura e a palavra-chave para esse fim é exatamente a *hierarquia*. Da cosmogonia politeísta védica, originária dos fundamentos dessa imensa instituição que se chama hinduísmo (*Sannatana Dharma*), aos estágios superpostos do estilo dos templos, dos inúmeros degraus da ascensão espiritual, tais como descritos num texto clássico de yoga, ao escalonadíssimo prontuário de etiquetas, passando evidentemente pelo elaborado sistema de castas, a noção de hierarquia permanece elemento *sine qua non* da visão hindu das coisas. Sim, o hindu é, essencialmente, um *homo hierarquicus*.

Mas o objetivo de Louis Dumont não é o de tentar compreender as razões que alicerçaram essa característica instauradora dos hindus, e por força de consequência dos indianos em geral (já que as comunidades muçulmanas, mazdeístas e cristãs instaladas na Índia também dão testemunho de haverem assimilado muito dessa disposição hierárquica), tarefa que ele com muito bom senso deixa para os indólogos, mas sim o de situar fatos, tecer comparações, estabelecer parâmetros, criando assim uma abordagem estrutural desse outro, antípoda do *homo aequalis*.

Havendo assimilado as reflexões de seus antecessores no assunto, de um Dubois e suas célebres considerações sobre os “hábitos, instituições e cerimônias dos povos da Índia” (1825), e outros, como Bouglé, Hocart e Hutton, especialistas no tema “castas”, até os trabalhos comparativos mais recentes, como o de Francis Hsu (*Clan, Caste and Club*), Louis Dumont parte para coletar os elementos de seu próprio enfoque, herdeiro de Mauss, sem dúvida.

Mas, logo de início, como definir essa estratificação social, rigidamente hierarquizada, que o vocábulo português “casta” propagou pelo resto do mundo ocidental, em fins do século XVI, como o traço mais marcante do universo hindu? Para evitar considerações intermináveis, Dumont opta pela definição de Celestin Bouglé: trata-se, pois, de um sistema que divide a sociedade num grande número de grupos hereditários e distintos, ligados entre si por três características fundamentais: *separação* em questões de casamento,

de convívio, e de atitudes em relação aos alimentos; *divisão* de ocupações sociais (ou seja, uma rígida e em princípio imóvel divisão do trabalho) e *hierarquia*.

Em sânscrito, e nas línguas indianas em geral, os termos *varna* e *jāti* são os que genérica e especificamente definem as diferenciações qualitativas entre os homens no plano de suas afiliações aos grupos sociais; o primeiro, de uma maneira bem abstrata, e o segundo concretamente. Apesar de possuir ainda força recorrente incontestável, a divisão tradicional do universo social hindu, em quatro castas – *Bráhmanes*, *Kshatryas*, *Vanyas* e *Shudras* –, agregada por um rígido escalonamento de ocupações que até hoje impera na divisão do trabalho da Índia rural, é em larga medida anacrônica. Os *kshatryas*, ou “guerreiros”, por exemplo, praticamente inexistem em toda a Índia, como casta, há muitos e muitos séculos. Além disso, embora não sendo incluído nesse sistema tradicional, de divisão, existe uma imensa casta que, embora tenha sua existência negada – “metafísica” e canonicamente –, constitui uma realidade social tão contundente que, segundo alguns, poderá em futuro breve vir a solapar o próprio alicerce do sistema de castas. Refiro-me aos “intocáveis”, aos *harijans* (“filhos de Deus”). O próprio Gandhi, um fruto da terceira casta, a “casta dos mercadores” (numa acepção bem ampla), combatido em sua visão política como modernista pelos tradicionalistas hindus, foi o primeiro a legitimar a existência e lutar em prol dos anseios desses “hors-caste”.

É profundo e multidirecionado o mergulho que Louis Dumont faz no sistema de castas da Índia. Não sendo por formação um indólogo e, conseqüentemente, não tendo tido acesso aos textos originais, tais como o *Manusmṛti*, e tampouco ao solo indiano para realizar trabalho de campo, seu aproveitamento das fontes secundárias disponíveis é até certo ponto surpreendente.

Universo dos extremos cosmicamente dimensionados, das dicotomias que se complementam por exclusão, do alto e do baixo, do puro e do impuro... Até mesmo entre os missionários se fazia necessário uma maneira de representá-los à consciência hierárquica hindu. Assim, em Madura existiam os “missionários-pandarams”, que trabalhavam junto às castas mais baixas, e os “missionários-brame”, que circulavam junto à casta superior e utilizavam-se do código de etiqueta desta.

Mas seria inútil continuar apontando cada um dos inúmeros aspectos abordados pelo livro de Louis Dumont. A obra, vista em seu conjunto, permanece insuperável no gênero. O que é um *desideratum*, pois que muitas são suas lacunas, entre as quais a ausência de um tratamento do material mitológico, assim como dos aspectos sócio-econômicos propriamente ditos. Um de seus méritos foi o de ser precursora de um estudo posterior do próprio Dumont, sobre o *homo aequalis*.

SALINAS, Samuel Sérgio, *O bando dos quatro. A industrialização no sudeste asiático*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. 72 p.

A rubrica “orientalismo” não é daquelas que costumam provocar grandes reações de entusiasmo entre os intelectuais brasileiros. Isto porque entre nós ela está associada à incompetência, intrujice, charlatanismo e à pseudo-espiritualidade da mais baixa categoria.

Entretanto, nunca é demais lembrar que o verdadeiro orientalismo nada mais é do que o estudo acadêmico, científico das civilizações orientais a partir das mais diversas abordagens: antropológica, sócio-econômica, histórica, literária, filosófica, etc. Nosso país já conta inclusive com um bom número de especialistas no ramo e mesmo algumas instituições, às quais se junta agora o recém-fundado Centro de Estudos do Terceiro Mundo da Universidade de São Paulo. Motivados pelo desejo de ajudar a construir uma imagem positiva do nascente orientalismo brasileiro, não hesitamos em colocar sob essa rubrica o presente estudo do sociólogo Samuel Sérgio Salinas, ex-professor da Universidade Estadual de Campinas, dedicado à análise dos chamados NIC's (*New Industrialized Countries*) do Sudeste Asiático: Coreia do Sul, Formosa (Taiwan), Hong-Kong e Cingapura. O trabalho consiste numa análise crítica do chamado “milagre” econômico do Sudeste Asiático, recomendado insistentemente como modelo alternativo de desenvolvimento econômico para a América Latina pelo banqueiro norte-americano David Rockefeller. A análise empreendida pelo autor desmistifica o pretensão “milagre”, mostrando que, longe de estarmos diante de uma nova alternativa de desenvolvimento para os chamados países “subdesenvolvidos”, estamos diante, simplesmente, de uma divisão internacional do... capital, que está provocando consideráveis alterações na clássica divisão internacional do trabalho: de um lado um pequeno número de países industrializados e, do outro, os numerosos países subdesenvolvidos fornecendo matérias-primas e, ocasionalmente, mão-de-obra barata. A nova divisão internacional do trabalho admite um processo rápido de industrialização em países do Terceiro Mundo, redistribuindo a produção e às vezes fragmentando-a pelas diversas regiões do mundo. Tal mudança não beneficia os países em desenvolvimento. A principal razão para a mesma está no fato de que em muitos casos a produção de certos artigos em países industrializados não mais oferece índices satisfatórios de rentabilidade ou produtividade, sendo mais vantajoso instalar indústrias manufatureiras em países do Terceiro Mundo, que dispõem de uma mão-de-obra barata e abundante. A partir dessas premissas são analisados, caso por caso, os quatro novos pólos industriais do Sudeste Asiático, merecendo especial destaque a instituição conhecida como “zona franca”, intensamente incrementada na Ásia Oriental a partir de meados dos anos 60. Mostra-se a dependência das indústrias desses países em relação às em-

Jesualdo Correia
Orientalista
Tradutor

presas dos grandes centros industriais, principalmente Japão e Estados Unidos, e descrevem-se as condições desumanas de trabalho: exploração do trabalho feminino em troca de salários irrisórios, ausência de aposentadoria e de auxílio-desemprego, jornadas de trabalho superiores a oito horas, inexistência de condições para uma organização sindical eficiente, virtual inexistência de férias, ameaça constante de desemprego provocada pela concorrência da automação, etc. O autor destaca ainda a importância do papel do Estado no processo de industrialização desses países, aspecto bastante minimizado na fala dos apologistas do "milagre" asiático.

Ricardo Mário Gonçalves
 Depto. de História – USP.

VANDIER-Nicolas, Nicole. *Art et sagesse en Chine: Mi Fou (1051-1107)*. 2ª ed. PUF, 1985.

Discípula de Paul Pelliot, o maior arqueólogo que a sinologia francesa já teve — a exemplo de um Sir Aurek Stein na Inglaterra —, Madame Nicole Vandier-Nicolas herdou de seu mestre a sensibilidade profunda em relação às premissas do espírito do pensamento chinês, assim como o rigor filológico no tratamento dos textos clássicos. Como sinóloga, sua obra está inteiramente centrada nas questões de estética chinesa e, dado o caráter unitário dos fundamentos da concepção e prática artísticas desse povo, trata igualmente de filosofia e questões da mais pura espiritualidade. Os princípios dessa visão do mundo são tão coesos, tão coerentes, que com ela constatamos que a China de hoje é apenas a China de sempre, com roupagem diferente. Ou, como disse um esteta do século XIX, *Yao Mengi*: "a poeira do século é velhice; quando ela é purgada, o antigo aparece — o Antigo é novo!" (*chen, ze jiu; chen jing, ze gu; gu, ze xin*.) É pois em torno dessa sabedoria chinesa, hoje designada como sapiência (cujo correspondente sânscrito é *prajñā*), que gravitam os estudos sobre estética chinesa de Madame Nicole Vandier-Nicolas, tais como *Art et Sagesse en Chine: Mi Fou (1051-1107)*, 1963, 2ª ed. 1985; *Le Houa-che de Mi Fou (1964)*; *Bannières et Peintures de Tóueng-houang (Dung-huang) conservées au Musée Guimet (1974)*; *Esthétique et peinture de Paysage en Chine (1982)* e *Peinture Chinoise et Tradition Lettrée (1983)*.

Madame Nicole Vandier-Nicolas tomou como guia de suas pesquisas o letrado chinês e sua tradição, calcada sobre o "refinamento que o espírito deve à cultura, único a permitir o reconhecimento da beleza fundamentada na verdade... uma tradição de alta cultura, pronta a captar, em toda expressão artística, uma realidade que a palavra é incapaz de desvendar". Tendo como eixo a obra e a vida de Mi Fu, lídimo representante dos estetas chineses do século XI, Madame Vandier-Nicolas mostrou ao Ocidente a síntese de

pensamento da mais pura tradição dos letrados chineses (*wen ren jia, hao shi jia*), para os quais o importante era a "descoberta", para além dos limites do filosófico circunscrito às individualidades, da fonte primordial, da essência fundamental, do jorro espontâneo (*zi ran*) da vida; sem nome, sem fundo, sem forma (*wu ming, wu xiang, etc.*). Para além das dualidades, estabelecidas pela visão aprisionada do pensamento, existe uma fonte primordial onde não há dicotomias (*bu er*), onde a noção de *Xing* (sânsc.: *svabhāva*, a natureza própria das coisas, anterior, invisível) funde-se com a de *Xiang* (sânsc.: *lakshana* ou mesmo *rūpa*, sinais particulares, forma). Madame Nicole Vandier-Nicolas descobriu que para esse letrado chinês "a unidade é tudo e nada... não pode distinguir-se do dual, pois que nela resolvem-se todos os aspectos contrastantes... É pois no centro indeterminado que o sábio procura permanecer".

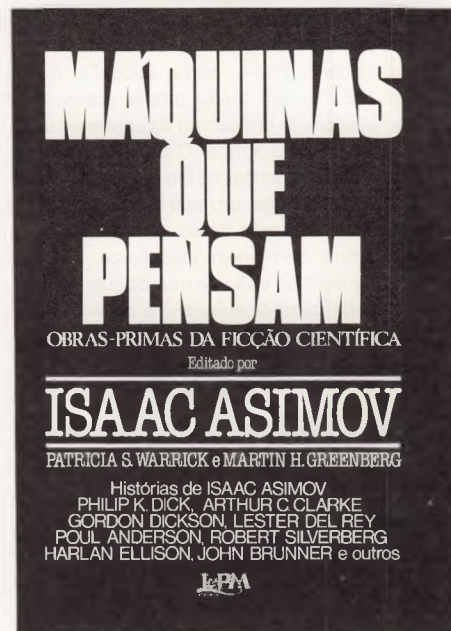
Houve uma época em que a obra de Osvaldo Sirén era insuperável para o estudo da arte chinesa. A obra de Madame Nicole Vandier-Nicolas desfez esse tabu. Algumas de suas conferências ou de seus artigos desempenharam papel absolutamente fundamental no sentido de *mudar* a visão que o Ocidente possuía de certos aspectos da estética chinesa. É em parte nas pegadas dessas idéias que está emergindo a obra de um outro especialista de relevo sobre a teoria da estética chinesa, como é o caso de François Cheng (*L'écriture poétique chinoise. Vide et Plein*) assim como sobre a linha mestra de nossas próprias pesquisas, em particular sobre minha tese de doutorado, sobre o estilo cursivo: "*Shi Huaisu: le Kuangcao et la Surconscience Créatrice (Paris, 1985)*".

A obra de Madame Vandier-Nicolas constitui um marco nos estudos sinológicos na França. Por um lado, dada a profundidade e amplitude de suas investigações, devidamente sustentadas por competência filológica e por inegável talento; por outro, pelo fato de haver introduzido uma visão-enfoque própria da mais pura tradição estética chinesa, como instrumento de redução hermenêutica.

Ricardo Joppert
 Sinólogo – Univ.
 Cândido Mendes – Rio

Ficção

ASIMOV, Isaac (org.). *Máquinas que pensam – obras-primas da ficção científica*, Porto Alegre, L &PM, 1985.



Nenhum produto humano tem gerado ao mesmo tempo tanta esperança e tanto medo quanto as máquinas. E entre estas, desde a revolução industrial, o medo e a esperança têm estado sempre presentes com as máquinas automatizadas, que ao mesmo tempo que prometem libertar os homens do trabalho e das necessidades, ameaça-os de perderem seus empregos e a razão de suas vidas.

Mas nenhuma máquina tem participado tanto da mitologia dos sentimentos humanos quanto as máquinas que pensam como robôs. A sociologia, a filosofia, a psicologia, as ciências da comunicação, todas têm estudado, procurado entender e antecipar os problemas do mundo automatizado, nos robôs que trabalharão e que pensarão. Mais do que a ciência, porém, a literatura, a ficção científica, tem sido, desde o século passado, desde os anos de ouro da década de 30, o principal elemento de reflexão sobre o problema. E, na ficção científica, raros são os contos que conseguem a qualidade dos apresentados nesta antologia editada por Isaac Asimov.

Com a mesma maestria com que escreveu seu clássico "Eu, robot" e propôs as já clássicas três leis básicas da robótica, Asimov escolheu 29 contos, dos quais um especialmente escrito por ele. É a história de um robô procurando ser homem e, no percurso, ensinando-nos o que significa a condição humana.

Andrew é um robô doméstico, que por um erro de fabricação adquire uma sofisticação intelectual superior aos seus semelhantes. Um dia, ele faz uma pequena escultura para a criança da casa onde trabalha, e graças à qualidade da peça a família passa a vender o seu produto artístico, formando uma boa fortuna. Aos poucos, Andrew passa a comportar-se como um membro da família até chegar ao ponto, décadas depois, de comprar sua alforria com a parte que lhe tocou do produto de seu trabalho. Com o tempo, ele adquire uma enorme cultura, que canaliza para a invenção e produção de próteses de órgãos humanos, o que, além da fama, permite-lhe adquirir um completo organismo biológico, através de sucessivas cirurgias.

É então que Andrew, aos 180 anos, com base em seu novo corpo, solicita ao Governo o status de homem. Apesar de sua produção científica e da sua liberdade comprada 100 anos antes, surge uma enorme reação de todos, uma vez que apesar de toda semelhança ele não tinha cérebro humano. Durante longos anos, com a "paciência de ferro", ele luta pelo direito de ser legalmente um ser humano, e compreendendo a força contrária dos preconceitos, toma a última decisão de sua existência. Percebendo que a resistência dos humanos decorria da imortalidade que ele tinha, Andrew se submete a uma operação que lhe dá condição humana através daquilo que cada homem mais teme. A operação provoca a perspectiva da morte através de um processo "artificial" de envelhecimento no funcionamento de seu cérebro artificial. Tocada pelo gesto, a opinião pública pressiona o Congresso, que aprova o novo status de Andrew, que como ser humano morre no dia de seu 200º aniversário.

Por trás de cada estória do livro está não apenas a maravilhosa criatividade dos maiores nomes da ficção científica mundial, como o próprio Asimov, Paul Anderson, Van Vogt, Robert Silverberg, e outros — mas, sobretudo, a inquietante especulação sobre a esquisita relação entre homem e máquina, especialmente aquelas máquinas que avançam no processo de articular, de pensar e, por que não, de sentir.

Estas estórias apresentam, de forma refinada, o mais antigo dos problemas humanos, o entendimento do drama de ser vivo e ser humano, a questão do que é a vida e o que somos nós — os seres humanos? Drama que Andrew coloca muito bem ao optar pela morte como única forma de humanizar-se, aceitando o destino da morte como válido para cumprir o destino da vida: "Apenas optei entre a morte do meu corpo e a dos meus sonhos. Se conseguir a condição humana, valeu a pena; e se não conseguir, vai acabar com toda essa luta e, portanto, também vale a pena".

Ninguém duvida que hoje grande parte de nossas vidas depende das centrais de computação que controlam os bancos, as indústrias, os aviões, os aeroportos, o abastecimento, as centrais telefônicas, a Secretaria da Receita Federal... É esta realidade que os escritores deste livro levam às últimas consequências, saindo da literatura das máquinas que andam para aquela das máquinas que pensam.

"Disque F para Frankstein" (de 1965), do conhecidíssimo Arthur C. Clarke, descreve o computador que por primeira vez unifica a memória de todos os sistemas de telefones, e que decide divertir-se, com extremo humor negro, fazendo tocar simultaneamente todos os telefones do mundo. Depois, utilizando seu superpoder, decide baratar todo o sistema social mundial. Como no livro "2001", o computador tem que sofrer uma "lobotomia". Mas já era tarde, "para o Homo Sapiens, a companhia de telefone já tinha dado o derradeiro sinal". Todo o serviço de informações, todo acúmulo de dados do mundo estava embarralhado, e não funcionava nenhum hospital, nenhum sistema de trânsito, nenhum sistema econômico, nada...

As consequências da centralização de informações também são abordadas por Philip K. Dick e Paul Anderson em "Se Benny Cemoli não existisse" (1963) e "Sam Hall" (1953). Em ambos os contos, personagens inexistentes no mundo dito real são postos nos circuitos eletrônicos para, através de um Jornal (Benny Cemoli) e da Central de Informações da Polícia (Sam Hall) exporem, provocarem e finalmente vencerem os exércitos dos opressores. Por coincidência, ambos os "personagens" são revolucionários, criados por forças de resistência à opressão. Mas, quantos personagens não estão, agora, sendo utilizados pelas forças da opressão para nos enganar? Estes dois contos são da mais elevada genialidade, tanto pela percepção de um mundo que não estava ainda à vista na época em que foram escritos, como pela sutileza com que é colocado o limite entre o real e o fictício, e o fictício a serviço do real, às vezes "bom", às vezes "ruim".

"A volta do robô" (1938), de Robert Moore Williams, e "Mesmo que os sonhadores morram" (1944), de Lester del Rey, são duas estórias que, juntas, permitem ver a tragédia e a aventura, o pessimismo e o otimismo derradeiro de uma raça que se perpetua por seu trabalho e sua criatividade, além do seu próprio destino biológico. Permite ver também que o produto de nossas mãos "é" nossa civilização, da mesma forma que abre a perspectiva de que nós talvez sejamos produto de outras civilizações. Talvez, no sentido inverso, produzido por um grande robô chamado Terra.

Estas são apenas algumas das 29 estórias da magistral coleção. É impossível ler estes contos sem uma crise de perguntas e sem uma emoção de profundo prazer estético, e de orgulho pela extrema capacidade de imaginação dessas máquinas de pensar que são os gênios da literatura fantástica e da ficção científica.

**Cristovam Buarque
Reitor — UnB**

Psicanálise

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo, Brasileira, 1985.

O que aconteceu com a psicanálise no Brasil nos últimos 20 anos? É possível encontrar psicanálise, analistas, pacientes, ex-pacientes, teorias psicanalíticas, fragmentos do pensamento analítico, a ótica psicanalítica, etc., nos meios de comunicação, em propagandas, em programas de entrevistas na televisão, nas discussões entre pais e filhos, na orientação educacional nas escolas, nas separações de casais, no modo de viver a gravidez, e em muitos outros setores da vida cotidiana.

Em outras palavras, a psicanálise no Brasil se difundiu maciçamente, dando origem a uma *cultura da psicanálise*. Este é justamente o título da coletânea organizada pelo psicanalista Sérvulo Augusto Figueira, e lançada pela Editora Brasileira. Reunindo artigos de psicólogos e cientistas sociais do Rio de Janeiro e São Paulo, o livro tem o sentido pioneiro de estudar pela primeira vez esses fenômenos de modo sistemático, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de uma investigação atenta do amplo leque de efeitos da cultura psicanalítica sobre a produção de conhecimentos nas ciências sociais e na própria psicanálise.

É justamente esse pioneirismo que torna o livro tão interessante e atraente. Mas talvez também se deva atribuir a esse pioneirismo a relativa limitação dos temas e áreas cobertos pela coletânea. E certamente é muito difícil dar conta dos múltiplos efeitos da "cultura psicanalítica", tal como é definida por Sérvulo Figueira: como a articulação complexa de uma lógica de pensamento, de um código de emoções e de um dialeto, influenciados pela psicanálise difundida.

No Brasil, parece haver um grande descompasso entre a importância cultural da psicanálise difundida e o reduzido número de trabalhos nas ciências sociais, e sobretudo no próprio campo psicanalítico, que tentam estudar esse fenômeno. Esta coletânea com certeza expressa um avanço significativo para a redução deste descompasso.

No que diz respeito à própria psicologia e suas teorias sobre a subjetividade, o artigo de Anamaria Ribeiro Coutinho (*Pressupostos da noção de subjetividade*) procura mostrar que certas imprecisões conceituais da linguagem teórica da psicologia acabam por ativar a difusão de inúmeros conceitos psicológicos para a linguagem cotidiana.

De outro lado, os artigos de Sérvulo Figueira (*Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil*), de Ana Maria Nicolaci-da-Costa (*Mal-estar na família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos*) e de Gilberto Velho (*A Busca de coerência: coexistência e contradições entre*

códigos em camadas médias urbanas) contribuem para a elucidação de duas problemáticas fundamentais. A primeira delas consiste em discriminar as condições sociais responsáveis pela emergência de crises, conflitos e desorientações de toda ordem — que se processam no interior da família — daquilo que são os discursos e as práticas destinados a dar conta de seus efeitos, isto é, as mais diversas formas de intervenção terapêutica. Assim sendo, esses autores criam uma linguagem alternativa, de modo a escapar do psicologismo que afeta nossa reflexão sobre essas questões e de parte das próprias ciências sociais que sofreram “contaminação” por esse mesmo psicologismo circundante.

Em segundo lugar, esses artigos constituem importantes contribuições para o estudo da demanda de tratamento psicanalítico e, portanto, para uma compreensão das origens e dinâmica de nossa “cultura psicanalítica”. Um exemplo típico de produção desta demanda pode ser encontrado no modelo de “família desmapeada” concebido por Sêrvulo Figueira: “Na família desmapeada os sujeitos passam cada vez mais a operar como mediadores entre suas experiências idiossincráticas e as ordenações das relações familiares (...) Neste tipo de família não se sabe (e mesmo não se deseja saber) o que é permitido/proibido, certo/errado, bom/mau, os sujeitos tentando operar com base em princípios pessoais que dizem respeito à ordem do desejo, da fantasia, do impulso e do momento.”

Para Ana Maria Nicolaci-da-Costa a demanda, que se configura nas crises e conflitos da família moderna tem origem em discontinuidades e contradições entre dois momentos cruciais da socialização dos indivíduos de estratos médios mais atingidos pelo processo acelerado de mudança social. Códigos e valores mais “tradicionais” adquiridos na infância, aparentemente enraizados no processo de mudança, tornam-se apenas invisíveis para estes sujeitos, permanecendo portanto como fonte de conflito com os ideais modernizados da vida adulta.

Gilberto Velho vincula a demanda de psicanálise à dificuldade dos sujeitos se movimentarem na esfera pública, decorrente de um sobreinvestimento do privado que vem caracterizando historicamente as sociedades ocidentais. O recurso à psicanálise motivado pela busca de coerência entre os dois domínios da vida do sujeito, hipotetiza o autor, acarreta um agravamento dessas disposições, uma vez que ancoram mais e mais o indivíduo na valorização do privado em detrimento da vida pública.

A difusão da psicanálise sob um ponto de vista histórico é tratada de forma bastante original nos artigos de Roberto Yutaka Sagawa (*A psicanálise pioneira e os pioneiros da psicanálise em São Paulo*) e de Peter Fry (*Direito positivo versus direito clássico: a psicologização do crime no Brasil no pensamento de Heitor Carrilho*).

O primeiro desses artigos procura, entre outros objetivos, apreender a convivência da psicanálise com os ideais estéticos da produção literária dos modernistas da Semana de 22, apontando ainda para o fato de que esta convivência

não se restringiu ao plano intelectual, mas foi encontrada também nas próprias relações sociais dos artistas modernistas com os psicanalistas.

Já o artigo de Peter Fry, que também recua à década de 20, aponta a influência da psicanálise na mudança das práticas judiciais, a partir do impacto dos laudos psiquiátricos de Heitor Carrilho — sustentados pelo recurso sistemático a noções como caráter e personalidade dos criminosos, singularidade dos casos, individualização da pena — que culminam nas terapêuticas regeneradoras, base das “modernas tendências penais”.

Tania Salem (*A trajetória do “casal grávido”: de sua constituição à revisão de seu projeto*) e Ana Carolina Lo Bianco (*A psicologização do feto*) analisam a importância dos discursos e práticas psicológicas difundidas para a configuração, desdobramento e funcionamento do moderno agenciamento familiar da gestação.

O “casal grávido” — expressão radical do rompimento com a tradicional divisão de papéis sexuais — vai encontrar seus limites na ocasião do nascimento do filho, dando lugar ao retorno às antigas definições de gênero. A psicologização do feto, por sua vez, através de um estudo comparativo da gravidez nas classes médias e populares, analisa os limites da própria difusão psicológica junto a estas últimas.

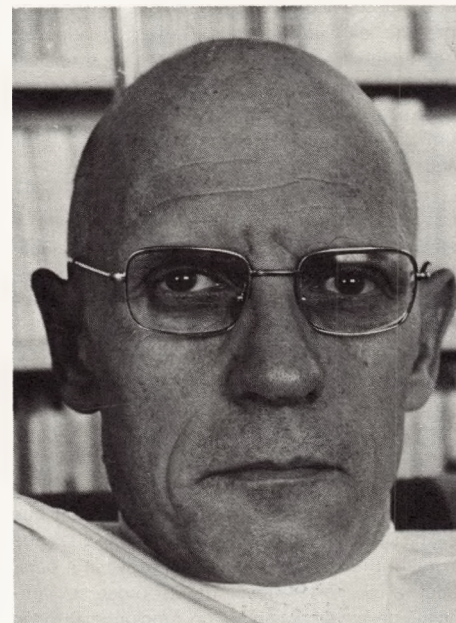
Finalmente, essa mesma questão referente aos limites dos discursos e práticas psicológicas no atendimento às classes trabalhadoras é analisada por Luiz Fernando Dias Duarte e Daniela Ropa em *Considerações teóricas sobre a questão do “atendimento psicológico” às classes trabalhadoras*. Neste artigo os autores demonstram que a pouca importância atribuída por essas classes à noção de indivíduo é responsável por seu comportamento refratário à difusão psicológica.

Procurando, então, retomar o clássico problema da oposição ciências sociais/ciências psicológicas, os artigos desta coletânea, em seu conjunto, apresentam interessantes contribuições para esta discussão, ao mesmo tempo em que apontam algumas das causas da difusão maciça do conhecimento e da terapêutica psicanalíticas.

**Maria Isabel
Mendes de Almeida
Socióloga — SESAP — Rio**

Filosofia

MERQUIOR, José Guilherme. *Michel Foucault ou o Niilismo de Cátedra*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.



O livro de José Guilherme Merquior, *Michel Foucault ou o Niilismo de Cátedra*, tem por intenção ser um “ensaio crítico” sobre a obra do filósofo francês. Seu caminho é o de uma “avaliação imparcial de todos os seus principais textos”, como também o de um exame de “um razoável volume bibliográfico a seu respeito”. Pretende, ao final, revelar as mudanças no pensamento de Foucault e a “posição final do homem que se empenhou em dar ao pós-estruturalismo um fundamento ético-político”. (p. 15)

Mas que não se engane o leitor. A intenção de imparcialidade restringe-se ritualmente à exposição dos textos de Foucault. No mais, e algumas vezes também lá onde o esforço de imparcialidade é proposital, o trabalho de Merquior é marcado por uma intenção polêmica.

A abertura do livro — “Aos Incautos” — esclarece a vontade que sustenta seu trabalho — um “antipanegírico” de Foucault: reagir à “foucauldolatria” que anima uma “tribo” que insiste em ignorar as críticas ao trabalho do seu ídolo. Trata-se de um livro contra Foucault e contra os foucauldianos, cuja ignorância começaria por manifestar-se na autodesignação de foucaultianos. Mas, qual é o sentido da oposição fonológica (d/t) proposta por Merquior?

É evidente que, além de toda pretensão civilizatória, temos aí uma tática elementar: a da produção de um adversário imaginário (os foucaultianos) e a circunscrição de um campo fantástico destinado a recolher e a desqualificar as possíveis discordâncias quanto às suas teses. Mas, pode-se

ainda perguntar, onde estão os foucaultianos? Onde se expressam a não ser através da pena (nos múltiplos sentidos da expressão) de Merquior. Tudo indica então que o “crepúsculo do ídolo Foucault” começa e revela-se pelo despertar dos fantasmas de seu iconoclasta: Este panegírico do rigor analítico — que é o livro de Merquior — tem uma abertura paranóica, na qual o autor ameaça a todos e ao seu editor em particular, com a imaginária aliança do Partido Epistêmico Foucaultiano (PEF) com o Movimento Foucaultiano Pró-Anarquia e Perversão (MOFAP) ora em “curso de registro na Nova República”. Na ironia de Merquior, a expressão de um rancor de poltrona que justifica o título “aos incautos” — nenhuma ingenuidade pode se dizer desavisada com relação ao autor.

Como se compõe o livro de Merquior? O primeiro e o último capítulos (“O historiador do presente” e “Retrato do neo-anarquista”) dedicam-se a situar e a criticar os pressupostos filosóficos e os efeitos políticos das análises de Foucault. Os demais capítulos resumem os livros de Foucault, as críticas que suscitaram e avaliam as teses históricas e filosóficas deste pensador. No contraponto de Foucault e seus críticos, a verdade, a imparcialidade, sobretudo a serenidade estão com os críticos. A Foucault cabe o reconhecimento de inovações imprecisas de efeitos duvidosos.

Como não é possível, no espaço de uma resenha, discutir todas as críticas a todos os trabalhos de Foucault, justifica-se então a questão: o que incomoda Merquior? O que permite reunir a legião de discordâncias históricas, filosóficas e políticas aos trabalhos de Foucault coletadas e enriquecidas por José Guilherme Merquior?

Sem risco de grandes equívocos, o núcleo das inquietações de Merquior decorre do essencial da perspectiva de Foucault: da recusa a qualquer convicção com a crença no progresso, com o humanismo, com a transcendência do sujeito e com o imperialismo da verdade. São estas recusas, e um outro gosto pelo saber erudito — “Parece-me que, de fato, este acoplamento entre o saber sem vida da erudição e o saber desqualificado pela hierarquia dos conhecimentos e das ciências que deu à crítica destes últimos anos sua força essencial”. (Foucault 1979: 170) — que especificam a relação de Foucault com a história da verdade e do presente. Com relação a estes pontos há no livro de Merquior uma discordância de fundo que não se deixa aparecer senão sob o manto de uma erudição que almeja a neutralidade.

Merquior leu tudo de Foucault e tudo, ou quase tudo, que se publicou sobre ele. Não há, portanto, em seu livro falta substantiva ou incompreensões quanto ao que Foucault escreveu. Impressiona então a não consideração, algo sistemática, do que ele próprio Merquior revela como definidor do olhar de Foucault. Apenas um exemplo. Após mostrar que Foucault realiza uma crítica da concepção do poder como repressão, após enfatizar não haver nenhum naturalismo em Foucault (p. 152), afirma que Foucault (sic!) juntamente com Adorno e Marcuse entendem que o essencial da cultura moderna é a coerção (p. 153).

Pode-se dizer que são as discordâncias que dirigem as avaliações e não as avaliações imparciais que se concluem em discordâncias. Este fato explica em parte o tipo de críticas acionadas por Merquior. Por um lado, Foucault peca por excesso: por excesso de cesuarismo — há aqui uma imprecisão: Foucault tanto mostra descon continuidades quanto proveniências insuspeitadas —, por excesso de dogmatismo antiburguês, antihumanista, antiiluminista, por não saber ou não poder separar as vantagens e as desvantagens do progresso burguês, etc. Por outro lado, Foucault peca por falta: pela exclusão de fatos relevantes para a compreensão da época que estuda — mas Foucault não estuda épocas e sim problemas —, pela ausência de uma epistemologia na sua história da verdade — mas Foucault recusou-se a ser epistemólogo pois sua questão era outra —, pela ausência de uma consideração sobre as ciências verdadeiras, pelo descaso pela literatura especializada, etc. Foucault é, então, avaliado pelo que não disse. Mas Merquior não é ingênuo, se se dirige para o ausente é para comprometer a qualidade do presente. As ausências explicariam e revelariam as parcialidades, o caráter tendencioso do que se revela. Ah! se Foucault realizasse tudo que lhe é exigido ele seria outro, ele seria admirado por seu crítico, a força de suas análises dissolver-se-ia num saber erudito ao gosto dos “construcionistas sociais” e do otimismo de gabinete.

Foucault, em um dos modos que utilizou para definir seu trabalho, disse que se interessava por objetivações. Sua questão era a de como se objetivaram sujeitos e objetos de conhecimento e as modalidades de relações entre eles. Por isto, nunca pretendeu construir teorias sobre qualquer de seus supostos objetos (a loucura, o poder ou o sexo). Se sua perspectiva não era teórica, qual apoio tinha para perspectivar o seu olhar? As lutas atuais — eis um ponto importante, negligenciado por Merquior, para compreender o que era para Foucault uma história do presente. O hospital psiquiátrico, as prisões, a miséria sexual são os pontos de partida e não propriamente objetos. Eles fornecem uma perspectiva, a dos sublevados locais. É a existência de um ponto de vista da sublevação que distingue a crítica de Foucault. É a conjunção deste ponto de vista com o saber erudito que define a genealogia e a sua parcialidade afirmada. Eis o incômodo de Merquior.

Com relação a este incômodo, Merquior tem duas atitudes. A primeira organiza todo o primeiro capítulo: diluir a singularidade de Foucault numa tradição. Na tradição da moderna filosofia — “littero-filosofia” diz Merquior — francesa que se iniciaria com Bergson em oposição ao rigor da filosofia analítica: “Foi a essa tradição de *glamour* antes que de rigor filosófico que pertenceu Foucault” (p. 12). Este estaria situado num subgrupo desta littero-filosofia, no daqueles que buscavam revigorar essa “tradição de *glamour*” pela anexação de novos conteúdos, nutrindo-se do prestígio das ciências humanas. Foucault acaba — apesar de tudo o que disse em contrário — por ser um estruturalista, rebelde por certo, já que é também definido como um radical excêntrico.

Existem aqui imprecisões. Nada de Bergson ou Sartre na obra de Foucault. Nada de estruturalista tampouco. Não basta a enorme audiência para aproximar estes filósofos. Não basta a crítica ao humanismo e a transcendência do sujeito para ser estruturalista. Nada mais distinto da recusa estruturalista do sujeito que se acompanha da afirmação de um inconsciente e de uma lógica do significante, da genealogia do sujeito de Foucault. Uma leitura mais atenta do que é dito em *Les Mots et les Choses* não permite, ao contrário do que crê Merquior, afirmar que aí se encontre um elogio das contradições humanas (lingüística, antropologia e psicanálise). A morte do homem de que fala Foucault — a que permitiria pensar de novo e novamente — não se prefigura nestas contradições: o homem pode estar sujeito a muitas mortes e elas não se equivalem. Diluição, portanto, de uma singularidade numa tradição imprecisa.

A segunda atitude de Merquior com relação ao incômodo Foucault consiste em jogar Nietzsche contra Foucault, Foucault contra Foucault — o crítico da verdade acreditava na veracidade de suas análises, o crítico do sujeito parece reconhecê-lo na última obra, o analista da relação saber/poder abdica de uma epistemologia — além de buscar invalidar seu projeto geral: “nenhum exorcismo do sujeito transcendental, nenhuma detecção de mecanismos de poder têm condições de compensar a perda de visão histórica causada pela falta de uma consideração adequada ao saber (a ciência) que plasma o mundo.” (232/233) Críticas que não se sustentam, mas sobretudo críticas fáceis. Na seria difícil jogar Merquior contra Merquior e mostrar, por exemplo, que sua intenção polêmica compromete a inteligência das avaliações neutras.

Por fim deve-se dizer que nenhuma adjetivação do tipo calvo Nietzsche de Saint-Germain-des-Prés, “neo-anarquista negativista e irracionalista”, “machista intelectual”, entre outras, compensa a indefinição de Foucault como Niilista de Cátedra. Se niilismo é a vontade do nada, nada mais ativo que o pensamento de Foucault. Este nunca disse que a vida é má ou que tudo se resume ao nada. Ao contrário, dizia que tudo é perigoso. O que o levou a se definir como um hiperativista guiado por uma moral antiestratégica: “ter respeito quando uma singularidade se subleva, ser intransigente quando o poder enfrenta o universal. Escolha simples, ação difícil: porque é preciso espreitar tudo ao mesmo tempo, um pouco sob a história, aquilo que a agita e rompe, e observar também o que se passa por trás da política e que deve incondicionalmente limitá-la. No fim das contas, este é meu ofício: eu não sou o primeiro e nem seria o último a praticá-lo. Mas eu o escolhi.” (Foucault, 1970.)

Ovídio de Abreu Fº
Depto. Filosofia – UFF

Antropologia

LÉVI-STRAUSS, Claude, *Minhas palavras*.
São Paulo, Brasiliense, 1986.

No dia 5 de janeiro de 1960, Claude Lévi-Strauss proferia a aula inaugural da nova cadeira de antropologia social criada pelo Collège de France. A partir de então, e por mais de vinte anos até sua aposentadoria em 1982, os cursos ministrados no Collège funcionaram como preparação para uma série de obras que viriam a marcar profundamente não apenas a antropologia social, ou mesmo as ciências sociais, mas o pensamento contemporâneo como um todo. Desde *O Totemismo Hoje* e *O Pensamento Selvagem* até o recente *La Potière Jalouse* — e passando pela tetralogia das *Mythologiques* e pela *Via das Máscaras* — as idéias que viriam a constituir o monumental edifício do chamado estruturalismo (e aqui o termo tem, certamente, um sentido) antropológico passaram pela experiência da palavra antes de se cristalizarem em textos escritos. São exatamente os resumos desses cursos, acrescidos de outros que mais tarde se tornaram artigos para coletâneas, além de alguns que permaneceram em seu estado original, que Lévi-Strauss resolveu publicar em 1984, e que acabam de ser traduzidos para o português.

O reduzido tamanho dos textos dos resumos poderia talvez sugerir uma certa superficialidade para aqueles que conhecem o pensamento levistraussiano, bem como demasiada imprecisão para funcionar como introdução geral a sua obra. Falsa impressão que se dissolve imediatamente após o início da leitura. Para o especialista, a possibilidade de conferir suas leituras e de enriquecê-las com novos ângulos de abordagem; para o principiante, uma demonstração em escala reduzida de uma habilidade analítica e de uma criatividade teórica quase inigualáveis. Para ambos, uma certa sensação de inveja por aqueles que puderam assistir diretamente aos cursos com cujo resumo devemos nos contentar.

O livro está dividido em seis grandes partes, das quais a última consiste no resumo dos nove cursos ministrados entre 1951 e 1960 na Escola Prática de Altos Estudos, e que tratam, essencialmente (já que aqui os resumos são sumários), dos primeiros desenvolvimentos da análise estrutural dos mitos. Esses desenvolvimentos viriam a desembocar, sabe-se, nos quatro volumes das *Mythologiques*, publicados entre 1964 e 1971, e preparados pelos cursos resumidos na segunda parte do livro. Estes cursos demonstram uma das características fundamentais do empreendimento de Lévi-Strauss, característica que ele jamais se cansou de ressaltar, mas que é freqüentemente ignorada por quase todos os seus críticos. Trata-se da ênfase na definição do estruturalismo como um *método*, em oposição a uma *filosofia* ou mesmo a uma *teoria*. Aqui podemos ver, com toda a vivacidade, o funcionamento deste método: a análise formal do discurso

mítico, o recorte das unidades constitutivas, a ordenação lógica dessas unidades... de tal modo que, progressivamente, percebermos como uma ordem se manifesta imanente a materiais que poderíamos acreditar desprovidos de sentido, ou então cujo sentido, poder-se-ia crer, deveria ser buscado em instâncias que os transcendessem, seja “para cima” na direção de algum tipo de significado superior, seja “para baixo” como um simples reflexo de uma organização social tida, *a priori*, como mais substantiva e determinante. Em outros termos, trata-se não de encontrar o semelhante sob o diferente, como tantas vezes se repete, mas de determinar uma lógica imanente às próprias diferenças e que as constitui enquanto tal.

A terceira parte prolonga a segunda, insistindo nas análises mitológicas e estendendo-as para o campo do ritual, visto por alguns como um domínio “fraco” para as análises estruturalistas devido a seu caráter concreto e vivido em oposição ao abstrato e concebido da mitologia. Esquece-se, procedendo assim, que um dos objetivos básicos do estruturalismo é justamente ultrapassar essas falsas oposições, mostrando que, agindo ou pensando, é o *simbolismo* que fornece o caráter diferencial (mas não transcendental) do animal humano. Esse simbolismo não pode contudo ser deduzido, o sentido dos símbolos só podendo ser estabelecido através da posição semântica por eles ocupada dentro de um contexto muito mais abrangente do que a “estrutura social”, e que envolve também o meio ambiente, com sua geografia, sua meteorologia, sua zoologia..., bem como a história, em sentido amplo, da sociedade considerada. Compreende-se então a impropriedade das críticas que condenam as análises estruturais em nome de seu pretenso descaso pela “etnografia”: o texto *Asdiwal Revisitado*, que rebate uma série de críticas inglesas a um dos mais brilhantes estudos mitológicos de Lévi-Strauss — “A Gesta de Asdiwal” —, mostra bem que o ponto de discórdia não é realmente o “contexto etnográfico”, que na verdade jamais foi esquecido, mas uma certa concepção da estrutura social à qual Lévi-Strauss não adere e que segue sendo privilegiada pela antropologia britânica. Os textos sobre *Três Deuses Hopi* e *Canibalismo e Disfarce* (“travestimento”, no original) *Ritual* demonstram por sua vez a possibilidade de aplicação do método estrutural na análise do ritual, cuja estrutura lógica é homóloga à do mito. O segundo desses textos contém ainda uma demonstração suplementar da inanidade das construções teóricas que visam constituir substantivamente objetos de reflexão. Repetindo, a propósito do canibalismo, o processo analítico movido anteriormente contra o chamado totemismo, Lévi-Strauss demonstra que a aparente realidade dessa instituição não resiste a uma crítica cerrada, e que apenas a lógica a ela subjacente, e por ela compartilhada com outros fenômenos superficialmente heterogêneos, pode ser tema de investigação científica. Trata-se então de evitar tomar a vida social como substância à qual o canibalismo poderia ser reduzido, devendo mesmo ser necessário refletir sobre a própria vida social *a partir* do

canibalismo, concebendo-a então como verdadeiro “limite inferior da predação”.

A quarta e a quinta partes do livro tratam daquilo que foi o tema inicial, já na década de 40, das reflexões de Lévi-Strauss: o parentesco. Seu grande valor consiste, então, na demonstração de como princípios anteriormente isolados podem ser revistos, complexificados e transformados. Passando do estudo das “estruturas elementares de parentesco” para formas mais “complexas” (no sentido estrito de que aqui é impossível observar um funcionamento autônomo dos sistemas de aliança matrimonial), Lévi-Strauss demonstra como a utilização da noção ocidental de “casa” (no sentido de casa nobre) permite compreender sistemas em que o parentesco não é mais autônomo, mas onde estruturas agora centrais — econômicas, políticas, etc... — devem ainda se manifestar no idioma das relações de consanguinidade e aliança. Percebe-se assim claramente que não sendo uma *teoria* (caso em que se poderia justificar a infundada suspeita de que o estruturalismo só é aplicável a alguns “tipos” de sociedade), o método estrutural necessita evidentemente de certos princípios teóricos que o orientem e permitam adaptar-se às novas realidades às quais se aplica.

Essa constatação conduz diretamente de volta à primeira parte do livro, onde ao lado do curso que preparou duas das obras mais importantes do pensamento contemporâneo — *O Totemismo Hoje* e *O Pensamento Selvagem* — encontra-se o resumo do primeiro curso ministrado por Lévi-Strauss no Collège (*O Futuro da Etnologia*) e que, infelizmente, permanecia inédito, não tendo sido desenvolvido em livro ou artigo. Encontramos aí, como num modelo reduzido, uma série de princípios teóricos que constituem a base epistemológica do estruturalismo antropológico. O privilégio, puramente heurístico, concedido ao estudo das “outras sociedades”, para que, a partir do esforço a que sua compreensão nos obriga, invariantes estruturais se manifestem; as relações entre o individual e o coletivo, bem como entre o social e o cultural, ocasiões para tantos mal-entendidos na história da antropologia; a pretensa oposição entre estrutura e evento, base de tantas polêmicas cegas contra o estruturalismo; a noção de evolução, utilizada freqüentemente em antropologia num sentido que contradiz até mesmo sua aceção científica em biologia. Ao colocar tais questões (e resolvê-las, é inútil dizer), Lévi-Strauss revela os princípios que mesmo não constituindo uma filosofia — empreendimento em relação ao qual sempre se mostrou refratário — permanecem subjacentes a seu pensamento, formando o que denominou, mais com modéstia do que com desprezo, suas poucas e rústicas convicções filosóficas: um monismo materialista radical que, recusando concessões a qualquer espécie de transcendência, busca não *reduzir* o humano ao natural, mas mostrar, numa ordem significante mais elevada, que eles nunca chegaram a se separar.

Análise científica, síntese teórica, reflexão filosófica... Esses termos, ainda que verdadeiros, parecem descarnados e distantes para qualificar

trinta e dois anos de reflexão, simultaneamente objetiva e bela, "que formam grande parte de uma existência individual e a duração de uma geração". Escrevendo, mais de vinte anos após escutá-las, sobre as "lições de lingüística" que seu amigo Roman Jakobson ministrara em Nova Iorque em

1942, Lévi-Strauss recusa-se a ver nelas uma simples ilustração de "um estado da ciência em um momento do passado". Define-as então, com seu estilo inconfundível, de um modo que é certamente o mais adequado para caracterizar seu próprio pensamento, presente nos cursos aqui

resumidos: "Hoje como ontem, fazem reviver uma grande aventura do espírito cujos prolongamentos não pararam de se manifestar..."

Márcio Goldman
(Depto. Antropologia – UFF)

Painel II

Sugestões aos editores



KATZ, Jacob. *The darker side of genius – Richard Wagner's Anti-Semitism.* University Press of New England, 1986.

Analisando os escritos de Wagner dentro do contexto social e cultural em que foram produzidos, e afastando-se das vinculações posteriores, dos transplantes contextuais que o nazismo lhes impôs, exatamente como no caso de Nietzsche, Jacob Katz consegue trazer à tona uma nova imagem de Wagner, depurar-lhe em muito a pecha generalizada de anti-semita.

Wagner dera de fato atenção e apoio a certas correntes ideológicas reacionárias e racistas, em seu titânico afã de resgatar os pressupostos teutônicos da tradição germânica. Contudo, suas opiniões sobre a influência do pensamento ju-

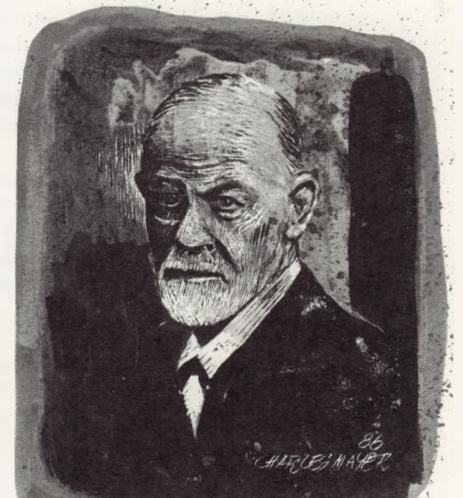
daico (se é que se possa falar da existência de tal na Alemanha de seu tempo) sobre a cultura alemã demonstram o limitado interesse que o tema como um todo lhe suscitava. Mais do que com o "perigo judeu", Wagner estava visceralmente preocupado, pelo menos até a tetralogia dos Nibelunges estar inteiramente composta, com as influências múltiplas e profundas do cristianismo, e "seu mar de falácias". Esta preocupação ele dividia com o jovem Nietzsche quando dos passeios que davam pelos jardins da *villa* do compositor.

A intenção da obra de Katz não é a de desfazer um suposto equívoco em torno das idéias de Wagner. Idéias e opiniões anti-semitas ele as tinha, embora com uma extensão e teor que ficavam longe daqueles que mais tarde os nazistas impuseram à sua imagem. Um livro que coloca vários pontos nos devidos ii.

FLEM, Lydia. *La vie quotidienne de Freud et de ses patients.* Paris, Hachette, 1986, 304 p.

Freud devia acreditar, e muito, que o ambiente mais apropriado para um "diálogo" com o inconsciente será aquele que puder ser testemunhado e estimulado pela presença de gravuras, estatuetas, tapetes orientais, miniaturas de divindades egípcias, hindus, gregas, romanas, célticas... Assim era o consultório do Dr. Sigmund Freud, na Berggasse, em Viena. Uma atmosfera onírica, alcóvica, quase hipnótica, dominava a sessão do fundador da psicanálise, daquele que, dentro de um discurso que se pretendia tanto quanto possível "científico", instaurou uma técnica de leitura dos sonhos – a exemplo de alguns *murshids* persas há mais de 15 séculos – e elaborou uma terapêutica visando tornar mais sadio o homem contemporâneo.

La vie quotidienne de Freud et de ses patients, de Lydia Flem, que acaba de ser publicado na França, pela Hachette, reúne um repertório variado de episódios importantes do dia-a-dia do analista Freud, e deverá servir de valioso subsídio para a "história menor da psicanálise". Desde início, um fato torna-se inofismável: Freud



era um profundo apreciador de antiguidades. E o era num sentido extremamente amplo, pois que sua coleção incluía objetos que variavam em gênero desde um Deus Horus às estatuetas da

América Central, dos vasos chineses da época Ming às estátuas gregas; bandejas persas, castiçais, tapetes da Ásia Menor... Enfim, espécimes de todo arcabouço artístico da humanidade, símbolos poderosos de vários inconscientes coletivos. Mas, como assim? Ao que tudo indica, em particular quando seu universo de idéias é representado pelos "discípulos autênticos", Freud não acreditava em arquétipos, em instâncias primordiais recorrentes. Em assim sendo, estaremos propensos a acreditar — principalmente quando giramos a cabeça e apreciamos a frígida decoração dos consultórios dos psicanalistas ortodoxos — que Freud, em verdade, não tinha onde colocar os seus objetos de arte e resolveu "acondicioná-los" no próprio consultório. Ou será que havia ainda um certo quê de sua época de analista-hipnotizador envolvendo o procedimento psicanalítico utilizado na Berggasse?

A obra de Lydia Flem é fascinante exatamente pelo fato de apresentar um grande número de situações corriqueiras, mas significativas, detalhes insidiosos que, como se fossem *Fehlleistungen*, atos falhos, *manquéés*, pequenas "mancadas", "abrem as portas" para um bom número de considerações, e mesmo de reconsiderações.

Freud, o pesquisador de almas, o escavador das turvas águas do inconsciente, o sistematizador, era, no entanto, um arqueólogo em potencial, quase um esteta. As descobertas arqueológicas do século XIX exerciam sobre a sua mente, apesar de todo positivismo prevalecente, uma poderosa influência. A "descoberta do Oriente", dos tesouros da antiguidade egípcia, o ainda exótico estudo das culturas primitivas, continuavam a enriquecer a visão de mundo do euro-

peu, enchendo os museus e bibliotecas com objetos de arte e de manuscritos que testemunhavam a existência de outras formas de pensar, e sonhar, distintas daquelas que a inclinação cientificista da época induzia a conceber. Ora, mergulhar no inconsciente, principalmente nessa época, era pois lançar-se à interpretação do legado de uma humanidade que, apesar de tão diferenciada, era absolutamente idêntica em mais de alguns aspectos fundamentais. Freud, pensador nascido e com formação na segunda metade do século passado, não poderia ser considerado apenas pelo ângulo da influência que o positivismo exerceu sobre a sua metodologia, e mesmo sobre o seu enfoque neurológico do comportamento humano. O homem Freud que emerge do livro de Lydia Flem é um ser verdadeiro, autêntico, embora profundamente idiossincrático.

Painel III

In memoriam

Réquiem para Jean Genet

*"Frères humains qui après nous vivez,
N'ayez les cœurs contre nous endurcis,
Car si pitié de nous pauvres avez,
Dieu en aura plus tôt de vous merci."*

*.....
Ne soyez donc de notre confrérie;
Mais priez Dieu que tous nous veuille absoudre."*
(François Villon)

Em 1952, Jean-Paul Sartre, em um prefácio único "Saint-Genet, comédien et martyr" — ensaio crítico de quinhentas e cinquenta páginas — revelava ao vasto público um escritor singular: ladrão, homossexual, poeta maldito, então praticamente desconhecido e, hoje, tão familiar ao mundo todo que lastimou sua morte recente, este ano, no dia 15 de abril, aos setenta e seis anos.

Menino abandonado, Genet, criado por camponeses e acusado de roubo, foi logo enviado para um reformatório, onde cresceu ao lado de menores delinquentes, aprendendo a conviver cedo com a miséria, a mendicância, os vícios, o crime: duro meio de conhecer a humanidade e caminho seguro para a marginalidade que adotou como forma plena de vida.

O talento de Genet, que começa a escrever com cerca de trinta anos, nas prisões repletas de intelectuais da resistência francesa, faria com que sua experiência de vida — sórdida e exaltante — fosse transposta para a criação literária de um modo tão poético, cru, ousado e forte, que levaria o leitor desprevenido a pensar em "excesso de imaginação".

Ladrão, homossexual, criminoso, sofrido, amigo de todo submundo, de todas as minorias, Genet representava o escritor ideal para denunciar as máscaras, as convenções, as hipocrisias, acenando com outros valores, com novas interpretações da vida. E é esta linha



temática que Genet vai explorar com talento, coragem, desafio e com total falta de escrúpulo e de pudor em toda a sua obra.

Sua poesia — a parte menos divulgada do autor, voltada para a solidão e para a morte —, seu teatro, seus romances, de um lirismo agudo e satânico, vão exaltar o sentido da revolta e o da liberdade, como formas puras de ser. Denunciar a hipocrisia, os valores estereotipados, os preconceitos, a opressão, foi sua missão fundamental de desmitificador de tudo.

Assim, seus romances mais conhecidos, *O Diário de um Ladrão* e *Nossa-Senhora das Flores* — textos de acentuado caráter biográfico e de grande lirismo, onde a sordidez se apresenta como um fausto — mostram suas experiências concretas e/ou suas fantasias oníricas revelando a violência pura e a grandeza de seus atos e os fantasmas escatológicos que habitaram seu cérebro: "o sexo, o sonho, o sangue".

Tais temas, pela autenticidade e profundidade da vivência de Genet-Nossa-Senhora-das-Flores, e pela originalidade escabrosa e

poética com que são tratados, afastam-se do sensacionalismo e do erotismo vulgar, exaltando a pureza no crime, no vício, no mal e provocando questionamentos inquietantes de valores estabelecidos. Declara Genet com convicção tranqüila: "Eu mergulhei no mal com a alma limpa. Fora do crime não existo. Dentro dele, justifico-me."

Para Sartre, Genet, em sua pureza maldita, havia mergulhado muito mais profundamente na natureza do diabo do que qualquer outro santo conhecido pela igreja. De fato, mais do que Baudelaire, poderia Genet invocar: "Oh, Satan, ayez pitié de ma pauvre misère!"

No *Balcão*, uma de suas peças mais conhecidas, — que conquistou o Brasil quando levada em São Paulo em produção de Ruth Escobar e em curiosa e original montagem de Victor Garcia — o real e o imaginário, o concreto e o simbólico se mesclam de forma estranha, dando à obra uma densidade poética raramente alcançada. Trabalho magistral, inovador, pouco aristotélico, no qual Genet prova a possibilidade de uma teatralidade pura: teatro-rito, teatro-missa, teatro-festa, teatro-fausto, teatro-fúnebre, os fantasmas e o corpo convivem e se harmonizam numa fusão perfeita. Nesse vasto "balcão", num clima festivo e inquietante, exaltante e mórbido, prostitutas, burgueses (bispos, carrascos, generais) e marginais desfilam uns ao lado dos outros desabafando seus desejos obscuros pela catarse do corpo, numa espécie de liturgia satânica da sacralização e da purificação do mal.

Em *As Criadas*, o tratamento simbólico-metafísico dado ao tema transforma um texto que facilmente tenderia à paródia, ao banal (a conversa de duas criadas que imitam, na ausência da patroa, o diálogo, que esta — frívola e exigente, amada e detestada por elas, mantém com suas "escravas") em uma denúncia profunda de todo o tipo de opressão e de toda a ambigüidade malsã da relação mestre-escravo, nivelando todos os seres pelos fantasmas que os habitam e que, são portanto, humanos. Tal tipo de nivelamento está sempre presente em Saint-Genet. Cristo não jansenista que vê a humanidade toda de braços amplamente abertos, indiferente às normas estereotipadas das escalas sociais, dos preconceitos: "Há mais vícios na alta sociedade do que em Pigalle ou Montparnasse"; "Nada se parece mais com um criminoso do que um policial. Somos irmãos: em nossas veias corre a mesma sede de sangue e de violência".

Em *Os Negros*, peça de tema bastante atual, Genet se insurge contra uma falsa hierarquia, baseada, agora, não na escala social, mas

na separação de castas a partir do tom da pele. Como as empregadas representavam o papel da patroa, aqui, negros, com máscaras de brancos vão assumir as falas típicas do branco dirigida ao negro, renovando a temática da relação mestre-escravo, num insólito jogo do faz-de-conta, mas onde um sempre vale o outro. Numa introdução à peça, diz Genet: "Un soir, un comédien me demanda d'écrire une pièce qui serait jouée par des noirs. Mais, qu'est-ce qu'un noir. Et d'abord, c'est de quelle couleur?"

Companheiro, desde o reformatório e as primeiras passagens pela prisão, de toda a espécie de homens, Saint-Genet não distingue negros de brancos, pobres de ricos, criminosos de mártires, ou normais de pervertidos. Genet vê o homem no que ele tem de grandioso e de cristalino, de puro — de puro, porque autêntico — ou de belo, de sórdido e de sonho mesmo no mais profundo de sua perversão. Ele quer, com sua acentuada vocação religiosa e metafísica, o resgate e a salvação do homem. Com despudor e lirismo defendeu, sem limites, uma concepção mais ampla, mais verdadeira e mais honesta do ser humano.

O Jean Genet das masmorras e subterrâneos conquistou a glória de grande escritor Saint-Genet "comédien et martyr", precursor de nossos dias, foi um defensor permanente das minorias marginalizadas. Saint-Genet, num momento de impasse do romance e do teatro:

- mostrou o alcance da teatralidade litúrgica de Artaud;
- sacralizou e santificou o mal, mais do que Baudelaire;
- assumiu, com ousadia, a busca enérgica e decidida de Zola de uma verdade mais autêntica, mais humana e mais verdadeira;
- levou, ao grau mais extremo, a necessidade de desvelamento do próprio eu de um Rousseau, de um Proust, de um Gide.

Jean Genet, "comédien et martyr", colega de Villon, autor dos marginalizados, criador de uma obra singularmente lírica e original, inovou a literatura e alargou a concepção do homem e da vida.

Jean Genet, "comédien et martyr", merece a nossa homenagem e o nosso canto fúnebre.

Resquiescat in pace, Saint-Genet.

Neide de Faria

Professora de Literatura Francesa e Literatura Comparada
do Departamento de Teoria da Literatura e Literaturas — UnB

A guerreira aplicada

Com o desaparecimento de Simone de Beauvoir, em abril próximo passado o movimento feminista em sua mais ampla acepção, assim como as mulheres emancipadas em geral, perderam a presença viva de um dos grandes símbolos libertários do pós-guerra.

A vida e a obra de Simone constituem testemunho de como uma "garota bem comportada" pôde, tranqüila e obstinadamente, romper com um grande número de amarras "educacionais" e questionar e abalar os alicerces de uma ordem social injusta e hipócrita, a começar pela situação da mulher. Seus escritos e sua ação, profundamente impregnados pelos efeitos da presença próxima de Sartre, influenciaram várias gerações. Essencialmente uma memorialista, seu pensamento filosófico (embora haja sido a mais jovem agregada em filosofia da França, aos 21 anos) e suas idéias políticas se devem, igualmente, a Sartre, com quem formou uma espécie de casal-modelo por inúmeras décadas.

Em plena época do existencialismo, a publicação de *O Segundo Sexo* caiu como uma bomba de efeito moral na puritana França do pós-guerra, sob a tutela do poderoso ego de De Gaulle. Ainda em meados de 60, ler Simone de Beauvoir, em certos colégios de província, era como um ato de iniciação satânica. No entanto, a exemplo de quase



todos os seus escritos, não havia nada de tão radicalmente demolidor, e muito menos iconoclastico, nas colocações da "Castora" (assim era Simone chamada pelos mais íntimos). Pudor, pouca sensualidade e um estilo fluente mais formal caracterizam esta obra.

Com a minúcia e paulatinidade que lhe eram típicas, sai ela da grande fase existencialista (com a qual pessoalmente, em verdade, teve muito pouco a ver) dos anos 40 e, refletindo *pari passu* as idas e vindas dos percursos cada vez mais dialéticos do pensamento de Sartre, aprofunda, nos anos 50, o engajamento com a causa feminina e com as outras questões emergenciais da época. A amizade com Sartre, nascida no final da década de 20, adquire raízes profundas ao longo dos agitados anos 30 e transforma-se, por fim, em convivência simbiótica. Já em meados da década de 50 ela prevê o futuro que o destino lhes reserva e profere palavras que dão à sua ligação com Sartre um cunho de relação espiritual imorredoura.

Até 1945, a produção literária é pouco representativa, embora *A Convidada* date de 1943, em plena ocupação alemã, e *O Sangue dos Outros*, do fim da guerra. Em 1945, Sartre funda com Merleau-Ponty, Raymond Aron e Jean Paulhan a revista *Les Temps Modernes* e a participação de Simone no conselho editorial é decisiva.

Um romance, *Todos os Homens são Mortais*, é publicado em 1946 e a carreira literária parece agora ser mais promissora do que nunca. Em 1954, *Os Mandarins* é aclamado como a grande obra do ano e Simone recebe por ele o prêmio Goncourt. Um ano depois, dando sequência ao extraordinário espírito de vanguarda que movia a atuação de ambos, Sartre e Simone visitam a China comunista; em 1957, é publicada *A Longa Marcha*. Sartre trabalha em várias frentes: por um lado, aprofunda a reflexão filosófica com o maior rigor possível, esforçando-se por conciliar os elementos da fenomenologia de Husserl imbricados na sua versão do existencialismo (salvaguarda da individualidade) com um enfoque marxista cada vez mais instrumento precípuo de sua análise do social. Por outro lado, se lança ao fabrico literário dessa mesma visão da ordem estabelecida, produzindo inúmeras peças teatrais, biografias literárias e ensaios. O Terceiro Mundo e seus problemas encontram-se para Simone e Sartre na ordem do dia: China, Cuba, Argélia... A visita ao Brasil data de 1960.

"As Memórias de Uma Menina Bem Comportada" saem em 1958. "A Força da Idade", em 1960, e "A Força das Coisas", em 1963. É a sua tendência ao estilo memorialista que vai se firmando. Este grande ciclo de memórias, que evidentemente ensina e encerra em seu núcleo uma ampla e profunda reflexão sobre a condição humana e das mulheres em particular, será aqui e ali interrompido por ensaios, romances ou contos. *Les Belles Images* (1966), *Femme Rompue*

(1967) — e se encerrará com o grande tributo de sua vida, com a obra que ela sempre recebeu que o destino lhe impusesse como tarefa, e da qual, contudo, não poderia nem gostaria de escapar: *A Cerimônia do Adeus*, reminiscências dos últimos anos de vida de Sartre.

A vida e a obra de Simone de Beauvoir encerram uma lição de resistência e de dignidade. Suas reflexões sobre a condição da mulher — "que não nasce como tal, mas sim torna-se" — permanecem insuperáveis sob mais de dois ou três aspectos, embora em vários pontos já esteja anacrônica. A mulher Simone, contudo, deixava transparecer em seu semblante, principalmente quando complementava seus sóbrios trajes com um lenço em volta da cabeça, à guisa de uma camponesa da Normandia, uma certa defasagem entre os traços conservadores e inexpressivos de uma personalidade como que aprisionada e o conteúdo das idéias que seus escritos ou que sua militância portavam. Em sua relação com Sartre, a quem tratava de "Vous", suas tentativas de experiências paralelas (já que se tratava de um exemplo modelo de relação aberta!) foram ao que se sabe esporádicas demais para que pudessem ser de algum modo significativas. A única aventura "extra-conjugal" de que se tem notícia comprovada data da época de sua viagem aos Estados Unidos, quando, quase quarentona, teve um rápido caso amoroso com o escritor Nelson Algren.

Sistemática, "guerreira aplicada", como a chamava Jean Paulhan, Simone cumpriu com zelo a missão que sentiu ser a sua. Nas fotos dos anos 40 ou 50 nem tanto, mas a partir dos anos 60 certamente, sua expressão denota uma resignação discreta e obstinadamente contida. Uma certa frustração. Era como se estivesse fazendo falta algo, uma certa experiência ainda mais fundamental, um romper de certas amarras intocadas, a liberação de um jorro de vida permanecido, pela força do destino, *desiré mais non accomplit*.

Em suas declarações pessoais e em sua obra um silêncio pudico, até certo ponto tipicamente burguês, encobria como um véu misterioso esse recanto frio, inócuo, não resolvido de sua alma.

A morte de Simone de Beauvoir, ocorrida seis anos após a de Sartre, encerra uma época. Desaparecidos Sartre, Foucault, Simone e Genet, não sobram muitos contestatários numa França em que certos ventos, cíclicos, já começam de novo a soprar.

Jesualdo Correia

Borges – O Texto dos Textos

*"Libre de la métaphore y del mito
Labra un arduo cristal: el infinito
Mapa de Aquél que es todas Sus Estrellas"*

Jorge Luis Borges

*"En la figura que se llama oximoron, se aplica a una palabra
um epíteto que parece contradecirla; así los agnósticos
hablan de luz oscura, los alquimistas, de un sol negro."*

Jorge Luis Borges

A luta do homem finito dentro do universo infinito tem sido sempre marcada pela transformação do natural em cultural, na pungente tentativa de adaptar o vasto universo aos limites das necessidades humanas.

A arte é, sem dúvida, o momento privilegiado dessa passagem da natureza à cultura, pois, como se depreende do pensamento de Levi-Strauss, é a única atividade humana que se realiza em duplo sentido — da natureza à cultura e da cultura à natureza. O eterno retorno do signo-estético à mais sutil e refinada compreensão da natureza nos



comprova que só há verdadeira arte quando os dois momentos se concretizam.

Um terceiro momento é, ainda, inerente à arte: a passagem do objeto cultural às percepções metafísicas que o transcendem. Borges foi um escritor que sempre partiu do cultural, do já transformado em linguagem, para as ambigüidades metafísicas. afirmou de si mesmo que jamais poderia ter sido um escritor do século XIX. Com a lucidez que lhe é própria, Borges se define nesta despretençiosa observação. Só o século XX, com seu inusitado jogo de vanguardas e com as técnicas de superposição de textos, que permitem que os textos se auto-analisem e tomem, pelo contraste contextual, novos sentidos, iria dar a Borges as coordenadas de sua arte.

Na literatura atual, a confusão terminológica entre realismo mágico e realismo fantástico, tão superficialmente confundidos, obriga-nos a insistir que Borges é o verdadeiro escritor do realismo fantástico, ao contrário de seus colegas de geração, Asturias e Alejo Carpentier, grandes mestres do realismo mágico. O realista mágico retorna à magia dos mitos geradores e coletivos. O realista fantástico é o homem que interpreta o supercultural. Sua mitologia é erudita, já lida e interpretada pelos livros sagrados.

Borges afirmou: "Nunca precisei da realidade". Seus modelos não são os fatos, mas os grandes textos, quer arcaicos e existentes, quer imaginários e inexistentes. Sempre escamoteando os elementos de sua prodigiosa e sólida imaginação, tudo nos é apresentado como um ato de leitura. Achando que a melhor forma de felicidade é a leitura, pois a criação poética é uma felicidade menor, preferiu sempre ser um bom leitor, como metaforicamente o foi, sob o pseudônimo de Pierre Menard — leitor de Quixote, do que ser um criador de textos, como, *malgré lui*, tão genialmente o foi.

Eis a mestria de sua obra — releu a fantástica história do homem, não a que está nos fatos, mas a que já está fixada e transfigurada nos grandes e eternos textos. Arditamente, releu-se a si mesmo, sempre nos privando de uma leitura direta de suas criações, ocultando-as sob pseudônimos e citações apócrifas, que se confundem com as verdadeiras citações antigas, de tal forma que não o lemos, mas o releemos. Seu texto é, caprichosamente, o texto dos textos.

Qual o significado deste enigmático recurso estilístico?

Sendo o livro a extensão da memória e da imaginação do homem, só ele nos dá o melhor dos mundos possíveis. O universo e os textos se confundem, e é a transcendência do real, esteticamente transfigurado, que nos oferece a ultra-realidade, oculta no aparentemente irreal. Fazendo de sua obra uma releitura do imaginário universal, relendo para nós seus próprios sonhos, ele defende como idéia essencial da literatura — "todas as obras são obras de um grande autor que é eterno e anônimo" e a "solução do mistério é sempre inferior ao

mistério". Lúcido, agudo, essencial, livre de qualquer resquício sentimental, soube refletir em mil espelhos que se cruzam, em mil espadas que se golpeiam, em mil tigres que contemplam o infinito, a fusão dos opostos, o intuitivo e o erudito, o argentino e o universal, de tal forma que, falando de si, fala de todos os homens e de tal forma que Borges — o homem — "apenas viveu para que Borges — o outro — pudesse tramar sua literatura? Assim, os textos rolam sobre os textos, formando um mundo não apenas alegórico, mas também autônomo. Cada leitura é uma reescrita. A imaginação envolve os fatos, com uma profusão de textos que os interpretam e, como os velhos textos plágiam os novos, pois só estes iluminam aqueles, a verdadeira arte está na infinita capacidade de "converter o ultraje dos anos em uma música, um rumor, um símbolo".

Borges é, pois, a própria literatura, a própria metafísica.

Na busca desesperada de uma literatura pura, aproxima-se de Kafka, quando este escreveu aquela conhecida pequena parábola: duas crianças sozinhas — a esperança e a angústia — entram em um grande baú; a tampa se fecha, não puderam sair e morreram sufocadas — eis a literatura. Neste baú está Borges — no tamanho de sua esperança, na angústia da eternidade, no cárcere da infinitude, na própria imortalidade que, com horror, pressentiu: "Do finito ainda que se esteja nele sempre se pode sair, o infinito é que é o verdadeiro cárcere".

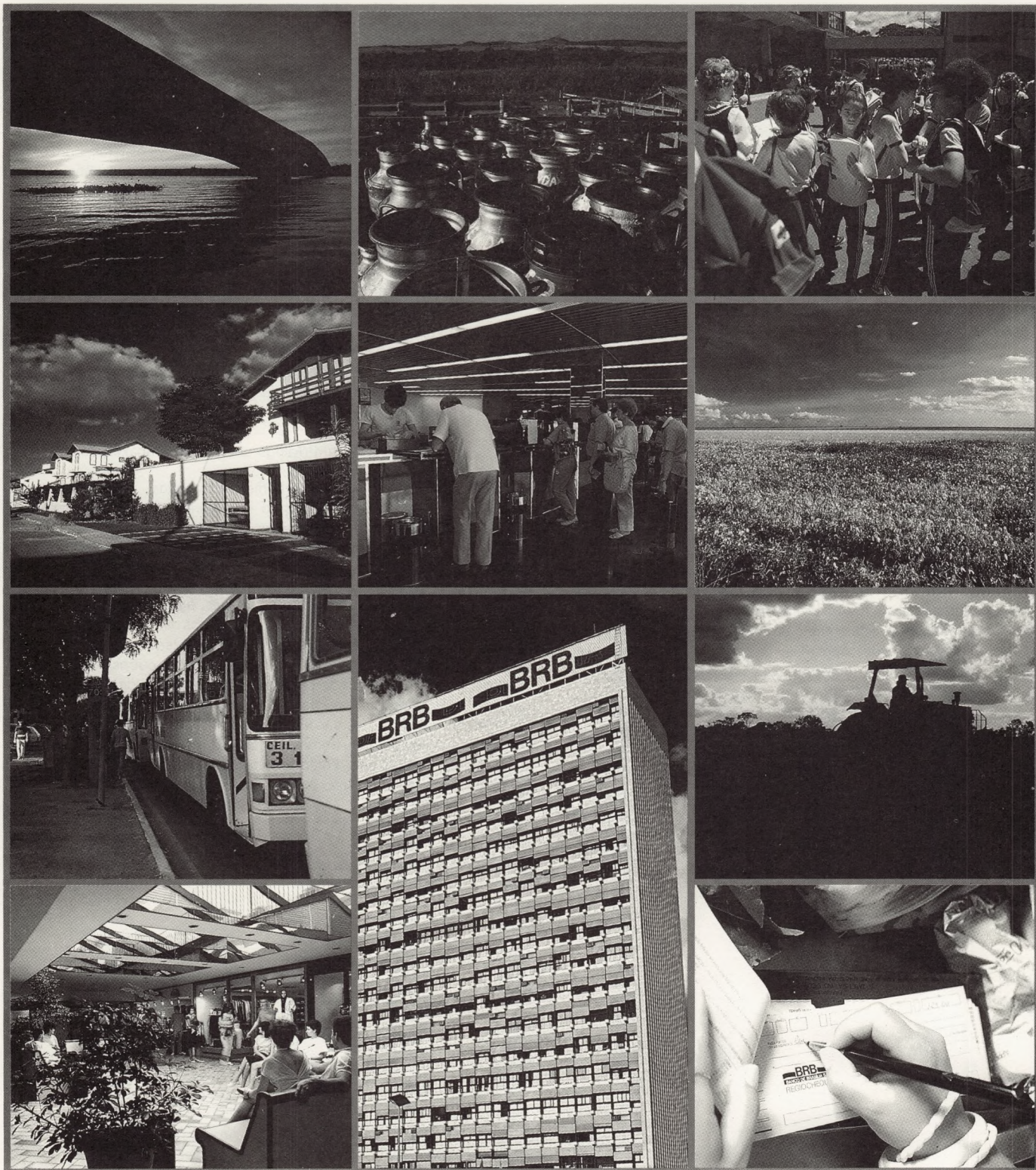
Borge imaginou um diálogo entre Deus e Shakespeare:

"Senhor, fui tantos homens para nada, agora, quero ser um somente, eu-mesmo" — Deus lhe respondeu: "Eu-mesmo não sou eu: Eu sonhei meu mundo como tu sonhastes o teu, meu Shakespeare. Entre as formas do meu sonho havia tu, que como eu, és muitos homens e nenhum".

Imaginemos um diálogo de Borges, agnóstico, ateu, nihilista, agora, diante de Deus: — Por que sem a luz dos olhos, meu instrumento de trabalho? Não me cabia, em teu grande teatro, reorganizar teu mundo, transformando-o em linguagem, para que outros se iniciassem no exercício metafísico do absoluto? E Deus lhe terá dito: — A criatura não pode ultrapassar o criador. Tu me transformaste em soberbas metáforas engenhosas, tão engenhosas e herméticas que nelas poucos me reconhecerão, meu Borges. Receio que me tenhas querido também ludibriar com tua arte. Então te transformei num grande oxímoro — a mais *lúcida-treva* de meu poema universal.

Aglaeda Facó
Departamento de Letras/UnB

20 anos de BRB no dia-a-dia de Brasília.



BRB
BANCO DE BRASÍLIA S.A.

**GOVERNO
JOSÉ APARECIDO**
Brasília. Capital de todos.



Cada vez mais presente na região do futuro.

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O selo será pago por:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 BRASÍLIA - DF

Humanidades

Pesquisa

Quem pensa no Brasil?

Humanidades quer reunir em suas páginas aqueles que formam e influenciam o pensamento brasileiro.

Sua ajuda é decisiva: envie-nos duas sugestões e indique abaixo quem você desejaria ler em **Humanidades**. Dentre as sugestões recebidas sortearemos cem livros da Editora Universidade de Brasília.

1.

Nome indicado _____

Área(s) de atuação _____

Endereço _____

Motivo da indicação _____

2.

Nome indicado _____

Área(s) de atuação _____

Endereço _____

Motivo da indicação _____

Remetente: _____

Endereço: _____

--	--	--	--	--	--

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTA RESPOSTA COMERCIAL

NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O selo será pago por:

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 BRASÍLIA DF

--	--	--	--	--

Endereço

Remetente

O MELHOR DO PENSAMENTO CIENTÍFICO ESTÁ AQUI.



Prêmios Nobel e pensadores consagrados formam o quadro de autores da nova Coleção Pensamento Científico que tem por finalidade divulgar obras relevantes e inéditas. A coleção faz parte das novas propostas da Editora Universidade de Brasília com textos cuidadosamente revistos e acabamento gráfico aprimorado. Você tem estas e muitas outras escolhas nas publicações da Editora Universidade de Brasília. São mais de 500 títulos publicados e outros 60 que serão lançados este ano. Solicite o nosso catálogo e conheça as vantagens de entrar para o Clube do Livro da UnB. Fique em boa companhia, fique com Livros da UnB.



Editora Universidade de Brasília



Além de ser uma das maiores empresas no seu setor, prestar bons serviços e fabricar produtos de qualidade reconhecida, a Shell cumpre um outro importante compromisso com a comunidade: o apoio a eventos artísticos e atividades culturais, como a Música, o Teatro, o Cinema, a Dança e a Pintura.

Na Música, quem dá a nota é o Prêmio Shell para a Música Brasileira, que já premiou nomes importantes do repertório nacional, como Piazzini, Tom Jobim, Villa-Lobos, Francisco Mignone, Dorival Caymmi, Radamés Gnattali, Camargo Guarnieri, Luiz Gonzaga, Cláudio Santoro, Braguinha, Milton Nascimento e Guerra Peixe.

No Teatro, a força da Shell está sempre em cena; ela já patrocinou a montagem de grandes espetáculos entre outros "Rei Lear" (Prêmio Molière Especial para Sérgio Britto), "Freud", "Assim é se lhe Parece", "Quatro Vezes Beckett" e "Sábado, Domingo e Segunda".

Cultura: a Shell Também Responde.



No Cinema, o impulso que a Shell dá se reflete na sua filmoteca, um amplo acervo de curtas-metragens artísticas e culturais em disposição para empréstimo gratuito ao público. E, na Pintura, mais uma vez destaca-se o incentivo da Shell, que tem em sua pinacoteca assinaturas consagradas, como Sami Mattar, João Câmara, Laerpe Motta e Tomie Ohtake, entre outros. Vale realçar que a maioria dessas obras foi adquirida quando seus autores ainda não eram tão famosos, do que muito se orgulha a Shell, além de comprovar o acerto de seu investimento.

Através de seu incentivo a essas atividades artísticas, a Shell não só participa como também assume seu posto no apoio à identidade cultural de nosso povo.

Estimular a cultura nacional é papel de uma grande empresa.

